GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS E PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇU

PP-02A – DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

NT3 – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DEMOGRÁFICA



FEVEREIRO DE 2025

REV.	DATA	MODIFICAÇÃO	VERIFICAÇÃO	VALIDAÇÃO
1	27/02/2025	Revisão - PARECER 041/2024	A.C.B	R.C.L.
0	13/09/2024	Emissão Inicial	A.C.B	R.C.L.

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS E PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇU.

PP-02A – DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

NT3 – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DEMOGRÁFICA

ELABORADO: Eduardo Antonio Audibert		VALIDADO: Renato Cavalcanti Lins		
VERIFICADO: Andrea Carla Brock		COORDENADOR GERAL: Hélio A. Machado Pessôa Filho ART Nº: BA20240891514 CREA Nº: 1805389122 - RNP		
Nº CONTRATO:	INEMA 004/2024			
		DATA:	27/02/25	FOLHA:
CÓDIGO DO DOC:	PP-02A_PRHParaguacu_NT-03_R01	REVISÃO:	R01	2 DE 181

DADOS CADASTRAIS

DADOS CADASTRAIS DO CONSÓRCIO

Nome Consórcio ENGECONSULT-ENGEPLUS			**CNPJ** 53.872.940/0001-37
Endereço Rua Almirante Noronha de Carvalho, 45			
Cidade Recife	**UF** PE	**CEP** 52.041-345	**DDD/Telefone** 81 3194-4800
Nome do Dirigente Hélio Augusto Machado Pessôa			**CPF** 001.041.754-00
RG/Órgão Exp. 2.183.569-SDS/PE	**Cargo** Administrador/Responsável Técnico		**Função** Engenheiro Civil

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jerônimo Rodrigues Souza
Governador

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Eduardo Mendonça Sodré Martins
Secretário

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins
Diretora Geral

DIRETORIA DE RECURSOS HÍDRICOS E DE MONITORAMENTO AMBIENTAL

Antônio Martins de Oliveira Rocha
Diretor

Equipe Técnica

Ângela Cristina Pinheiro Timbó
Antônio Pereira Menezes
Daniella Blinder
Fábio Ribeiro Gondim
José George dos Santos Silva
Rossana Cavalcanti Araújo Silva
Silvia Cristiane Rivas Pereira Kucharski

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS E PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇU

PP-02A – DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

NT3 – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DEMOGRÁFICA

EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO ENGECONSULT-ENGEPLUS

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Engº Hélio Augusto Machado Pessoa – ENGECONSULT

Engº Jairo Barth – ENGEPLUS

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Antônio Eduardo Leão Lanna (Engº Civil)

COORDENAÇÃO TÉCNICA ADJUNTA

Sandro Luiz de Camargo (Geólogo)

Daniela Reitermajer (Bióloga)

Andrea Carla Brock (Eng. Sanitarista e Ambiental)

COORDENAÇÃO ADJUNTA E GESTÃO DO CONTRATO

Anderson Ricardo Farias de Oliveira (Eng. Civil)

António José Trigo Relvas (Eng. Civil)

Daniel Lima (Eng. Civil)

Fernando Ronaldo Furtado Fagundes (Eng. Civil)

Giuliana Vargas (Arquiteta e Urbanista)

Hélio Augusto Machado Pessoa Filho (Eng. Civil)

Luiz Carlos Kraemer Campos (Eng. Civil)

Michelle Pinheiro Pessoa (Eng. Civil)

Renato Cavalcanti Lins (Eng. Civil)

EQUIPE CHAVE

André Luiz Bonacin (Geólogo)

Antônio Eduardo Leão Lanna (Engº Civil)

Daniela Reitermajer (Bióloga)

Eduardo Antonio Audibert (Sociólogo)

Fernando Genz (Eng. Civil)

Roseane Simões Palavizini (Arquiteta e Urbanista)

EQUIPE TÉCNICA

Anderson Ricardo Farias de Oliveira (Eng. Civil)

Andrea Carla Brock (Eng. Sanitarista e Ambiental)

António José Trigo Relvas (Eng. Civil)

Ariely Albuquerque (Geoprocessamento)

Bruno Adriano Farias dos Anjos (Biólogo)

Bruno Eduardo Gonçalves (Eng. Civil)

Bruno Jardim da Silva (Eng. Civil)

Daniel Lima (Eng. Civil)

Emanuel de Araújo Melo

Felipe Picinini (Eng. Civil)

Fernando Genz (Eng. Civil)

Genivaldo Santos de Matos (Geógrafo)

Giuliana Vargas (Arquiteta e Urbanista)

Graziela Zim (Eng. Civil)

Hélio Augusto Machado Pessoa Filho (Eng. Civil)

Isaac Góes de Queiroz (Geólogo)

Lavínia Bonsucesso (Esp. Eng. Ambiental)

Michelle Pinheiro Pessoa (Eng. Civil)

Paula Ivana Riedger (Eng. Ambiental)

Renato Cavalcanti Lins (Eng. Civil)

Rodolfo Bogo Ferreira (Eng. Civil)

Vânia Dalpizzol (Esp. Ed. Ambiental)

APRESENTAÇÃO

O **Consórcio ENGECONSULT-ENGEPLUS,** doravante neste documento denominado simplesmente de Consórcio, apresenta o **PP-02A – Diagnóstico Preliminar**, parte integrante do escopo definido pelo Contrato nº 004/2024 de prestação de serviços de consultoria para a Elaboração do PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS E PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇU, firmado entre o CONSÓRCIO e a SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DA BAHIA (SEMA), com interveniência do INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (INEMA).

O Diagnóstico Preliminar consolida a leitura técnica da Fase B do presente estudo, abrangendo o conteúdo de forma temática em doze Notas Técnicas produzidas pela equipe técnica de especialistas nesta etapa. A etapa seguinte consolida a leitura social a partir da realização das Oficinas de Diagnóstico e elaboração do PP-02B – Relatório de Percepção Social. A fase se encerra com a consolidação das leituras técnica e social na elaboração do PP-02C – Diagnóstico Integrado.

Assim, o produto PP-02A – Diagnóstico Preliminar é apresentado em 12 volumes:

1. NT1 – Regionalização, Uso e Ocupação do Solo;
2. NT2 – Caracterização Física e Biótica;
3. **NT3 – Caracterização Socioeconômica e Demográfica;**
4. NT4 – Saneamento Ambiental;
5. NT5 – Águas Superficiais;
6. NT6 – Águas Subterrâneas;
7. NT7 – Qualidade das Águas;
8. NT8 – Usos e Demandas Hídricas;
9. NT9 – Balanço Hídrico;
10. NT10 – Estrutura Institucional, Legal, Planos, Programas e Projetos e Atores Estratégicos;
11. NT11 – Análise da Situação Atual dos Instrumentos de Gestão
12. NT12 – Situação e Estudo de Potencial de Cobrança.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 12
1. INTRODUÇÃO 16
1.1. ÁREA DE ESTUDO 17
1.2. REGIONALIZAÇÃO DA RPGA 22
2. PAPEL DAS ÁGUAS NA EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA 30
2.1. PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO 30
2.2. POLARIZAÇÃO REGIONAL 35
2.3. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL 45
3. EVOLUÇÃO DOS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS 54
3.1. MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO 54
3.2. ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA RPGA X 61
3.3. POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA RPGA X 64
4. DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS 72
4.1. ESTRUTURA SETORIAL DA ECONOMIA 72
4.2. EVOLUÇÃO DO PIB MUNICIPAL 77
4.3. POPULAÇÃO OCUPADA NOS SETORES DA ECONOMIA 79
4.4. CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS 82
4.5. PERFIL DA INDÚSTRIA SEGUNDO O NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO 88
4.6. ATIVIDADES DE TURISMO NA RPGA 93
4.6.1. Chapada Diamantina 97
4.6.2. Caminhos do Sertão 101
4.6.3. Baía de Todos-os-Santos 103
4.6.4. Impacto da pandemia de Covid 19 107
4.7. PESCA E AQUICULTURA NA RPGA DO PARAGUAÇU 107
5. CONFLITOS PELOS USOS DAS ÁGUAS 120
6. REFERÊNCIAS 129
7. ANEXOS 134

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1: Localização da RPGA X 21
Figura 1.2: Unidades de Balanço da RPGA X 26
Figura 1.3: Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos 28
Figura 2.1: Diagrama de emancipações dos municípios da RPGA X segundo data da instalação e municípios de origem 34
Figura 2.2: RM Feira de Santana e sua área de expansão 36
Figura 2.3: Região de Influência do Arranjo Populacional de Salvador (2018) 40
Figura 2.4: Região de Influência da Capital Regional de Feira de Santana (2018) 41
Figura 2.5: Rede de influência das cidades da RPGA polarizadas pelo Arranjo Populacional de Salvador (2018) 42
Figura 2.6: Rede de influência das cidades da RPGA polarizadas pela Capital Regional de Feira de Santana (2018) 43
Figura 2.7: Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal 45
Figura 2.8: Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 48
Figura 2.9: Municípios (%) por faixas de IDH e localização da sede nas UPGRH (2010) 49
Figura 2.10: Municípios (%) por faixas de IPS e localização da sede nas UPGRH (2024) 51
Figura 2.11: Municípios (%) com índice acima da mediana nas dimensões do IPS segundo a localização das sedes municipais (2024) 52
Figura 3.1: Proporção da área da RPGA X (%) segundo faixas de inserção do território dos municípios na RPGA 56
Figura 3.2: Taxa Geométrica de Crescimento Anual (% a.a.) dos municípios da RPGA X (1991/2022) 58
Figura 3.3: Taxa da Urbanização (%) dos municípios da RPGA X (1991/2010) 59
Figura 3.4: Taxa da Urbanização (%) estimada da RPGA X e UPGRH (2022) 64
Figura 3.5: Localidades quilombolas na RPGA X (2022) 70
Figura 4.1: Distribuição (%) da estrutura setorial do PIB estimada para a RPGA X, conjunto dos municípios da RPGA e para a Bahia (2021) 77
Figura 4.2: Número de municípios da RPGA X pelas faixas de valor do IDEM (2003/2021) 79
Figura 4.3: Distribuição (%) do total estimado de ocupados na RPGA X por UPGRH (2010) 81
Figura 4.4: Distribuição (%) do total estimado de ocupados na RPGA X por setor de atividade econômica (2010) 82
Figura 4.5: Evolução (base=100 em 2013) do BEDA no Brasil, Bahia e RPGA X (2013-2022) 86
Figura 4.6: Regiões turísticas com intersecção com a RP 96
Figura 4.7: Mergulho no Poço Encantado 97
Figura 4.8: Vale do Paty, Chapada Diamantina 97
Figura 4.9: Mapa Turístico da Chapada Diamantina 98
Figura 4.10: Micareta em Feira de Santana 101
Figura 4.11: Município de Cachoeira no recôncavo baiano 104

Figura 4.12: Destaque para os municípios da BTS que fazem parte da UPGRH 7 no mapa turístico da BTS – Setur/BA 105
Figura 4.13: Camboa, ou curral: armadilha de pesca artesanal na Baía do Iguape, Rio Paraguaçu-BA 109
Figura 4.14: Gaiolas e embarcação típica para pesca artesanal na Baía do Iguape-BA 109
Figura 4.15: Pesca com rede na Baía do Iguape 111
Figura 4.16: Pesca com Bomba 111
Figura 5.1: Percepção da oferta de água e possíveis conflitos na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu 124
Figura 5.2: Ocorrência de possíveis conflitos na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu no tempo 125
Figura 5.3: Barragens e possíveis riscos à população na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu 125
Figura 5.4: Danos potenciais associados a barragens na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu 126
Figura 5.5: Temas que preocupam a população na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu 126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1: Territórios Municipais Incluídos na RPGA X 18
Quadro 1.2: Unidades de Balanço da RPGA X 23
Quadro 1.3: Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos das Bacias do Rio Paraguaçu 27
Quadro 2.1: Distribuição dos municípios segundo os Territórios de Identidade a que pertencem 35
Quadro 2.2: Municípios com os maiores e menores IDHM na RPGA X Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu 47
Quadro 3.1: Presença de sede, área e população dos municípios (2010/2022) 55
Quadro 3.2: População estimada pela RPGA, UPGRH e total (2022) 63
Quadro 3.3: População estimada de indígenas e quilombolas pela RPGA, UPGRH e total (2022) 65
Quadro 3.4: Comunidades quilombolas certificadas (2024) 67
Quadro 3.5: Localidades quilombolas na RPGA por UPGRH (2022) 69
Quadro 4.1: PIB e PIB per capita da RPGA X e UPGRH (2021) 76
Quadro 4.2: Estrutura setorial da economia (%) da RPGA X e UPGRH (2021) 76
Quadro 4.3: Percentual de pessoas ocupadas por setor da economia por UPGRH na RPGA X – Rio Paraguaçu (2010) 80
Quadro 4.4: Área plantada total (ha) e distribuição (%) dos principais cultivos temporários e permanentes na RPGA X e por UPGRH (2022) 83
Quadro 4.5: Área dos efetivos da silvicultura total (ha) e distribuição (%) estimada na RPGA X e por UPGRH (2022) 84
Quadro 4.6: Total (cabeças) e distribuição (%) dos efetivos dos rebanhos na RPGA X e por UPGRH (2022) 84
Quadro 4.7: Distribuição (%) dos estabelecimentos agropecuários e área (ha) segundo os grupos de atividade econômica predominante e por UPGRH, RPGA e total (2017) 87
Quadro 4.8: Distribuição (%) da área (ha) segundo os métodos de irrigação e por UPGRH, RPGA e total (2017) 88
Quadro 4.9: Vínculos de emprego pelos grupos (CNAE 2.0) da indústria da transformação, extração mineral e construção (2022) 91
Quadro 4.10: Distribuição (%) dos vínculos de emprego pelos grupos (CNAE 2.0) da indústria da transformação, extração mineral e construção (2022) 92
Quadro 4.11: Destinos indutores e municípios âncora do estado da Bahia 93
Quadro 4.12: Municípios das regiões turísticas da Chapa Diamantina, Caminhos do Sertão e Baía de Todos-os-Santos e sua relação com a RPGA do rio Paraguaçu 94
Quadro 4.13: Participação das Zonas no Fluxo Turístico da Bahia - 2011 94
Quadro 4.14: Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar do Estado da Bahia dos municípios da Chapada Diamantina/Paraguaçu, ZEE-Bahia 99
Quadro 4.15: Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar do Estado da Bahia dos municípios da região turística Caminhos do Sertão/Paraguaçu, ZEE-Bahia 102

Quadro 4.16: Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar do Estado da Bahia dos municípios da região turística da BTS/Paraguaçu, ZEE-Bahia 106
Quadro 4.17: Pescadores/as, associações e comunidades pesqueiras (2023) 108
Quadro 4.18: Diretrizes do ZEE-BA para temática de Pesca e Aquicultura no território da RPGA do rio Paraguaçu 112
Quadro 5.1: Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde nos municípios que fazem parte da RPGA 123
Quadro 5.2: Principais temas e resumo das abordagens da pesquisa 127
Quadro 7.1: Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios que compõem a RPGA X .. 135
Quadro 7.2: Municípios da RPGA X pela presença de sede na RPGA, área total e na RPGA, população por situação, densidade demográfica e taxa de urbanização (2010/2022) 139
Quadro 7.3: Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA: % a.a.) dos municípios da RPGA X por situação de residência (1991/2022) 142
Quadro 7.4: População dos municípios que fazem parte da RPGA X e estimativa da população residente na RPGA e UPGRH (2022) 145
Quadro 7.5: População indígena e quilombola nos municípios da RPGA X (2022) 150
Quadro 7.6: Localidades quilombolas na RPGA X autodeclaradas no censo demográfico (2022) 154
Quadro 7.7: PIB, PIB per capita, variação em relação ao PIB per capita da Bahia e estrutura setorial do PIB dos municípios da RPGA X (2021) 163
Quadro 7.8: Municípios da RPGA X pelo Índice da Dinâmica Econômica dos Municípios Baianos (IDEM) (2003=base 100/2021 – anos selecionados) 166
Quadro 7.9: Municípios da RPGA X pelo total de ocupados e a distribuição (%) segundo o setor de atividade econômica e as taxas de ocupação e desocupação (2010) 168
Quadro 7.10: Municípios da RPGA X pela área plantada (hectares) dos principais cultivos temporários e permanentes (2022) 171
Quadro 7.11: Municípios da RPGA X pelo efetivo (cabeças) dos rebanhos da pecuária (2022) 173
Quadro 7.12: Municípios da RPGA X pelo número de estabelecimentos agropecuários e área segundo os grupos de atividade econômica predominante (2017) 176
Quadro 7.13: Municípios da RPGA X pelo número de estabelecimentos agropecuários com irrigação e área irrigada segundo o método de irrigação (2017) 179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Análise de Componentes Principais

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

APA – Área de Proteção Ambiental

BEDA – Bovinos Equivalentes para Demanda de Água

BH - Bacia Hidrográfica

BHO – Bacia Hidrográfica Ottocodificada

BHP - Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu

BTS – Baía de Todos-os-Santos

CBH - Comitê de Bacia Hidrográfica

CBHP - Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu

CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

Concla – Comissão Nacional de Classificação

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DFQ - Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A

ENSP – Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca

ETA - Estação de Tratamento de Água

FCP – Fundação Cultural Palmares

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Funai – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEM – Indicador de Desempenho das Economias Municipais

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPS- Índice do Progresso Social

MinC – Ministério da Cultura

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

Neepes – Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde

NT – Nota Técnica

PAE – Plano de Ações Estratégicas

PAEP – Plano de Ações Estratégicas do Paraguaçu

PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas

PDTIS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PE – Proposta de Enquadramento

PEP – Proposta de Enquadramento do Paraguaçu

PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos

PIB – Produto Interno Bruto

PLIRHINE – Plano de Aproveitamento Integrado dos Recursos Hídricos do Nordeste do Brasil

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRH – Plano de Recursos Hídricos

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RESEX – Reserva Extrativista

RIMAS – Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas

RM – Região Metropolitana

RPGA – Região de Planejamento e Gestão das Águas

S2ID – Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SIG – Sistema de Informação Geográfica

Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDIC - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial

TR – Termo de Referência

UB – Unidade de Balanço

UC – Unidade de Conservação

UHE – Usinas Hidrelétricas

UPGRH – Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico do Estado da Bahia

CAPÍTULO 01: INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A gestão dos recursos hídricos no estado da Bahia tem como executor o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) que, em função da importância da RPGA X, contratou a elaboração de estudo específico para a região, o Plano de Ações Estratégicas do Paraguaçu (PAEP). O estudo foi realizado entre 2017 e 2018 e teve os instrumentos de gestão dos recursos hídricos como foco principal. Não se tem estabelecida a Agência de Bacia na Bahia, então o Inema, órgão executor dos recursos hídricos desempenha esse papel a partir da elaboração dos Planos de Recursos Hídricos e do Enquadramento dos Corpos de Água como parte do seu planejamento. Ambos são importantes instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos e fazem parte do planejamento do Inema. Assim, o estudo específico - Plano de Ações Estratégicas – serve de base para a elaboração do PRH e enquadramento da RPGA X.

A elaboração do diagnóstico preliminar sob forma de Notas Técnicas já foi adotada pelo Inema na elaboração do Plano de Ações Estratégicas do Paraguaçu (PAEP), assim neste plano as notas técnicas serão utilizadas como base inicial, sendo atualizadas ou complementadas onde for identificada a necessidade.

De acordo com o Termo de Referência deste contrato, e considerando que as Notas Técnicas abordam praticamente todos os tópicos relacionados ao escopo de um Plano de Recursos Hídricos e Proposta de Enquadramento, o conteúdo disponível no PAEP será incorporado integralmente, sendo atualizado nos casos em que a base de dados tiver sido atualizada, além de incorporar abordagens que não tenham sido realizadas.

As Notas Técnicas do PAEP foram analisadas pelos especialistas da equipe técnica buscando identificar se os temas abordados necessitariam, ou não, de atualização. Esta avaliação considerou as especificações do Termo de Referência, bem como o nível de compreensão dos temas quando de sua elaboração, envolvendo atualizações conforme o contexto presente e os objetivos do estudo.

Observou-se no PAEP, a partir da análise das Notas Técnicas, que seus objetivos são distintos, quando comparados aos de um plano de recursos hídricos, assim, algumas abordagens feitas não se mostram pertinentes no atual estudo. No entanto, as Notas Técnicas desenvolvidas no PAEP serão o ponto de partida para os estudos temáticos, proporcionando um ganho significativo nesta fase inicial, uma vez que geralmente é a etapa mais trabalhosa e duradoura durante a elaboração de um plano de recursos hídricos.

Neste contexto portanto, as doze Notas Técnicas foram revisitadas, onde identificado, complementadas as questões que exigiram ajustes, de modo a abranger o conteúdo esperado para a elaboração de um Plano de Recursos Hídricos. Assim destaca-se novamente que, nas Notas Técnicas, os temas que não precisaram de atualização ou revisão foram usados integralmente, conforme acordado com o Inema, o que não configura plágio, uma vez que as notas técnicas são propriedade intelectual do contratante e atendem às especificações do Termo

de Referência. Assim, conforme apresentado no Diagnóstico Integrado do PAEP, os temas do presente diagnóstico estão estruturados nos mesmos doze volumes:

- NT1 – Regionalização, Uso e Ocupação do Solo;
- NT2 – Caracterização Física e Biótica;
- NT3 – Caracterização Socioeconômica e Demográfica;
- NT4 – Saneamento Ambiental;
- NT5 – Águas Superficiais;
- NT6 – Águas Subterrâneas;
- NT7 – Qualidade das Águas;
- NT8 – Usos e Demandas Hídricas;
- NT9 – Balanço Hídrico;
- NT10 – Estrutura Institucional, Legal, Planos, Programas e Projetos e Atores Estratégicos;
- NT11 – Análise da Situação Atual dos Instrumentos de Gestão;
- NT12 – Situação e Estudo de Potencial de Cobrança.

Na elaboração do Plano de Ações Estratégicas do Paraguaçu (PAEP) foram elaboradas duas Notas Técnicas adicionais, NT13 – Definição das Curvas Chaves das Estações Fluviométricas do Inema da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu e NT14 – Detalhamento da Demandas para Irrigação na RPGA X – Bacia do Paraguaçu. O conteúdo foi revisitado e utilizado na elaboração das notas técnicas com tema pertinente.

A Nota Técnica de Caracterização Socioeconômica e Demográfica (NT3) tem como objetivo abordar o papel das águas na evolução socioeconômica, a evolução dos aspectos demográficos, a dinâmica socioeconômica das atividades produtivas na RPGA, além dos conflitos pelos usos das águas.

1.1. ÁREA DE ESTUDO

No estado da Bahia, as bacias hidrográficas são agrupadas e organizadas em 25 regiões, denominadas de Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA). A RPGA X, objeto do presente estudo, é formada pela bacia hidrográfica do rio Paraguaçu com a foz localizada na baía de Iguape, baía de Todos-os-Santos.

A partir da análise do *shape* oficial da RPGA disponibilizado pelo Inema, a área e limites da RPGA foram ajustados, incluindo ajustes conforme as ottobacias[1] da ANA. Assim, a área da RPGA que era de 55.317 km² passou a ser de 55.017,32 km².

Em seu território estão inseridos 90 municípios de forma parcial ou total, onde uma grande parte das sedes encontra-se dentro da RPGA (67 municípios). Do total, 39 municípios estão inseridos

[1] A Base Hidrográfica Ottocodificada (BHO) é utilizada pela ANA na gestão de recursos hídricos, representando a rede hidrográfica em trechos. Cada trecho é uma ottobacia, representando uma forma consistente de identificação de bacias e sub-bacias em diversos níveis de análise.

integralmente na RPGA e apenas 24 com menos de 40% de seu território inseridos na RPGA (destes, seis municípios - Lamarão, São Felipe, Jaguaripe, Novo Horizonte, Nazaré e Salinas da Margarida - tem menos de 1% de participação e, portanto, serão excluídos das análises). O Quadro 1.1 apresenta a relação dos municípios, áreas e respectivos percentuais de inserção.

Quadro 1.1: Territórios Municipais Incluídos na RPGA X

Município	Sede na RPGA	Área do Município (km²)	Área na RPGA (km²)	% área na RPGA
Andaraí	Sim	1.591,33	1.591,33	100
Anguera	Sim	187,69	187,69	100
Antônio Cardoso	Sim	293,30	293,30	100
Baixa Grande	Sim	967,12	967,12	100
Barra da Estiva	Não	1.658,22	180,11	10,86
Barro Alto	Não	415,16	18,23	4,39
Barrocas	Não	207,13	77,46	37,39
Boa Vista do Tupim	Sim	2.972,17	2.972,17	100
Boninal	Sim	898,20	865,19	96,33
Bonito	Sim	791,89	518,43	65,47
Cabaceiras do Paraguaçu	Sim	221,85	221,85	100
Cachoeira	Sim	394,58	234,51	59,43
Candeal	Sim	447,23	447,23	100
Capela do Alto Alegre	Sim	629,21	629,21	100
Capim Grosso	Não	464,54	13,66	2,94
Castro Alves	Sim*	713,25	345,06	48,38
Conceição da Feira	Sim*	164,67	101,74	61,78
Conceição do Coité	Sim*	1.014,46	473,29	46,65
Cruz das Almas	Sim	139,01	98,20	70,65
Feira de Santana	Sim*	1.303,39	788,61	60,5
Gavião	Sim	384,35	384,35	100
Governador Mangabeira	Sim	106,76	106,76	100
Iaçu	Sim	2.341,49	2.149,70	91,81
Ibicoara	Não	817,99	684,79	83,72
Ibiquera	Sim	698,41	698,41	100
Ibitiara	Não	1.838,33	44,05	2,4
Ichu	Sim	137,91	137,91	100
Ipecaetá	Sim	372,28	372,28	100
Ipirá	Sim	3.103,37	3.103,37	100
Iramaia	Sim*	1.708,59	541,60	31,7
Iraquara	Sim	992,97	992,97	100
Itaberaba	Sim	2.385,61	2.385,60	100
Itaetê	Sim	1.332,38	1.328,96	99,74
Itatim	Sim	547,16	420,64	76,88
Jaguaripe**	Não	862,74	0,53	0,06
Lajedinho	Sim	847,01	847,01	100
Lamarão**	Não	189,11	0,06	0,03
Lençóis	Sim	1.284,35	1.284,35	100
Macajuba	Sim	700,94	700,94	100
Mairi	Sim	906,33	906,33	100
Maracás	Sim*	2.413,04	576,86	23,91
Maragogipe	Sim	437,26	398,80	91,2
Marcionílio Souza	Sim	1.099,30	976,84	88,86
Miguel Calmon	Não	1.599,65	724,15	45,27
Milagres	Sim	420,10	110,67	26,34
Morro do Chapéu	Sim	5.748,39	2.800,70	48,72

Município	Sede na RPGA	Área do Município (km²)	Área na RPGA (km²)	% área na RPGA
Mucugê	Sim	2.464,58	2.129,15	86,39
Mulungu do Morro	Sim	647,31	515,32	79,61
Mundo Novo	Sim	1.491,87	1.491,87	100
Muritiba	Sim	86,24	86,24	100
Nazaré**	Não	278,41	1,09	0,39
Nova Fátima	Sim	346,55	346,55	100
Nova Itarana	Não	475,15	15,33	3,23
Nova Redenção	Sim	565,63	565,63	100
Novo Horizonte**	Não	628,79	0,96	0,15
Palmeiras	Sim	738,27	738,27	100
Pé de Serra	Sim	596,36	596,36	100
Piatã	Não	1.828,81	483,53	26,44
Pintadas	Sim	646,78	646,78	100
Piritiba	Sim	980,29	980,29	100
Planaltino	Não	955,16	305,19	31,95
Quixabeira	Não	366,23	84,96	23,2
Rafael Jambeiro	Sim	1.089,79	1.089,79	100
Retirolândia	Sim	242,15	176,54	72,9
Riachão do Jacuípe	Sim	1.154,56	1.154,56	100
Ruy Barbosa	Sim	1.991,75	1.991,75	100
Salinas da Margarida**	Não	150,45	1,51	1
Santa Bárbara	Não	346,74	138,52	39,95
Santa Terezinha	Sim	718,75	494,20	68,76
Santaluz	Não	1.622,27	217,33	13,4
Santo Estêvão	Sim	360,05	360,05	100
São Domingos	Sim	289,76	289,76	100
São Felipe**	Não	222,23	0,16	0,07
São Félix	Sim	103,14	103,01	99,87
São Gonçalo dos Campos	Não	294,53	112,08	38,05
São José do Jacuípe	Sim	362,16	327,25	90,36
Sapeaçu	Não	131,11	20,32	15,5
Saubara	Não	166,30	19,11	11,49
Seabra	Sim	2.406,11	1.491,90	62
Serra Preta	Sim	594,85	594,85	100
Serrinha	Sim*	582,85	233,57	40,07
Serrolândia	Não	321,92	59,82	18,58
Souto Soares	Sim	1.028,16	524,25	50,99
Tanquinho	Sim	243,64	243,64	100
Tapiramutá	Sim	714,79	714,79	100
Utinga	Sim	634,05	634,05	100
Valente	Sim	394,59	196,36	49,76
Várzea da Roça	Sim	468,19	468,19	100
Várzea do Poço	Sim*	206,42	146,77	71,1
Wagner	Sim	522,66	522,66	100

*Sede parcialmente inserida na RPGA **Município com menos de 1% de participação, excluído das análises.

Fonte: Elaboração própria a partir da malha municipal oficial do Estado (SEI, 2024).

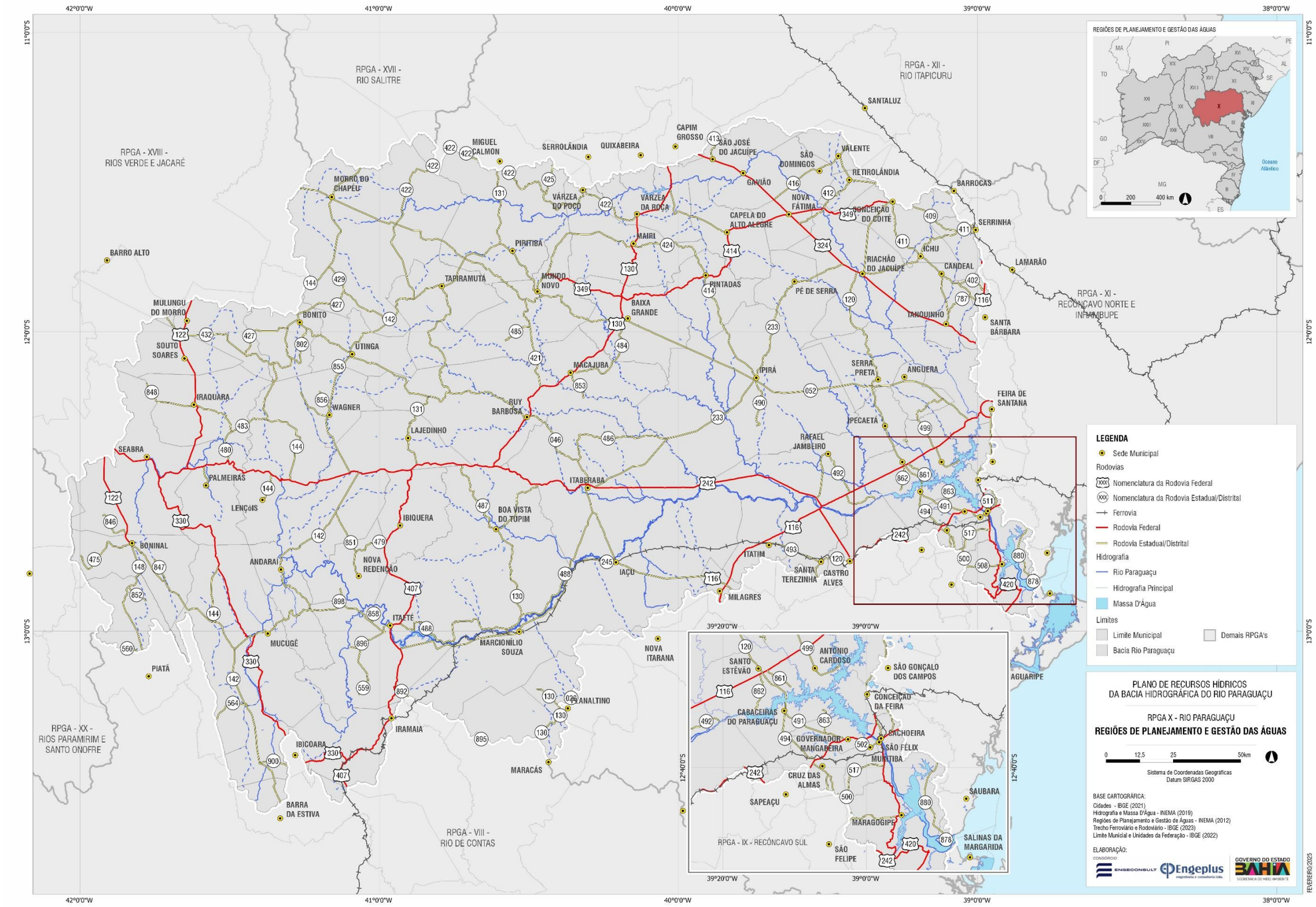
A RPGA abrange a área de dez territórios de identidade do estado, denotando a sua elevada diversidade: Bacia do Jacuípe, Baixo Sul, Chapada Diamantina, Irecê, Piemonte da Diamantina, Piemonte do Paraguaçu, Portal do Sertão, Recôncavo, Sisal e Vale do Jiquiriçá.

Um dos mais importantes rios da Bahia, o Paraguaçu percorre mais de 500 km, desde as suas nascentes principais na Chapada Diamantina, a uma altitude superior a 1.000 m, até a sua foz na baía de Todos-os-Santos. Seus principais afluentes são o rio Una e o rio Jacuípe. Destacam-se ainda na bacia hidrográfica os rios Cochó, Santo Antônio, Utinga e Capivari. Na RPGA está um dos maiores reservatórios do estado, Pedra do Cavalo, responsável pelo abastecimento de grande parte da cidade de Salvador e diversos municípios no entorno.

A RPGA X possui malha rodoviária com diversas conexões importantes como a BR-324, BR-116, BR-242 e a BR-101, além de trechos com rodovias estaduais relevantes, como a BA-052, BA-120, BA-245, BA-142, entre outras. Destaca-se ainda a Ferrovia Centro-Atlântica que percorre diversos municípios da RPGA.

Os limites municipais e principais rodovias são apresentados na Figura 1.1 a seguir com a localização da RPGA X.

Figura 1.1: Localização da RPGA X



1.2. REGIONALIZAÇÃO DA RPGA

A área em estudo toma como referência e limites as bacias de drenagem da Região de Planejamento e Gestão da Água (RPGA). Para efeito do estudo, portanto, a regionalização das Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) consiste no processo de subdivisão da RPGA para fins de análise e planejamento, orientando e fundamentando a proposição e a implementação dos instrumentos de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Para a elaboração do PRH e da PE do Paraguaçu, tomou-se como ponto de partida a regionalização definida para o PAEP, incluindo inicialmente pequenos ajustes relacionados ao refinamento dos limites externos da RPGA com base nas Ottobacias da ANA.

Para a definição das Unidades de Balanço (UB), o fator físico, representado pela rede hidrográfica, é o ponto principal a ser observado. Porém, na definição das Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH), há que se levar em conta fatores outros que não apenas a hidrologia (ou a hidrogeologia), uma vez que a dinâmica regional se apresenta influenciada por elementos internos e externos próprios ao seu contexto, condicionando alterações no território.

Assim, considerando estes aspectos, a regionalização proposta no PAEP, que considerou 10 Unidades de Balanço (UB) distribuídas em seis Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) foi reavaliada e reestruturada, distribuindo as 10 UB em sete UPGRH.

A metodologia adotada para a regionalização define inicialmente as Unidades de Balanço dos Recursos Hídricos superficiais (UB) para então, a partir de homogenias de demais fatores condicionantes, aproximar as Unidades de Balanço semelhantes, criando as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH).

As UPGRH se constituem, portanto, na base para a análise das unidades de paisagem no diagnóstico integrado e, posteriormente, no estudo de prognóstico e na fase final de planejamento. Com efeito, a compreensão da paisagem de forma sistêmica pressupõe metodologia de apreensão do conhecimento de forma a integrar elementos físicos, biológicos e antrópicos e como se dão as interações e inter-relações espaciais e, principalmente, seu potencial de interferência nos recursos hídricos.

No caso do PAE, a regionalização envolveu dois momentos: um primeiro que considerou critérios hídricos e hidrológicos associados às unidades de balanço e aos pontos de controle e um segundo envolvendo uma abordagem integrada e multidisciplinar das unidades de paisagem, que envolveu a análise do contexto de cada unidade de balanço a partir de fatores condicionantes de homogenia.

As unidades de balanço são definidas por um ponto de controle, que representa o extremo de jusante de uma unidade de balanço, sendo escolhidos segundo descontinuidades e/ou mudanças de tendências sensíveis nas disponibilidades, demandas e transferências, as chamadas importações ou exportações).

No PAEP, os pontos de controle para a bacia hidrográfica do rio Paraguaçu foram definidos considerando diversos critérios. Especificamente no caso da UB 10.2, foram definidos dois pontos de controle, admitindo-se a simplificação de considerar que representam o local de confluência do Rio Santo Antônio com o riacho Baixa do Jacu e com o Rio Paraguaçu, em função da pequena distância da real confluência desses rios (4 km). Isso permitiu separar áreas do ambiente de metassedimentos (afluentes da margem direita Rio Santo Antônio e bacia incremental do Rio Paraguaçu) do ambiente cárstico.

No presente estudo, ao avaliar as características das UB10.1 e UB10.2, observou-se que a primeira UB compreende uma zona com predominância de irrigação com maior potencial de desmatamento e a segunda UB uma área com maior tendência a preservação e turismo, compondo área do parque nacional. Estes dois aspectos deixaram evidente a necessidade de tratá-los de forma individual e separada, ampliando assim o número de UPGRH para sete.

Considerando o conceito de pontos de controle, os critérios estabelecidos pelo PERH-BA para definir as unidades de balanço foram reformulados, adotando-se aqueles descritos no Quadro 1.2. Com a consolidação das Unidades de Balanço, também foram definidos os Fatores Condicionantes de Homogeneidade (FCH), tidos como fundamentais para uma análise consistente das condições de similaridade de características em relação aos demais elementos que condicionam a paisagem.

Assim a RPGA do rio Paraguaçu foi subdividida em 10 Unidades de Balanço, considerando os pontos de controle adotados e características específicas, conforme apresentado no Quadro 1.2. A Figura 1.2 apresenta as unidades de balanço definidas.

Quadro 1.2: Unidades de Balanço da RPGA X

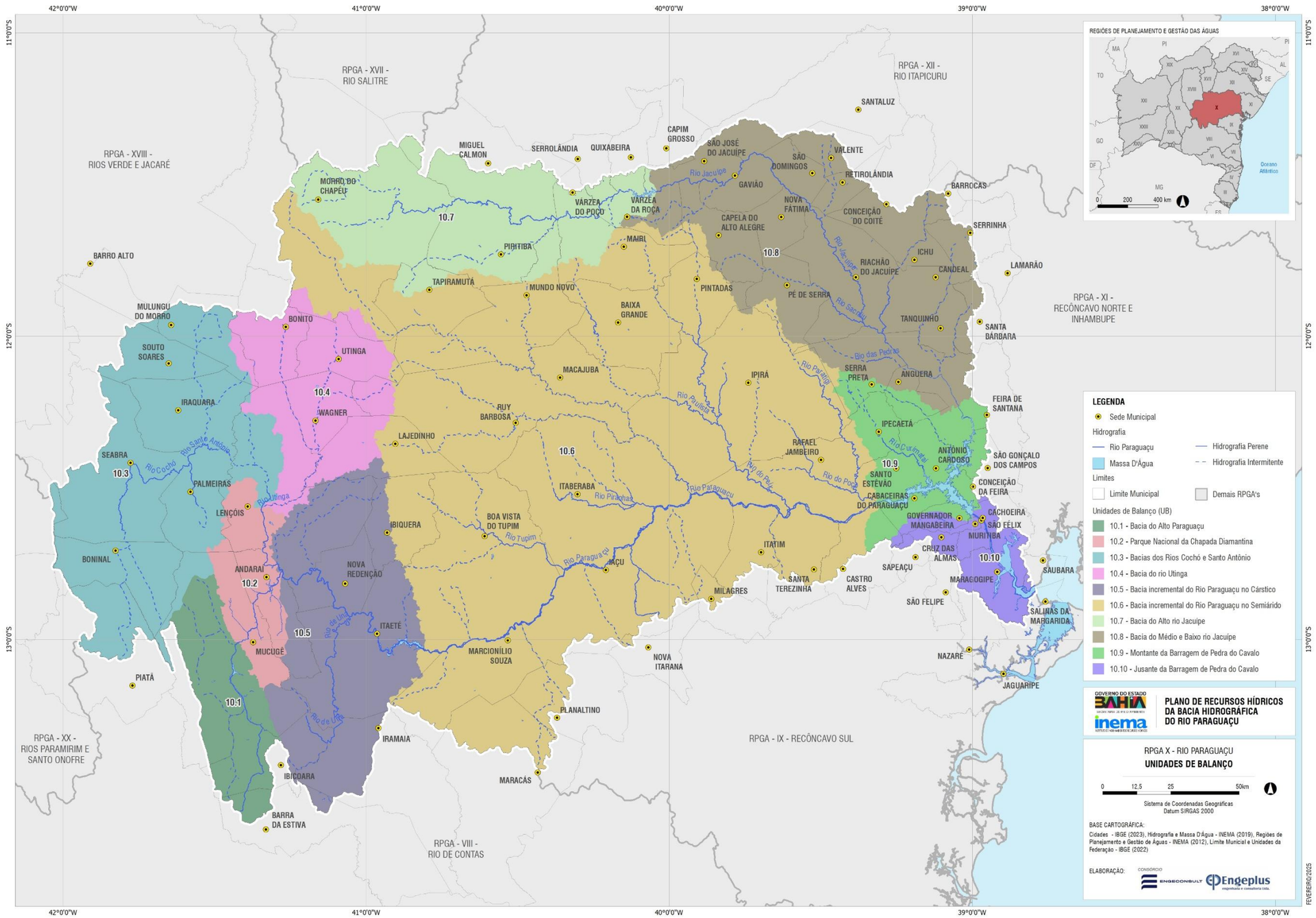
Unidade de Balanço	Características
UB 10.1 – Bacia do Alto Paraguaçu	Constitui a sub-bacia hidrográfica da nascente do rio Paraguaçu, que por conter um relevo relativamente plano, sobre um pacote de sedimentos espessos de Formação Guiné, que ocorre entre a Formação Lagoa de Dentro e Formação Tombador (Serra do Sincorá), associada a ocorrência de precipitação acima de 800 mm anuais, apresentou condições para o desenvolvimento agrícola. O rio Paraguaçu nessa UB é perene e contém a barragem de Apertado, instalada no curso principal do rio. O reservatório de Apertado possui um volume de 108,69 hm³ e vazão regularizada de 7,6 m³/s, interferindo de maneira significativa na disponibilidade hídrica da bacia. Hoje se encontra instalado o Agropolo de Mucugê, no entorno da barragem de Apertado e no trecho de rio a montante, tendo o uso intenso da água para a irrigação de culturas através de pivôs centrais.
UB 10.2 – Parque Nacional da Chapada Diamantina	A UB 10.2, como o indica o nome, tem grande parte de sua área dentro do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Constitui-se uma bacia incremental do rio Paraguaçu que recebe vários afluentes que nascem e se desenvolvem no ambiente do Grupo Chapada Diamantina, de solos Neossólicos Litólicos, que geram grande escoamento superficial na época das chuvas. A região tem altos índices de pluviosidade (acima de 1.000 mm anuais) e relevo bastante acidentado, inúmeros rios e cachoeiras estão presentes. Os principais rios são: São José, Ribeirão, Brejinho, Baiano e Roncador. Destaca-se

Unidade de Balanço	Características
	ainda a presença de um trecho do rio Santo Antônio, onde se forma os Marimbus, conhecido como "Pantanal Baiano". Com exceção do curso principal do rio Paraguaçu, onde o escoamento é perene, os afluentes têm característica de rios intermitentes, já que o substrato não tem capacidade de armazenamento da água da chuva. A UB 10.2 se destaca pela qualidade ambiental dos remanescentes vegetais e pela paisagem ímpar associada ao relevo. Isso faz com que esta seja uma das principais zonas turísticas da Bahia, associada ao ecoturismo, o qual explora a rede hoteleira significativa e as inúmeras trilhas existentes.
UB 10.3 – Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	Constitui a sub-bacia hidrográfica das nascentes do rio Cochó, que ao encontrar o rio Preto forma o rio Santo Antônio. Situa-se em uma região de domínio de metassedimentos do Grupo Chapada Diamantina (Serras das Bordas Oriental e Ocidental), porém com ocorrência de rochas carbonáticas na área dos municípios de Iraquara, Souto Soares, Mulungu do Morro, Palmeiras e Seabra. No entanto, devido à falta de informações hidrológicas que permitam caracterizar os recursos hídricos dessa região de ambiente cárstico, essa área manteve-se integrada à bacia do rio Santo Antônio e a UB 10.3. Diferente das UB 10.1 e UB 10.2, a precipitação anual em grande parte da UB 10.3 é inferior a 700 mm. O rio Cochó tem característica de rio intermitente, enquanto o trecho do rio Santo Antônio é perene. A UB10.3 está ocupada com áreas de predomínio agropecuário (65%), que fica mais concentrado nas porções localizadas a oeste da Chapada Diamantina. A atividade turística é importante na região da Chapada Diamantina e nos municípios que contém cavernas e rios cristalinos do ambiente cárstico.
UB 10.4 – Bacia do rio Utinga	Esta unidade é definida pela totalidade da área sub-bacia hidrográfica do rio Utinga, um afluente importante pela margem esquerda do rio Santo Antônio. Parte da UB10.4, na sub-bacia do rio Bonito, que aflui ao rio Utinga pela margem direita, ocorrem rochas metassedimentares. Na outra parte ocorrem rochas carbonáticas do Grupo Una, estendendo-se desde a região de Utinga a norte até o vale do rio Utinga e seus afluentes pela margem esquerda. Apesar do índice pluviométrico anual desta UB ser mais baixo (entre 600 e 700 mm) que os observados nas UB anteriores, o rio Utinga é perene e adiciona uma vazão importante para o rio Santo Antônio no período de estiagem, devido ao substrato carbonático. O rio Utinga destaca-se atualmente em função da expansão da agricultura, inclusive irrigada, em suas margens, causando conflitos associados à menor disponibilidade de água, agravada pela baixa pluviosidade dos últimos anos.
UB 10.5 - Bacia Incremental do Rio Paraguaçu no Cárstico	A UB 10.5 constitui uma bacia hidrográfica incremental do rio Paraguaçu que inicia na confluência do rio Santo Antônio e finaliza na barragem Bandeira de Melo. Na UB5, que faz a transição entre o Alto e Médio Paraguaçu, ocorrem com menor expressão rochas metassedimentares, em terras de altimetria mais elevada, a oeste, e rochas carbonáticas, a leste, já em terrenos mais baixos, em contato com rochas do embasamento cristalino. Em ambas as margens do rio Paraguaçu são encontradas rochas carbonáticas. Sobre elas se desenvolvem na margem esquerda os riachos Baixa do Jacu, Boa Sorte e de Pedra. Na margem direita o principal afluente é o rio Una, que tem parte de suas nascentes ocorrendo sobre metassedimentos e o restante da bacia está sobre as rochas carbonáticas. A UB5, seguindo o curso rio Paraguaçu, avança cerca de 25 km sobre a área do embasamento cristalino para abranger o reservatório e a barragem Bandeira de Melo, que interfere de forma significativa na disponibilidade hídrica da bacia. O reservatório de Bandeira de Melo possui um volume de 111,59 hm³ e vazão regularizada de 20,6 m³/s.
UB 10.6 - Bacia Incremental do Rio Paraguaçu no Semiárido	A bacia hidrográfica incremental inicia a jusante da barragem Bandeira de Melo, acompanhando o curso principal do rio Paraguaçu e seus afluentes, até encontrar o reservatório da barragem Pedra do Cavalo. É a unidade de balanço com a maior área (23.340,92 km²). A UB6 abrange o médio curso da bacia, ocorre em área de topografia mais baixa, drenando predominantemente as rochas que compõem o embasamento cristalino. O clima é semiárido e em grande parte da unidade a precipitação anual varia entre menos de 500 mm a 700 mm. Com exceção do curso principal do rio Paraguaçu, onde o escoamento é perene na maioria dos anos, os afluentes são intermitentes. Apesar as áreas de drenagem dos afluentes chegarem a milhares de quilômetros quadrados, o substrato não tem capacidade de armazenamento da água da chuva.
UB 10.7 - Bacia do Alto Rio Jacuípe	A bacia hidrográfica do Rio Jacuípe se assemelha em parte com o padrão encontrado ao longo da bacia do rio Paraguaçu, quando nasce em áreas elevadas da borda da Chapada Diamantina, região de Morro do Chapéu, e tem seu curso principal orientado para leste. O rio tem regime de escoamento intermitente.

Unidade de Balanço	Características
	A UB 10.7 abrange a sub-bacia do Alto rio Jacuípe. O rio, após um percurso de aproximadamente 60 km em terras altas do Planalto de Morro do Chapéu, desce a Serra do Tombador, nas encostas da Chapada Diamantina, e adentra nos terrenos rebaixados do embasamento cristalino, em cotas de 600 metros, permanecendo neste tipo de terreno até o reservatório formado pela barragem de São José do Jacuípe. Nas terras altas de Morro do Chapéu o clima é do tipo Subúmido a Seco e a precipitação anual varia entre 700 a 1.000 mm. Logo abaixo dessa região se encontra a barragem de França. O reservatório de França possui um volume de 33,17 hm³ e vazão regularizada de 0,45 m³/s. No limite de jusante da UB7, localiza-se a barragem de São José do Jacuípe. O reservatório possui uma capacidade de armazenamento de 357 hm³ (cerca de dez vezes superior ao de França) e vazão regularizada de 1,6 m³/s. A barragem tem importante interferência na disponibilidade hídrica do rio Jacuípe.
UB 10.8 - Bacia do Médio e Baixo Rio Jacuípe	A UB 10.8 é uma bacia incremental do rio Jacuípe. Ela se inicia a jusante da barragem de São José do Jacuípe, estendendo-se até a posição da estação fluviométrica Ponte do Rio Branco, cerca de 5 km a montante do braço do reservatório da barragem de Pedra do Cavalo. Na UB ocorrem rochas do embasamento cristalino e o clima semiárido predomina, com precipitação anual variando entre 600 e 700 mm. O rio Jacuípe é intermitente nesse trecho. A agropecuária é a atividade predominante na unidade, associada à ampla degradação ambiental. Uma parte rural do município de Feira de Santana ocupa a UB8 no seu trecho final.
UB 10.9 - Montante da Barragem de Pedra do Cavalo	A UB 10.9 abrange as sub-bacias hidrográficas dos afluentes que drenam diretamente ao reservatório da barragem Pedra do Cavalo, com exceção do curso principal dos rios Paraguaçu e Jacuípe. A UB 10.9 contém o reservatório e a barragem Pedra do Cavalo. O reservatório possui um volume de 4.630,96 hm³ e vazão regularizada de 58,3 m³/s, gerando importante interferência na disponibilidade hídrica da bacia. O reservatório da barragem Pedra do Cavalo se estende por dois braços, um trecho sobre a calha do rio Paraguaçu e outro sobre o rio Jacuípe, que após a confluência formam o curso final do rio Paraguaçu. Os principais afluentes diretos ao reservatório são: o Ribeirão do Cavaco e o riacho Aguilhadas pela margem direita do braço sobre o rio Jacuípe; o rio Curumutaí pela margem esquerda do braço sobre o rio Paraguaçu e o rio Jenipapo pela margem direita. A UB 10.9 tem uma área total de 2.015 km², onde ocorrem rochas do embasamento cristalino. As nascentes dos rios Curumutaí e Ribeirão do Cavaco estão em área de clima semiárido, porém à medida que se aproxima do reservatório da barragem, a precipitação anual aumenta chegando a 1.000 mm. Parte da área urbana da sede do município de Feira de Santa ocupa a UB10.9, mas a atividade agropecuária predomina o uso do solo. O entorno do reservatório da barragem Pedra do Cavalo tem alto grau de degradação ambiental. Nesta UB estão localizadas as captações superficiais realizadas no reservatório da barragem de Pedra do Cavalo que fornecem água para o abastecimento humano das principais cidades no entorno e para a Região Metropolitana de Salvador.
UB 10.10 – Jusante da Barragem Pedra do Cavalo	A UB 10.10 abrange o curso principal do rio Paraguaçu e as sub-bacias hidrográficas dos afluentes a jusante da barragem Pedra do Cavalo, até a entrada do rio na Baía de Todos-os-Santos - BTS. Em função da dimensão do reservatório, a operação da barragem Pedra do Cavalo impõe as condições hidrológicas a jusante e tem alterado o regime de escoamento desse trecho do rio. As sub-bacias que drenam ao curso principal do rio têm tamanho relativamente pequeno diante da bacia contribuinte do rio Paraguaçu nesse ponto (mais de 50.000 km²). Os principais rios afluentes ao rio Paraguaçu são: rio Capivari (310 km²), Cachoerinha (116 km²) e Sinunga (67 km²). A precipitação anual varia entre 1.000 mm, próximo da barragem Pedra do Cavalo, e 1.700 mm, no trecho que deságua na BTS. O clima é úmido a subúmido. Nas áreas a montante da falha de Maragogipe, na Baía de Iguape, ocorre o embasamento cristalino, enquanto a jusante há a presença de sedimento da Bacia do Recôncavo, além de depósitos costeiros recentes. Nessa UB o rio Paraguaçu está na transição para o desague no Oceano Atlântico, que ocorre através da BTS, a partir da Baía de Iguape, constituindo um ambiente estuarino, que lhe traz comportamento hidrológico, hidrodinâmico e ecológico bastante rico, peculiar e complexo.

Fonte: Adaptado de BAHIA/ INEMA (2019).

Figura 1.2: Unidades de Balanço da RPGA X



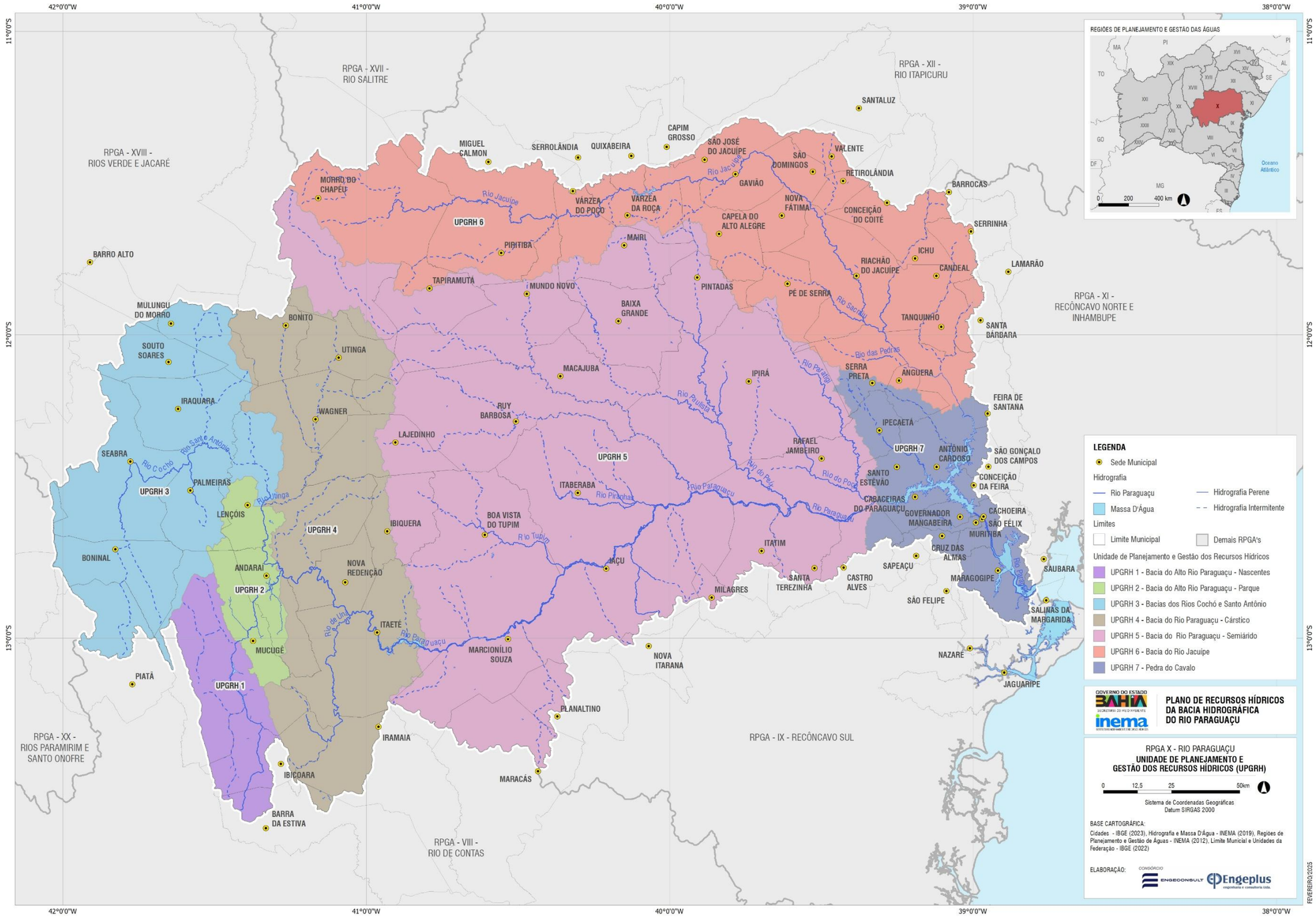
No Quadro 1.3 são apresentadas as Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UPGRH) definidas para a RPGA X e a Figura 1.3 apresenta a sua espacialização. A RPGA ficou agrupada em sete UPGRH, onde as UPGRH 4, UPGRH 6 e UPGRH 7 agrupam duas Unidades de Balanço em cada.

Quadro 1.3: Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos das Bacias do Rio Paraguaçu

UPGRH	Unidades de Balanço na UPGRH	Características de Homogenia Identificadas
UPGRH1 – Bacia do Alto Rio Paraguaçu – Nascentes	UB 10.1	Clima úmido a subúmido. Rio principal com regime de escoamento perene. Interferência hídrica da barragem de Apertado no curso principal e outras nos afluentes. Predomínio do aquífero fissural nas bordas formando zonas de recarga do aquífero sedimentar e cárstico. Atividade agrícola pressionando a conservação ambiental. Baixa densidade demográfica.
UPGRH2 - Bacia do Alto Rio Paraguaçu – Parque	UB 10.2	Clima úmido a subúmido. Rio principal com regime de escoamento perene. Restrição de uso imposto pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina. Baixa densidade demográfica. Turismo como atividade importante.
UPGRH3 – Bacia dos Rios Cochó e Santo Antônio	UB 10.3	Clima subúmido a seco. Predomínio de metassedimentos do Grupo Chapada Diamantina. Ambiente cárstico sem informações hidrológicas. Atividade agropecuária e turismo são predominantes.
UPGRH4 – Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	UB 10.4 e UB 10.5	Clima semiárido predominante. Transição entre o Grupo Chapada Diamantina e o Embasamento cristalino. Ocorrência predominante de rochas carbonáticas. Afluentes com regime de escoamento perene. Atividade agrícola em expansão. Potencial de exploração da água subterrânea.
UPGRH5 – Bacia do Rio Paraguaçu – Semiárido	UB 10.6	Clima semiárido e embasamento cristalino predominantes. Interferência hídrica de barragem no curso principal do rio. Afluentes intermitentes. Curso principal do rio perene, na maioria dos anos. Atividade agropecuária predominante. Captações de água ao longo do curso do rio principal.
UPGRH6 – Bacia do Rio Jacuípe	UB 10.7 e UB 10.8	Clima semiárido e embasamento cristalino predominantes. Afluentes intermitentes. Interferência hídrica das barragens no curso principal e afluentes. Atividade agropecuária predominante. UB muito antropizadas, com exceção da região mais a montante, em Morro do Chapéu, na UB10.7.
UPGRH7 – Pedra do Cavalo	UB 10.9 e UB 10.10	Ambas as UB estão fortemente ligadas a barragem Pedra do Cavalo, seja pelos efeitos de montante ou de jusante. Interferência hídrica de barragem. Captações de água expressivas no reservatório da barragem. Atividade agropecuária predominante. Maior densidade demográfica da bacia. Áreas urbanas, infraestrutura e logística importantes.

Fonte: Adaptado de BAHIA/ INEMA (2019).

Figura 1.3: Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos



CAPÍTULO 02: *PAPEL DAS ÁGUAS NA EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA*

2. PAPEL DAS ÁGUAS NA EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA

Os rios sempre foram um fator primordial na sobrevivência e no desenvolvimento econômico e social. A datar dos primeiros grupos nômades sobrevivendo em cavernas com a presença de água subterrânea ou próximas a rios, a primeira revolução agrícola, no período Neolítico, quando os humanos migraram da caça e coleta para a agricultura (uso consciente da água), construindo as primeiras edificações de cidades como as conhecemos, verdadeiros centros de produção e comercialização econômicos e aglomerados populacionais. Neste contexto, é necessário explorar e compreender como os territórios foram transformados e se transformaram ao longo dos processos históricos econômicos e sociais promovidos pelo homem. Assim sendo, este item tem como objetivo discutir o processo histórico mais recente de ocupação da RPGA X, bem como sua situação em termos de desenvolvimento econômico e social, tendo como foco principal a temática dos recursos hídricos.

De acordo com o Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos de 2017, a demanda por água deverá aumentar significativamente nas próximas décadas. Além do setor agrícola, que é responsável por 70% das captações de água em todo o mundo, grandes aumentos da demanda de água são previstos para a indústria e produção de energia. Neste contexto, ter em mente os processos econômicos históricos auxilia o diagnóstico dos problemas relacionados a recursos hídricos e a projeção de cenários futuros da situação das bacias.

2.1. PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

No território que se tornaria o Brasil, as primeiras ocupações humanas são datadas entre 12 mil e 30 mil anos atrás. Nesse contexto, os rios representaram àquelas ocupações o mais vital recurso de subsistência, ocupação e desenvolvimento. O estabelecimento destas ocupações, majoritariamente próximas a rios, deram origem, não apenas no território hoje conhecido como Brasil, mas também em todo continente americano, a uma grande variedade de tribos indígenas. No atual território brasileiro, pré-invasão europeia, existiam mais de 170 línguas faladas por nativos daquele espaço, separadas em quatro grandes grupos: "o tupi, empregado por tribos distribuídas numa vasta faixa entre o Amazonas e Rio Grande do Sul; o gê, concentrado na bacia do Araguaia-Tocantins. O carib, encontrado no Mato Grosso e norte do Amazonas; e o arauaque, dominante na região do Pantanal e o oeste do Amazonas" (Caldeira, 1997).

Por volta de 1500, no atual estado da Bahia, pré-invasão europeia, a maior concentração de população litorânea era de tribos indígenas predominantemente de origem etnolinguística tupi, além de grande concentração do povo dos Pataxós, do tronco macro-gê. Em sua grande maioria, estes povos indígenas viviam uma vida de caçadores-coletores nômades e se estabeleciam em habitações próximas aos rios, utilizando-os como forma primordial de caça (pesca) para subsistência.

Em termos de formação territorial, toda a região do semiárido brasileiro foi primeiramente ocupada por diversos grupos étnicos indígenas, antes da chegada dos colonizadores. A ocupação da RPGA X por populações não indígenas, que deu origem à configuração territorial atual, decorreu da chegada dos primeiros portugueses ao Brasil no ano de 1500 e da formação das cinco capitanias hereditárias estabelecidas entre os anos de 1534 e 1566, a saber: Capitania da Bahia de Todos os Santos, de Porto Seguro e de Ilhéus formadas em 1534; de Itaparica de 1558; e a do Recôncavo ou Paraguaçu formada em 1566.

No atual estado da Bahia, em 1532, foi concedido a Francisco Pereira Coutinho o poder de explorar o território na Capitania da Bahia de Todos os Santos. Como descreve Felisberto Freire (apud Neves, 2008):

> Já no século XVI, os portugueses viram nas áreas próximas às margens do Paraguaçu um local de povoamento promissor. Esta é uma das razões explicativas para este rio ser um dos primeiros a atrair o movimento de colonização e da ocupação e exploração de suas terras ter ocorrido logo nos primeiros anos da presença efetiva dos colonos na capitania da Bahia.

Durante as expedições organizadas pelos Portugueses no século XVI, ribeirões e rios serviam de rotas de deslocamento, especialmente às suas margens por proporcionarem pontos de referência em um território pouco explorado.

Dentre estes rios, destaca-se o rio Paraguaçu. O rio Paraguaçu, denominação dos grupos Tupis que viviam nas bordas da baía de Todos-os-Santos, nasce na Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina, e tem sua foz na baía de Todos-os-Santos, com um curso de 520 km. As águas do Paraguaçu cortam desde o sertão até o litoral, sendo um divisor das terras do Sertão e do Recôncavo. A conquista do Paraguaçu era considerada prioritária para a penetração colonial dos Sertões e do Norte de Salvador, embora os portugueses tenham encontrado muitas dificuldades devido aos bancos de areia que se formavam no rio e impossibilitavam a navegação quando a maré estava baixa.

Em 1548, D. João III, decidiu instaurar um centro de governo português no Brasil, liderado pelo primeiro governador-geral Tomé de Souza. Esta investida portuguesa abriu espaço para a concessão de sesmarias e consequentemente a criação e expansão do território. Depois da chegada do governador, na metade do século XVI, pequenos povoados foram se estabelecendo às margens do rio Paraguaçu.

Já no século XVII, o objetivo comum presente naquela região passou a ser, além da busca exploratória de metais preciosos, o avanço agrícola associado ao plantio da cana-de-açúcar. Ao longo do século XVII a região viu o apogeu e o declínio do ciclo da cana-de-açúcar e o início do ciclo do gado, fumo e a mineração de ouro.

Segundo Gandara (2010) a maioria das cidades brasileiras tiveram originalmente os rios como o elemento definidor de seu surgimento, além da força propulsora do comércio, em função do tropeirismo, a qual só se viabilizava com a presença de um rio próximo. Neste contexto, os rios foram responsáveis pela organização do espaço-cidade, exercendo um papel efetivo na sua dinâmica tendo em vista servirem como estimuladores de crescimento econômico, facilitadores

do comércio e responsáveis pelo fornecimento de água para abastecimento humano e indústria, proporcionando a circulação e o acesso por meio da navegação e contribuindo para a fertilidade dos solos, dentre outros aspectos.

A bacia hidrográfica do rio Paraguaçu (RPGA X) insere-se principalmente no semiárido baiano, região de contrastes, na qual convivem as formas mais extremas de pobreza e riqueza, refletindo os dilemas mais característicos das terras secas do Nordeste brasileiro, tendo, como mencionado anteriormente, raízes na natureza do processo de colonização e uso do solo.

Especificamente em relação à RPGA X, a água é um tema estratégico para o seu desenvolvimento econômico e possui uma dimensão social importante, especialmente por se tratar de uma região de semiárido. Como visto, o processo histórico e a formação social na região da RPGA se deram em torno da água. Atualmente, a Barragem do Apertado abastece o perímetro irrigado da região e faz dela local estratégico na produção da batata, sendo responsável por grande parte do abastecimento deste produto em todo o Nordeste. Além disso, na chapada Diamantina, o Paraguaçu serve de base ao cultivo de árvores frutíferas, com produtos como a maçã e ameixa. A região também preserva o que restou do Brasil colonial, tendo o turismo como atividade econômica.

Atualmente a RPGA X é composta por 90 municípios, dos quais seis (Lamarão, São Felipe, Jaguaripe, Novo Horizonte, Nazaré e Salinas da Margarida) possuem uma parcela muito pequena de seu território no interior da RPGA, sendo considerados para todos os efeitos como estando fora dela neste estudo.

Os 84 municípios considerados na RPGA X neste estudo, apresentaram diversas conformações territoriais ao longo do período mais recente. Para a análise da sua dinâmica econômica e social é necessário considerar as divisões político-administrativas pelas quais passaram os municípios que a compõem. Ou seja, todo o levantamento de dados por município deve se pautar pela base territorial existente no ano de referência das informações utilizadas, visto que ao longo dos anos, novos municípios foram formados a partir de desmembramentos e emancipações, as quais podem ser de um único município de origem (por exemplo, um distrito de um município que se emancipa) ou serem originárias de vários municípios (geralmente agregando áreas rurais de municípios limítrofes).

Na Figura 2.1 é apresentado o diagrama da divisão territorial segundo a data de instalação dos municípios, considerando-se as emancipações ocorridas no conjunto de municípios que fazem parte da RPGA X. O último ano em que houve alteração na base territorial dos municípios foi em 2001, com a instalação do município de Barrocas, desmembrado do município de Serrinha.

É importante observar que nenhum município que compõe a RPGA X originou-se de municípios de fora desta, entretanto, quatro municípios que a compõem perderam território para formação de novos municípios que não fazem parte do território da RPGA, quais sejam:

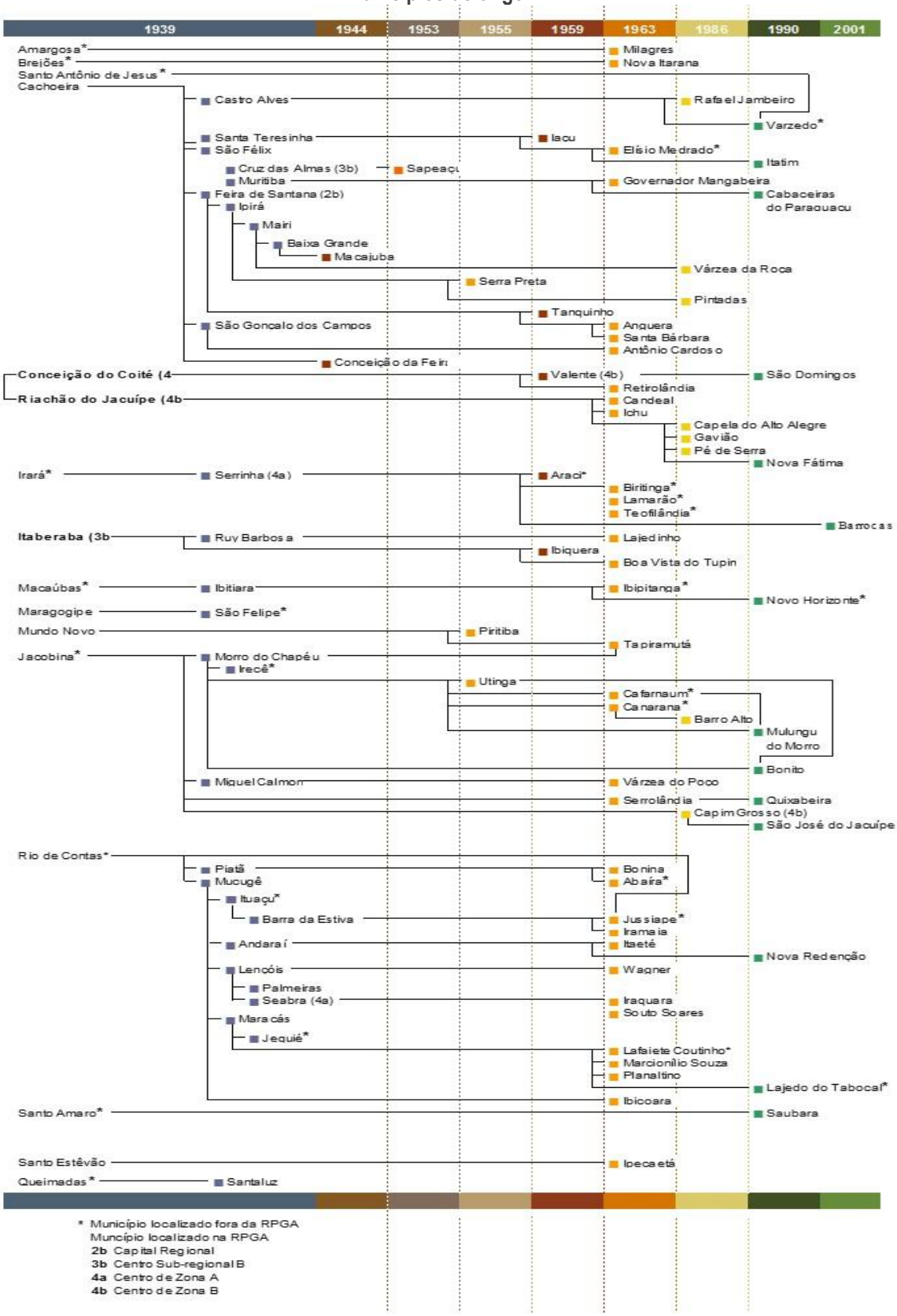
- Cachoeira – perdeu território em 1939 para formação de Castro Alves, Santa Teresinha e São Félix;

- Feira de Santana – perdeu território em 1959 para formação de Tanquinho e em 1963 para formação de Anguera;
- São Gonçalo dos Campos – perdeu território em 1963 para formação de Antônio Cardoso;
- Serrinha – perdeu território em 1959 para formação de Araci.

Como é possível observar, o conjunto dos municípios registrou um intenso processo de evolução territorial que se estendeu até o final da década de 1990, com apenas uma alteração em 2001. No século 21 não há registro de outros desmembramentos, indicando uma situação de estabilidade dos limites territoriais, os quais irão se modificar novamente em 2013, com a revisão dos limites territoriais de um grande número de municípios na Bahia, porém, sem a criação de novos municípios.

Complementando o quadro de evolução territorial, o Quadro 2.1 apresenta a distribuição dos municípios da RPGA no contexto dos 27 Territórios de Identidade, reconhecidos pelo governo baiano como unidades de planejamento para as políticas públicas do Estado e, com isso, "possibilitar o planejamento das ações de desenvolvimento do Estado, de acordo com as demandas características da população de cada região, que são representadas por órgãos da sociedade civil organizada, levando-se em consideração aspectos sociais, econômicos e culturais" (SEPLAN, 2007).

Figura 2.1: Diagrama de emancipações dos municípios da RPGA X segundo data da instalação e municípios de origem



Fonte: IBGE, 2017.

Quadro 2.1: Distribuição dos municípios segundo os Territórios de Identidade a que pertencem

Território de Identidade	Municípios na RPGA X
01 Irecê	Barro Alto; Mulungu do Morro
03 Chapada Diamantina	Andaraí; Barra da Estiva; Boninal; Bonito; Ibicoara; Ibitiara; Iramaia; Iraquara; Itaetê; Lençóis; Marcionílio Souza; Morro do Chapéu; Mucugê; Nova Redenção; Palmeiras; Piatã; Seabra; Souto Soares; Utinga; Wagner
04 Sisal	Barrocas; Candeal; Conceição do Coité; Ichu Retirolândia; Santaluz; São Domingos; Serrinha; Valente
09 Vale do Jiquiriçá	Maracás; Milagres; Nova Itarana; Planaltino
14 Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim; Iaçu; Ibiquera; Itaberaba; Itatim; Lajedinho; Macajuba; Mundo Novo; Piritiba; Rafael Jambeiro; Ruy Barbosa; Santa Terezinha; Tapiramutá
15 Bacia do Jacuípe	Baixa Grande; Capela do Alto Alegre; Capim Grosso; Gavião; Ipirá; Mairi; Nova Fátima; Pé de Serra; Pintadas; Quixabeira; Riachão do Jacuípe; São José do Jacuípe; Serra Preta; Várzea da Roça; Várzea do Poço
16 Piemonte da Diamantina	Miguel Calmon; Serrolândia
19 Portal do Sertão	Anguera; Antônio Cardoso; Conceição da Feira; Feira de Santana; Ipecaetá; Santa Bárbara; Santo Estêvão; São Gonçalo dos Campos; Tanquinho
21 Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu; Cachoeira; Castro Alves; Cruz das Almas; Governador Mangabeira; Maragogipe; Muritiba; São Félix; Sapeaçu; Saubara

Fonte: SEI, 2024.

2.2. POLARIZAÇÃO REGIONAL

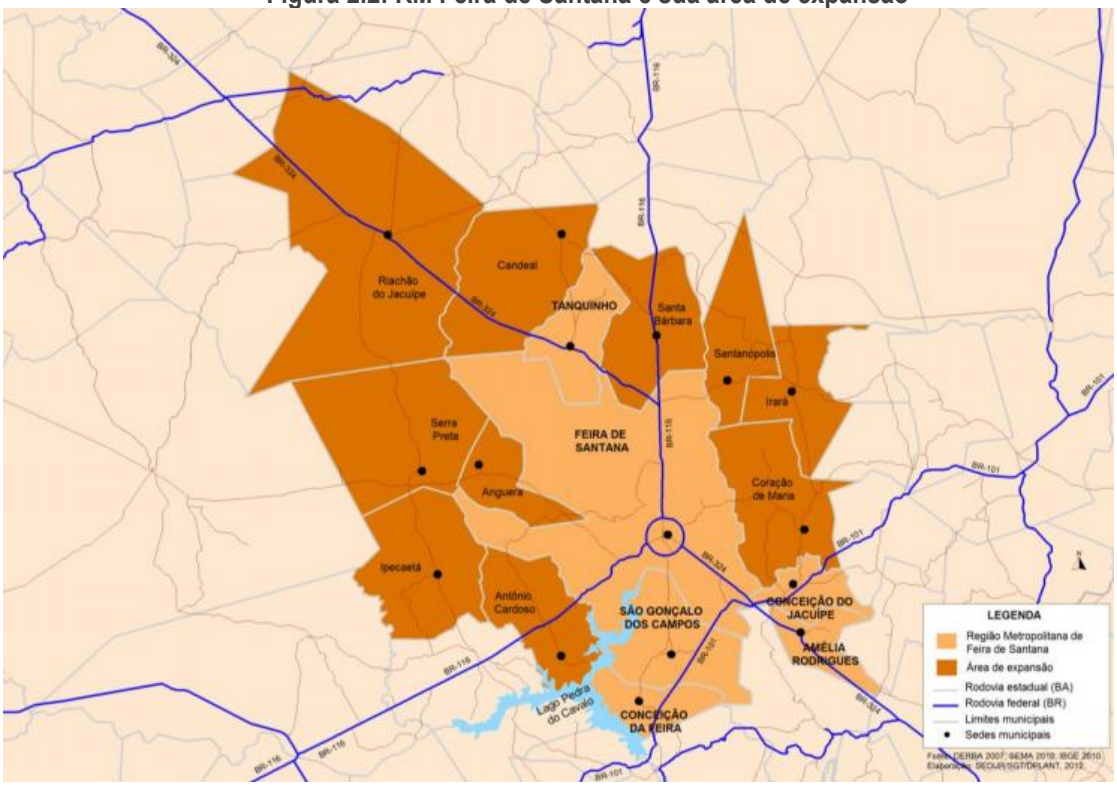
A RPGA X conta, em seu território, com uma parcela da Região Metropolitana de Feira de Santana. As Regiões Metropolitanas compreendem áreas urbanas de diferentes cidades interligadas e que exercem relações mútuas de dependência. Segundo o Ipea (2015), as regiões metropolitanas no Brasil são criadas por meio de práticas e motivações que não guardam, necessariamente, relação com o processo de formação das metrópoles; não refletem, obrigatoriamente, políticas ou estratégias de desenvolvimento territorial; e não se atrelam, necessariamente, à gestão das funções públicas de interesse comum. Os critérios de delimitação remetem com maior frequência às constituições estaduais, dentre os quais destacam-se os indicadores demográficos (volume e ritmo de crescimento populacional e densidade demográfica); a necessidade de organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum; e as atividades econômicas regionais e seu grau de integração.

Na Bahia, de acordo com o Relatório de Pesquisa Governança Metropolitana no Brasil, realizado no âmbito do Projeto da Governança Metropolitana no Brasil, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) por meio da cooperação entre o Ipea e o governo do estado (IPEA, 2015), existem duas regiões metropolitanas legalmente instituídas, a RM de Salvador, criada em 1973, por Lei Federal, e a RM de Feira de Santana, criada em 2011, por Lei Estadual, sendo elas tradadas como parte da Política de Desenvolvimento Urbano.

Para este estudo, interessa a RM de Feira de Santana, formada por seis municípios, sendo quatro destes integrantes da RPGA X, Conceição da Feira, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho, além de Amélia Rodrigues e Conceição do Jacuípe. A área de extensão da Região Metropolitana de Feira de Santana abrange, dentro da RPGA X, os municípios de Antônio Cardoso, Candeal, Santa Bárbara, Serra Preta, Anguera, Ipecaetá e Riachão do Jacuípe, além de Coração de Maria, Irará e Santanópolis que não fazem parte da RPGA (Figura 2.2).

A Região Metropolitana de Feira de Santana ocupa uma área de 2,3 mil km² e contava com um contingente populacional de 665.629 habitantes em 2010, configurando-se, em termos populacionais, como a 27ª entre as 52 regiões metropolitanas do país (Ipea, 2015). Em 2022, a RM Feira de Santana contava com 736.038 habitantes, com taxa de crescimento de 0,8% a.a., bem superior à taxa estadual de 0,1% a.a.

Figura 2.2: RM Feira de Santana e sua área de expansão



Fonte: Ipea, 2015.

Conforme consta no relatório do Ipea (2015), a RM Feira de Santa desempenha um papel relevante na base econômica estadual, sediando importantes atividades industriais, comerciais e de serviços. A cidade polo de Feira de Santana possui o 3º maior PIB do Estado da Bahia e apresenta alta concentração de serviços, polarizando grande número de municípios, que conformam sua região de influência, parte deles inseridos na RPGA X, como será visto a seguir.

Contudo, a rede de influência das cidades, considerando o grande número de municípios e a extensão da RPGA, é complexa, contando com diversos centros de hierarquia intermediária que polarizam cidades menores próximas, além da centralidade da rede de influência da Metrópole de Salvador.

Segundo o IBGE (2016) Salvador, juntamente com outros 9 municípios, sendo três com mancha urbana contínua a ele, formava um Arranjo Populacional polarizado pela cidade de Salvador. Um arranjo populacional se caracteriza por contar com forte intensidade relativa dos movimentos pendulares para trabalho e estudo, ou seja, deslocamentos diários de população entre os municípios para estas finalidades correspondendo a 17% ou mais da população do município. Além disso, conta também com forte intensidade absoluta dos movimentos pendulares para

trabalho e estudo (deslocamentos para trabalho e estudo entre os municípios igual ou superior a 10 mil pessoas) ou contiguidade das manchas urbanizadas, com distância máxima de 3 km entre as bordas das manchas urbanizadas de dois municípios.

Dessa forma, um Arranjo Populacional estabelece uma relação integrada entre diferentes municípios, os quais precisam ser considerados como uma unidade integrada e não apenas como unidades territoriais isoladas, ainda que próximas.

O Arranjo Populacional de Salvador foi classificado como uma grande concentração urbana, por ser um Arranjo Populacional acima de 2,5 milhões de habitantes, caracterizado por ter a urbanização como principal processo indutor da integração dos municípios. Esses arranjos apresentam alto grau de integração entre os municípios componentes, formando conurbações com formas variadas, contando com um núcleo principal que estrutura e articula todos os níveis de arranjos com os outros núcleos que possuem papéis complementares.

Cachoeira, Muritiba, São Félix e Governador Mangabeira fazem parte do Arranjo Populacional de Cachoeira - Muritiba - Governador Mangabeira, um conjunto integrado de municípios sem uma cidade centralizando as demais. Esse arranjo populacional se caracteriza por possuir mancha urbana contígua, com população total menor que 100 mil habitantes em 2010. Outro pequeno Arranjo Populacional é o de Conceição do Almeida – Sapeaçu, formado apenas pelos dois municípios. Feira de Santana, entretanto, não faz parte de um arranjo populacional segundo os critérios de IBGE 2016.

Em termos de hierarquia urbana, o IBGE atualizou seu estudo da rede de influência das cidades, com resultados referentes a 2018, sendo que a última atualização foi referente a 2007. A rede urbana brasileira, no estudo de 2018, está estruturada em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis; e as regiões de influência, identificadas pela ligação das Cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. O elo final de cada rede são as Metrópoles, para onde convergem as vinculações de todas as Cidades presentes no Território Nacional (IBGE, 2020).

A unidade urbana de análise das Regiões de Influência das Cidades são os Municípios e os Arranjos Populacionais, tendo em vista que em certos casos, vários Municípios são indissociáveis como unidade urbana, conforme o estudo sobre os arranjos populacionais apresentado anteriormente (IBGE, 2016).

A hierarquia dos centros urbanos foi definida pelo IBGE (2020) em cinco grandes níveis com subdivisões internas, conforme as "funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades. O alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais Cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada na pesquisa" (IBGE, 2020, p. 11).

A noção de região de influência indica vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor em relação aos de hierarquia superior, formando uma rede de unidades urbanas ligadas

entre si, ao invés da abordagem mais frequente de região, definida em zonas contíguas. A região reticular, ou rede de influência, não necessariamente é contígua e pode apresentar superposições e duplas subordinações de Cidades (IBGE, 2020).

Os níveis e subníveis da hierarquia dos centros urbanos, sumariamente, são:

1 Metrópoles: correspondem aos 15 principais centros urbanos, dos quais todas as Cidades existentes no País recebem influência direta, seja de uma ou mais Metrópoles simultaneamente.

a) Grande Metrópole Nacional: Arranjo Populacional de São Paulo/SP.
b) Metrópole Nacional: os Arranjos Populacionais de Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ.
c) Metrópole: os Arranjos Populacionais de Salvador/BA, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Vitória/ES e o Município de Manaus (AM), somando 12 Cidades.

2 Capitais Regionais: são os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas menor alcance que as Metrópoles, somando 97 Cidades.

a) Capital Regional A: 9 Cidades, em geral Capitais Estaduais das Regiões Nordeste e Centro-Oeste, além de Ribeirão Preto/SP.
b) Capital Regional B: 24 Cidades, entre elas Feira de Santana, geralmente com centralidades de referência no interior dos Estados, além do Arranjo Populacional de Palmas/TO e o Município de Porto Velho (RO), sendo mais numerosas na Região Sul (10 Cidades).
c) Capital Regional C: 64 Cidades, com três Capitais Estaduais (Municípios de Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e o Arranjo Populacional de Macapá/AP), estando mais concentradas na Região Sudeste (30 Cidades).

3 Centros Sub-Regionais: 352 Cidades que possuem atividades de gestão menos complexas, áreas de influência de menores e menor porte populacional (média nacional de 85 mil habitantes)

a) Centro Sub-Regional A: 96 Cidades, mais concentradas nas Regiões Sudeste Sul e Nordeste (média de 120 mil habitantes).
b) Centro Sub-Regional B: 256 Cidades, mais concentradas nas Regiões Sudeste e Nordeste (média de 70 mil habitantes).

4 Centros de Zona: 398 Cidades com média de 30 mil habitantes, com poucas atividades de gestão, atraindo Cidades vizinhas pelo comércio e serviços devido à proximidade.

a) Centro de Zona A: 147 Cidades com média de 40 mil habitantes.

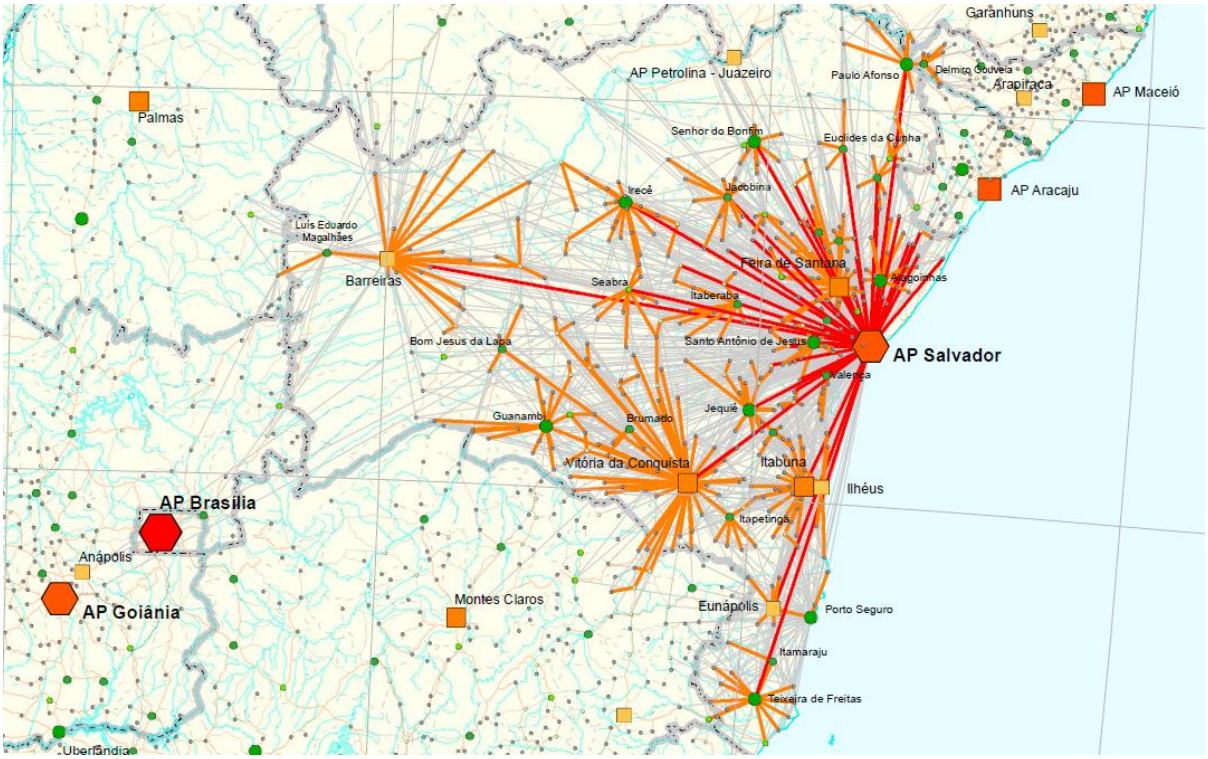
b) Centro de Zona B: 251 Cidades com média inferior a 25 mil habitantes, concentrados na Região Nordeste (100 Cidades).

Centros Locais: Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Eram a maioria das Cidades (4.037 centros urbanos, 82,4% das unidades urbanas analisadas), com média populacional de 12,5 mil habitantes.

Considerando esses critérios e hierarquia, segundo IBGE (2020), o Arranjo Populacional de Salvador é classificado como uma Metrópole, compondo o grupo dos 15 maiores centros urbanos do Brasil, 14 deles capitais estaduais, com alta concentração de atividades de gestão e grande alcance em termos de região de influência.

A rede de influência da Metrópole de Salvador era composta por 402 Cidades em 2018, correspondendo a uma população de pouco menos de 14,5 milhões de pessoas, em uma área de quase 480 mil km². Sua rede de influência não cobre todo o território do Estado da Bahia, uma vez que o oeste foi "capturado" pela rede de Brasília e o norte do Estado pela rede do Arranjo Populacional de Petrolina/PE - Juazeiro/BA, que pertence à rede de Recife. Entretanto, sua influência se estende além das divisas estaduais, a algumas Cidades de Minas Gerais, com centros urbanos fazendo parte das redes das Cidades de Teixeira de Freitas (BA) e Vitória da Conquista (BA). O PIB per capita da Metrópole de Salvador era o quarto menor do país em 2018, sendo que 45,2% do PIB da região de influência estavam concentrados no Arranjo Populacional de Salvador, conferindo sua característica de grande concentração em seu núcleo (Figura 2.3).

Figura 2.3: Região de Influência do Arranjo Populacional de Salvador (2018)



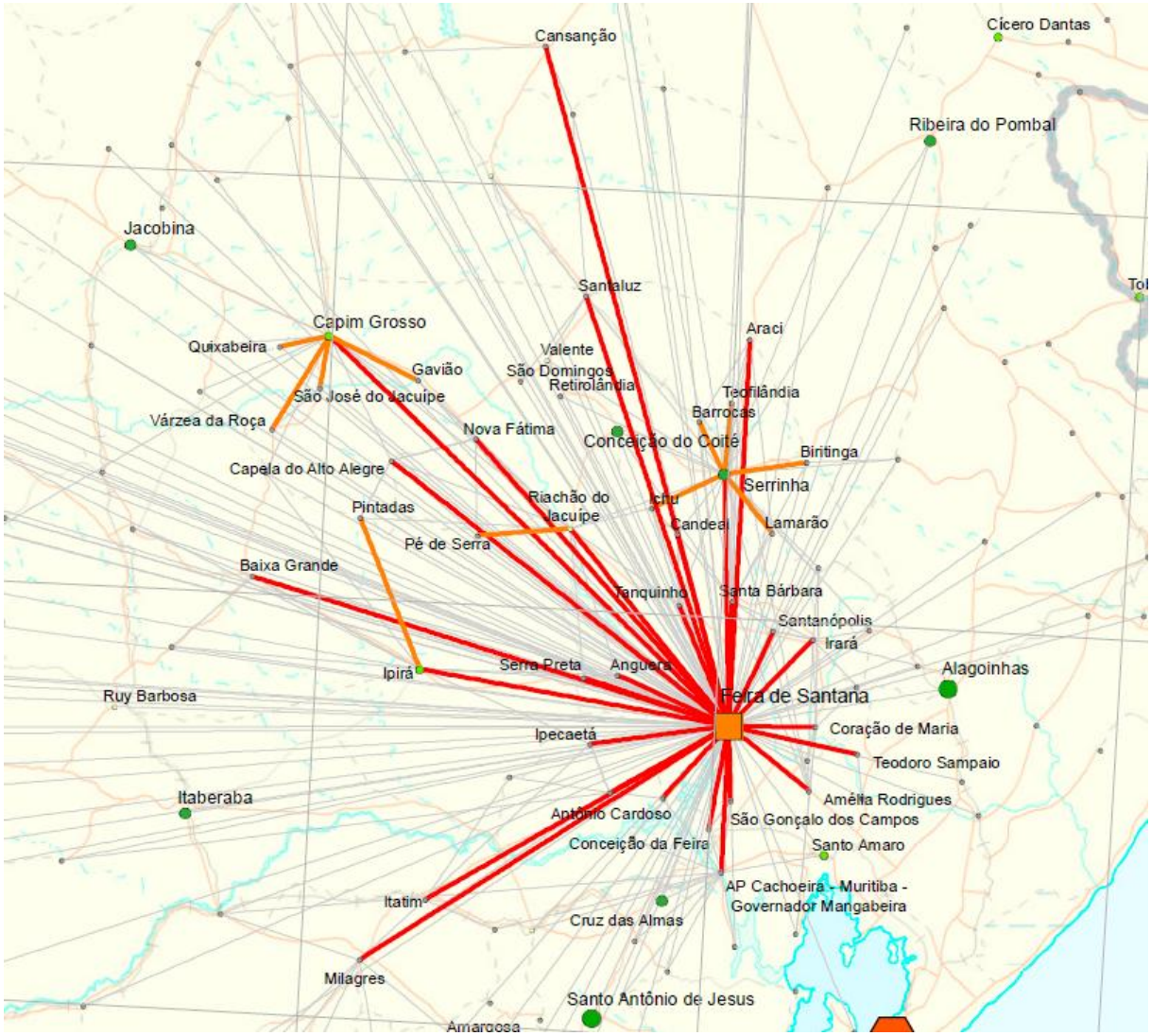
Fonte: IBGE (2020).

A forte polarização exercida pelo Arranjo Populacional de Salvador se dá através de sua rede de influência sobre a RPGA Paraguaçu. Na RPGA, fazem parte da rede de influência do Arranjo Populacional de Salvador os centros Sub-Regionais B (nível 3B) de Conceição do Coité (UPGRH 6), Cruz das Almas (UPGRH 7) e Itaberaba (UPGRH 5), bem como o Centro de Zona A (nível 4A) de Seabra (UPGRH 3) e os Centros de Zona B (nível 4B) de Ruy Barbosa (UPGRH 5), Castro Alves (UPGRH 5), Morro do Chapéu (UPGRH 6), Maracás (UPGRH 5), Utinga (UPGRH 4) e Valente (UPGRH 6), além de Barra da Estiva, com sede fora da RPGA.

Faz parte, também, da extensa rede de influência da Metrópole de Salvador Centro Sub-Regionais (níveis 3A e 3B) que não tem território na RPGA, mas que polarizam um significativo número de cidades, como Santo Antônio de Jesus, Irecê, Jacobina e Jequié.

Feira de Santana, com 616,3 mil habitantes em 2022, por sua vez, não faz parte de um Arranjo Populacional, sendo classificada como uma Capital Regional B (nível 2B). Nessa condição, Feira de Santana polariza uma rede de 40 cidades, a maioria delas a oeste da sede municipal, enquanto, evidentemente, é polarizada pelo Arranjo Populacional de Salvador (localizado a leste). A rede de influência de Feira de Santana forma uma rede específica de grande extensão dentro da RPGA (Figura 2.4).

Figura 2.4: Região de Influência da Capital Regional de Feira de Santana (2018)

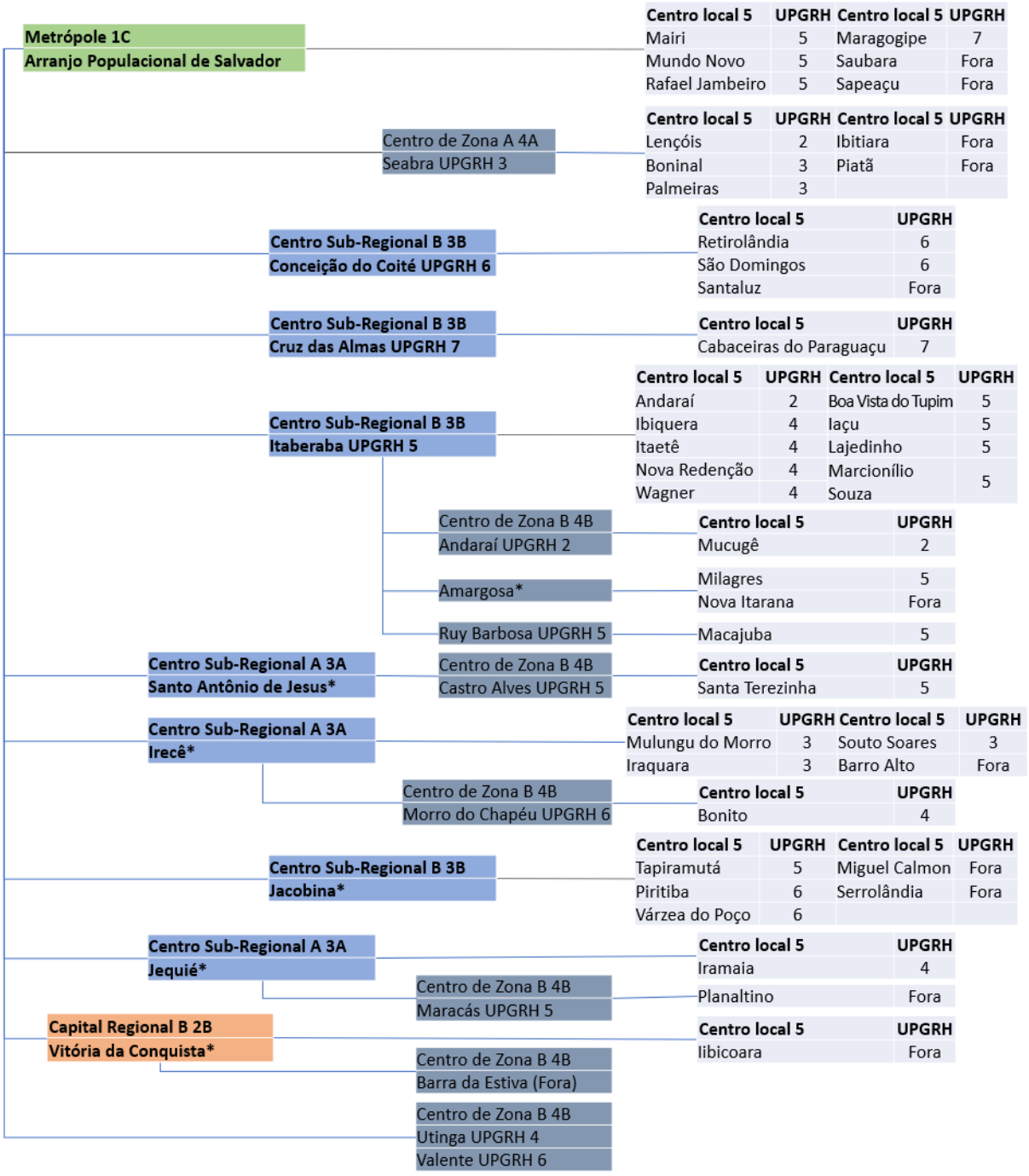


Fonte: IBGE (2020).

Feira de Santana polariza diretamente 18 Centros locais (nível 5), a maioria deles com sedes na UPGRH 7, mas também nas UPGRH 5 e 6. Serrinha (UPGRH 6), Centro Sub-Regional 3B que faz parte da rede de influência de Feira de Santana, polariza dois Centros locais. Também fazem parte de sua rede os Centros de Zona de Ipirá (UPGRH 5) e Riachão do Jacuípe (UPGRH 6), além de Capim Grosso (com sede fora da RPGA), este último polarizando quatro Centros locais.

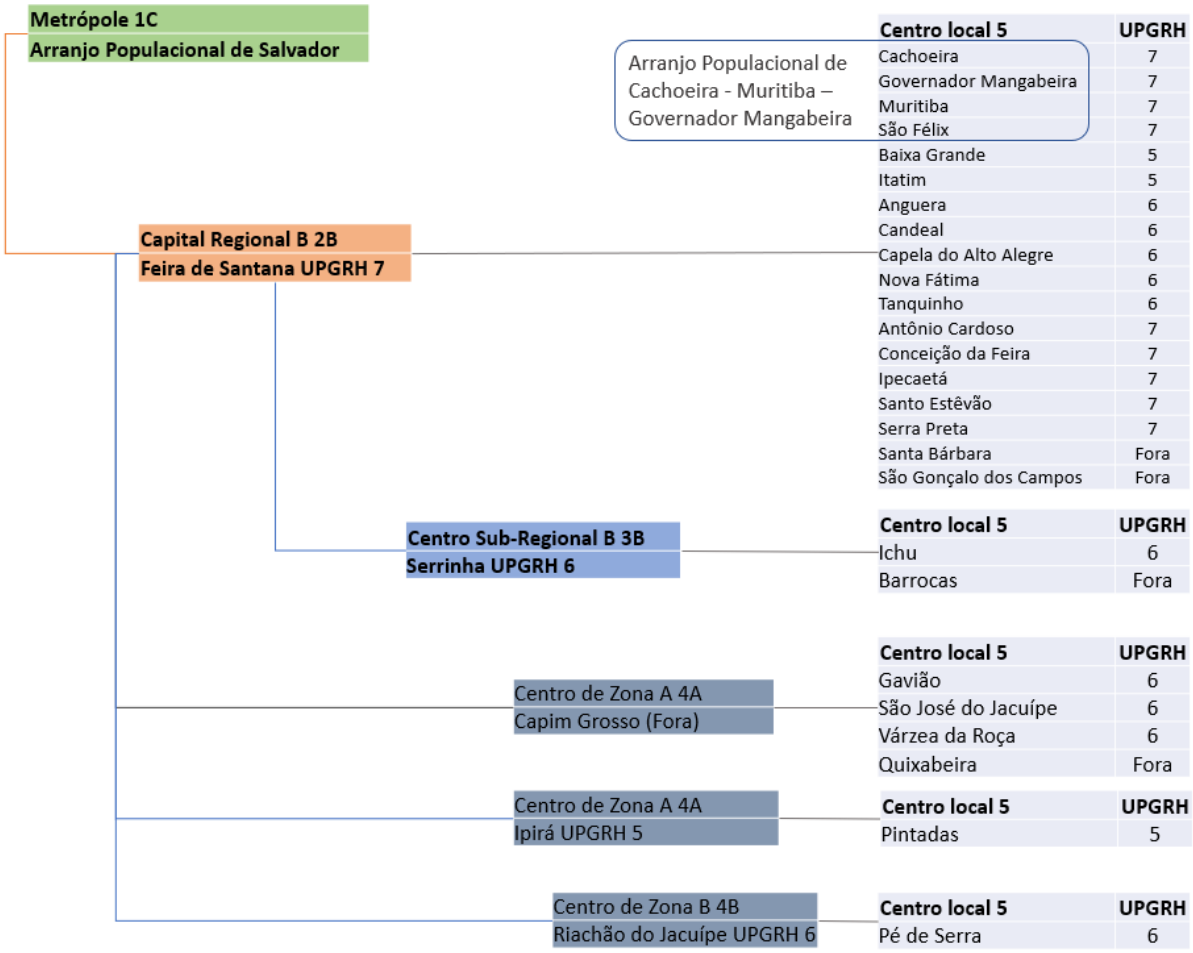
A rede de influência das cidades que fazem parte da RPGA, portanto, está organizada a partir de uma complexa rede com hierarquias intermediárias polarizada pelo Arranjo Populacional de Salvador (Figura 2.5), e pela rede de influência do Centro Regional de Feira de Santana (Figura 2.6).

Figura 2.5: Rede de influência das cidades da RPGA polarizadas pelo Arranjo Populacional de Salvador (2018)



Fonte: IBGE (2020).

Figura 2.6: Rede de influência das cidades da RPGA polarizadas pela Capital Regional de Feira de Santana (2018)



Fonte: IBGE (2020).

Conforme IBGE (2020), a gestão do território registra maior intensidade (classe 1), evidentemente, nos municípios que compõem o Arranjo Populacional de Salvador, atendendo à sua rede de influência, assim como em Feira de Santana (classe 2), que polariza um número significativo de municípios na RPGA. Serrinha, Conceição do Coité, Cruz das Almas e Itaberaba são os únicos municípios com gestão de território na classe 3, indicando o elevado grau de concentração da gestão no Arranjo Populacional de Salvador e na Capital Regional de Feira de Santana.

Os níveis de gestão do território são muito influenciados pela gestão empresarial e pela gestão pública, essas últimas com maior centralidade apenas no Arranjo Populacional de Salvador (classes 2 em ambos). Feira de Santana, apesar da relativa concentração de atividades econômicas, registra classe 4 de centralidade nesses itens, enquanto Cruz das Almas registra 7 em ambas e Itaberaba 8 e 6, respectivamente. Ou seja, se caracterizam pela reduzida centralidade.

A centralidade de atividades financeiras no Arranjo Populacional de Salvador é de classe 3, enquanto nos demais municípios é de classe 6 apenas em Feira de Santana e 7 em Cruz das

Almas. Entre os demais, todos registravam 8, o menor nível de centralidade. Situação similar é verificada em relação ao ensino de graduação e pós-graduação, com destaque apenas para Feira de Santana e Cruz das Almas em relação ao ensino de graduação (classe 4 e 5 respectivamente).

No que se refere aos serviços de saúde, a classe de centralidade do Arranjo Populacional de Salvador é 3, em Feira de Santana é 5, enquanto nos demais municípios da RPGA é 6, indicando o nível de referenciamento de atendimento de saúde dos municípios em função, especialmente, do tamanho de suas populações.

A análise da polarização regional baseada no recorte territorial por UPGRH pode contribuir significativamente para a gestão integrada da RPGA Paraguaçu, principalmente no que se refere aos aspectos socioculturais e econômicos, tendo em vista que leva em conta as ligações existentes entre as cidades e os fluxos de referência gerados a partir das redes existentes.

Sendo assim, quase toda a UPGRH 7 Pedra do Cavalo, a maior parte da UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe e uma parcela mais a leste da UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu – Semiárido são polarizadas de forma direta e por uma reduzida rede de Centros de Zona pela Capital Regional de Feira de Santana. Ao todo, na RPGA, essa rede engloba 31 dos 84 municípios que compõem a RPGA.

Os 53 municípios que não estão incluídos na rede de influência de Feira de Santana na RPGA são polarizados indiretamente pelo Arranjo Populacional de Salvador através de uma rede composta por hierarquias intermediárias de Centros Sub-Regionais (nível 3) e Centros de Zona (nível 4) com papel de polarização urbana regional compatível com o porte populacional da maioria dos centros locais.

Na rede de influência das cidades do Arranjo Populacional de Salvador, que polariza diretamente apenas seis Centros Locais, estão incluídos na RPGA os Centros Sub-Regionais de Conceição do Coité na UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe, polarizando três Centros locais, e Centro Sub-Regional de Cruz das Almas que, embora esteja localizado na UPGRH 7 Pedra do Cavalo, polariza apenas um Centro local na RPGA.

O Centro Sub-Regional de Itaberaba na UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu – Semiárido, por sua vez, polariza diretamente nove Centros locais, além de três Centros de Zona, os quais polarizam outros quatro Centros locais, representando uma sub-rede de influência importante na UPGRH 5 e na UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu – Cárstico.

O Centro Sub-Regional de Irecê e de Jacobina, embora estejam relativamente distantes da bacia, compõem sub-redes a noroeste da RPGA, polarizando 10 Centros locais e o Centro de Zona de Morro do Chapéu. Essa porção a noroeste, portanto, estão sendo polarizados por cidades fora da bacia.

Outros cinco Centros de Zona estão localizados na RPGA, porém, polarizando apenas três Centro locais, constituindo-se em cidades relativamente isoladas em relação a outras no interior da RPGA.

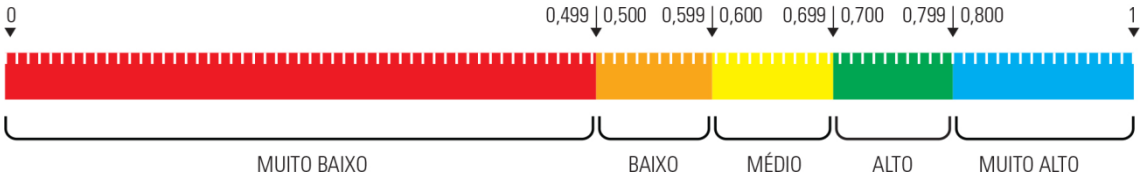
Essa sub-rede de cidades na RPGA que não está ligada à sub-rede de Feira de Santana, portanto, se distribui em uma complexa e diversificada rede de influência sub-regional, com diversos centros sub-regionais e de zona. Essa distribuição está relacionada com a extensão geográfica da RPGA e à região de menor densidade populacional que caracteriza as porções central e oeste da RPGA.

2.3. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores organizados nas dimensões longevidade, educação e renda. O IDH foi criado em 1990, para o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir da perspectiva de Amartya Sen e Mahbub ul Haq de que as pessoas são a verdadeira "riqueza das nações", criando uma alternativa às avaliações puramente econômicas de progresso nacional, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

O IDH populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico. O fator inovador do IDH foi a criação de um índice sintético com o objetivo de servir como uma referência para o nível de desenvolvimento humano de uma determinada localidade. O índice varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo), sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade territorial, podendo ser avaliado de forma agrupada em faixas de desenvolvimento humano (Figura 2.7). Além de ser um contraponto ao PIB, o IDH permite sintetizar uma realidade complexa em um único número, bem como estimular formuladores e implementadores de políticas públicas a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões.

Figura 2.7: Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: PNUD.

A composição do IDHM compreende indicadores de longevidade, educação e renda, pois assume que, para viver as vidas que desejam, as pessoas precisam, pelo menos, ter a possibilidade de levar uma vida longa e saudável (expectativa de vida), ter acesso ao conhecimento (escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem) e a oportunidade de desfrutar de um padrão de vida digno (renda per capita).

Em 2012, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Fez parte deste esforço recalcular para os anos de 1991 e 2000 o IDHM a partir da metodologia adotada para 2010, por meio da

compatibilização das áreas territoriais municipais entre 1991, 2000 e 2010, levando em conta as divisões administrativas ocorridas no período e permitindo a comparabilidade temporal e espacial entre os municípios nos diferentes anos.

É importante ressaltar que o IDHM é calculado tendo como referência os municípios, não sendo possível calcular um IDHM para um recorte regional como a RPGA X ou por UPGRH. Assim sendo, os resultados são apresentados apenas ao nível municipal. Além disso, o IDHM é calculado com base em resultados do censo demográfico, cuja última versão (2022) não publicou ainda todos os seus resultados, não permitindo a atualização da última edição do IDHM, baseada no censo de 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da maior parte dos municípios da RPGA X (51 municípios), situou-se na faixa de baixo desenvolvimento humano em 2010 (0,500 a 0,599), conforme o Quadro 7.1, que compõe o Anexo. Outros 32 municípios classificaram-se como de médio desenvolvimento humano (0,600 a 0,699). O único município com IDHM alto (0,700 a 0,799) em 2010 era Feira de Santana e nenhum município registrou IDHM muito alto (Figura 2.8).

Os dez municípios da RPGA X com os maiores IDHM são: Feira de Santana, Cruz das Almas, Muritiba, Cachoeira, Governador Mangabeira, Palmeiras, São Domingos, São Félix, Valente e Retirolândia. Destacam-se os municípios de Feira de Santana e Cruz das Almas que aparecem no ranking dos dez melhores IDHM da Bahia.

Dentre os IDHM mais baixos dos municípios que fazem parte da RPGA X estão: Andaraí, São José do Jacuípe, Boa Vista do Tupim, Ipecaetá, Ipirá, Lajedinho, Várzea da Roça, Macajuba, Nova Itarana e Ibiquera, conforme pode ser observado no Quadro 2.2. Ressalta-se que estes três últimos municípios figuram entre os dez piores IDHM do Estado da Bahia.

Em 2010, a dimensão que mais contribuiu positivamente para o IDHM entre os municípios da RPGA X foi a Longevidade (IDHM-L), composta pelo indicador de expectativa de vida ao nascer. Doze municípios da RPGA superaram o índice estadual (0,783), quais sejam: Feira de Santana (0,820); Santo Estêvão (0,808); Santa Teresinha (0,804); Cruz das Almas e Muritiba (0,796); Maragogipe (0,793); Mundo Novo (0,791); Milagres e Boninal (0,789); Mucugê e Candeal (0,787); e Barrocas (0,786).

Quadro 2.2: Municípios com os maiores e menores IDHM na RPGA X Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu

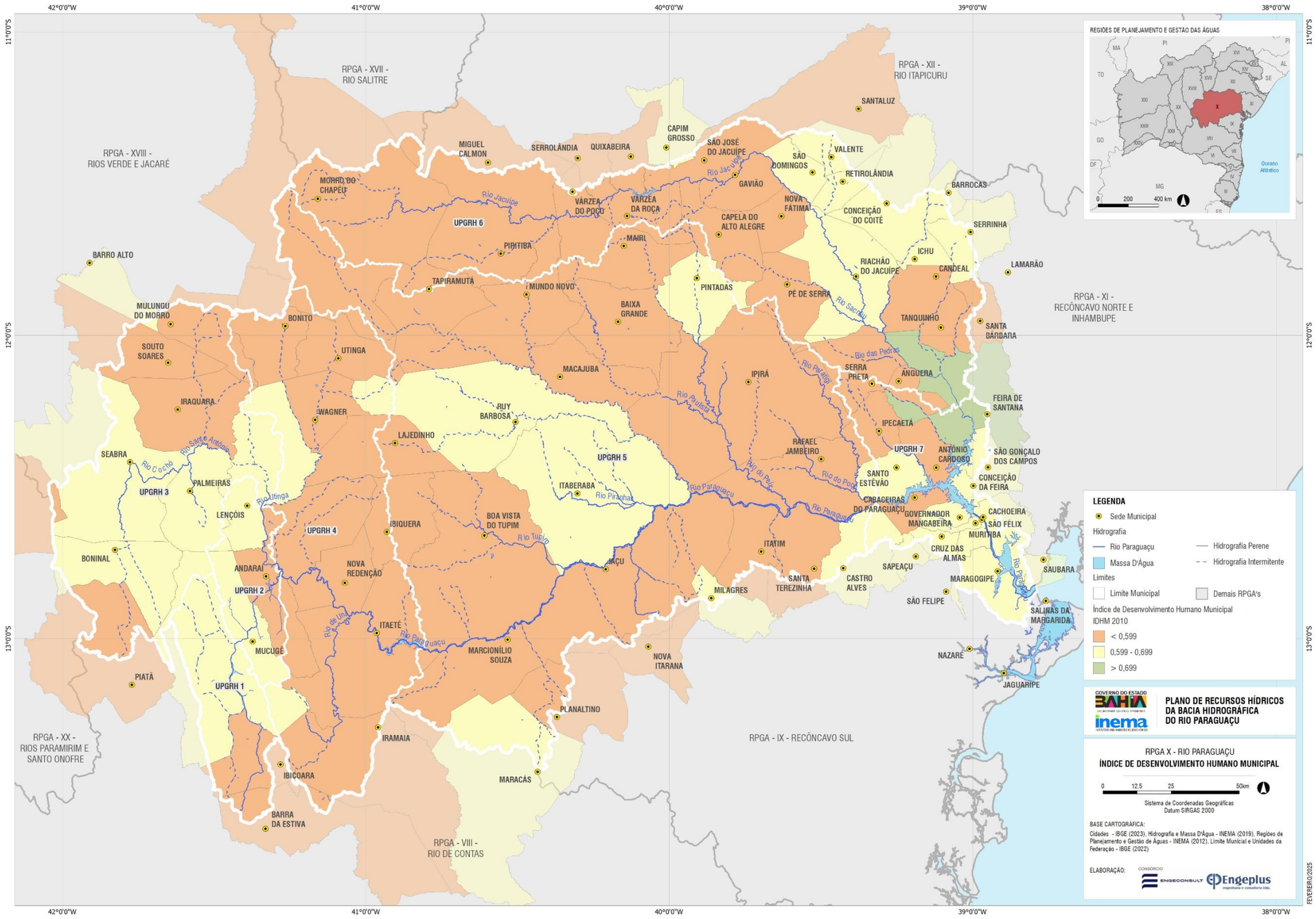
Maiores IDHM		Menores IDHM	
Município	IDHM	Município	IDHM
Feira de Santana	0,712	Andaraí	0,555
Cruz das Almas	0,699	São José do Jacuípe	0,552
Muritiba	0,660	Boa Vista do Tupim	0,551
Cachoeira	0,647	Ipecaetá	0,550
Governador Mangabeira	0,643	Ipirá	0,549
Palmeiras	0,643	Lajedinho	0,546
São Domingos	0,640	Várzea da Roça	0,539
São Félix	0,639	Macajuba	0,524
Valente	0,637	Nova Itarana	0,524
Retirolândia	0,636	Ibiquera	0,511

Fonte: PNUD (2013).

A segunda dimensão que mais pesou no IDHM 2010 foi a Renda (IDHM-R), composta pelo indicador de renda per capita. Esta dimensão é a que apresenta maior distância em relação a Bahia (IDH-R de 0,663), pois somente o município de Feira de Santana supera o índice estadual. Entre os demais municípios o índice desta dimensão variou de 0,638 em Itaberaba a 0,506 em Ipecaetá.

Educação foi a dimensão que mais contribuiu negativamente na composição do IDHM 2010 dos municípios da RPGA X. O IDHM-E é composto pelos indicadores de escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem. Apenas 14 municípios superaram o índice estadual (0,555), com destaque para os municípios de Cruz das Almas (0,650) e Feira de Santana (0,619), que figuram como de médio desenvolvimento humano neste quesito.

Figura 2.8: Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

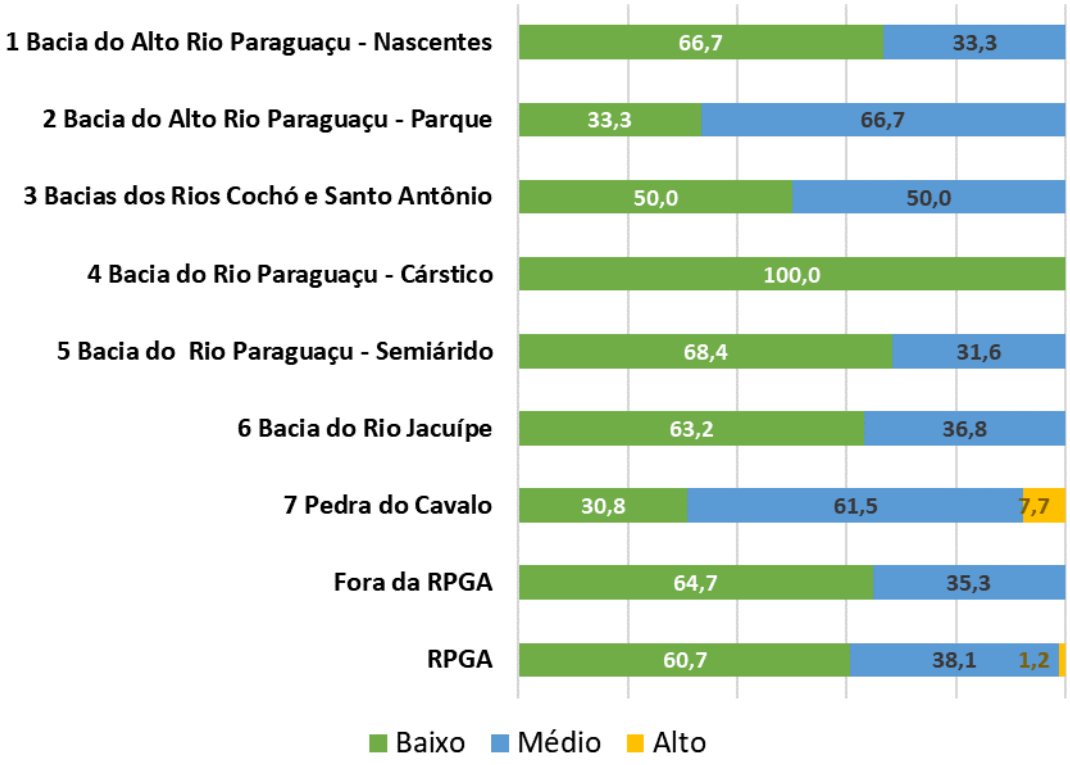


Para uma avaliação da condição diferenciada das UPGRH, os municípios foram distribuídos segundo a localização da sede para cada UPGRH, sendo avaliada a proporção de municípios conforme sua faixa de IDH. Como a UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu – Nascentes não possui sede em seu interior, foi considerado o desempenho dos municípios que possuem território na RPGH, enquanto, para as demais UPGRH foram considerados os municípios com sede em seu interior.

Considerando a classificação em faixas de IDH, a maioria dos municípios na RPGA (60,7%) está classificados na faixa de Baixo IDHM (entre 0,500 e 0,599), enquanto 38,1% registrou Médio IDHM (entre 0,600 e 0,699). Apenas o município de Feira de Santana registrava Alto IDH em 2010 (0,712) (Figura 2.9).

Entre as UPGRH, entretanto, foi registrada significativa variação. A UPGRH 7 Pedra do Cavalo e a UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu – Parque foram as que concentraram maior proporção de sedes com IDHM Médio, sendo que na UPGRH 2 há apenas 3 sedes municipais. Na UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio, com seis sedes municipais, a metade registrou IDHM Baixo e a outra IDHM Médio, enquanto nas demais predominou Baixo IDHM.

Figura 2.9: Municípios (%) por faixas de IDH e localização da sede nas UPGRH (2010)



Fonte: PNUD (2013). A UPGRH 1 não possui sedes municipais. Foram considerados os municípios que possuem território na RPGA

Com metodologia diferenciada, do IDHM, o Índice de Progresso Social (IPS) avalia a qualidade de vida da população no Brasil de forma multidimensional. Seu foco é avaliar se as pessoas têm o necessário para prosperar, resultando em índices que permitem comparar municípios, estados e regiões.

O IPS Brasil 2024 é composto por 53 indicadores secundários de fontes públicas que são exclusivamente sociais, ambientais e que medem resultados, não investimentos. Essas variáveis foram agregadas em um índice geral, com nota de 0 a 100, e índices para 3 dimensões (Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-estar e Oportunidades) e 12 componentes (Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, Água e Saneamento, Moradia, Segurança Pessoal, Acesso ao Conhecimento Básico, Acesso à Informação e Comunicação, Saúde e Bem-estar, Qualidade do Meio Ambiente, Direitos Individuais, Liberdades Individuais e de Escolha, Inclusão Social e Acesso à Educação Superior) (Imazon, 2024).

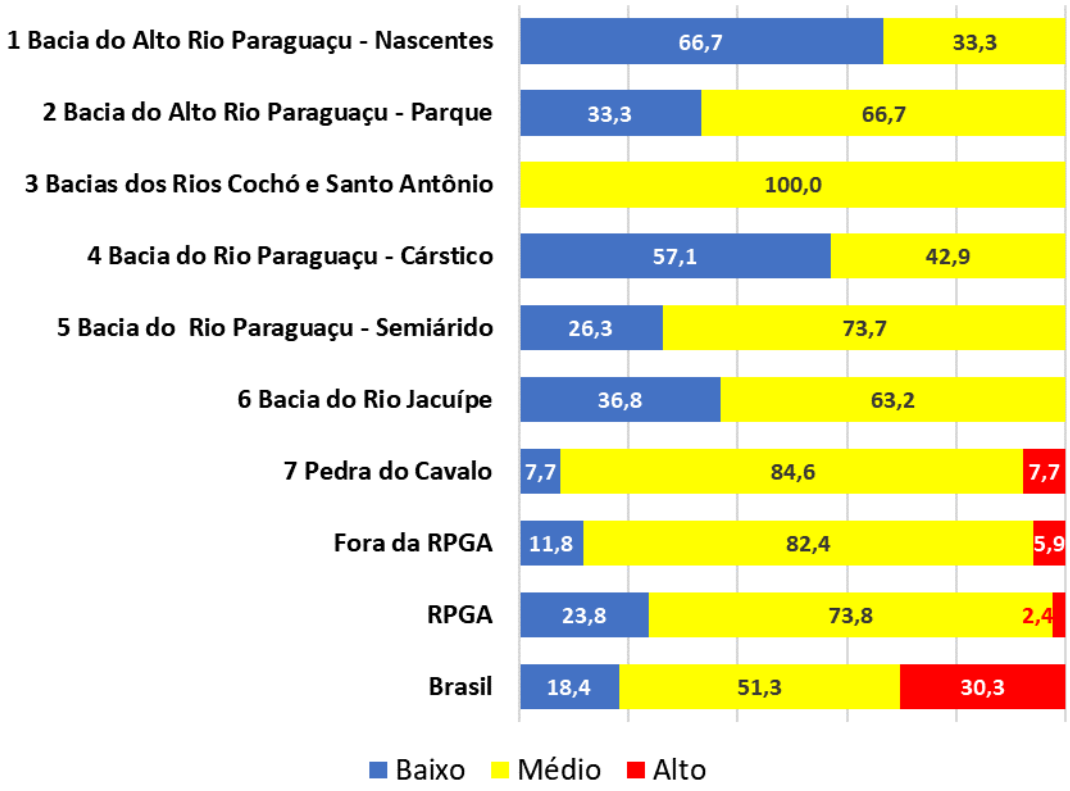
As pontuações de cada componente se baseiam em pesos, geradas através da Análise de Componentes Principais (ACP) e então normalizadas. Com os resultados de cada componente, é calculada a pontuação de cada dimensão através de uma média aritmética simples. O cálculo da nota geral do IPS do município também é calculado através de uma média aritmética simples. O IPS varia em uma escala de 0 a 100, a qual identifica o melhor e o pior desempenho municipal sobre cada indicador, componente ou dimensão avaliada.

Na forma de um farol (azul, amarelo e vermelho) o índice representa o desempenho do município em comparação com o resultado para os municípios do Brasil para o ano de 2024. Os municípios com melhor desempenho social (azul) representavam aproximadamente 30% do total dos municípios brasileiros, 12% do território nacional e 61% da população brasileira, respondendo por 74% do PIB do país. Os municípios que possuíam desempenho intermediário no progresso social (amarelo) representavam aproximadamente 51% do total dos municípios brasileiros, 34% do território nacional, 30% da população brasileira e 22% do PIB do país. Por último, os que registravam desempenho ruim no progresso social (vermelho) representavam apenas 18% dos municípios e 9% da população, mas ocupavam 54% do território nacional e respondiam por cerca de 4% do PIB do país, sendo que a grande maioria desses municípios estava localizada na Amazônia Legal (Imazon et al., 2024).

Considerando essa classificação, comparativamente à situação dos municípios brasileiros em 2024, o conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA apresentaram uma condição pior, com apenas 2,4% dos municípios registrando IPS Alto, 73,8% IPS Médio e 23,8% IPS Baixo (Figura 2.10).

Entre as UPGRH, entretanto, foi registrada significativa variação. A UPGRH 7 Pedra do Cavalo e os municípios com sede fora da RPGA foram os únicos que registraram IPS Alto, ainda que em proporção reduzida, além de reduzida proporção de municípios com IPS Baixo. A UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu – Cárstico registrou mais da metade dos municípios (4 dos 7) com IPS Baixo. Na UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu – Nascentes, que não possui sedes municipais, 2 dos 3 municípios que fazem parte da UPGRH registraram IPS Baixo.

Figura 2.10: Municípios (%) por faixas de IPS e localização da sede nas UPGRH (2024)



Fonte: Elaborado pelo Consórcio com base em Imazon et al., 2024. A UPGRH 1 não possui sedes municipais. Foram considerados os municípios que possuem território na RPGA

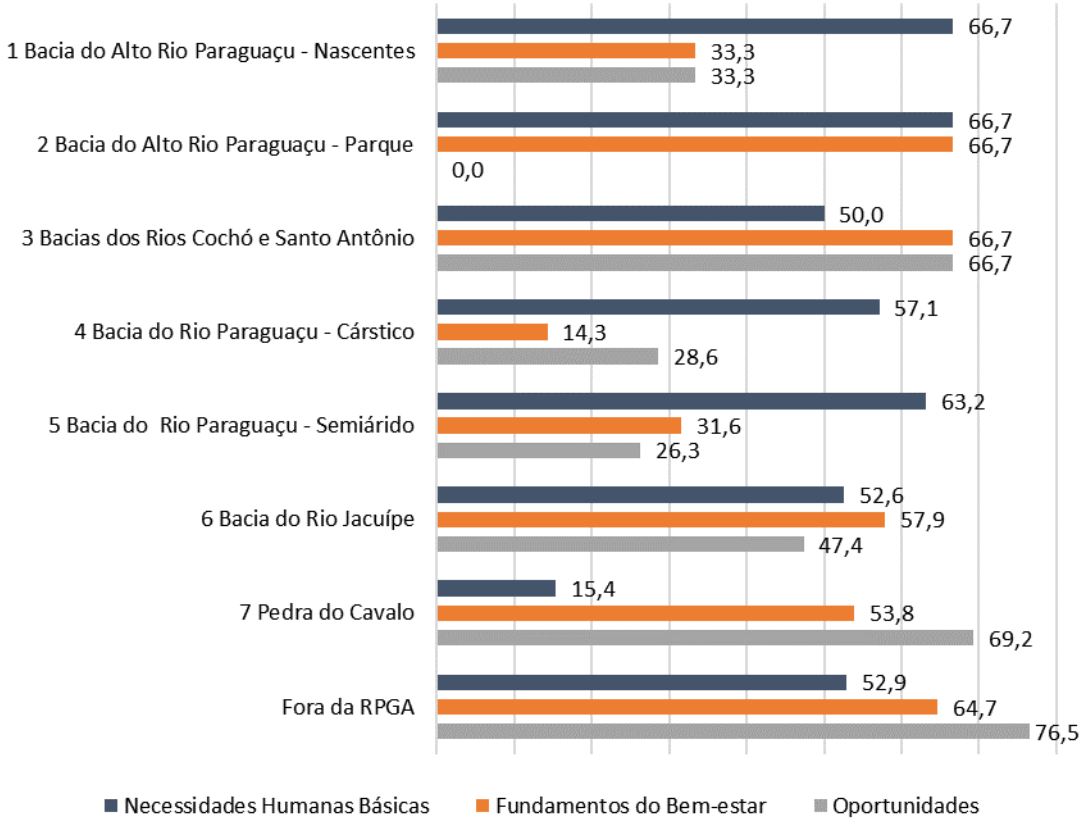
Para uma avaliação agrupada do desempenho pelas dimensões do IPS, foi considerada a proporção dos municípios de cada UPGRH com IPS de suas respectivas dimensões acima da mediana do conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA.

Conforme é possível observar na Figura 2.11, na dimensão Necessidades Humanas Básicas, que agrupa os componentes Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, Água e Saneamento, Moradia, Segurança Pessoal, a UPGRH 7 Pedra do Cavalo concentra a menor proporção de municípios com IPS menor que mediana (15,4%).

Na dimensão Fundamentos do Bem-estar, que reúne os componentes Acesso ao Conhecimento Básico, Acesso à Informação e Comunicação, Saúde e Bem-estar, Qualidade do Meio Ambiente, as UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu – Cárstico e 5 Bacia do Rio Paraguaçu – Semiárido se destacam por registrarem as menores proporções dos municípios acima da mediana (14,1% e 31,6%, respectivamente).

Na dimensão Oportunidades, que agrupa os componentes Direitos Individuais, Liberdades Individuais e de Escolha, Inclusão Social e Acesso à Educação Superior, as UPGRH 7 Pedra do Cavalo e 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio são as únicas que registraram mais de dois terços dos municípios acima da mediana.

Figura 2.11: Municípios (%) com índice acima da mediana nas dimensões do IPS segundo a localização das sedes municipais (2024)



Fonte: Elaborado pelo Consórcio com base em Imazon et al., 2024.

Embora sejam metodologias e períodos diferentes, uma análise comparativa dos resultados do IDHM de 2010 e do IPS 2024 indicam que a RPGA, de maneira geral, tem uma classificação predominantemente nos estratos médio e baixo de seus respectivos indicadores, corroborando uma conclusão geral nesse sentido.

CAPÍTULO 03: *EVOLUÇÃO DOS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS*

3. EVOLUÇÃO DOS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A seguir serão apresentados e analisados os dados populacionais por município e a estimativa da população residente na RPGA X Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu.

3.1. MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO

A RPGA X Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu abrange total ou parcialmente a área de um conjunto de 84 municípios da Bahia. Em 2010, este conjunto de municípios somava uma população total de 2.213.167 pessoas, predominando a população urbana (1,44 milhão de habitantes ou 65,3% do total) sobre a população rural (768 mil, correspondendo a 34,7%). A população da RPGA representava 18,6% da população total da Bahia em 2010, sendo 20,6% da população urbana e 15,8% da rural.

Em 2022, último censo demográfico, o conjunto dos municípios da RPGA somava uma população total de 2.290.146 pessoas. Em 2022, portanto, foi registrado um crescimento moderado da população total do conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA.

Para o censo demográfico 2022 ainda não estão disponíveis as informações por situação dos domicílios (urbano ou rural). O município mais populoso entre os que são abrangidos total ou parcialmente pela RPGA é Feira de Santana, com 616,3 mil habitantes (26,9% do conjunto dos municípios), registrando crescimento em relação a 2010, quando contava com 557 mil habitantes (25,1% do conjunto dos municípios). O segundo município em tamanho da população em 2022 era Serrinha, com 80,4 mil habitantes (3,5% do conjunto dos municípios), seguido de Conceição do Coité (67,8 mil habitantes, 3,0% do total), Itaberaba (60,0 mil habitantes, 2,8%) e Cruz das Almas (60,3 mil habitantes, 2,6%).

Os demais municípios com maior população em 2022 eram Ipirá com 56,9 mil habitantes (2,5% do total), Santo Estêvão, com 52,3 mil (2,3%) e Seabra com 46,2 mil (2,0%), todos com sedes na RPGA. Além destes, a RPGA X contava em 2022 com 21 municípios com população entre 20 e 40 mil habitantes e com 40 municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes, bem como 15 municípios com população entre 3,5 mil e menos de 10 mil habitantes.

Nos Anexos, Quadro 7.2, é possível verificar a população e informações relacionadas à densidade demográfica do conjunto de 84 municípios que fazem parte da RPGA X referentes ao censo demográfico de 2010 e 2022.

Do conjunto dos 84 municípios, 67 (79,8%) possuem sede na RPGA. Feira de Santana possui sua área central (considerada como ponto para localização da sede) na RPGA X, porém, apenas 60,5% de seu território está na RPGA, incluindo a Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu. A condição de participação de Feira de Santana é peculiar, pois a maior parte de sua área urbana encontra-se em duas UPGRH na RPGA XI Recôncavo Norte e Inhambupe, mesmo não sendo o ponto de localização da sede, com importante participação na população urbana de ambas

RPGA, conforme será visto a frente neste relatório. Entre os demais municípios que não possuem sede na RPGA X, os que possuíam maior população total em 2022 eram São Gonçalo dos Campos (39,5 mil habitantes) e Santaluz (37,8 mil habitantes).

A área dos municípios incluída na RPGA X corresponde a 71,6% da área total dos 84 municípios. A densidade populacional do conjunto dos municípios não era elevada, correspondendo a 29,0 hab/km^2 em 2010. Em função do aumento da população registrada em 2022, além de pequenas alterações nos limites territoriais dos municípios, a densidade demográfica neste ano era de 29,8 hab/km^2 (Quadro 3.1).

Os municípios de Feira de Santana com 472,5 hab/km^2, Cruz das Almas com 433,8 hab/km^2, Muritiba com 332,6 hab/km^2 e Governador Mangabeira com 192,8 hab/km^2 eram os que registravam as maiores densidades populacionais em 2022. As menores densidades populacionais em 2022 entre os municípios da RPGA eram registradas em Lajedinho (4,2 hab/km^2) e Mucugê (4,9 hab/km^2). Havia 11 municípios com densidade populacional menor que 10 hab/km^2 e outros 26 com densidade entre 10 e 20 hab/km^2, configurando, portanto, uma RPGA com baixa densidade de ocupação, com municípios com grande extensão territorial e reduzida população.

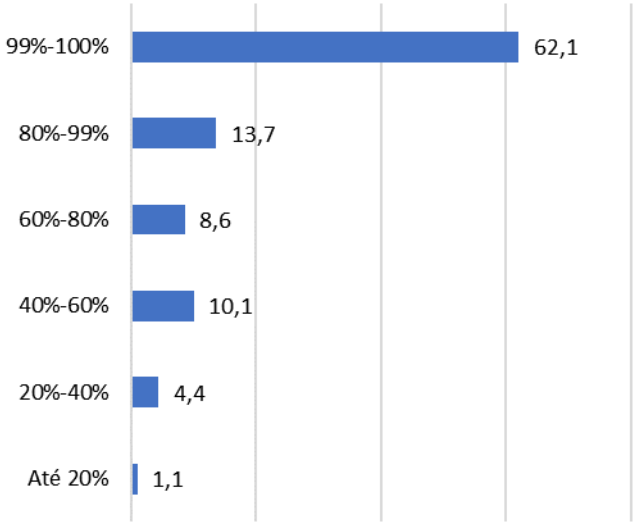
Quadro 3.1: Presença de sede, área e população dos municípios (2010/2022)

Variável	Total
Número de municípios	84
Sede na RPGA	67
Área dos Municípios (km^2)	76.869,0
Área na RPGA XI (km^2)	55.007,5
% área do grupo na RPGA	71,67%
População Urbana (2010)	1.444.880
População Rural (2010)	768.287
População Total (2010)	2.213.167
% população urbana (2010)	65,3%
% população rural (2010)	34,7%
Densidade demográfica 2010 (hab/km^2)	29,0
População total (2022)	2.290.146
Densidade demográfica 2022 (hab/km^2)	29,3

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Censos Demográficos.

A RPGA X se caracteriza por ter um número significativo de municípios com pouca inserção de seu território dentro da RPGA. Do total de 84 municípios, pouco menos da metade (41) estão totalmente inseridos na RPGA ou praticamente todo inserido (99%), representando 62,1% da área total da RPGA (Figura 3.1). Na faixa de inserção de 80% a 99% do território, encontram-se sete municípios, responsáveis por 13,7% da área total da RPGA e na faixa de inserção de 60% a 80% do território 10 municípios, correspondendo a 8,6% da área da RPGA. Complementando o quadro de inserção há 26 municípios com participação de menos de 60% de seu território na RPGA, correspondendo a apenas 15,5% de sua área total.

Figura 3.1: Proporção da área da RPGA X (%) segundo faixas de inserção do território dos municípios na RPGA



Fonte: Elaboração própria.

Para analisar o crescimento da população foi selecionado o período de 1991 a 2022, incluindo, portanto, quatro levantamentos censitários. A avaliação do crescimento da população dos municípios requer considerar as mudanças nos limites territoriais deles, ocasionados por emancipações de novos municípios ou transferência de parcelas de um município para outro. No caso de ter havido modificações nos limites territoriais, a comparação do crescimento entre um período anterior a estas modificações e um posterior distorce os resultados caso não sejam consideradas as transferências de território de um município para outro. Obviamente, a população de um município aumenta ou diminui caso ele receba ou ceda território. Entretanto, para fins do interesse desta análise, o objetivo é identificar a população que aumentou ou diminuiu efetivamente sobre a mesma base territorial, ou seja, a variação de tamanho da população para uma mesma unidade territorial.

Na RPGA X houve diversas mudanças nos limites territoriais ao longo do período 1991/2010, sendo que o último registro de emancipação de municípios ocorreu em 2001. Entre 2013 e 2014, houve também alterações nos limites municipais, porém não estão aqui computados pois são posteriores a 2010, último dado censitário.

Para elaborar comparações sobre a mesma base territorial em diferentes períodos, o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP, 2013), responsável pelo cálculo do IDH Municipal, realizou um procedimento de ajuste da base territorial municipal de 2010 para os censos demográficos de 2000 e 1991 através da transferência da população dos setores censitários correspondentes para os limites municipais de 2010. Assim, a população residente total informada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano pode ser diferente da informada pelo IBGE para 1991 e 2000, sempre que os municípios tenham registrado mudanças em seus limites territoriais, pois para os anos anteriores o Atlas transferiu a população para a base territorial de 2010 através de dados dos setores censitários.

Com a publicação de resultados do censo demográfico 2022, foi divulgada também a taxa de crescimento da população. Neste caso, a base territorial de 2010 foi ajustada para a de 2022, considerando as modificações de limites administrativos dos municípios no período 2010/2022. Sendo assim, as taxas de crescimento são diretamente comparáveis para o período 1991/2010 e são aproximadas, considerando alterações de limites administrativos, embora sem nenhuma emancipação ou desmembramentos de território para formação de novos municípios, no período 2010/2022.

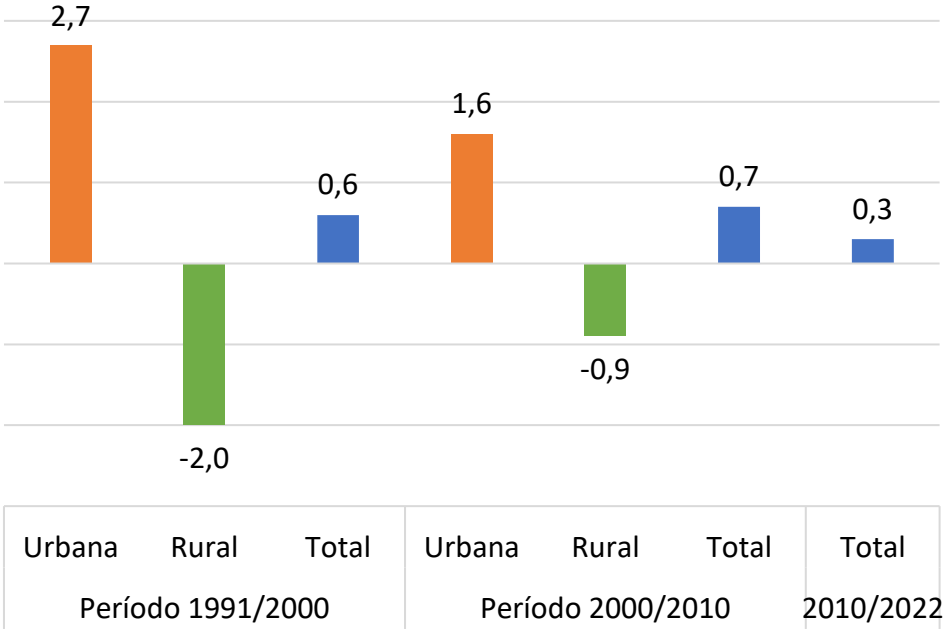
A partir, portanto, da população informada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano é possível realizar comparações de evolução populacional sobre a mesma base territorial, correspondente, no caso, a 2010. No Quadro 7.3 do Anexo são apresentadas as taxas geométricas de crescimento anual referentes aos períodos 1991/2000, 2000/2010 e 2010/2022 para os 84 municípios da RPGA, sendo que no período 2010/2022, apenas para a população total, pois não foram divulgados até o momento os resultados por situação rural ou urbana.

O conjunto dos municípios da RPGA registrou um crescimento de 0,7% a.a. no período 2000/2010, alimentado pela taxa de crescimento da população urbana, que foi de 1,6% a.a., e atenuada pela redução do crescimento da população rural (-0,9% a.a.).

O crescimento da população dos municípios da RPGA no período 1991/2000 foi um pouco menor que o registrado no período 2000/2010, com taxa de 0,6% a.a. A dinâmica populacional na RPGA, portanto, foi menor ou igual à média estadual (que foi de 1,1% a.a. no período 1991/2010 e de 0,7% a.a. no período 2000/2010).

No período 2010/2022, entretanto, embora a população do conjunto dos municípios da RPGA tenha registrado diminuição de sua taxa de crescimento da população, a taxa registrada de 0,3% a.a. foi maior que a da Bahia, que ficou muito próxima da estagnação (0,1% a.a.) (Figura 3.2). Ou seja, com reduzido dinamismo populacional das regiões metropolitanas de Salvador e Feira de Santana, acabou influenciando a taxa estadual, embora seja possível considerar que centros regionais no interior do estado tenham logrado maior dinamismo que o destas regiões metropolitanas.

Figura 3.2: Taxa Geométrica de Crescimento Anual (% a.a.) dos municípios da RPGA X (1991/2022)



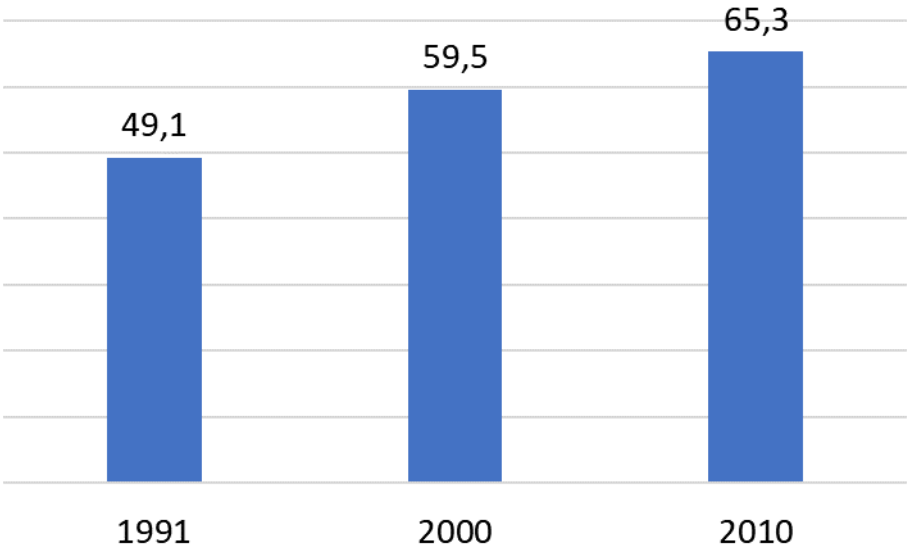
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE Censos Demográficos e PNUD (2013).

No período 2010/2022, as maiores taxas de crescimento da população foram registradas nos municípios de Palmeiras (1,8% a.a.), Ibicoara (1,6% a.a.), São Gonçalo dos Campos (1,5% a.a.), Capim Grosso (1,4% a.a.), Barra da Estiva (1,3% a.a.), Itatim e Mucugê (ambos com 1,2% a.a.). Entre os municípios com maiores taxas de crescimento apenas Palmeiras, Itatim e Mucugê possuem sede no interior da RPGA. Feira de Santana registrou a oitava maior taxa de crescimento (0,9% a.a.).

Do total de municípios, 37 registraram taxas negativas no período 2010/2022 de -0,2% a.a. ou mais, bem como seis municípios registraram taxas de crescimento entre 0,1% a.a. e -0,1% a.a., ou seja, praticamente não alteraram sua população. Os municípios da Região Metropolitana de Feira de Santana, por sua vez, registraram uma dinâmica diferenciada, com taxa de crescimento de 0,8% a.a.

Embora tenha registrado aumento, a taxa de urbanização do conjunto dos 84 municípios da RPGA X ainda era reduzida em 2010 (Figura 3.3). A taxa de urbanização do conjunto dos municípios da RPGA em 2010 era de 65,3%, enquanto na Bahia era de 72,1%. Entre os 84 municípios, 36 registravam em 2010 taxa de urbanização entre 17% e menos de 50%, ou seja, predominando a população rural, enquanto outros 27 registravam taxas entre 50% e 65%. Os municípios com maior grau de urbanização (acima de 75%) eram apenas nove em 2010, sendo que Feira de Santana registrava taxa de 91,7% e Saubara, cuja sede está fora da RPGA, registrava taxa de urbanização de 97,7%, a maior entre os municípios que fazem parte da RPGA. Não estão disponíveis até o momento, resultados de urbanização para o censo demográfico 2022.

Figura 3.3: Taxa da Urbanização (%) dos municípios da RPGA X (1991/2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e PNUD (1991 a 2010).

A dinâmica populacional, que é sintetizada pelo crescimento da população, é o resultado de um processo complexo que envolve diversos fatores. O crescimento da população (que pode ser positivo ou negativo) é determinado, principalmente, por três fatores: a taxa de fecundidade, a expectativa média de vida e a migração.

A taxa de fecundidade (equivalente ao número de filhos por mulher em idade fértil) tem se reduzido drasticamente no período recente, na proporção inversa do aumento da escolarização das mulheres. Ou seja, quanto mais instruídas as mulheres, maior é sua capacidade de decisão sobre o número de filhos que deseja ter, acarretando uma grande redução no número de filhos nas famílias, reduzindo o incremento na base da pirâmide etária. No período imediatamente posterior à pandemia de Covid-19, foi registrada uma redução ainda maior da taxa de fecundidade, indicando uma aceleração da tendência de redução do número de nascimentos proporcionalmente à população.

O segundo fator, expectativa média de vida, corresponde à idade média das pessoas quando morrem. A expectativa média de vida está em crescimento, ainda que tenha sido impactada pela pandemia de Covid-19, devido ao maior acesso a atendimento de saúde, a saneamento básico e ao aumento da renda (comparativamente a duas ou três décadas atrás, por exemplo). Este fator acaba incrementando o topo da pirâmide etária, aumentando o número de pessoas nas faixas de maior idade, pelo menos até que a expectativa média de vida se estabilize em seu patamar mais elevado.

Esses dois fatores combinados resultam em uma desaceleração muito grande das taxas de crescimento da população, resultando em projeções que apontam que na década de 2040, ou mesmo antes, no Brasil, ocorra a inflexão da curva de crescimento da população total, como já ocorre em outros países, quando a população passaria a diminuir, contando com um total de nascimentos menor que o de mortes.

Por fim, a dinâmica populacional local também é muito afetada pela migração, ou seja, pelo deslocamento de população residente de um município para outro. Geralmente, áreas deprimidas economicamente ou com baixo dinamismo de emprego e renda (que contam com infraestrutura de serviços de saúde, saneamento, educação, em piores condições) tendem a expulsar população em direção a municípios com dinamismo econômico, maior chance de obtenção de emprego e melhor infraestrutura de equipamentos e serviços sociais, o que acaba afetando a oferta desses serviços pelo incremento de demanda e tendendo a homogeneizar regionalmente o padrão socioeconômico.

Os aspectos que podem interferir sobre os fatores fecundidade e longevidade (estrutura de serviços e equipamentos públicos, dinamismo econômico local, entre outros) tendem, portanto, a se transformar em um aspecto impulsionador dos movimentos migratórios, que ocorrem de acordo com o deslocamento de investimentos em atividades produtivas (concentração de atividade econômica) e em equipamentos e serviços públicos. Ou seja, fecundidade, longevidade e migração estão imbricadas de forma complexa e diferenciada sobre os territórios.

O resultado em termos gerais da dinâmica demográfica é uma tendência de redução da taxa de crescimento da população por conta principalmente da redução da taxa de fecundidade, processo mais ou menos homogêneo nacionalmente, atenuada parcialmente e temporariamente pela longevidade da população até que esta venha a se estabilizar em um patamar superior. Esta tendência é afetada, conjunturalmente, por assim dizer, pelos movimentos migratórios, que estão relacionados a investimentos e oportunidades melhores ou piores em diferentes locais, fruto da dinâmica econômica regional.

As informações sobre migração são escassas para períodos mais recentes, não tendo sido divulgadas até o momento informações referentes ao Censo Demográfico 2022. O Censo Demográfico 2010 apurou a população não residente nos municípios nos cinco anos anteriores à sua data de referência (portanto, em 2005), indicando a parcela da população dos municípios que foi acrescentada por migração no período de cinco anos anteriores ao Censo. Geralmente, áreas deprimidas economicamente ou com baixo dinamismo de emprego e renda tendem a expulsar população em direção a municípios com dinamismo econômico, que apresentam maior oportunidade para obtenção de emprego e melhor infraestrutura de equipamentos e serviços sociais.

Para permitir uma avaliação comparativa da atratividade de população, os municípios da Bahia foram classificados segundo o seu Grau de Atratividade. O Grau de Atratividade de População Migrante equivale à proporção de pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no município em 31/07/2005 em relação à população total de pessoas de 5 anos ou mais de idade que residiam no município em 2010, conforme informações disponíveis no Censo Demográfico 2010. Devido ao grande número de municípios, a proporção de população migrante foi distribuída em faixas: Baixa – até 5,9%; Média - de 6,0% a 6,9%; Alta - de 7,0% a 9,90%; Muito Alta – 10% ou mais.

Segundo esses critérios, entre os municípios da RPGA, os que registraram maior grau de atratividade no quinquênio anterior a 2010 foram Ibicoara (17,5%), Capim Grosso (11,3%) e Cachoeira (11,0%), únicos que se classificaram na faixa de Atratividade Muito Alta. Ao todo, apenas 20 dos 84 municípios que fazem parte da RPGA registraram grau de atratividade maior que o da Bahia no mesmo período. Na faixa de Atratividade Média, mas abaixo da taxa da Bahia, eram registrados nove municípios da RPGA, destacando-se Feira de Santana. A maior parte dos municípios da RPGA (55) estava concentrada na faixa de Baixa Atratividade.

Ou seja, os resultados da análise do grau de atratividade apontam que o crescimento reduzido da população no período 2000/2010 se deu com incremento migratório (de um município para outro) nas áreas urbanas, alimentado pela expulsão de população das áreas rurais.

Contudo, por se tratar de informações relativas ao período anterior a 2010 e considerando a redução das taxas de crescimento da população nos municípios que fazem parte da RPGA, é possível supor que o dinamismo populacional tenha se reduzido no período mais recente, o que poderá ser confirmado com a divulgação de informações atualizadas de migração do censo demográfico 2022.

3.2. ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA RPGA X

Os limites das bacias hidrográficas, de maneira geral, não coincidem com os limites políticos das divisões municipais, para as quais são agregadas as informações de população. Para uma estimativa da população residente pelas unidades de regionalização do Plano é utilizado como procedimento o cruzamento das informações populacionais pelos limites das unidades de regionalização hidrológica.

As informações dos censos demográficos possuem como menor unidade de desagregação dos dados o setor censitário, que divide o território dos municípios em polígonos menores que permitem gerenciar o levantamento de informações. Em geral, os setores censitários urbanos, com maior concentração de domicílios, possuem área menor, enquanto os setores rurais, com menor densidade populacional, são mais extensos.

Para uma estimativa da população residente nas unidades de regionalização do Plano, foi realizado o cruzamento dos polígonos de regionalização (RPGA, UPGRH) com a malha censitária, somando-se a população residente dentro de cada recorte de regionalização. Os setores censitários totalmente inseridos dentro das unidades de regionalização, evidentemente, tiveram toda sua população computada na respectiva unidade. Os setores censitários que pertenciam apenas parcialmente a uma unidade de regionalização, por sua vez, tiveram sua população estimada proporcionalmente à área inserida na respectiva unidade, permitindo uma estimativa aproximada da população residente.

Uma visão atualizada da população dos municípios da RPGA pode ser obtida através dos resultados do Censo Demográfico de 2022, o qual já divulgou a população residente por setor censitário, menor unidade de desagregação dos dados. Contudo, a malha censitária de 2022 sofreu alterações em relação a 2010. Além disso, os resultados divulgados não informam se o setor censitário é urbano ou rural, não permitindo a elaboração de estimativas da distribuição segundo a situação dos domicílios (urbana ou rural).

Dessa forma, para 2022, foi elaborada uma estimativa com base no cruzamento da malha censitária pelos polígonos de regionalização do Plano, distribuindo a população conforma a proporção da área resultante da intersecção desses polígonos. Para a população de 2010, tendo em vista a mudança dos limites das UPGRH, foi considerada a população de 2010 ajustada à mesma base de limites municipais de 2022, informada pelo IBGE. A distribuição da população em 2010 pela RPGA e pelas UPGRH foi estimada a partir da distribuição do mesmo critério de distribuição proporcional da malha censitária de 2022.

Seguindo os procedimentos descritos anteriormente, o conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA possuía em 2022 uma população total de 2,3 milhões de habitantes, projetando uma taxa de crescimento negativa de 0,3% a.a. em relação a 2010 (que corresponde a um aumento de aproximadamente 76 mil habitantes em 12 anos, entre 2010 e 2022).

No Anexo, Quadro 7.4, é apresentada a estimativa de população residente na RPGA X em 2022, distribuída por UPGRH. De forma agregada, o Quadro 3.2 apresenta a estimativa da população residente por UPGRH em 2010 e 2022.

A população residente estimada no interior da RPGA X em 2022 era de 2,29 milhões de pessoas, representando 61,0% da população do conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA. A população estimada residente na RPGA permaneceu praticamente estável no período entre 2010 e 2022, com uma taxa de crescimento estimada de 0,05% a.a., enquanto a população residente no conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA cresceu a uma taxa maior, ainda que também muito reduzida, de 0,3% a.a. Na área localizada fora da RPGA, que comporta mais da metade da população de Feira de Santana, além de outros centros urbanos, a população teria aumentado a uma taxa maior, de 0,7% a.a. (o município de Feira de Santana cresceu a uma taxa de 0,85% a.a. no mesmo período).

A maior parte da população estimada da RPGA está concentrada na porção leste, na UPGRH 7 Pedra do Cavalo (35,7%), na UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu – Semiárido (24,9%) e na UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe (22,3%), somando 82,9% do total da população estimada.

A UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu – Cárstico e a UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu – Semiárido, registraram taxas de crescimento da população estimada negativas, enquanto as taxas de crescimento estimadas mais elevadas foram registradas nas UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu – Nascentes e 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu – Parque, que são as menos populosas (somam apenas 2,7% da população total estimada na RPGA).

Quadro 3.2: População estimada pela RPGA, UPGRH e total (2022)

Unidade territorial	População 2022	% RPGA	% Total	População 2010	TGCA % a.a.
UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Nascentes	20.009	1,4	0,9	16.723	1,5
UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Parque	18.458	1,3	0,8	17.556	0,4
UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	123.979	8,9	5,4	114.040	0,7
UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	76.935	5,5	3,4	81.479	-0,5
UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido	347.668	24,9	15,2	362.957	-0,4
UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe	311.850	22,3	13,6	312.898	0,0
UPGRH 7 Pedra do Cavalo	499.070	35,7	21,8	484.483	0,2
RPGA	1.397.968	100,0	61,0	1.390.136	0,05
Fora da RPGA	892.178	-	39,0	823.977	0,7
Total	**2.290.146**	**-**	**100,0**	**2.214.113**	**0,3**

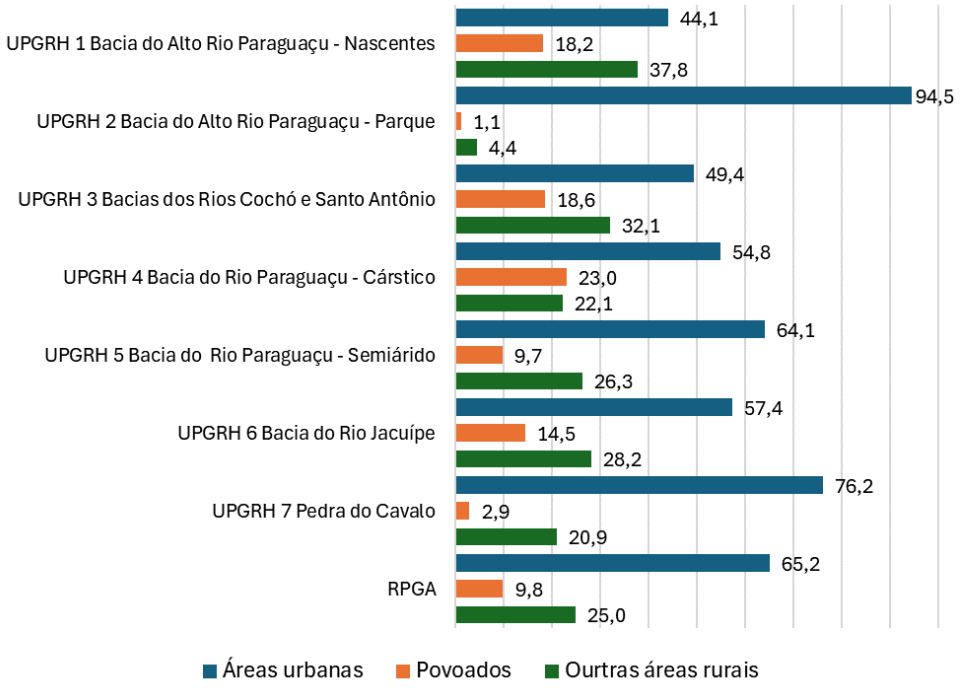
Fonte: Estimativa proporcional à área a partir de IBGE Censo Demográfico 2022.

Embora não tenha sido ainda disponibilizada informação pela situação urbana e rural para 2022, é possível uma avalição preliminar através do cruzamento da malha censitárias de 2021 com a de 2022. A malha censitária de 2021 foi atualizada para a realização do censo demográfico, contando com as categorias: Área Urbana de Alta Densidade de Edificações, Área Urbana de Baixa Densidade de Edificações e Núcleo Urbano, compondo as categorias tipicamente urbanas; e Povoado, Lugarejo e Área Rural (exclusive aglomerados), compondo as categorias mais tipicamente rurais. Através do cruzamento das duas malhas é possível classificar os setores censitários de 2022 segundo essas categorias, embora a metodologia de classificação esteja sendo revista e deverá ser publicada oportunamente pelo IBGE.

Em 2010, segundo critérios do Censo Demográfico naquele ano, a RPGA contava com uma taxa de urbanização estimada de 62,3%, enquanto o conjunto dos municípios possuía uma taxa de urbanização de 65,3%, menor, portanto, que a taxa de urbanização da Bahia, que era 72,1%.

Segundo o cruzamento com a malha censitária de 2021, em 2022 a taxa de urbanização estimada na RPGA era de 65,2%, um pouco superior, portanto, a registrada em 2010. Entre as categorias tipicamente rurais, a categoria "povoado", em alguns casos, corresponde aos centros urbanos distritais, representando, de qualquer forma, áreas mais adensadas. Na Figura 3.4 são apresentadas as estimativas das taxas de urbanização pelas UPGRH, indicando a elevada urbanização estimada na UPGRH 7 Pedra do Cavalo, a que conta com a maior população, com taxa de 76,2%. Na UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu – Parque, a taxa de urbanização estimada é ainda mais elevada (94,5%), porém, trata-se de uma unidade de reduzido porte populacional. Destacam-se, também, a importância relativa dos povoados na UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu – Cárstico (23,0%) e UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio (18,6%), frente a taxas de urbanização em torno de 50%.

Figura 3.4: Taxa da Urbanização (%) estimada da RPGA X e UPGRH (2022)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE Censo Demográfico 2022.

Embora não tenha sido ainda disponibilizada informação pela situação urbana e rural para 2022, considerando as estimativas de taxas de urbanização em 2022 e o reduzido dinamismo populacional no período 2010/2022, é possível supor que não tenha havida variação significativa ou mesmo maior aumento da taxa de urbanização atualmente na RPGA.

3.3. POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA RPGA X

O censo demográfico 2022 informa a população de indígenas e de quilombolas residentes por município, sendo uma inovação em relação às edições anteriores do censo demográfico. É considerado indígena ou quilombola pelo censo demográfico a pessoa autodeclarada enquanto tal.

Em 2022 o conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA somava um total de 18.587 indígenas e 83.829 quilombolas, representando 0,8% e 3,8%, respectivamente, do total da população residente. Desse total, não havia nenhum indígena residindo em terras indígenas homologadas. Entre os quilombolas, apenas 3.751 residiam em territórios quilombolas, sejam eles reconhecidos legalmente ou não.

Em termos absolutos, Feira de Santana concentrava a maior população de indígenas (6.621) e de quilombolas (12.190), embora proporcionalmente a participação dessas populações fosse de 1,1% e 2,0% da população total do município. Com maior concentração de indígenas se destacam também Maracás (1.580, 5,7% da população total, maior concentração proporcional de indígenas em relação à população) e Serrinha (1.213, 1,5% da população total).

Com maior concentração de quilombolas se destaca juntamente com Feira de Santana, Bonito com 7.967 quilombolas (50,3% da população total, sendo também a maior concentração proporcional à população total), Cachoeira (6.972 quilombolas residentes, 23,8% da população total, dos quais 1.410 residindo em territórios quilombolas), Maragogipe (5.812 quilombolas residentes, 16,2% da população total, dos quais 1.385 residindo em territórios quilombolas) e Mulungu do Morro (5.062, 38,5% da população total). Em termos proporcionais, 12 municípios registravam em 2022 mais de 10% de sua população auto identificada como quilombola, conforme apresentado no Anexo, Quadro 7.5.

Considerando a distribuição proporcional estimada da população por UPGRH, a maior concentração de indígenas era registrada em 2022 fora da RPGA, com 8.953 pessoas (1,1% da população estimada residente fora da RPGA). Na RPGA, a maior concentração está na UPGRH 7 Pedra do Cavalo, com 5.188 indígenas (1,1% da população total estimada). Proporcionalmente à população estimada, porém, com menor número de indígenas, na UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu – Parque a população indígena estimada representava 2,5% da população total (Quadro 3.3).

Quadro 3.3: População estimada de indígenas e quilombolas pela RPGA, UPGRH e total (2022)

Unidade territorial	Indígenas	% de indígenas na pop. total	Quilombolas	% de quilombolas na pop. total	Quilombolas residentes em territórios quilombolas
UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Nascentes	150	0,9	251	1,5	0
UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Parque	444	2,5	1.109	6,3	68
UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	598	0,5	17.832	15,6	752
UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	742	0,9	7.728	9,5	22
UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido	1.315	0,4	3.334	0,9	0
UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe	1.197	0,4	4.701	1,5	0
UPGRH 7 Pedra do Cavalo	5.188	1,1	23.483	4,8	2.476
RPGA	9.634	0,7	58.440	4,2	3.318
Fora da RPGA	8.953	1,1	25.389	3,1	433
Total	18.587	0,8	83.829	3,8	3.751

Fonte: IBGE Censo Demográfico. Estimativa por UPGRH proporcional à área dos setores censitários.

Nos municípios que fazem parte da bacia do rio Paranaíba não há, atualmente, terras indígenas homologadas ou em estudo identificadas junto a Funai.

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos por população negra rural ou urbana. Estas comunidades se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que, em todo o País, existam mais de três mil comunidades quilombolas autodefinidas.

A autodefinição é uma condição histórica e cultural destas comunidades. Do ponto de vista histórico, trata-se, em geral, de grupos de famílias que se instalaram em locais de dominialidade pública ou com consentimento de proprietários, porém, sem titulação ou formalização da posse ou propriedade. Neste sentido, não podem ser igualados à condição de posse ou propriedade legalmente reconhecida, cabendo identificar e delimitar, a partir de registros de memória e de técnicas de pesquisa histórica, o território ao qual estão vinculados. Do ponto de vista cultural, é demandado o reconhecimento de sua condição de comunidade tradicional, o que é negado por

alguns grupos que, apesar da condição similar a outras comunidades, não se autodefinem enquanto quilombolas.

Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o Incra é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos.

Na estrutura regimental do Incra, a temática quilombola é tratada pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, e, nas Superintendências Regionais, pelos Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas.

Atuando juntamente com o Incra, em 1988, o Governo Federal fundou uma instituição pública voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira: a Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), responsável por emitir as certificações para comunidades quilombolas, documento que reconhece os direitos das comunidades quilombolas e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal a um grupo que, de outra maneira, não acessaria políticas públicas coletivamente.

O processo de regularização dos territórios quilombolas, realizado no âmbito das competências do Incra, possui os seguintes passos:

- Autodefinição Quilombola – Certidão de Autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares;
- Elaboração do RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação visando o levantamento de informações que permita identificar os limites das terras das comunidades;
- Publicação do RTID visando a oportunizar manifestações e contestações, no caso de haver interesses conflitantes no território com proprietários, ocupantes ou outros;
- Portaria de Reconhecimento dos limites do território quilombola, publicado no DOU;
- Decreto de Desapropriação por Interesse Social caso existam imóveis privados no território;
- Titulação mediante outorga de uso coletivo, imprescritível e pró-indiviso à comunidade.

No conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA, 25 registram a presença de comunidades quilombolas autodefinidas e certificadas pela FCP, totalizando 73 comunidades quilombolas certificadas, conforme apresentado no Quadro 3.4, elaborado com informações atualizadas do Incra.

Quadro 3.4: Comunidades quilombolas certificadas (2024)

Município	Processo/Ano	Comunidade	Área ha	Famílias	Edital RTID DOU	Portaria DOU
Andaraí	54160.001066/2010-93	Fazenda Velha				
Antonio Cardoso	54000.016028/2020-40	Subaé				
Antônio Cardoso	54160.003605/2014-52	Paus Altos e Gavião				
Barra da Estiva	54160.001889/2014-42	Camulengo				
Barra da Estiva	54160.002584/2014-58	Moitinha				
Bonito	54160.002295/2013-78	Cabeceira do Brejo				
Bonito	54160.002296/2013-12	Arizona				
Bonito	54160.002297/2013-67	Gitirana				
Bonito	54160.002298/2013-10	Baixa Vistosa				
Bonito	54160.002299/2013-56	Gramiá				
Bonito	54160.002338/2013-15	Quixabá				
Bonito	54160.002339/2013-60	Mata Florença				
Bonito	54160.002340/2013-94	Varame				
Bonito	54160.002593/2013-68	Ribeiro				
Bonito	54160.000030/2014-16	Baixa do Cheiro				
Bonito	54160.000031/2014-61	Catuabinha				
Bonito	54160.002589/2014-81	Guarani				
Bonito	54160.002659/2014-09	Botafogo				
Bonito	54160.003108/2014-54	Rio das Lages				
Bonito	54160.000484/2017-47	Baliza				
Bonito	54000.124797/2021-00	Mata Verde				
Cachoeira	54160.002024/2006-93	São Francisco do Paraguaçu	4.562,6	250	18 e 19/12/2007	13/05/2016 (parcial)
Cachoeira	54160.001702/2008-62	São Tiago do Iguape	1.942,6	475	21 e 22/03/2024	
Cachoeira	54160.001064/2010-02	Calolé, Tombo e Imbiara			Em Elaboração	
Cachoeira	54160.003747/2011-77	Caônge, Dendê, Engenho da Ponte, Engenho da Praia e Calembá	1.041,3	83	09 e 10/09/2015	24/05/2018
Cachoeira	54160.001809/2012-97	Engenho Novo do Vale do Iguape			Em Elaboração	
Cachoeira	54160.002326/2012-18	Engenho da Cruz			Em Elaboração	
Cachoeira	54160.002327/2012-54	Brejo do Engenho da Guaíba			Em Elaboração	
Cachoeira	54160.000244/2013-10	Caimbongo Velho			Em Elaboração	
Cachoeira	54160.002850/2013-61	Tabuleiro da Vitória			Em Elaboração	
Cachoeira	54000.052501/2022-41	Engenho da Vitória				
Conceição do Coité	54000.091766/2018-51	Maracujá				
Cruz das Almas	54160.000301/2011-91	Baixa da Linha			Em Elaboração	
Cruz das Almas	54160.004146/2014-24	Vila Guaxinin			Em Elaboração	
Feira de Santana	54160.004536/2014-02	Lagoa Grande e Matinha				
Iraquara	54000.071998/2021-99	Riacho do Mel				
Lençóis	54160.003870/2010-15	Iuna	1.414,2	39	20 e 23/11/2015	22/05/2023
Lençóis	54000.047331/2019-51	Lagoa dos Pretos				

Município	Processo/Ano	Comunidade	Área ha	Famílias	Edital RTID DOU	Portaria DOU
Maragogipe	54160.004694/2005-63	Salamina Putumuju	2.061,6	40	02 e 03/4/2007 retif. 18 e 19/12/2007	09/12/2008 (Decreto 16/12/2010)
Maragogipe	54160.001703/2008-15	Enseada do Paraguaçu				
Maragogipe	54160.001069/2010-27	Buri	494,1	40	07 e 08/11/2017	
Maragogipe	54160.000302/2011-35	Dendê				
Maragogipe	54000.058109/2022-89	Zumbi				
Maragojipe	54160.003560/2007-97	Quizanga, Guerém Baixão do Guaí, Tabatinga, Guaruçú, Giral Grande, Porto da Pedra e Zumbi.	5.966,8	251	13 e 16/11/2015	
Morro do Chapéu	54160.001252/2013-75	Queimada Nova				
Morro do Chapéu	54160.001671/2008-40	Gruta dos Brejões				
Morro do Chapéu	54160.000004/2013-15	Ouricori II				
Morro do Chapéu	54160.002522/2013-65	Velame				
Morro do Chapéu	54160.002524/2013-54	Boa Vista				
Morro do Chapéu	54160.002811/2013-64	Barra II				
Morro do Chapéu	54160.001012/2015-32	Veredinha				
Mulungu do Morro	54160.001304/2017-37	Cascavel				
Mulungu do Morro	54160.001305/2017-81	Lagoa Vermelha				
Mulungu do Morro	54160.003563/2017-01	Caatinga de Egídio				
Mulungu do Morro	54160.003564/2017-47	Rosendo e Caldeirão				
Mulungu do Morro	54160.003565/2017-91	Queimada da Onça				
Mundo Novo	54000.010380/2017-76	Jequitibá			Em Elaboração	
Planaltino	54160.002998/2014-87	Caboclo				
Quixabeira	54160.000915/2013-34	Alto do Capim				
Santa Terezinha	54160.000303/2014-68	Campo Grande				
São Felix	54000.088466/2018-95	Santo Antonio e Vidal				
São Félix	54160.000485/2017-84	Quilombo, Pau Grande e Santo Antônio da Jaqueira				
São Félix	54160.000597/2017-35	Engenho São João				
São Gonçalo dos Campos	54160.002357/2011-80	Bete II			Em Elaboração	
Seabra	54160.003498/2008-14	Olhos D'Água dos Basílios				
Seabra	54160.004665/2008-44	Capão das Gamelas	1.315,5	60	24 e 25/10/2011	30/11/2015
Seabra	54160.004666/2008-99	Baixão Velho				
Seabra	54160.004667/2008-33	Agreste	2.340,6	74	15 e 18/10/2010	06/10/2011 (Decreto 22/11/2012)
Seabra	54160.005633/2008-66	Serra do Queimadão				
Seabra	54160.000271/2009-06	Vazante				
Seabra	54160.002695/2009-05	Morro Redondo	5.068,9	67	02 e 03/04/2012 retif. 04 e 08/09/2015	10/08/2017
Serrinha	54000.047033/2019-61	Lagoa do Curralinho				
Souto Soares	54160.001067/2010-38	Segredo				

Fonte: Incra.

Para diversas comunidades, a base do Incra não informa a localização exata. O censo demográfico 2022, por sua vez, realizou o mapeamento de localidades declaradas pelos entrevistados (aos que se declaravam quilombolas, era perguntado se fazia parte de uma comunidade) e cotejou os resultados com as informações disponíveis em órgãos e instituições ligadas às comunidades quilombolas, resultando no georreferenciamento das localidades. A relação completa das localidades encontra-se no Quadro 7.6 do Anexo.

Ao todo, estão localizadas no interior da RPGA 254 localidades quilombolas (Quadro 3.5). A UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio (38,2%) e a UPGRH 7 Pedra do Cavalo (35,4%) concentram mais de dois terços do total de localidades no interior da RPGA (Figura 3.5).

Quadro 3.5: Localidades quilombolas na RPGA por UPGRH (2022)

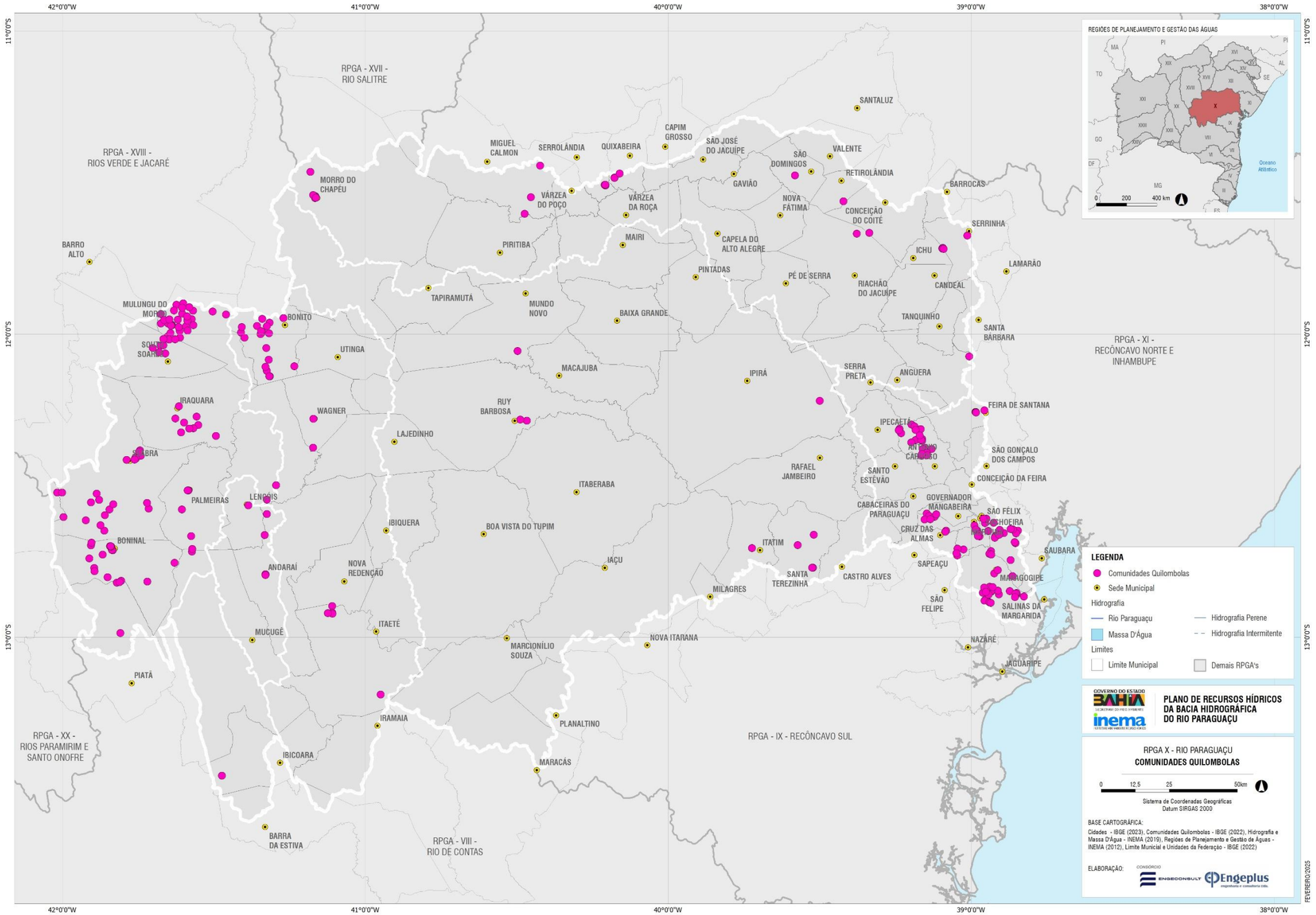
Unidade territorial	Localidades	%
UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Nascentes	1	0,4
UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Parque	6	2,4
UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	97	38,2
UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	26	10,2
UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido	9	3,5
UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe	25	9,8
UPGRH 7 Pedra do Cavalo	90	35,4
RPGA	254	100,0

Fonte: IBGE Censo Demográfico.

Em relação a outros tipos de comunidades tradicionais, o Projeto Geografar (UFBA, 2020) realizou um trabalho de levantamento de informações e pesquisa de campo de comunidades de fundo e fecho de pasto, tendo em vista as limitações de registros sobre esse tipo de comunidade tradicional. O objetivo geral era georreferenciar as comunidades de fundo e fecho de pasto auto identificadas e com processo de regularização fundiária aberto na Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) da Bahia, na forma jurídica de Associações, até dezembro de 2015. Nesse sentido, o levantamento realizado não é exaustivo e partiu de registros do cadastro CDA e inclusões feitas a campo, identificando ao todo 585 comunidades de fundo e fecho de pasto distribuídas em regionais organizadas pelo estudo, a maior parte delas nas porções norte e oeste do Estado da Bahia.

Na RPGA, o Projeto Geografar (UFBA, 2020) identificou apenas uma Associação de Fundo e Fecho de Pasto, localizada no município de Seabra. Trata-se de uma comunidade que não tinha, à época do levantamento, requerimento de cadastro no CDA, assim como não possui registro de conflitos ou outras situações levantadas pelo estudo.

Figura 3.5: Localidades quilombolas na RPGA X (2022)



Fonte: IBGE Censo Demográfico.

CAPÍTULO 04: *DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS*

4. DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

4.1. ESTRUTURA SETORIAL DA ECONOMIA

A caracterização da estrutura e do dinamismo econômico da RPGA X é realizada a partir da análise da composição setorial e do crescimento da economia dos municípios que fazem parte da RPGA. Para esta caracterização, a variável mais importante é o Produto Interno Bruto - PIB Municipal, calculado a partir de um sistema de Contas Regionais e compilado e consolidado pelo IBGE. Assim sendo, será apresentado o PIB Municipal dos municípios que compõem a RPGA X, bem como sua distribuição setorial, evolução temporal e distribuição per capita.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras. Metodologicamente, o PIB pode ser calculado sob três enfoques.

Pela ótica da produção, o PIB corresponde à soma dos valores agregados líquidos, ou seja, o valor da produção dos bens e serviços descontados os insumos utilizados para determinado fim, dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais os impostos indiretos, mais a depreciação do capital e menos os subsídios governamentais.

Pela ótica da renda, o PIB é calculado a partir das remunerações pagas dentro do território econômico de um país, sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros distribuídos, acrescidos dos lucros não distribuídos, dos impostos indiretos e da depreciação do capital, subtraídos os subsídios.

Pela ótica do dispêndio, o PIB resulta da soma dos gastos em consumo das unidades familiares e do governo, mais as variações de estoques, menos as importações de mercadorias e serviços e mais as exportações. Sob essa ótica, o PIB é também denominado Despesa Interna Bruta.

Assim, o PIB é um indicador que possibilita mensurar a riqueza produzida em um determinado território, podendo ser o país, unidade federativa, estado ou município. Por seguir o mesmo roteiro metodológico de construção, os resultados obtidos em bases distintas podem ser agregados e comparados, oferecendo uma dimensão precisa da posição relativa de diferentes unidades territoriais frente ao montante de riqueza gerada no território nacional ou em outra referência territorial de interesse para a análise.

O PIB é calculado a partir de três setores: agropecuária, indústria e serviços. Na metodologia de cálculo pela renda, o valor de impostos é destacado, constituindo-se em uma forma de apropriação indireta pelos agentes econômicos, por ser uma transferência para a administração pública que posteriormente redistribui de forma indireta e difusa para a sociedade, não guardando relação necessária e direta com o agente econômico gerador do imposto.

No setor Agropecuário, são considerados:

- Na agricultura, os cultivos de lavouras temporárias e permanentes, a silvicultura, a exploração florestal e os serviços relacionados.
- Na atividade da pecuária a criação de bovinos, suínos, aves e outros animais, a atividade de pesca, aquicultura e serviços relacionados.

No setor Industrial estão agrupadas as atividades:

- Da indústria extrativa mineral, e suas atividades complementares de beneficiamento associado à extração, desde que não altere as características físicas ou químicas dos minerais.
- Da indústria de transformação, abarcando as atividades dedicadas à fabricação de bens que implicam transformação física das matérias-primas utilizadas ao longo do processo de produção industrial e os serviços industriais (de acabamento em produtos têxteis, de instalação, manutenção e reparação etc.).
- De produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana;
- De construção civil, incluindo todas suas áreas de projeto, construção e reforma.

O setor de Serviços se divide em um grande conjunto de subsetores, a saber:

- Comércio e serviços de manutenção e reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.
- Serviços de alojamento e alimentação (alimentos e bebidas para consumo imediato).
- Transporte por qualquer meio, armazenagem e correio.
- Serviços de informação, especialmente telefonia e meios de comunicação.
- Intermediação financeira, seguros e previdência complementar.
- Serviços prestados às famílias e associativos, entre os quais sindicatos, organizações religiosas, culturais, desportivas, lavanderias, academias de ginásticas etc.
- Serviços prestados às empresas, terceirizados ou não.
- Atividade imobiliária e aluguel.
- Administração, saúde e educação públicas, incluindo segurança, defesa Civil, justiça, assistência social e atividade a seguridade social.
- Saúde e educação mercantis, incluindo profissionais liberais tais como médicos dentistas, professores particulares.

- Serviços domésticos, exclusive o serviço doméstico destinado ao autoconsumo quando realizado pela própria família.

Os impostos sobre a produção e a importação, destacados na metodologia utilizada pelo IBGE, constituem os pagamentos obrigatórios sem contrapartida, pagos à administração pública e utilizados para fornecer bens ou serviços, dividindo-se em impostos sobre produtos e impostos sobre a produção. Os subsídios, por sua vez, são transferências correntes das administrações públicas para as unidades de produção mercantil, levando-se em conta determinado contexto da política socioeconômica, visando reduzir o preço de mercado dos produtos. Os subsídios são impostos negativos sobre a produção, pois o efeito gerado no excedente operacional é o contrário do efeito gerado pelos impostos sobre a produção.

Do ponto de vista dos municípios, no setor de serviços, a atividade de administração, saúde e educação públicas, conforme descrito anteriormente, assume um papel de grande relevância e muitas vezes uma participação relativa muito grande na composição do PIB Municipal. Em vista disso e da disponibilidade desta informação segmentada, o setor de serviços é dividido, para fins analíticos, em serviços (ou serviços mercantis) e serviços de administração pública.

Cabe ressalvar, contudo, a existência de algumas limitações com relação ao alcance do PIB Municipal como indicador econômico da riqueza gerada em um determinado território. Do ponto de vista metodológico, devem ser consideradas algumas externalidades à metodologia empregada no cálculo dos valores por conta da dificuldade de serem quantificadas e cotejadas com os demais valores que compõem o cálculo do PIB.

O PIB constitui, basicamente, um indicador de economia formal, ou seja, não considera a grande variedade e, em alguns casos, o grande peso relativo das atividades informais, bem como das atividades não monetizadas e sem fins lucrativos, que podem ter maior importância em um determinado território econômico, especialmente no âmbito municipal, onde certas particularidades locais podem ter maior interferência. Essa situação de informalidade se expressa apenas parcialmente no PIB, assim como, obviamente, a participação de atividades econômicas clandestinas e ilegais.

Do ponto de vista ambiental, o PIB não considera também eventuais valores relacionados com recursos naturais extraídos do ambiente, não em termos de renda gerada a partir deles, mas de uma eventual dedução de valores do bem extraído que não pode ser reposto. Além de dificuldades políticas e culturais, há também dificuldades para estabelecer consenso sobre a estimativa de valores que correspondam ao consumo ou destruição de algum elemento natural.

Do ponto de vista sociológico, o PIB, por ser uma medida de fluxo de produção por unidade de tempo, não expressa diretamente o papel dos estoques de capital que são importantes componentes determinantes destes fluxos de produção, tais como o capital social, o capital humano, o capital natural referido anteriormente ou o nível de eficiência das instituições e das empresas mercantis em relação à qualidade de seus produtos e serviços. Apenas indiretamente estes aspectos estão relacionados com o desempenho econômico geral de um determinado território.

Outro aspecto que também merece destaque com relação às limitações do PIB como indicador econômico refere-se ao seu caráter de registro instantâneo do movimento da economia, muitas vezes computando aspectos conjunturais e variações eventuais. Uma abordagem estrutural da composição do PIB deve sempre considerar referências temporais e, na medida do possível, períodos mais longos que a referência anual, pois esta última pode registrar grande variação por conta desta sensibilidade ao movimento conjuntural.

Feitas estas ressalvas com relação ao alcance do indicador, o tratamento analítico dos valores do PIB Municipal, contudo, oportuniza uma preciosa caracterização da estrutura econômica de diferentes unidades territoriais municipais e regionais, oportunizando o dimensionamento da composição setorial da economia, do dinamismo de seu crescimento e da distribuição média da riqueza entre a população de um território.

O conjunto dos 84 municípios que fazem parte da RPGA X foi responsável em 2021 por um PIB total de R$ 41 bilhões, o que representava 11,7% do PIB da Bahia naquele ano. O município com maior PIB entre o grupo de 84 municípios da RPGA era Feira de Santana, responsável por 42,1% do total, seguido de São Gonçalo dos Campos (2,81%), Serrinha (2,65%), Cruz das Almas (2,54%), Itaberaba (2,43%), Santo Estêvão (2,23%), Iraquara (2,18%) e Conceição do Coité (2,15%). O valor do PIB, PIB per capita e estrutura setorial da economia do conjunto dos 46 municípios é apresentado no Quadro 7.7 do Anexo.

Para uma visão agregada do PIB Municipal da RPGA X, foi elaborado um cálculo proporcional à população estimada dos municípios inserida na RPGA, resultando em uma estimativa do valor do PIB Municipal gerado em seu interior. Os resultados desta estimativa são apresentados no Quadro 4.1 indicam que pouco mais da metade (54,8%) do PIB do conjunto dos municípios é gerado no interior da RPGA X, sendo que 44,4% na UPGRH 7 Pedra do Cavalo. Este resultado se deve à participação elevada de Feira de Santana na economia da RPGA, município que tem apenas uma parte de sua população inserida na RPGA.

Em função, portanto, da participação de Feira de Santana, é estimado que a UPGRH 7 Pedra do Cavalo participe com 24,3% do PIB do conjunto dos municípios, e como mencionado, com 44,4% do PIB estimado da RPGA X, seguida pela UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido (11,1% e 20,2%, respectivamente) e pela UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe (9,3% e 17,0%, respectivamente). Ou seja, o PIB da RPGA X encontra-se muito concentrado em sua porção leste, direcionado para a Região Metropolitana de Feira de Santana.

Quadro 4.1: PIB e PIB per capita da RPGA X e UPGRH (2021)

Unidade Territorial	PIB (R$ milhão)	% Total	% RPGA XI	PIB per capita (R$)	% do PIB per capita da Bahia
UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Nascentes	596	1,4	2,6	33.397	29,5
UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Parque	456	1,1	2,0	25.661	8,3
UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	2.182	5,3	9,7	18.128	-29,8
UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	901	2,2	4,0	10.679	-120,3
UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido	4.560	11,1	20,2	12.389	-89,9
UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe	3.841	9,3	17,0	11.625	-102,4
UPGRH 7 Pedra do Cavalo	9.995	24,3	44,4	18.970	-24,0
RPGA	22.531	54,8	100,0	15.372	-53,1
Fora da RPGA	**18.551**	**45,2**	**-**	**20.839**	**-12,9**
Total	**41.082**	**100,0**	**-**	**17.438**	**-34,9**

Fonte: IBGE. Cálculo proporcional à área dos municípios na RPGA.

Em termos per capita, o PIB do conjunto dos municípios da RPGA X era de R$ 17.438 em 2021. No interior da RPGA, o PIB per capita estimado era ainda menor, correspondendo a R$ 15.372, enquanto na porção dos municípios fora da RPGA era estimado em R$ 20.839.

Em relação ao PIB per capita da Bahia naquele ano (R$ 23.531), o PIB per capita estimado do conjunto dos municípios era 34,9% menor, enquanto o estimado da RPGA X era 53,1% menor. Exceto as UPGRH 1 e 2, que concentram a menor população e PIB estimado, todas as demais registraram PIB per capita estimado menor que o da Bahia, sendo da UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu – Cárstico o menor valor (R$ 10.679).

A estrutura setorial da economia do conjunto dos 84 municípios que fazem parte da RPGA X se diferenciava da estrutura setorial do conjunto dos municípios da Bahia, com predominância maior do setor de serviços mercantis (41,6% e 39,1% na Bahia) e da administração pública (21,7% e 16,7% na Bahia). Com participação menor que a da Bahia do setor industrial (17,5%), o conjunto dos municípios registrava participação menor também do setor agropecuário (apenas 6,8%, frente a 9,7% na Bahia) (Quadro 4.2).

Quadro 4.2: Estrutura setorial da economia (%) da RPGA X e UPGRH (2021)

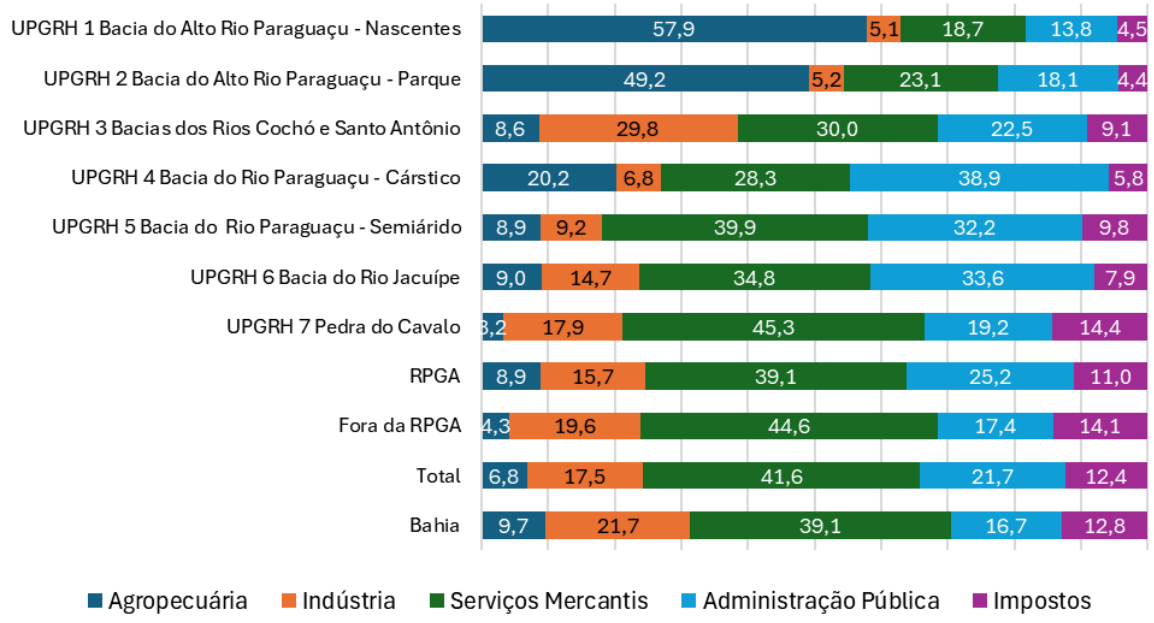
Unidade Territorial	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Nascentes	57,9	5,1	18,7	13,8	4,5	100,0
UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Parque	49,2	5,2	23,1	18,1	4,4	100,0
UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	8,6	29,8	30,0	22,5	9,1	100,0
UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	20,2	6,8	28,3	38,9	5,8	100,0
UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido	8,9	9,2	39,9	32,2	9,8	100,0
UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe	9,0	14,7	34,8	33,6	7,9	100,0
UPGRH 7 Pedra do Cavalo	3,2	17,9	45,3	19,2	14,4	100,0
RPGA	8,9	15,7	39,1	25,2	11,0	100,0
Fora da RPGA	4,3	19,6	44,6	17,4	14,1	100,0
Total	**6,8**	**17,5**	**41,6**	**21,7**	**12,4**	**100,0**
Bahia	**9,7**	**21,7**	**39,1**	**16,7**	**12,8**	**100,0**

Fonte: IBGE. Cálculo proporcional à área dos municípios na RPGA.

A UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu – Nascentes e a UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu – Parque se diferenciavam das demais pela participação maior do setor agropecuário, que representa em torno da metade do PIB estimado. A UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu – Cárstico também se diferenciava pela participação do setor agropecuário (20,2%), bem como pela participação proporcionalmente maior da atividade de administração pública (38,9%), resultando em uma redução da participação dos serviços mercantis (28,3%) e dos impostos (5,8%).

Outra UPGRH com estrutura setorial diferenciada é a 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio, que registrava maior participação do setor industrial (29,8%), assim como a UPGRH 7 Pedra do Cavalo, que registrava maior participação dos serviços mercantis (45,3%), refletindo o perfil metropolitano de Feira de Santana. A distribuição setorial do PIB estimado da RPGA X é apresentada na Figura 4.1.

Figura 4.1: Distribuição (%) da estrutura setorial do PIB estimada para a RPGA X, conjunto dos municípios da RPGA e para a Bahia (2021)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SEI/IBGE.

4.2. EVOLUÇÃO DO PIB MUNICIPAL

Segundo a SEI, o PIB municipal é um indicador produzido através de metodologia *top-down*, ou seja, os valores são calculados para o Estado da Bahia e distribuídos pelos municípios segundo critérios metodologicamente orientados. Desta forma, o cálculo da evolução do PIB municipal comparando dois períodos diferentes não é considerado adequado.

Em vista disso, a SEI elabora e divulga o Índice da Dinâmica Econômica dos Municípios Baianos (IDEM) que tem por finalidade mensurar a dinâmica e tendência da atividade econômica municipal. Ou seja, este índice pode ser utilizado como um termômetro da atividade econômica dos municípios.

A construção do IDEM tem como base um conjunto de informações estatísticas referentes aos setores da atividade econômica municipal: agropecuária, indústria e serviços. Assim, esse indicador tem como objetivo mensurar e acompanhar o desempenho das economias municipais, demonstrando a dinâmica da atividade econômica num determinado período. O IDEM é resultante da variação física anual das atividades econômicas ponderada pelos pesos de cada uma no PIB do ano anterior, ou seja, não sendo influenciada pela inflação (valor de mercado) da produção e possibilitando a comparação entre diferentes períodos.

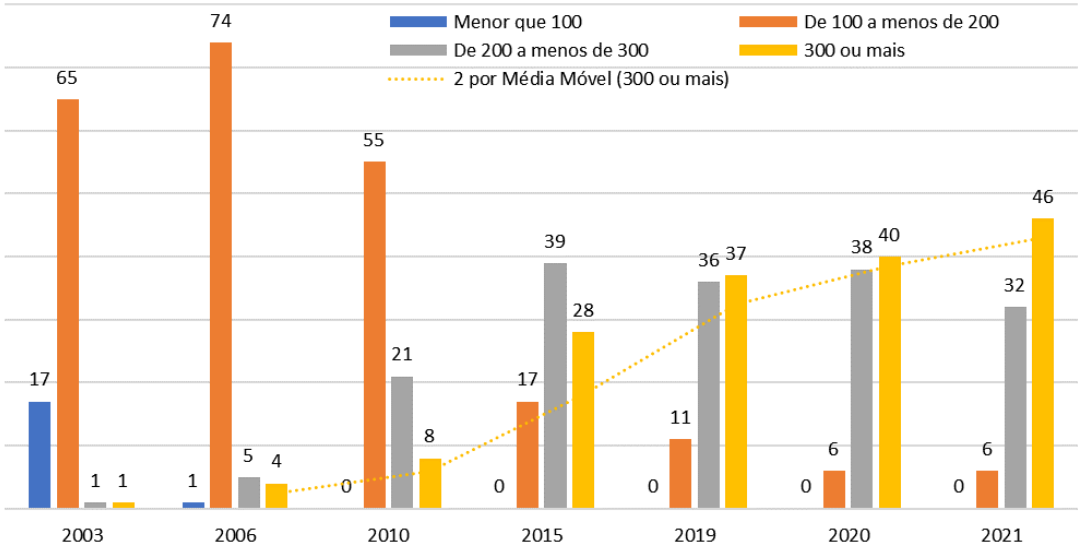
Segundo este indicador, os municípios da RPGA X registraram predominantemente uma dinâmica econômica positiva no período 2003/2021. O IDEM é apresentado na forma de um índice com base 100 para cada município em 2002. Assim, sempre que o valor do IDEM for inferior a 100, significa que houve uma retração na sua dinâmica de desenvolvimento e, quando supera 100, uma expansão.

O Quadro 7.8 que compõe o Anexo apresenta o IDEM dos 84 municípios que fazem parte da RPGA X no período 2002 (correspondente à base 100) a 2021, apresentando alguns anos selecionados na série histórica. Por serem valores calculados em bases municipais não é possível elaborar somatórios ou outras estatísticas para grupos de municípios ou outro recorte territorial.

Para uma visão condensada dos resultados a Figura 4.2 apresenta o número de municípios do conjunto de 84 que fazem parte da RPGA X segundo faixas de valor do IDEM para os anos selecionados de 2003 a 2021. Segundo esta tabulação, é possível verificar que nenhum município registrou redução de seu dinamismo econômico no período recente (após 2019) em relação a 2002.

A tendência geral revelada pelo IDEM do conjunto dos municípios da RPGA X é que houve crescimento contínuo no período até 2019, resultando em um número crescente de municípios enquadrados na faixa de IDEM acima de 300, conforme é demonstrado pela média móvel apresentada na Figura 4.2. No período de 2019 a 2021 o processo de crescimento do IDEM permanece, considerando que se trata de anos sequenciais, enquanto os anos anteriores registravam períodos que englobavam vários anos.

Figura 4.2: Número de municípios da RPGA X pelas faixas de valor do IDEM (2003/2021)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEI (2003/2021).

4.3. POPULAÇÃO OCUPADA NOS SETORES DA ECONOMIA

A estrutura setorial da economia foi abordada nos itens anteriores através do viés de renda do PIB. Outra forma de identificar a estruturação da economia é através da ocupação segundo os setores de atividade econômica. A população ocupada corresponde às pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte do período de referência, incluindo as que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, entre outros. A população desocupada, por sua vez, corresponde às pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procurar trabalho na semana de referência, ou seja, diferem das pessoas desocupadas pela condição de buscar ingresso no mercado de trabalho. O conceito de população desocupada é o que mais se aproxima da taxa de desemprego e é o único dado disponível para o conjunto dos municípios brasileiros através do Censo Demográfico 2010. Para o Censo Demográfico 2022 ainda não há resultados publicados referentes à ocupação.

Em 2010, o conjunto dos 84 municípios da RPGA X contava com uma população total ocupada de 906,3 mil pessoas, das quais a maioria (44,0%) estava ocupada no setor de serviços mercantis, que somada às pessoas ocupadas na administração pública (4,9%) perfaz um total de 48,96%, ou seja, praticamente a metade do total de ocupados. O segundo setor com maior proporção de pessoas ocupadas é o agropecuário, com pouco mais de um terço (34,5%), seguido da indústria com 16,5%. Ainda no conjunto dos 84 municípios, a população economicamente ativa, formada pelos ocupados e desocupados, representava 61,1% da população em idade ativa. A taxa de desocupação em 2010 era de 10,0% no conjunto dos municípios (Quadro 7.9 do Anexo).

De forma proporcional à área dos municípios, estima-se que a população ocupada residente na RPGA X era de 556,7 mil pessoas em 2010, correspondendo a 61,4% do total de ocupados do conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA (Quadro 4.3). A parcela significativa de ocupados fora da RPGA (38,6%) se deve à área da Região Metropolitana de Feira de Santana que está fora da RPGA. O município de Feira de Santana participa com 27,2% do total de ocupados do conjunto dos municípios, enquanto sua população total em 2010 representava 25,2%.

Quadro 4.3: Percentual de pessoas ocupadas por setor da economia por UPGRH na RPGA X – Rio Paraguaçu (2010)

Unidade Territorial	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços mercantis (%)	Adm. Pública (%)	Total ocupados	% Total municípios	% Estimado RPGA X
UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Nascentes	59,4	8,1	27,3	5,3	6.817	0,8	1,2
UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Parque	40,0	10,4	40,9	8,7	6.539	0,7	1,2
UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	53,3	11,7	31,3	3,8	45.627	5,0	8,2
UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	52,4	8,4	32,3	6,9	30.151	3,3	5,4
UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido	43,3	13,9	37,7	5,1	132.263	14,6	23,8
UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe	42,8	14,7	37,0	5,5	129.936	14,3	23,3
UPGRH 7 Pedra do Cavalo	28,5	18,4	48,5	4,6	205.380	22,7	36,9
RPGA X	39,2	15,1	40,6	5,0	556.713	61,4	100,0
Fora da RPGA X	27,1	18,7	49,5	4,8	349.554	38,6	-
Total Geral	**34,5**	**16,5**	**44,0**	**4,9**	**906.267**	**100,0**	**-**
Estado da Bahia	**27,4**	**16,5**	**50,6**	**5,5**	**5.536.376**	**-**	**-**

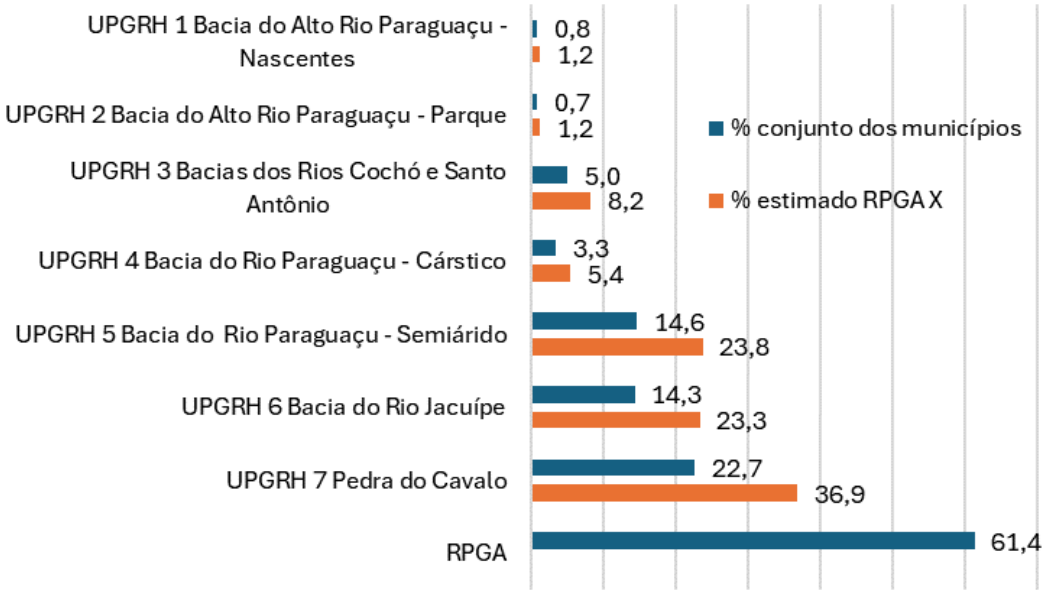
Fonte: IBGE – Censo Demográfico (Censo 2010). Cálculo proporcional à área dos municípios na RPGA X.

A distribuição da população de ocupados aponta que a UPGRH 7 Pedra do Cavalo participa com 36,9% do total de ocupados estimado da RPGA X, seguida da UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu – Semiárido (23,8%) e da UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe (23,3%). Conforme pode ser observado na Figura 4.3, as demais UPGRH concentram proporcionalmente pequena população ocupada, somando 16,0%.

Em termos da distribuição setorial do total estimado de ocupados, no conjunto da RPGA X o setor agropecuário era responsável por 39,2% das ocupações. Entretanto, a distribuição entre as UPGRH é muito diferenciada. Na UPGRH 7 Pedra do Cavalo o setor agropecuário participa com 28,5% do total estimado de ocupados, enquanto nas UPGRH 1, 3 e 4 a participação do setor era maior que 50% (mais da metade dos ocupados). Em contrapartida, a participação do setor de serviços, incluindo administração pública, varia proporcionalmente, sendo responsável por 53,1% do total de ocupados na UPGRH 7 Pedra do Cavalo, 49,5% na UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Parque e entre 32% e 43% nas demais UPGRH. A distribuição da população ocupada por setor de atividade econômica que mais se aproxima do perfil da Bahia é na UPGRH 7 Pedra do Cavalo e na porção dos municípios fora da RPGA, inclusive em relação à concentração de pessoas ocupadas em atividades industriais, como pode ser observado na Figura 4.4.

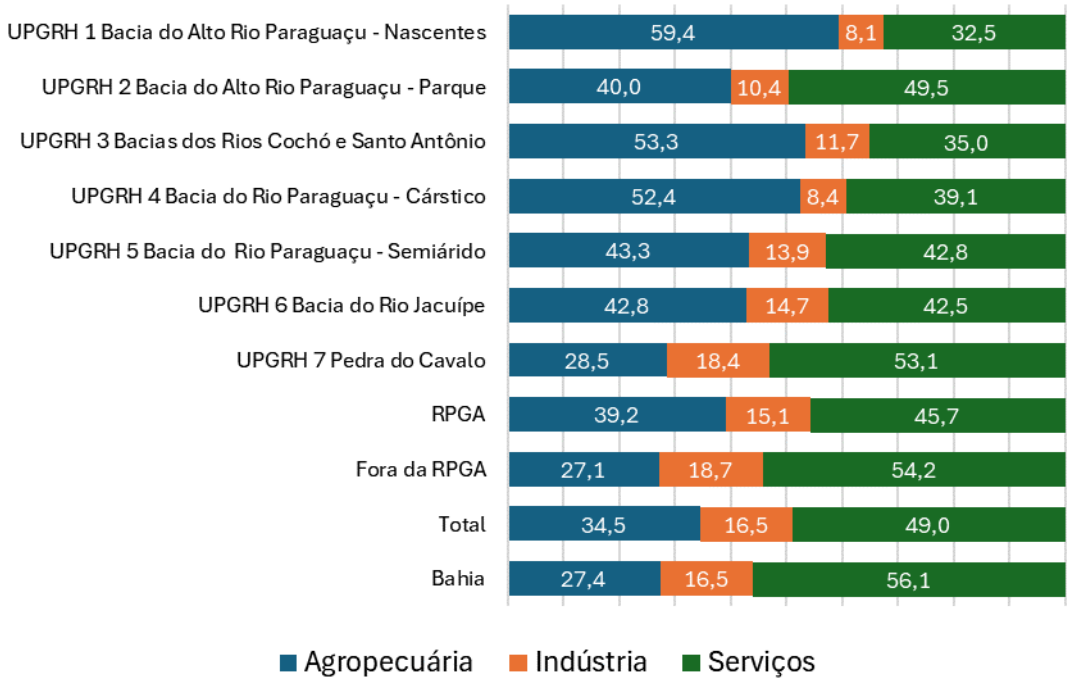
Considerando o reduzido dinamismo populacional e a estrutura setorial da economia do conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA é possível supor que as proporções e mesmo o total de ocupados em 2010 devam se manter próximos da situação atual, o que poderá ser confirmado com a atualização das informações referentes ao Censo Demográfico 2022, quando estes dados estiverem disponíveis.

Figura 4.3: Distribuição (%) do total estimado de ocupados na RPGA X por UPGRH (2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (Censo 2010).

Figura 4.4: Distribuição (%) do total estimado de ocupados na RPGA X por setor de atividade econômica (2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (Censo 2010).

4.4. CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Por sua importância na distribuição da população e no uso produtivo feito da água na agricultura e criação animal, as atividades agropecuárias serão analisadas através de estimativas proporcionais de área para a RPGA X e para as UPGRH, com base nos levantamentos do IBGE: Produção Agrícola Municipal, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura e Pesquisa Pecuária Municipal, além do Censo Agropecuário, cuja última edição é de 2017.

No conjunto dos 84 municípios da RPGA em 2022 era plantada uma área de 242,9 mil hectares de cultivos temporários e permanentes, destacando-se como cultivos com maior área plantada o milho (22,7%), o feijão (22,3%), o sisal (15,8%), o café (12,6%) e a mandioca (6,2%) (Quadro 7.10 do Anexo).

Proporcionalmente à área dos municípios, é estimado que a área plantada no interior da RPGA X era de 162 mil hectares (66,7% da área plantada dos municípios). A UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe (28,4% da área plantada total estimada no interior da RPGA) e a UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido (19,0%) concentravam a maior área plantada de cultivos temporários e permanentes em 2022 (Quadro 4.4), embora a UPGRH 7 Pedra do Cavalo também registrasse participação significativa (17,5%).

As lavouras de milho e feijão estão concentradas nas UPGRH 5, 6 e 7, enquanto os cultivos de café nas UPGRH 1, 3 e 4. Os demais cultivos também registram concentração diferenciada nas UPGRH.

Quadro 4.4: Área plantada total (ha) e distribuição (%) dos principais cultivos temporários e permanentes na RPGA X e por UPGRH (2022)

Unidade Territorial	Milho (%)	Feijão (%)	Sisal ou agave (%)	Café (%)	Mandioca (%)	Mamona (%)	Outros (%)	Total	% Total muni-cípios	% Estimado RPGA X
UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Nascentes	0,6	2,1	0,0	15,1	0,6	0,0	19,8	13.172	5,4	8,1
UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Parque	0,4	1,0	0,0	1,8	0,9	0,2	5,4	3.367	1,4	2,1
UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	9,3	3,4	3,7	11,1	11,1	34,3	5,6	20.287	8,4	12,5
UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	4,3	4,1	0,4	24,7	7,9	13,2	13,1	20.011	8,2	12,4
UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido	20,3	24,0	0,6	1,8	10,7	3,2	10,6	30.805	12,7	19,0
UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe	25,0	26,3	40,4	1,0	7,0	4,3	1,4	46.013	18,9	28,4
UPGRH 7 Pedra do Cavalo	15,7	16,5	0,0	0,0	30,4	0,0	17,6	28.378	11,7	17,5
RPGA X	75,6	77,4	45,1	55,5	68,7	55,2	73,4	162.034	66,7	100
Fora da RPGA X	24,4	22,6	54,9	44,5	31,3	44,8	26,6	80.875	33,3	-
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	242.909	100	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Cálculo proporcional à área dos municípios na RPGA.

Segundo a pesquisa de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura do IBGE, a área total dos efetivos da silvicultura em 2022 no conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA era de 8.741 hectares, sendo que havia registro desse tipo de cultivo em apenas 14 dos 84 municípios da RPGA (Quadro 4.5). A espécie cultivada era o eucalipto, situação que se repete em todo o estado da Bahia. Em 2022 as maiores áreas com silvicultura estavam nos municípios de Planaltino, Maracás e Macajuba. Na RPGA era estimada uma área correspondente a 53,1% da área total, concentrada na UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu – Semiárido (30,3%) e UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio (23,3%).

Quadro 4.5: Área dos efetivos da silvicultura total (ha) e distribuição (%) estimada na RPGA X e por UPGRH (2022)

Unidade Territorial	Total	% Total municípios	% Estimado RPGA X
UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Nascentes	492	5,6	10,6
UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Parque	637	7,3	13,7
UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	1.082	12,4	23,3
UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	744	8,5	16,0
UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido	1.408	16,1	30,3
UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe	45	0,5	1,0
UPGRH 7 Pedra do Cavalo	235	2,7	5,1
RPGA X	4.643	53,1	100,0
Fora da RPGA X	4.098	46,9	-
Total Geral	8.741	100,0	-

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2022).

No que se refere aos rebanhos da pecuária, o conjunto dos municípios da RPGA se destaca pelo número de cabeças de vários rebanhos, entre os quais 1,9 milhão de bovinos, 13,7 milhões de galináceos e aproximadamente 821 mil caprinos e ovinos (Quadro 7.11 do Anexo).

Em número total estimado de cabeças dos rebanhos, a RPGA X representava 77,8% do rebanho bovino do conjunto dos 84 municípios em 2022 e 62,8% do rebanho de galináceos. A UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu – Semiárido e a UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe são as que concentravam a maior proporção estimada dos rebanhos bovino, equino, suíno, caprino e ovino. A UPGRH 7 Pedra do Cavalo concentrava a maior parte do rebanho de galináceos (46,9% do total do conjunto dos municípios) (Quadro 4.6).

Quadro 4.6: Total (cabeças) e distribuição (%) dos efetivos dos rebanhos na RPGA X e por UPGRH (2022)

Unidade Territorial	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Codornas
UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Nascentes	0,6	0,1	1,0	0,4	0,4	0,2	0,1	0,0
UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Parque	0,5	0,0	0,7	0,3	0,2	0,2	0,1	0,0
UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	2,2	0,0	3,4	7,3	2,0	1,0	1,0	6,2

Unidade Territorial	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Codornas
UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	7,4	2,1	9,6	5,5	2,9	2,2	1,1	0,0
UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido	38,2	10,4	34,1	31,4	23,7	25,2	3,7	0,4
UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe	22,6	36,4	19,0	21,0	29,1	36,0	9,7	19,7
UPGRH 7 Pedra do Cavalo	6,4	20,3	10,0	9,9	4,6	5,6	46,2	26,9
RPGA X	77,8	69,2	77,8	75,9	62,9	70,3	61,8	53,2
Fora da RPGA X	22,2	30,8	22,2	24,1	37,1	29,7	38,2	46,8
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100
Cabeças (mil)	1.864,6	0,8	77,2	150,1	242,8	577,9	13.692,3	55,3

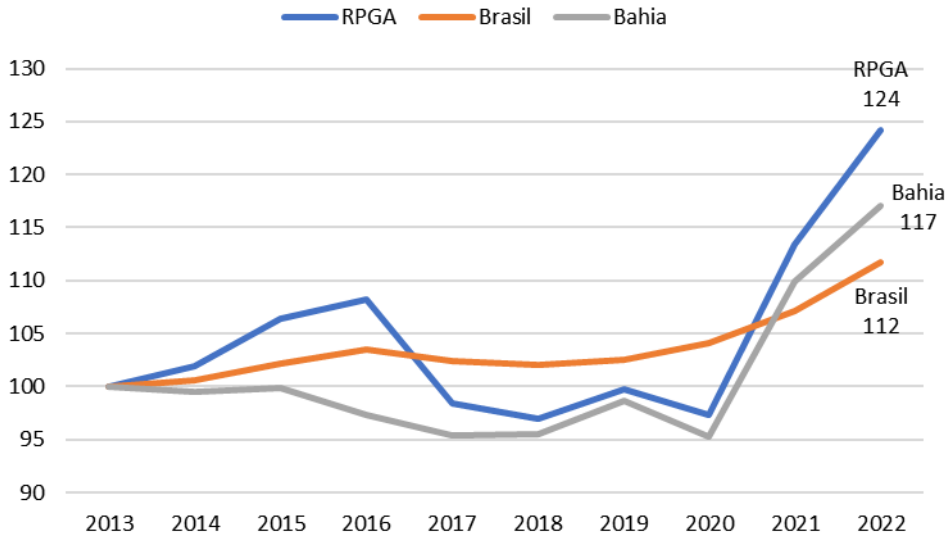
Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal. Cálculo proporcional à área dos municípios na RPGA.

Para a avaliação da demanda de criação animal na perspectiva da demanda de água é utilizada a fórmula consagrada, conhecida como BEDA (Bovino Equivalente para Demanda de Água) desenvolvida pelo Plano de Aproveitamento Integrado dos Recursos Hídricos do Nordeste do Brasil – PLIRHINE (SUDENE, 1980). Segundo esta fórmula, a demanda de água para cada tipo de criação é ajustada por um coeficiente específico em relação à demanda bovina, permitindo que os rebanhos sejam comparados em relação à demanda de água, mesmo variando sua composição em diferentes períodos.

Para o cálculo do BEDA os efetivos dos rebanhos da pecuária em número de cabeças anuais da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE foram tabulados para o período 2013/2022, perfazendo um total de 10 anos. Os rebanhos estimados foram agrupados para corresponder às taxas da metodologia BEDA, onde bovinos e bubalinos são somados, equinos são divididos por 1,25 (coeficiente correspondente à variação da demanda de água), suínos por 5, caprinos e ovinos (somados) por 6,25 e aves (somando galináceos e codornas) por 250.

O BEDA assim calculado para cada ano encontra-se apresentado na Figura 4.5, juntamente com o mesmo indicador para a Bahia e para o Brasil. A curva de evolução registrada para o BEDA estimado para a RPGA X, considerando a distribuição proporcional dos rebanhos à área dos municípios na RPGA, aponta para uma redução até 2020, com acentuada retomada em 2021 e 2022 tanto na RPGA, quanto na Bahia, enquanto no Brasil o aumento foi menos acentuado, proporcionalmente, mas constante em todo o período.

Figura 4.5: Evolução (base=100 em 2013) do BEDA no Brasil, Bahia e RPGA X (2013-2022)



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

As principais atividades econômicas dos estabelecimentos agropecuários no conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA são a pecuária, com 82,9 mil estabelecimentos em 2017 e 3,23 milhões de hectares de área dos estabelecimentos, e a produção de lavouras, com 68 mil estabelecimentos e 845 mil hectares de área total, em um universo de 156,1 mil estabelecimentos ocupando 4,2 milhões de hectares (Quadro 7.12 do Anexo).

Em número de estabelecimentos as UPGRH 5, 6 e 7 concentram 58,6% do total de estabelecimentos do conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA, com as UPGRH 5 e 6 concentrando 52,9% dos estabelecimentos com pecuária e UPGRH 7 Pedra do Cavalo a maior proporção de estabelecimentos com produção de lavouras (25,7%). Em área, entretanto, a UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu – Semiárido é a que concentra maior proporção, tanto em área de lavouras (18,7%), quanto de pecuária (42,6%) (Quadro 4.7).

Quadro 4.7: Distribuição (%) dos estabelecimentos agropecuários e área (ha) segundo os grupos de atividade econômica predominante e por UPGRH, RPGA e total (2017)

Unidade Territorial	N° de estabelecimentos					Área (ha)			
	Produção de lavouras	Pecuária	Produção florestal	Pesca, aqui-cultura	Total	Produção de lavouras	Pecuária	Outras e não informado	Total
UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Nascentes	1,9	0,3	1,4	0,0	1,0	8,1	0,3	0,6	1,9
UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Parque	0,5	0,3	0,7	0,3	0,4	2,5	0,7	2,1	1,1
UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	9,7	4,6	9,8	2,8	6,9	8,8	2,3	7,8	3,8
UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	6,9	4,3	5,3	2,9	5,5	14,1	9,8	12,2	10,7
UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido	13,6	27,3	20,5	7,6	21,1	18,7	42,6	32,1	37,5
UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe	11,8	25,6	25,2	4,3	19,5	11,2	18,5	15,4	16,9
UPGRH 7 Pedra do Cavalo	25,7	12,3	3,3	68,1	17,9	5,5	3,8	1,0	4,0
RPGA X	70,2	74,6	66,2	85,9	72,4	68,9	78,0	71,1	75,9
Fora da RPGA X	29,8	25,4	33,8	14,1	27,6	31,1	22,0	28,9	24,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total (mil)	68,1	82,9	4,9	0,2	156,1	845,0	3.228,3	140,0	4.213,4

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário. Cálculo proporcional à área dos municípios na RPGA XI.

Concluindo a caracterização das atividades agropecuárias na RPGA, em 2017, 13.336 estabelecimentos agropecuários no conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA possuíam áreas irrigadas, somando um total de 30.105 hectares irrigados, dos quais 16.234 hectares utilizavam métodos localizados (gotejamento, microaspersão ou outro método localizado), enquanto a inundação por superfície (sulcos, inundação ou outro) era utilizada em apenas 107 hectares (Quadro 7.13 do Anexo).

Em número de estabelecimentos com irrigação 63,8% estavam localizados dentro da RPGA em 2017, sendo que na UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe estavam concentrados 16,5% dos estabelecimentos do conjunto dos municípios da RPGA. Em área, entretanto, dos 72,3% que estavam localizados dentro da RPGA, 19,1% estavam na UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico e 27,7% fora da RPGA (Quadro 4.8).

Ou seja, a área irrigada estimada estava muito distribuída em 2017 entre as UPGRH, sendo praticada em áreas médias relativamente pequenas, correspondendo a 2,3 hectares por estabelecimento no conjunto dos municípios e 2,6 ha/estab. no interior da RPGA.

Quadro 4.8: Distribuição (%) da área (ha) segundo os métodos de irrigação e por UPGRH, RPGA e total (2017)

Unidade Territorial	Localizada	Superfície	Aspersão	Outros	Não informado	Total	Estabele-cimentos
UPGRH 1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Nascentes	6,1	11,3	26,6	1,1	26,5	13,7	3,5
UPGRH 2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu - Parque	1,8	5,1	12,4	0,7	2,1	4,8	1,2
UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	16,1	12,7	4,5	5,9	4,1	10,9	11,6
UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	18,7	1,8	22,4	6,3	21,0	19,1	12,2
UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido	14,6	8,4	13,3	17,7	17,6	14,7	13,2
UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe	6,9	2,5	0,9	19,5	4,9	5,8	16,5
UPGRH 7 Pedra do Cavalo	2,7	0,0	2,6	9,4	4,2	3,3	5,5
RPGA X	67,0	41,7	82,7	60,5	80,5	72,3	63,8
Fora da RPGA X	33,0	58,3	17,3	39,5	19,5	27,7	36,2
Total	100	100	100	100	100	100	100
Total (mil)	16,2	0,1	8,6	2,1	3,1	30,1	13,3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário. Cálculo proporcional à área dos municípios na RPGA X.

4.5. PERFIL DA INDÚSTRIA SEGUNDO O NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO

A atividade industrial na RPGA X é reduzida em relação ao estado da Bahia, embora seja uma atividade de grande importância e com grande impacto sobre os recursos hídricos. Para o estabelecimento de um perfil da indústria pelo tipo de atividade, entretanto, há poucas informações desagregadas por município. O VAB industrial dos municípios não especifica a composição da atividade industrial e as pesquisas do IBGE para a indústria não são desagregadas por município, uma vez que a última edição do Censo Industrial data de 1985.

Para o estabelecimento de um perfil da atividade industrial a melhor informação disponível é a de número de vínculos de emprego, disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência através da compilação da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Nesta base de dados os estabelecimentos e vínculos de empregos formais são distribuídos segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, que está em sua versão 2.0, atualizada pela Comissão Nacional de Classificação – Concla, coordenada pelo IBGE.

Assim, através da base dados da RAIS é possível conhecer o estoque de empregos (somente vínculos de empregos formais) em 31/12 de cada ano, sendo que o último ano disponível é 2022. A partir da distribuição do número de empregos é possível inferir sobre a composição do setor industrial segundo suas seções de atividade econômica, privilegiando sua importância em termos de número de empregos.

A estimativa da distribuição dos vínculos de empregos no interior da RPGA e pelas UPGRH não pode ser feita proporcionalmente a área dos municípios na RPGA, como ocorreu para a maioria das outras bases de dados utilizadas neste diagnóstico. Como a atividade industrial é muito concentrada geograficamente nas sedes empresariais, cálculos proporcionais à área dos municípios podem induzir a erros. A forma utilizada para realizar a estimativa de distribuição dos empregos considera, como hipótese, que as unidades industriais estejam localizadas nas sedes municipais. Assim, o total de empregos é computado dentro da RPGA ou de cada uma de suas UPGRH conforme a inclusão das sedes municipais dentro destes limites. Evidentemente, trata-se de uma aproximação, pois alguns setores industriais, principalmente os ligados a atividades agropecuárias, podem estar localizados fora das sedes municipais. Contudo, a dinâmica de emprego predominante da atividade industrial é urbana, especialmente no que se refere às grandes concentrações de emprego, que é o que mais interessa caracterizar.

Situação excepcional é a de Feira de Santana, que contava com um considerável número de vínculos de empregos industriais (32 mil estimados no interior da RPGA em 31/12/2022, incluindo construção, extração mineral e indústria) distribuídos em diversos segmentos de atividade. Como mencionado em outros capítulos deste relatório, a área urbana de Feira de Santana está distribuída entre as RPGA X e XI (neste caso, computando como área fora da RPGA). No caso de Feira de Santana, particularmente, os vínculos de emprego foram distribuídos proporcionalmente à área urbana de cada referência territorial.

Os outros dois municípios com maior concentração de vínculos de empregos industriais eram Santo Estêvão com 7.089 empregos e Itaberaba, com 4.181 empregos. Estes municípios somados concentram mais da metade dos vínculos de empregos industriais, correspondendo a 56,9% do conjunto dos 84 municípios que fazem parte da RPGA.

O principal grupo de atividade da indústria em número de vínculos de emprego em 2022 era a Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados, com 20.491 vínculos no conjunto dos municípios e 17.519 estimados no interior da RPGA, representado 26,9% do total de empregos dos 84 municípios e 42,0% dos empregos estimados no interior da RPGA. Os empregos desse grupo de atividade estavam concentrados principalmente na UPGRH 5 - Bacia do Rio Paraguaçu – Semiárido (40,9%) e na UPGRH 7 Pedra do Cavalo (37,7%).

O segundo grupo em número de vínculos é o de construção, representando 22,1% do total dos municípios e 18,0% dos empregos estimados no interior da RPGA. A maior parte dos empregos da construção estava concentrada na UPGRH 7 Pedra do Cavalo (24,7%). O terceiro grupo e número de vínculos é o de Fabricação de Alimentos e Bebidas, representando 12,3% do total de vínculos do conjunto dos 84 municípios e 9,3% dos empregos estimados na RPGA.

O Quadro 4.9 apresenta o número de vínculos de emprego e o Quadro 4.10 à participação sobre o total da distribuição dos empregos no conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA e estimado por UPGRH.

Quadro 4.9: Vínculos de emprego pelos grupos (CNAE 2.0) da indústria da transformação, extração mineral e construção (2022)

Grupo CNAE	1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu Nascentes	2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu Parque	3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	4 Bacia do Rio Paraguaçu Cárstico	5 Bacia do Rio Paraguaçu Semiárido	6 Bacia do Rio Jacuípe	7 Pedra do Cavalo	RPGA	Fora da RPGA	Total
Extração de minerais	6	3	107	6	164	320	88	694	1.562	2.256
Fabricação de Alimentos e Bebidas	53	45	131	41	363	544	2.687	3.866	5.480	9.346
Fabricação de Produtos do Fumo	0	0	0	0	0	0	372	372	786	1.158
Fabricação de Produtos Têxteis	0	0	2	0	57	743	346	1.148	1.136	2.284
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	3	0	2	0	11	43	376	436	685	1.121
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	0	0	0	30	8.378	1.383	7.727	17.519	2.972	20.491
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0	0	0	0	2	48	758	808	1.333	2.141
Fabricação de Produtos Químicos	0	12	4	19	11	57	421	524	780	1.304
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	0	0	5	0	292	116	1.781	2.194	3.184	5.378
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	6	4	153	9	391	374	665	1.602	1.109	2.711
Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	3	4	10	0	41	65	404	528	849	1.377
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0	0	6	0	5	57	307	374	549	923
Fabricação de Móveis	1	0	6	0	98	78	441	625	798	1.423
Eletricidade e saneamento	4	0	76	7	749	161	664	1.660	1.462	3.122
Outros segmentos industriais	18	1	342	3	68	185	1.265	1.881	2.289	4.170
Construção	89	117	621	190	918	1.439	4.153	7.527	9.311	16.838
Total	183	185	1.466	306	11.548	5.612	22.456	41.756	34.287	76.043

Fonte: MTE/RAIS.

Quadro 4.10: Distribuição (%) dos vínculos de emprego pelos grupos (CNAE 2.0) da indústria da transformação, extração mineral e construção (2022)

Grupo CNAE	1 Bacia do Alto Rio Paraguaçu Nascentes	2 Bacia do Alto Rio Paraguaçu Parque	3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	4 Bacia do Rio Paraguaçu Cárstico	5 Bacia do Rio Paraguaçu Semiárido	6 Bacia do Rio Jacuípe	7 Pedra do Cavalo	RPGA	Fora da RPGA	Total
Extração de minerais	3,2	1,7	7,3	2,1	1,4	5,7	0,4	1,7	4,6	3,0
Fabricação de Alimentos e Bebidas	29,1	24,2	9,0	13,4	3,1	9,7	12,0	9,3	16,0	12,3
Fabricação de Produtos do Fumo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,9	2,3	1,5
Fabricação de Produtos Têxteis	0,0	0,0	0,1	0,0	0,5	13,2	1,5	2,7	3,3	3,0
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	1,8	0,0	0,1	0,1	0,1	0,8	1,7	1,0	2,0	1,5
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	0,0	0,0	0,0	9,9	72,6	24,6	34,4	42,0	8,7	26,9
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	3,4	1,9	3,9	2,8
Fabricação de Produtos Químicos	0,0	6,6	0,3	6,2	0,1	1,0	1,9	1,3	2,3	1,7
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	0,0	0,0	0,4	0,0	2,5	2,1	7,9	5,3	9,3	7,1
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	3,2	2,1	10,5	2,9	3,4	6,7	3,0	3,8	3,2	3,6
Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	1,8	2,0	0,7	0,2	0,4	1,2	1,8	1,3	2,5	1,8
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,0	0,0	0,4	0,1	0,0	1,0	1,4	0,9	1,6	1,2
Fabricação de Móveis	0,7	0,0	0,4	0,0	0,8	1,4	2,0	1,5	2,3	1,9
Eletricidade e saneamento	2,0	0,2	5,2	2,2	6,5	2,9	3,0	4,0	4,3	4,1
Outros segmentos industriais	9,5	0,3	23,3	0,8	0,6	3,3	5,6	4,5	6,7	5,5
Construção	48,7	62,9	42,3	62,1	7,9	25,6	18,5	18,0	27,2	22,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MTE/RAIS.

4.6. ATIVIDADES DE TURISMO NA RPGA

O Plano Nacional de Turismo (2007/2010) elencou 65 municípios brasileiros que possuem infraestrutura básica, turística e que atraem um significativo número de pessoas para seu entorno, nomeando estes municípios de "Destinos Indutores". A ideia é que estes destinos indutores dinamizem a economia do território em que estão inseridos, incentivando o desenvolvimento regional. Na Bahia dos 5 os municípios indutores, Salvador, Mata de São João, Maraú, Lençóis e Porto Seguro, destaca-se o município de Lençóis que está 100% inserido na RPGA do Paraguaçu.

Em consonância com a descentralização da política nacional de turismo que o conceito de Destino Indutor[2] traz, a Bahia desenvolveu e implantou uma política própria para descentralizar e fortalecer o monitoramento das ações de turismo executadas em cada localidade. Neste sentido o Estado nomeou 13 "Municípios Âncora" para acompanhamento de informações turísticas. O Quadro 4.11 apresenta as cidades que compõem os Destinos Indutores e Municípios Âncora da Bahia, a Região Turística em que está inserida cada uma e sua relação com a RPGA do rio Paraguaçu.

Quadro 4.11: Destinos indutores e municípios âncora do estado da Bahia

Cidade	Destino Indutor	Município Âncora	Região Turística da Bahia	Inserido na RPGA do Paraguaçu
Salvador	Sim	Sim	Baía de Todos-os-Santos	Não
Mata de São João	Sim	Sim	Costa dos Coqueiros	Não
Maraú	Sim	Não	Costa do Dendê	Não
Lençóis	Sim	Sim	Chapada Diamantina	Sim
Porto Seguro	Sim	Sim	Costa do Descobrimento	Não
Prado	Não	Sim	Costa das Baleias	Não
Valença	Não	Sim	Costa do Dendê	Não
Ilhéus	Não	Sim	Costa do Cacau	Não
Itacaré	Não	Sim	Costa do Cacau	Não
Cachoeira	Não	Sim	Baía de Todos-os-Santos	Sim
Juazeiro	Não	Sim	Vale do São Francisco	Não
Paulo Afonso	Não	Sim	Lagos e Canyons do São Francisco	Não
Barreiras	Não	Sim	Caminhos do Oeste	Não
Feira de Santana	Não	Sim	Caminhos do Sertão	Sim

Fonte: Elaboração Própria, 2017.

O Turismo é uma atividade econômica bastante explorada na RPGA, sendo que faz parte de 3 das 13 regiões turísticas da Bahia, contando com a participação de um município dentro da RPGA do Paraguaçu com importância na política de turismo do Estado nas regiões turísticas da

[2] Locais que possuem infraestrutura básica e turística além de atrativos qualificados e são capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno, dinamizando a economia do território em que está inserido.

Chapada Diamantina, da Baía de Todos-os-Santos e dos Caminhos do Sertão existe. O Quadro 4.12 identifica os municípios integrantes das 3 regiões turísticas que tem relação com a RPGA segundo a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia.

Quadro 4.12: Municípios das regiões turísticas da Chapa Diamantina, Caminhos do Sertão e Baía de Todos-os-Santos e sua relação com a RPGA do rio Paraguaçu

Região Turística da Bahia	Munícipios Integrantes		
	Municípios que fazem parte da RPGA X	Municípios que fazem parte de outras RPGAs	
Chapada Diamantina	Andaraí	Abaíra	Mirangaba
	Bonito	Andorinha	Ourolândia
	Barra da Estiva	Barra do Mendes	Paramirim
	Ibicoara	Brotas de Macaúbas	Pindobaçu
	Iraquara	Caém	Rio de Contas
	Lençóis	Campo Formoso	Rio do Pires
	Miguel Calmon	Capim Grosso	Saúde
	Morro do Chapéu	Central	Senhor do Bonfim
	Mucugê	Dom Basílio	Uibaí
	Nova Redenção	Ipupiara	Xique-Xique
	Palmeiras	Itaetê	
	Piatã	Ituaçu	
	Piritiba	Jacobina	
	Seabra	Jaguarari	
	Wagner	Jussiape	
	Quixabeira	Livramento de Nossa Senhora	
Caminhos do Sertão	Feira de Santana	Araci	Itapicuru
	Santa Bárbara	Alagoinhas	Irará
	Serrinha	Adustina	Jeremoabo
	Conceição de Feira	Aramari	Monte Santo
		Banzaê	Sítio do Quinto
		Canudos	Ribeira do Pombal
		Cipó	Tucano
		Euclides da Cunha	Uauá
Baía de Todos-os-Santos	Cachoeira	Aratuípe	São Francisco do Conde
	Jaguaripe	Candeias	Simões Filho
	Maragogipe	Itaparica	Vera Cruz
	Nazaré	Madre de Deus	
	Salinas da Margarida	Muniz Ferreira	
	São Félix	Salvador	
	Saubara	Santo Amaro	

Fonte: Elaboração Própria a partir do portal http://www.turismo.gov.br (MTur,2017).

Outro indicador da importância turística da RPGA é apresentado no Quadro 4.13 que traz informações da pesquisa realizada em 2011 pela Fipe, apontando que as três regiões citadas receberam 46,6% dos turistas da Bahia naquele ano.

Quadro 4.13: Participação das Zonas no Fluxo Turístico da Bahia - 2011

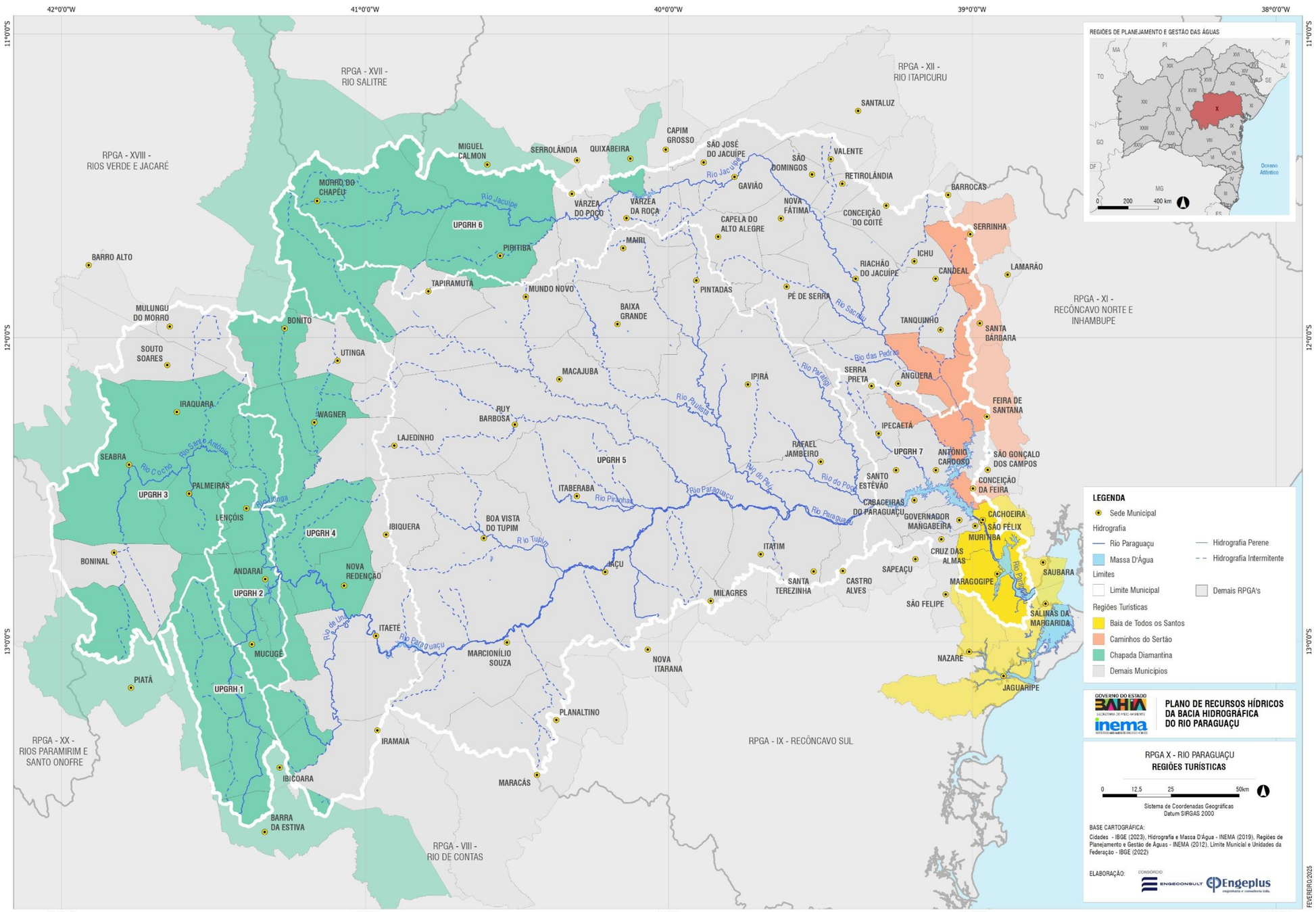
Zona Turística	Participação (%)
Baía de Todos-os-Santos	36,9
Costa do Descobrimento	14,1
Costa dos Coqueiros	10,1
Costa do Cacau	6,2
Costa do Dendê	5,8
Costa das Baleias	5,5
Caminhos do Sertão	5,2
Chapada Diamantina	4,5
Caminhos do Oeste	4,3
Lagos do São Francisco	2,3
Caminhos do Jiquiriçá	1,5

Zona Turística	Participação (%)
Vale do São Francisco	0,9
Caminhos do Sudoeste	0,5
Outras cidades	2,2

Fonte: Fipe (2011)

Embora posicionada a oeste da RPGA, das sete UPGRH da Bacia do rio Paraguaçu, apenas a UPGRH 7 Pedra do Cavalo não possui inserção na região turística da Chapada Diamantina (Figura 4.6). Contudo, esta última e a UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe estão sobrepostas às zonas turísticas Baía de Todos-os-Santos e Caminhos do Sertão, localizadas a lesta da RPGA.

Figura 4.6: Regiões turísticas com intersecção com a RP



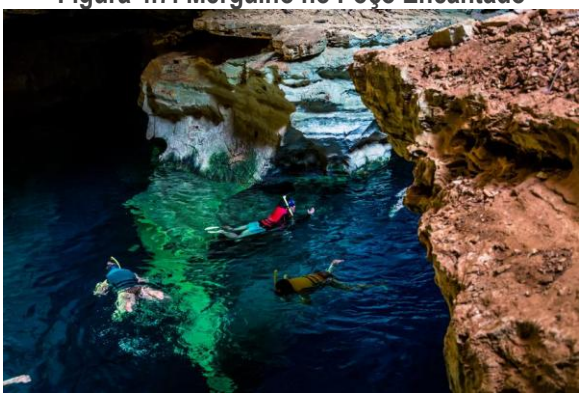
4.6.1. Chapada Diamantina

Segundo o portal de Internet www.bahia.com.br que faz parte do Sistema Integrado de Informação Turística, a Chapada Diamantina reúne variados atrativos naturais e culturais, no coração do Estado da Bahia.

A Mata Atlântica predomina, os campos floridos e planícies dividem a paisagem com ecótonos de caatinga e cerrado. Na chapada Diamantina a existência de paredões, desfiladeiros, cânions, grutas, cavernas, rios e cachoeiras são o grande destaque. Portanto a água dos rios, lagos e cachoeiras devem manter uma qualidade e quantidade apropriada para atender ao uso recreativo muito apreciado pelos turistas que procuram principalmente o ecoturismo e turismo de aventura nesta região.

Entre os roteiros preferidos dos turistas, segundo a Setur, estão a volta ao Parque da Chapada Diamantina, a Rota dos Diamantes, a Rota da Chapada Norte, Mergulho em cavernas e grutas como a Gruta da pratinha, a Gruta Azul e o Poço Encantado (Figura 4.7), Travessia do Vale do Paty (Figura 4.8), Vale do Capão, Cachoeira da Fumaça e as Lagoas de Andaraí, todos roteiros importantes no que diz respeito ao uso das águas para lazer e recreação.

Figura 4.7: Mergulho no Poço Encantado



Fonte: iStock, Getty Images retirado de https://mapadomundo.org/brasil/dicas-para-visitar-o-poco-azul-na-chapada-diamantina/

Figura 4.8: Vale do Paty, Chapada Diamantina



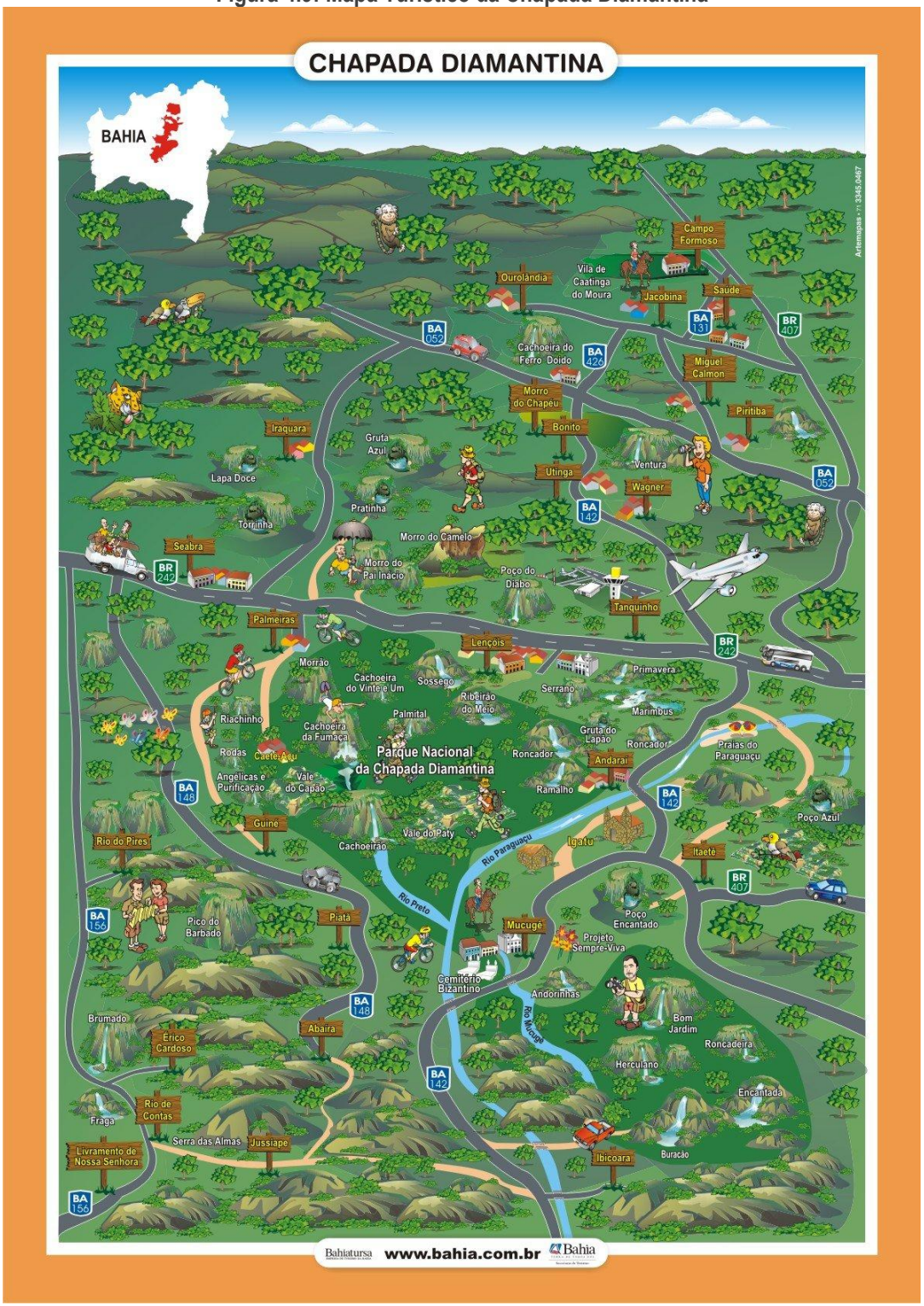
Fonte:http://jp-lugaresfantasticos.blogspot.com/2013/05/vale-do-pati-chapada-diamantina.html

Permitindo visualizar de forma mais abrangente os pontos turísticos existentes na chapada diamantina, a Figura 4.9 que traz o Mapa Turístico da Chapada Diamantina produzido pela Setur BA, onde se destacam os principais atrativos procurados pelos 4,5% de todos os turistas que visitaram a Bahia em 2011, segundo pesquisa mencionada anteriormente.

O Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia identificou 36 zonas no Estado. Os municípios turísticos da Chapada Diamantina que compõe também a RPGA X participam de 9 destas zonas, a 7 - Baixadas dos Rios Salitre e Verde Jacaré, a 9 – Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço, a 10 - Chapada de Irecê, a 11 - Gerais da Diamantina, a 12 – Depressão e Patamares do Rio de Contas, a 15 - Chapada de Morro do Chapéu, a 16 – Piemonte da Chapada Diamantina, a 18 - Borda Oriental da Chapada e a 19 - Tabuleiro de Capim Grosso. Segundo o ZEE estas 9 zonas

apresentam potencialidade para o turismo, porém com risco de poluição dos recursos hídricos (Quadro 4.14). A Expansão agrícola e urbana e a exploração mineral são outros fatores de risco que o turismo enfrenta nestas zonas, segundo o ZEE.

Figura 4.9: Mapa Turístico da Chapada Diamantina



Fonte: Bahiatursa

Quadro 4.14: Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar do Estado da Bahia dos municípios da Chapada Diamantina/Paraguaçu, ZEE-Bahia

Zona	Municípios Chapada Diamantina e Paraguaçu	Segmentos Turísticos Envolvidos	Potencialidades	Atrativos para o Turismo	Riscos para o Turismo
7 - Baixadas dos Rios Salitre e Verde Jacaré	Miguel Calmon e Morro do Chapéu	Turismo de Lazer (Lago de Sobradinho) Turismo Ecológico; Turismo de Natureza	Geração de energia solar; Produção de cana-de-açúcar irrigado (etanol); Produção de oleaginosa (biodiesel); Geração de energia eólica; Turismo de lazer e ecológico; Mineral: Gemas/Rochas Ornamentais	Patrimônio natural: Amplas planícies fluviais com ecossistema de sertão em grande parte preservado e seus conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais peculiares. Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais Patrimônio natural; especial: Cavernas e sítios arqueológicos Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos	Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.
9 – Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço	Andaraí, Bonito, Barra da Estiva, Ibicoara, Iraquara, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Piatã, Seabra e Wagner	Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural; Turismo Religioso	Produção de Cana-de-açúcar (etanol); Geração de energias eólica e solar; Turismo de lazer, esporte, ecológico e cultural; Mineral: Barita, Manganês, Urânio, Chumbo, Prata, Zinco, Gemas/Rochas Ornamentais, argila	Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas e sistemas hidrográficos regionais peculiares, com suas paisagens serranas diversificadas e singulares, suas chapadas e formações rochosas abrigando, na sua área central, as principais áreas de interesse turístico da Chapada: Lençóis, Andaraí e Mucugê, no Circuito do Diamante; Rio de Contas, Jussiape, Abaíra, no Circuito do Ouro. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos; edificações; monumentos históricos. Patrimônio natural; especial: Sítio Espeleológico Patrimônio cultural imaterial: Representações simbólicas regionais; manifestações tradicionais; núcleos culturais autênticos, comunidades étnicas etc.	Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos; atividades de mineração não integradas no contexto paisagístico local.
10 - Chapada de Irecê	Iraquara, Morro do Chapéu, Palmeiras e Seabra	Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura	Geração de energia eólica; Crescimento da produção de oleaginosas (biodiesel); Turismo de esporte e ecológico; Mineral: Zinco, Rochas Fosfáticas, calcários e dolomitos.	Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais específicos, com seu amplo platô carstico com estruturas de grutas e rios subterrâneos. Irecê – é o principal centro regional de serviços; Iraquara – um importante polo espeleológico. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio natural; especial:(Sítios) Estruturas Espeleológicas Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.	Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.
11 - Gerais da Diamantina	Barra da Estiva, Ibicoara, Mucugê, Palmeiras, Piatã e Seabra	Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural; Turismo Religioso	Turismo de esporte, ecológico e cultural; Mineral: Diamante, calcários e dolomitos	Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais específicos, com seus vastos altiplanos sobre as formações serranas da Chapada. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos. Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.	Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos; atividades de mineração não integradas no contexto

Zona	Municípios Chapada Diamantina e Paraguaçu	Segmentos Turísticos Envolvidos	Potencialidades	Atrativos para o Turismo	Riscos para o Turismo
					paisagístico local.
12 – Depressão e Patamares do Rio de Contas	Barra da Estiva	Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo Cultural; Turismo Religioso	Geração de energia eólica; Turismo ecológico e cultural; Mineral: Vermiculita, Barita, Magnesita, Talco	Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais específicas, com suas planícies, suas serras e seus amplos vales com plantações diversificadas de cana-de-açúcar e agricultura de subsistência. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.	Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.
15 - Chapada de Morro do Chapéu	Bonito, Iraquara, Lençóis, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Wagner	Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural; Turismo Religioso	Geração de energia eólica; Turismo de esporte, ecológico e cultural; Mineral: Gemas/Rochas Ornamentais, calcários e dolomitos	Patrimônio natural: Maciço norte da Chapada Diamantina, com amplos platôs, serras, vales, escarpas e paisagens naturais preservados, compondo seus conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais peculiares. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.	Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos; atividades de mineração não integradas no contexto paisagístico local.
16 – Piemonte da Chapada Diamantina	Andaraí, Bonito, Barra da Estiva, Ibicoara, Lençóis, Morro do Chapéu, Nova Redenção, Wagner	Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural; Turismo Religioso	Turismo de esporte, ecológico e cultural; Mineral: calcários e dolomitos	Patrimônio natural: Conjuntos geográficos - formações rochosas singulares -, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais peculiares, com suas planícies, vales e ricos ecossistemas encravados na muralha da Chapada Diamantina Central. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.	Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.
18 - Borda Oriental da Chapada	Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Piritiba	Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural	Geração de energia eólica (Atlas Eólico); Turismo de esporte, ecológico e cultural; Mineral: Barita, Ouro, calcário	Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens regionais específicos, com suas formações rochosas e de paisagens naturais, mesclando cobertura de vegetação de caatinga com atividades de agricultura tradicional. Jacobina constitui o seu centro regional tradicionalmente voltado para o garimpo e a mineração. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais	Riscos para o Turismo: Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos; atividades de mineração não integradas no contexto paisagístico local.
19 - Tabuleiro de Capim Grosso	Miguel Calmon, Quixabeira	–	Geração de energia solar; Turismo; Mineral: Níquel	Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos específicos e paisagens agrestes e de pastagens naturais peculiares no sopé da Serra de Jacobina. Patrimônio histórico-	Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais;

Zona	Municípios Chapada Diamantina e Paraguaçu	Segmentos Turísticos Envolvidos	Potencialidades	Atrativos para o Turismo	Riscos para o Turismo
				monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.	poluição dos recursos hídricos.

Fonte: Elaboração Própria a partir do ZEE/BA, 2017.

4.6.2. Caminhos do Sertão

Com objetivo de melhorar renda e criar empregos para a população desta região que é tão castigada pela seca, o roteiro turístico chamado Caminhos do Sertão é composto por 20 municípios e foi criado pela Setur em 2013 a partir de um diagnóstico realizado pelo Sebrae, onde foi detectado o potencial turístico e empreendedor nesta região.

Como características diferenciais deste roteiro destacam-se o bioma predominante de caatinga, plantas secas e sem folhas, cactos espinhosos, pés de xiquexique, flor de jurema, umburana, juazeiro, mandacaru e macambira sobrevivem bem ao clima seco da região.

Quatro municípios dos 20 que compõem os Caminhos do Sertão estão parcialmente inseridos na RPGA do rio Paraguaçu, mais especificamente nas UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe e UPGRH 7 Pedra do Cavalo, sendo eles Feira de Santana, Santa Barbara, Conceição de Feira e Serrinha (Figura 4.6). Os festejos de São João, o turismo religioso, a Vaquejada de Serrinha e a Micareta de Feira de Santana (Figura 4.10) são os principais atrativos deste roteiro turístico dentro da RPGA do rio Paraguaçu.

Figura 4.10: Micareta em Feira de Santana



Fonte: http://www.bahia.com.br/viverbahia/carnaval/micaretas

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Bahia identificou 36 zonas no Estado. Os municípios turísticos dos Caminhos do Sertão que compõe também a RPGA do Paraguaçu participam de 3 destas zonas, a 23 (Depressão Sertaneja da Região de Santa Luz), a 24 (Depressão Sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu) e a 25 (Tabuleiros Interioranos do Recôncavo). Segundo o ZEE estas 3 zonas apresentam potencialidade para o turismo, porém elas também apontam como risco a poluição dos recursos hídricos (Quadro 4.15). A Expansão agrícola e

urbana, a presença de indústrias e o desmatamento são outros fatores de risco que o turismo enfrenta nestas zonas, segundo o ZEE.

Quadro 4.15: Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar do Estado da Bahia dos municípios da região turística Caminhos do Sertão/Paraguaçu, ZEE-Bahia

Zona	Municípios BTS/RNI	Segmentos Turísticos Envolvidos	Potencialidades	Atrativos para o Turismo	Riscos para o Turismo
23 - Depressão Sertaneja da Região de Santa Luz	Feira de Santana, Santa Bárbara e Serrinha	Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo Cultural; Turismo Religioso	Reservas de petróleo e gás natural não convencional na Bacia do Tucano Sul; Geração de energia solar; Turismo de lazer, ecológico e cultural; Mineral: Diamante, Ouro, Cromita	Patrimônio natural: Coração do grande sertão da Bahia com seus conjuntos geográficos, ecossistemas e sistemas hidrográficos específicos e seus cenários regionais peculiares proporcionados pelas suas paisagens sertanejas e pelos seus pastos naturais. Centralidades regionais: Euclides da Cunha, Ipirá e Uauá. Patrimônio natural; especial: Hidrotérmico subterrâneo (Tucano) Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais, religiosas (Sento Sé e Monte Santo) e comunidades étnicas.	Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.
24 - Depressão Sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu	Feira de Santana, Santa Bárbara e Serrinha	Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo Cultural.	Turismo de lazer, ecológico e cultural; Mineral: Quartzo	Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos específicos, com suas planícies e formações serranas, seus pastos e áreas de agricultura tradicional, proporcionando paisagens regionais peculiares. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.	Expansão desordenada de atividades agrícolas e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.
25 - Tabuleiros Interioranos do Recôncavo	Feira de Santana e Conceição de Feira	Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo Cultural; Turismo Religioso.	Hidrelétrica; Turismo de lazer, ecológico e cultural	Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos específicos e suas paisagens dominadas por tabuleiros interioranos do Recôncavo, por pequenas ondulações e por planícies com agricultura tradicional do recôncavo. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.	Expansão desordenada de atividades agrícolas – desmatamentos - e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.

Fonte: Elaboração Própria a partir do ZEE/BA (2017).

4.6.3. Baía de Todos-os-Santos

Grande e bela, a Baía de Todos-os-Santos, que dá nome ao estado baiano, é banhada por águas cristalinas e calmas, cercada por praias, mangues, restingas e corais ricos em biodiversidade. Em muitos pontos da área continental ainda é possível admirar resquícios da mata atlântica. A Baía de Todos-os-Santos guarda séculos de história e a vasta cultura do povo do recôncavo baiano.

Dos 17 municípios que pertencem à esta região turística, Cachoeira, Maragogipe, São Félix e Saubara se inserem na UPGRH 7 Pedra do Cavalo, a única que é banhada pelo mar, conforme pode ser observado na Figura 4.6. O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Baía de Todos-os-Santos PDITS-BTS elaborado pela Setur/BA em 2012 identificou a vocação turística destes municípios principalmente nos segmentos náutico, circuito histórico-cultural e regional.

Conforme o PDITS-BTS, são grandes as possibilidades de desenvolvimento da pesca mergulho como esporte. De acordo com Leilane Loureiro (2004) a "região Nordeste é a mais próxima dos centros emissores de turismo náutico localizados na Europa [...] e em uma análise mais detalhada pode-se verificar que o Nordeste possui condições muito parecidas com as do Caribe, tanto em distância quanto em correntes marítimas para os navegadores que partem da Europa".

Além disto, os municípios de Cachoeira, Maragogipe, São Félix e Saubara, assim como Jaguaripe, Nazaré e Salinas da Margarida, são ricos em entidades e espaços relacionados à herança artística e cultural, voltados para práticas religiosas e abertos ao público, como igrejas, mosteiros e terreiros de candomblé. Muitas das celebrações religiosas e culturais destes municípios se relacionam diretamente ou indiretamente com o uso e preservação das águas, seja de forma genérica, seja um local específico da prática religiosa junto a natureza. Neste sentido, é importante a gestão de recursos hídricos prever as condições de uso das águas para as práticas religiosas na região, sejam elas ligada a atividade turísticas ou não.

O PDTIS-BTS de 2012 cita a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Baía de Todos-os-Santos, o projeto de Gerenciamento Costeiro-Gerco, a Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape, a APA Lago de Pedra do Cavalo como ações positivas que pretendem preservar as riquezas naturais, culturais, históricas e desenvolver o turismo qualificado, pois "o turismo sustentável tem um papel positivo para o meio ambiente, pois valoriza a educação e a cultura da comunidade, bem como das paisagens naturais que se constituem em base da economia do turismo".

É importante destacar que, segundo a pesquisa da Fipe em 2011, 36,9% do fluxo turístico da Bahia teve como destino a Baía de Todos-os-Santos, sendo, portanto, o destino mais procurado na Bahia. Segundo estimativas realizadas pela Fipe, em 2011, a participação do setor turístico no PIB baiano ocupa a segunda posição das unidades da federação em ordem de importância do turismo nos PIB estaduais, com 7,5% de participação do turismo no PIB da Bahia (PDTIS-BTS, 2012). Embora boa parte destes turistas tenham Salvador como destino, ainda assim os números são bem significativos.

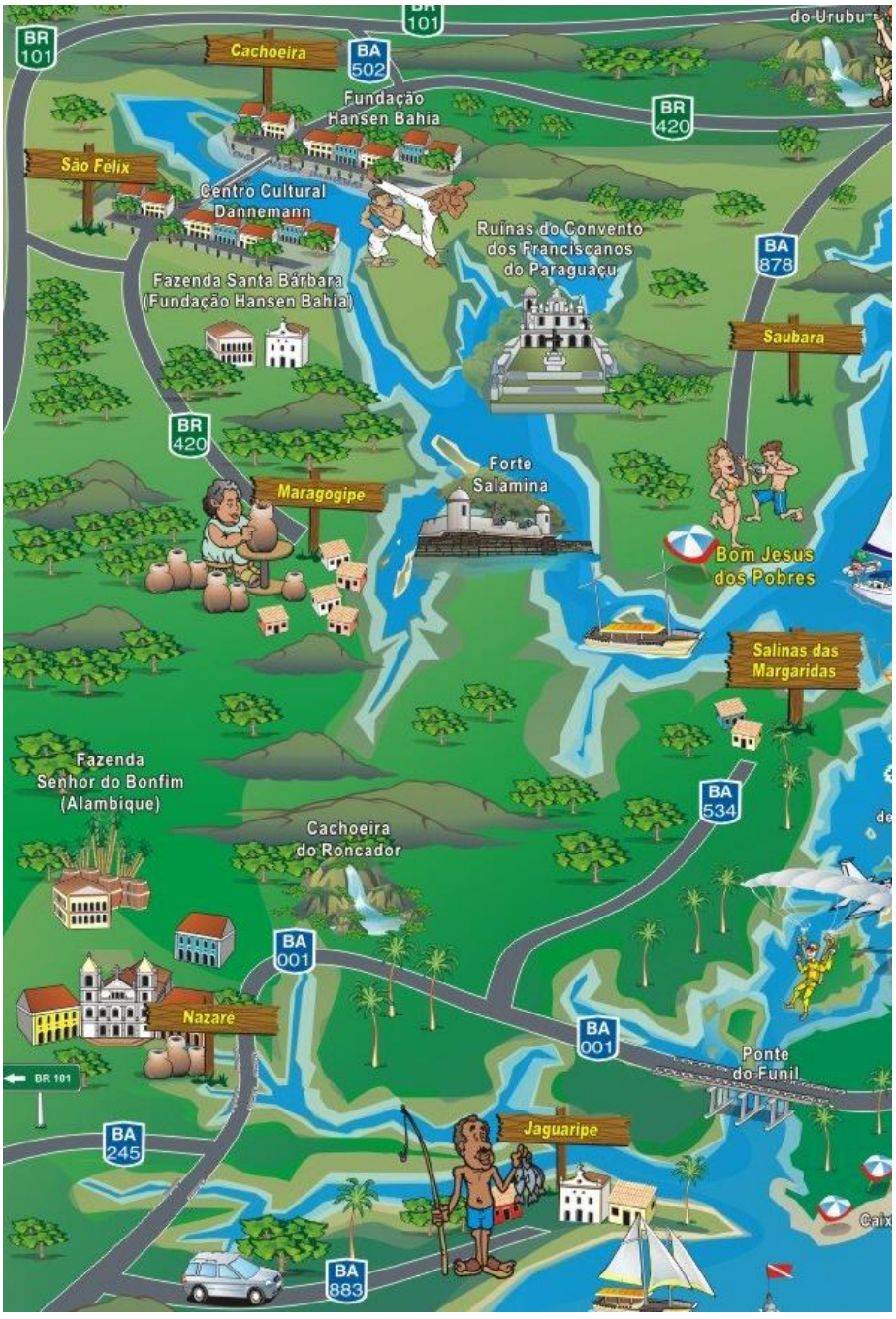
Alguns destaques turísticos dos municípios da região da BTS, segundo o portal Bahia, são: o distrito de Coqueiros, um polo de produção de cerâmica utilitária, em barro, pertencente ao município de Maragogipe; a cidade histórica de Cachoeira, uma das mais antigas e importantes cidades coloniais do Brasil (Figura 4.11), o estilo barroco presente no recôncavo baiano, cachoeiras como a da Pancada Alta e a do rio Tiriri em meio à mata atlântica em Jaguaripe, o Morro do Silêncio em Nazaré, esportes náuticos, pesca e praias em Salinas das Margaridas, centro histórico de São Félix e a cidade se Saubara, que oferece, reunidas nas praia, áreas de manguezais e de Mata Atlântica, com rios e cascatas. A Figura 4.12 apresenta um corte do mapa turístico da BTS para destacar estes municípios.

Figura 4.11: Município de Cachoeira no recôncavo baiano



Foto: Arquivo Uneb.

Figura 4.12: Destaque para os municípios da BTS que fazem parte da UPGRH 7 no mapa turístico da BTS – Setur/BA



Fonte: Setur/BA

O Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia identificou 36 zonas no Estado. Os municípios turísticos da BTS que compõe também a RPGA participam de 4 destas zonas, a 25 (Tabuleiros Interioranos do Recôncavo), a 26 (Planalto Pré-Litorâneo Baixo Su), a 33 (Recôncavo Baiano) e 36 (Planícies Fluvio marinhas). Segundo o ZEE estas 4 zonas apresentam potencialidade para o turismo, porém, elas também apontam como risco a poluição dos recursos hídricos (Quadro 4.16). A expansão agrícola, da piscicultura, industrial e urbana, a instalação de hidrelétrica e o desmatamento são outros fatores de risco que o turismo enfrenta nestas zonas, segundo o ZEE.

Quadro 4.16: Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar do Estado da Bahia dos municípios da região turística da BTS/Paraguaçu, ZEE-Bahia

Zona	Municípios BTS e Paraguaçu	Segmentos Turísticos Envolvidos	Potencialidades	Atrativos para o Turismo	Riscos para o Turismo
25 - Tabuleiros Interioranos do Recôncavo	Cachoeira, Jaguaripe, Maragogipe e São Félix	Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo Cultural; Turismo Religioso.	Hidrelétrica; Turismo de lazer, ecológico e cultural	Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos específicos e suas paisagens dominadas por tabuleiros interioranos do Recôncavo, por pequenas ondulações e por planícies com agricultura tradicional do recôncavo. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.	Expansão desordenada de atividades agrícolas – desmatamentos - e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos.
26 - Planalto Pré-Litorâneo Baixo Sul	Jaguaripe, Maragogipe, Nazaré e São Félix	Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural	Produção de dendê (biodiesel); Turismo de lazer, esporte, ecológico e cultural	Patrimônio natural: Maciço continental sobre as planícies costeiras do Baixo Sul com seus remanescentes de Mata Atlântica e culturas tradicionais. Agroflorestais, seus conjuntos geográficos de relevo acidentado, ecossistemas, sistemas hidrográficos específicos e paisagens regionais peculiares. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.	Expansão desordenada de atividades agrícolas – desmatamentos - e das áreas urbanas regionais; poluição dos recursos hídricos; projetos de hidrelétricas em trechos de interesse paisagístico e de esportes de aventura.
33 - Recôncavo Baiano	Cachoeira e Saubara	Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural; Turismo Religioso Turismo de Negócios.	Reservas de petróleo e gás natural não convencional e convencional na Bacia do Recôncavo; Turismo de negócios, lazer, esporte cultural e ecológico	Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas e sistemas hidrográficos específicos, envolvendo a própria Baía de Todos-os-Santos, e paisagens regionais peculiares com os tradicionais canaviais e engenhos de cana de açúcar do Recôncavo. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos históricos Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais, religiosas e núcleos tradicionais e autênticos.	Expansão desordenada de atividades agrícolas, das áreas urbanas e áreas industriais regionais; poluição dos recursos hídricos.
36 - Planícies Fluvio marinhas	Saubara, Jaguaripe, Maragogipe, Nazaré e Salinas das Margaridas	Turismo de Lazer e Entretenimento Turismo Ecológico; Turismo de Natureza Turismo de Esporte e Aventura Turismo Cultural; Turismo Religioso Turismo de Negócios.	Reservas de petróleo e gás natural não convencional e convencional na Bacia do Recôncavo; Turismo de negócios, lazer, esporte cultural e ecológico	Patrimônio natural: Conjuntos geográficos, ecossistemas, sistemas hidrográficos e paisagens costeiras singulares, no contexto de suas planícies com vastas áreas de restinga arbustiva e arbórea preservadas. São áreas em que normalmente não são ocupadas por empreendimentos hoteleiros, salvo no Baixo Sul onde essas planícies concentram os principais empreendimentos turísticos da região, mais especificamente no arquipélago de Cairu e na região da baía de Camamu. Patrimônio histórico-monumental: Sítios; núcleos; edificações; monumentos históricos. Patrimônio cultural imaterial: Manifestações tradicionais.	Expansão desordenada de atividades agrícolas e de piscicultura – desmatamentos – expansão desordenada das áreas urbanas; poluição dos recursos hídricos.

Fonte: Elaboração própria (2017) a partir do ZEE/BA.

4.6.4. Impacto da pandemia de Covid 19

O setor de turismo foi um dos mais impactados pelas restrições sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19. Com a retirada das restrições, além da necessidade de reorganização do setor, não está claro, ainda, que mudanças serão permanentes ou de mais longo prazo.

Pesquisa realizada pela Setur (2022) com o segmento empresarial indicava, contudo, que a maioria avaliava que o cenário naquele momento era de operação no mesmo patamar ou superior a 2019, antes da pandemia (54,3%). Entretanto, 41,0% das empresas entrevistadas informaram que não houve recuperação do quadro de funcionários existente no período anterior à pandemia. Mesmo na comparação de 2021, em relação a 2020 (período que contou com as maiores restrições), 33,1% das empresas informaram que houve redução no faturamento de 2021 em relação a 2020, indicando as consequências para o setor. A demanda por crédito e por programas de apoio ainda estava presente em 2022, por conta da necessidade de retomada da atividade e dos investimentos.

4.7. PESCA E AQUICULTURA NA RPGA DO PARAGUAÇU

A Lei Federal nº 11.958/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, definiu pesca como toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros, sendo estes últimos os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura. Já a aquicultura, refere-se à atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo.

O estado da Bahia conta com a Bahia Pesca S.A., vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia – Seagri, que é uma empresa pública com o objetivo de fomentar as atividades de pesca e aquicultura, prestar assistência técnica, apoiar e desenvolver o setor pesqueiro e aquícola, além de planejar e discutir com a categoria de trabalhadores as políticas públicas estaduais para o setor. A empresa é também o braço operativo para implementação das ações voltadas para a produção, organização do segmento e implementação de políticas do Governo Federal.

A pesca realizada na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu ocorre como uma atividade complementar de subsistência por comunidades tradicionais distribuídas nos municípios da RPGA. A pesca mais importante para a RPGA do rio Paraguaçu é a realizada pelas comunidades da Baía do Iguape, principalmente nos municípios de Maragogipe, Cachoeira e Saubara. Isso ocorre devido às características ambientais que subsidiam a atividade pesqueira tais como navegabilidade, produtividade de pescados e a reserva extrativista do Iguape.

Segundo levantamento realizado pelo Projeto GeografAR, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, havia 84 Colônias, Associações, Sindicatos ou Cooperativas de Pesca cadastradas no cadastradas no Registro Geral da Atividade Pesqueira do Estado da Bahia nos municípios que

fazem parte da RPGA em 2023, distribuídas em 7 municípios, dos quais 5 na UPGRH 7 Pedra do Cavalo, que concentrava 82 destas organizações (Quadro 4.17).

Ainda segundo essa fonte, havia mais de 8,5 mil pescadores/as cadastrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira em 2023, muito concentrados em três municípios da UPGRH 7 Pedra do Cavalo: Cachoeira (1.233 pescadores/as), Maragogipe (3.785) e Saubara (3.286). Nestes municípios também o Projeto Geografar identificou 36 Comunidades Tradicionais Pesqueiras em Maragogipe, 20 em Cachoeira e 14 em Saubara, além de 6 em São Felix, que contava também com 3 organizações em 2023. Nas demais UPGRH é reduzido ou inexistente o registro de pescadores/as e organizações.

Quadro 4.17: Pescadores/as, associações e comunidades pesqueiras (2023)

Unidade Territorial	Pescadores/as cadastrados		Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas de Pesca		Comunidades Tradicionais Pesqueiras	
	Municípios	N°	Municípios	N°	Municípios	N°
UPGRH 3 Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio	2	3	x	x	x	x
UPGRH 4 Bacia do Rio Paraguaçu - Cárstico	1	1	x	x	x	x
UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido	12	65	x	x	x	x
UPGRH 6 Bacia do Rio Jacuípe	9	71	2	2	x	x
UPGRH 7 Pedra do Cavalo	9	8.396	5	82	4	76
Total	**33**	**8.536**	**7**	**84**	**4**	**76**

X: sem registro.

Fonte: UFBA Projeto Geografar.

O estudo "Perfil dos Pescadores na região do território de Piemonte do Paraguaçu" (Silva e Freitas, 2015) analisou dentro do território de identidade, os municípios de Macajuba, Mundo Novo e Ruy Barbosa, que fazem parte da UPGRH 5 Bacia do Rio Paraguaçu - Semiárido. Segundo os autores:

> ... os três municípios apresentam características semelhantes à pesca artesanal e às espécies capturadas (Tilápia, Traíra, Curimatã e Cari). A arte de pesca adotada pelos pescadores locais utiliza redes de espera (linhas) e tarrafas. Os dados de consumo e comercialização demonstram que atividade é caracteristicamente de subsistência, quando a maioria dos peixes capturados são utilizados para a alimentação dos pescadores e seus familiares (Silva e Freitas, 2015).

A atividade de pesca tradicional e a coleta de mariscos estão bastante disseminadas em muitas das comunidades, principalmente na Resex da Baía do Iguape (estuário onde os rios Paraguaçu e Guaí se encontram com o mar), envolvendo os municípios de Cachoeira, Muritiba, Saubara, Nazaré e Jaguaribe (PASCOAL, 2012).

Das atividades extrativistas, a pesca com redes, o uso de armadilhas como camboas (uma espécie de curral) (Figura 4.13) e/ou gaiolas (Figura 4.14) e a mariscagem com facões nos manguezais apresentam-se como as práticas mais comuns distribuídas nas regiões estuarinas da Baía do Iguape.

Figura 4.13: Camboa, ou curral: armadilha de pesca artesanal na Baía do Iguape, Rio Paraguaçu-BA



Fonte: http://www.institutokirimure.pro.br/downloads/RESEX_Baía_Iguape_ICMBio.pdf

Figura 4.14: Gaiolas e embarcação típica para pesca artesanal na Baía do Iguape-BA



Fonte: http://www.institutokirimure.pro.br/downloads/RESEX_Baía_Iguape_ICMBio.pdf

Segundo o EIA/RIMA do estaleiro Paraguaçu (BMA/SUDIC, 2009), em comunidades de tamanho intermediário, como São Francisco do Paraguaçu (em Cachoeira); Capanema, Coqueiros, Nagé e Enseada (em Maragogipe); Barra do Paraguaçu, Cairu e Conceição de Salinas (em Salinas da Margarida); e Bica e Araripe (em Saubara), os pescadores estão voltados para a pesca tradicional e a mariscagem e grande parte dos pescados são comercializada nas barracas de praia e restaurantes dos municípios envolvidos. Já em localidades de tamanho maior (como por

exemplo sedes distritais e municipais) a pesca tradicional e a coleta de mariscos são praticadas por uma parcela mais carente da população, como forma de subsistência. Já os pescadores profissionais desenvolvem a pesca para atender o comércio local (restaurantes, hotéis e pousadas).

O EIA/RIMA do Estaleiro Paraguaçu (BMA/SUDIC, 2009), caracteriza a pescaria em dois tipos principais:

Pesca embarcada:

Os homens são os principais pescadores deste tipo e trabalham em pequenas embarcações, como canoas e botes de madeira a remo, e canoas de fibra de vidro motorizada.

Pesca desembarcada:

As mulheres são as principais protagonistas deste tipo de pesca que se denomina mariscagem. Na mariscagem é realizada a coleta manual de moluscos em bancos de areia, "lages" (fundos consolidados com recifes rochosos, de arenito, ou embasamento cristalino) e raízes de mangue.

Os estudos de Prost (2010) estimam cerca de 20.000 pessoas vivendo de pesca artesanal (pescadores e marisqueiras), distribuídos nas comunidades que atuam na Baía do Iguape. A Resex Baía do Iguape foi criada em 11 de agosto de 2000. Várias das comunidades de pescadores e marisqueiras são compostas por população quilombola.

Conforme estudo "Os pescadores e a pesca artesanal em São Francisco do Paraguaçu-Bahia" (KUHN e GERMANI, 2011), os pescadores desta localidade do município de Maragogipe, também se identificam como quilombolas, o que gera conflitos estimulados pela disputa do território pelos fazendeiros locais, que muitas vezes cercam as áreas de mangue, na tentativa de impedir o acesso dos pescadores.

> A adoção desta identidade provoca fragmentações neste grupo social, já que a identidade quilombola foi, por muito tempo, invisibilizada. Assim, o embate sobre ser ou não ser quilombola tem papel central na Comunidade e o conflito relacionado ao assumir da identidade quilombola é claramente estimulado pelos fazendeiros locais, inserindo a problemática no complexo e histórico processo de luta pela terra (Kuhn e Germani, 2011).

Conforme o estudo realizado por Brito (2011) quase toda a frota pesqueira de Maragogipe é composta por canoas e a maioria das atividades de pesca utiliza redes ou artes de pesca manuais (Figura 4.15). Grande parte dos entrevistados acreditava na redução do pescado, atribuindo estes fatos principalmente a duas causas: a presença da Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo e à pesca predatória. Brito ainda identifica a pesca com bomba e a utilização de redinhas (redes de malha muito fina) como as principais formas de pesca predatória no município. A utilização de bombas e carrapaticida na pesca predatória pode se somar a outras pressões naturais e antrópicas, impondo novas dinâmicas entre espécies que ali vivem.

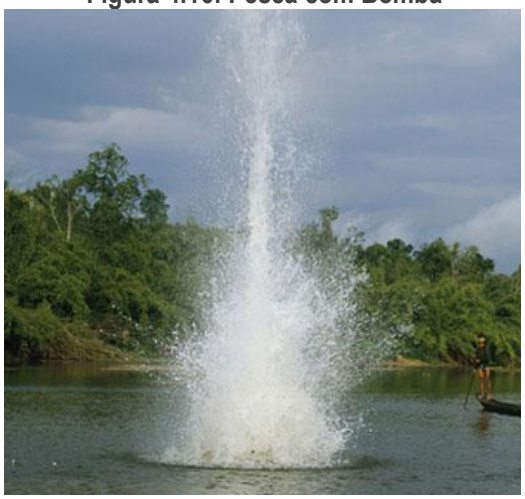
Quanto à produção pesqueira registrada durante o período do estudo de Brito (2011), foi verificado aumento significativo após a implantação da Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo, assim como a vazão liberada pela barragem. De acordo com os resultados do referido estudo, existe uma correlação positiva entre a vazão da barragem e a produção pesqueira oficialmente registrada, mesmo que os resultados desta correlação sejam inversos à percepção das populações ribeirinhas de Maragogipe. Desta forma, Brito conclui que outros fatores podem estar interferindo na oferta de pescado local, como a utilização de redinhas e a pesca com bombas (Figura 4.16).

Figura 4.15: Pesca com rede na Baía do Iguape



Fonte: Rodolpho Mafei – ICMBio

Figura 4.16: Pesca com Bomba



Fonte: https://disappearingcoralreefs.wordpress.com/blast-fishing/

Pode-se identificar no Inventário socioambiental de barragens do estado da Bahia referente a conflitos socioambientais de 2012, elaborado pelo projeto Geografar, que a Barragem de Pedra do Cavalo atinge, na UPGRH 7, os municípios de Cachoeira, Santo Estêvão, Governador Mangabeira, São Félix, Muritiba, Cruz das Almas, Cabaceiras do Paraguaçu e Feira de Santana. Segundo o inventário, a exploração de energia elétrica afeta a Resex do Iguape, pois a liberação excessiva de água doce diminui a salinidade e causa morte dos pescados e do manguezal. O lago provocou salinização do Iguape e mudanças no ecossistema local, podendo provocar desequilíbrio.

A diretriz geral do ZEE-BA para pesca e aquicultura na Bahia é a priorização da demarcação de áreas e parques aquícolas nos principais corpos hídricos baianos. As diretrizes específicas para a pesca e aquicultura são apresentadas no Quadro 4.18, onde as orientações e ações para o desenvolvimento sustentável estão relacionadas a critérios e Zonas.

Quadro 4.18: Diretrizes do ZEE-BA para temática de Pesca e Aquicultura no território da RPGA do rio Paraguaçu

CRITÉRIOS SELECIONADOS	ZONA	UPGRH	ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Corpos d'água continentais (barragem, represa e açude) - Ocorrência de reservatório(s) com volume de acumulação igual ou superior a 100 hm³.	9, 10, 11, 12, 16, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 33, 36	1 2 3 4 5 6	Adoção, inicialmente, do parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e realização de monitoramento ambiental nos municípios com reservatórios com volume de acumulação a partir de 100 hm³, ou seja, que possuem grandes corpos d'água com alto potencial para aquicultura em tanques-rede e pesca comercial. Priorização do desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização. Condicionamento da utilização dos corpos oligotróficos à verificação do padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total.	Implementação de política de assistência técnica e extensão rural (ATER) orientada para a organização da produção e estratégias de comercialização. Verificação de compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca). Implementação de planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando subsidiar o desenvolvimento da produção. Elaboração de estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União). Elaboração de planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor. Elaboração de estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca comercial. Criação de políticas de incentivos para o licenciamento ambiental. Desenvolvimento de políticas de certificação de pescados para acesso a mercados mais exigentes, que permitem a prática de maiores preços na comercialização. Realização de estudos de pré-investimento e fomento à pesca e à aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos polos de produção de pescado. Aprimoramento dos mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores. Fornecimento de assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte. Elaboração de estudos voltados à definição de cotas de produção familiares que compatibilizem a manutenção dos estoques naturais e renda digna às famílias.

CRITÉRIOS SELECIONADOS	ZONA	UPGRH	ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Corpos d'água continentais (barragem, represa e açude). - Ocorrência de reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 1 hm³ e inferior a 100 hm³.	9, 10, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 26, 33, 36	1 2 3 4 5 6	Adoção, inicialmente, do parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e realização de monitoramento ambiental nos municípios com reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 1 hm³ e inferior a 100 hm³, ou seja, que possuem grandes corpos d'água com bom potencial para aquicultura e para pesca artesanal. Priorização do desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização. Condicionamento da utilização dos corpos oligotróficos à verificação do padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total.	Implementação de política de assistência técnica e extensão rural (ATER) orientada para a organização da produção e estratégias de comercialização. Verificação de compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca). Implementação de planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados à este fim, visando subsidiar o desenvolvimento da produção. Elaboração de estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União). Elaboração de planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor. Elaboração de estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal. Criação de políticas de incentivos para o licenciamento ambiental. Desenvolvimento de políticas de certificação de pescados para acesso a mercados mais exigentes, que permitem a prática de maiores preços na comercialização. Realização de estudos de pré-investimento e fomento à pesca e à aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos polos de produção de pescado. Aprimoramento dos mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores. Fornecimento de assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte. Elaboração de estudos voltados à definição de cotas de produção familiares que compatibilizem a manutenção dos estoques naturais e renda digna às famílias.

CRITÉRIOS SELECIONADOS	ZONA	UPGRH	ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Corpos d'água continentais (barragem, represa e açude). - Ocorrência de reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 130 mil m³ e inferior a 1 hm³.	9, 10, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 24	1 2 3 4 5 6	Estímulo ao peixamento mediante levantamento das espécies de pescado presentes nos corpos hídricos, considerando seu nível trófico e grau de aceitação no comércio local nos municípios com reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 130 mil m³ e inferior a 1 hm³, ou seja, que possuem grandes corpos d'água com alto potencial para esta ação, voltado à pesca artesanal e de subsistência.	Implementação de política de assistência técnica e extensão rural (ATER) orientada para a organização da produção e estratégias de comercialização. Implementação de estratégias de pré-estocagem dos alevinos e pós-larvas, a serem utilizados no peixamento, visando assegurar uma maior taxa de sobrevivência. Fomento ao peixamento de camarões (pitu e camarão da malásia) nos corpos d'água, devido ao seu alto valor de comercialização. Fomento às pesquisas para subsidiar a implementação de estratégias de manejo dos corpos hídricos. Elaboração de estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal.
Quantidade de pescadores. - Contingente igual ou superior a 1 mil e inferior a 10 mil.	9, 25, 26, 33, 36	1 2 3 6	_	Apoio ao desenvolvimento da atividade de pesca, considerando o contingente de pescadores envolvido, seja este de moderado a alto, e suas respectivas demandas. Criação de fóruns municipais e regionais, que assegurem a participação das comunidades e instituições do setor, em reuniões semestrais que definam as prioridades locais e articulem as ações a serem adotadas. Implementação de programas técnicos e profissionalizantes voltados à inserção dos jovens, filhos(as) dos pescadores, na pesca e em atividades de apoio, ligadas à gestão da produção, organização social, educação ambiental, empreendedorismo e ordenamento pesqueiro. Elaboração de estudos voltados à recuperação e à gestão dos estoques naturais, proteção dos territórios pesqueiros e ao ordenamento da pesca artesanal. Criação de fóruns municipais representativos visando a articulação para o desenvolvimento do setor e o atendimento de demandas prioritárias das comunidades pesqueiras. Implementação de cursos profissionalizantes para estimular a inserção dos filhos de pescadores na atividade. Implementação de ações de assistência técnica continuada na implementação de projetos socioprodutivos e capacitação de agentes comunitários locais para o desenvolvimento das ações. Elaboração de estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal.
Quantidade de pescadores. - Contingente igual ou superior a 100 e inferior a 1 mil.	9, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 33, 36	1 2 3 4 5 6	_	

CRITÉRIOS SELECIONADOS	ZONA	UPGRH	ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Quantidade de pescadores. - Contingente inferior a 100.	9, 10, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 36	1 2 3 4 5 6	-	Criação de fóruns municipais e regionais, que assegurem a participação das comunidades e instituições do setor, em reuniões semestrais que definam as prioridades locais e articulem as ações a serem adotadas. Implementação de programas técnicos e profissionalizantes voltados à inserção dos jovens, filhos(as) dos pescadores, na pesca e em atividades de apoio, ligadas a gestão da produção, organização social, educação ambiental, empreendedorismo e ordenamento pesqueiro. Apoio ao desenvolvimento da atividade de pesca, considerando o baixo contingente de pescadores envolvido e suas respectivas demandas.
Corpos d'água marinhos/estuarinos (baía e estuário). - Área de abrangência direta da Baía de Todos-os-Santos.	25, 26, 33, 36	6	Adoção, inicialmente, do parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e realização de monitoramento ambiental em corpos d'água marinhos/estuarinos com alto potencial para a aquicultura e pesca artesanal (áreas de abrangência direta das Baías de Todos os Santos e Camamu). Priorização do desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização. Condicionamento da utilização dos corpos oligotróficos à verificação do padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total. Aprimoramento dos mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.	Implementação, de forma articulada, de ações rígidas de fiscalização dos praticantes da pesca com bomba, envolvendo as comunidades impactadas, demandando uma integração com instituições relacionadas à segurança, saúde e educação. Desenvolvimento de instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura. Verificação de compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca). Implementação de planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando o desenvolvimento da produção. Elaboração de estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União). Elaboração de planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor, em consonância com estudos para a implementação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação existentes. Implantação de estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, para reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer dados para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais. Monitoramento das condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.

CRITÉRIOS SELECIONADOS	ZONA	UPGRH	ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
				Realização de estudos de pré-investimento e fomento à pesca e à aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos polos de produção de pescado. Fornecimento de assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.
Corpos d'água marinhos/estuarinos (baía e estuário). - Área de abrangência direta.	25, 26, 27, 36	6	Adoção, inicialmente, do parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e realização de monitoramento ambiental em corpos d'água marinhos/estuarinos com alto potencial para a aquicultura e pesca artesanal (área de abrangência direta do Complexo Estuarino do Baixo Sul). Priorização do desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização. Condicionamento da utilização dos corpos oligotróficos à verificação do padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total. Aprimoramento dos mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.	Implementação, de forma articulada, de ações rígidas de fiscalização dos praticantes da pesca com bomba, envolvendo as comunidades impactadas, demandando uma integração com instituições relacionadas à segurança, saúde e educação. Desenvolvimento de instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura. Realização de estudos prévios às ações de fomento à piscicultura em tanques-rede, a fim de identificar os locais mais abrigados de fortes correntes. Verificação de compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca). Implementação de planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando o desenvolvimento da produção. Elaboração de estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União). Elaboração de planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor, em consonância com estudos para a implementação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação existentes. Implantação de estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, para reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer dados para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais. Monitoramento das condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.

CRITÉRIOS SELECIONADOS	ZONA	UPGRH	ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
				Realização de estudos de pré-investimento e fomento à pesca e à aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos polos de produção de pescado. Fornecimento de assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.
Viveiros de Maricultura. - Área igual ou superior a 1 mil ha de viveiros.	25, 26, 36	6	Aprimoramento dos mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.	Realização de estudos para definição de medidas mitigadoras e compensatórias proporcionais aos níveis de impactos dos efluentes lançados, principalmente para os empreendimentos de médio e grande porte, destacando-se, entre as medidas, a adoção da aquicultura multitrófica integrada, com moluscos e macroalgas, a qual proporciona uma redução significativa no volume de efluentes. Fomentar a produção de organismos marinhos (peixes, camarões, moluscos e algas) em cultivos multitróficos. Mitigar os conflitos socioambientais através do envolvimento das comunidades de pescadores na produção de moluscos e algas, fomentadas pelos maricultores.
Viveiros de Maricultura. - Área igual ou superior a 500 ha e inferior a 1 mil ha de viveiros.	36	6		

CRITÉRIOS SELECIONADOS	ZONA	UPGRH	ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Viveiros de Maricultura. - Área igual ou superior a 250 ha e inferior a 500 ha de viveiros.	25, 33, 36	6		Elaborar estudos sobre a capacidade de suporte dos ambientes nas áreas onde estão implantadas as fazendas de maricultura, visando estabelecer normas e limites para os sistemas de produção e manejo para cada local. Criação de políticas de incentivos para a gestão pesqueira. Fornecimento de assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.

Fonte: ZEE/BA, 2013.

CAPÍTULO 05: *CONFLITOS PELOS USOS DAS ÁGUAS*

5. CONFLITOS PELOS USOS DAS ÁGUAS

No âmbito dos atores estratégicos para a gestão de recursos hídricos, o reconhecimento de conflitos conflagrados na RPGA é de grande importância para o planejamento. Neste item foi registrado o que foi possível apurar quanto a conflitos estabelecidos entre atores estratégicos, com informações recuperadas do Plano de Ações Estratégicas do Paraguaçu (PAEP) e atualizações.

Em uma acepção mais ampla, também podem ser considerados conflitos situações que se colocam frente a demandas divergentes ou insuficientes, bem como outros processos resultantes do estudo e entendimento da situação de recursos hídricos na RPGA. Neste último caso, não necessariamente os atores se reconhecem em conflito. Para estes conflitos em sentido mais amplo, a análise a ser empreendida na fase de análises integradas irá apontá-los a partir de informações e análises baseadas nos diferentes diagnósticos.

Segundo Pereira (2012), de modo geral o aumento populacional, associado ao desenvolvimento econômico e a diversificação das atividades produtivas resultam em aumento da demanda pelos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em seus usos múltiplos, bem como na multiplicidade de impactos de diversas magnitudes (qualitativos e quantitativos), que influenciam a demanda atual e futura pela água.

De acordo com o Projeto Semeando Águas no Paraguaçu, desenvolvido durante os anos de 2014 e 2015, a bacia hidrográfica do Paraguaçu é uma das mais importantes para o estado da Bahia, tendo em vista ser fundamental para o abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador. Apesar da sua relevância, a RPGA apresenta problemas preocupantes, como por exemplo, perda de vegetação nativa nas margens, assoreamento dos cursos d´água, lançamento de esgoto sem tratamento, contaminação das águas pelo uso inadequado e excessivo de defensivos agrícolas e lançamento de efluentes industriais.

Santos et al (2005), por sua vez, aponta que os principais conflitos de uso das águas estão relacionados com a irrigação mecanizada, exploração mineral, abastecimento e lançamento de efluentes.

De todo modo, tais problemas geram significativos conflitos em torno do uso das águas, sendo que no caso da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu, o principal deles está relacionado diretamente com a oferta e demanda de água.

No Alto Paraguaçu há preocupação em relação ao uso da água para irrigação, visto que a região possui topografia plana e terras de boa qualidade a baixo custo, o que caracteriza a região como um centro produtor de hortifrutigranjeiros, maior polo produtor de batata inglesa do Norte/Nordeste, além de produzir café e se encontrar em expansão da atividade pecuária bovina, ovina e produção leiteira.

Segundo Carrera-Fernandez (2001), o principal fator limitante da expansão das fronteiras agrícolas dessa região é a oferta de água, sendo que nos últimos anos a situação ficou

preocupante, tendo em vista que diversos produtores introduziram a irrigação por meio de pivôs centrais, estabelecendo um ritmo preocupante de crescimento da demanda de água.

Pontualmente, no subsistema hídrico do Rio Utinga, há um sério conflito que envolve o abastecimento público e o uso agrícola, marcado ainda por um conflito entre os irrigantes no que diz respeito ao uso agrícola, pela falta de adesão às medidas adotadas para mitigação do problema de escassez de água.

Conforme noticiado no site da Diocese de Ruy Barbosa, em 23 de outubro de 2017, o Inema decretou a suspensão de 50% do volume outorgado para o rio Utinga e todos seus afluentes, exceto para consumo humano e dessedentação animal. A intervenção, ocorreu por meio da Portaria 15.068, e foi aplicada durante uma semana, atingindo também produtores com bombas não licenciadas, acima de 5 cv (cavalos de potência), segundo matéria de Cláudio Dourado, publicado pela Diocese em 31 de outubro de 2017.

De acordo com a matéria, de Cláudio Dourado, situação semelhante ocorreu no ano de 2016, quando o rio Utinga interrompeu sua correnteza por mais de 120 dias, afetando diretamente cerca de 11 comunidades rurais e ribeirinhas, 10 assentamentos e dois sistemas de captação e tratamento para o uso doméstico, atingindo da sede do município de Wagner até a Área de Proteção Ambiental – APA Marimbus/Iraquara, na divisa com os municípios de Andaraí e Lençóis, onde o rio desagua. Os impactos sobre o abastecimento humano afetaram tanto o município de Wagner, quanto Lajedinho e algumas comunidades de Andaraí e Lençóis. É estimado que nesta ocasião três mil famílias foram afetadas em termos de abastecimento humano e atividades produtivas, principalmente na agricultura.

Apesar de terem sido adotadas ações de racionamento, como a alternância, dia sim – dia não, somada à ação do Decreto com vistas a amenizar o colapso hídrico, consta que nem todos os produtores aderiram à medida.

Ainda segundo informações da Diocese de Ruy Barbosa, a ação do Inema foi fruto da mobilização social organizada pelas Pastorais e Movimentos Sociais por meio da Campanha de Conservação da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, lançada em 17 de agosto de 2017, no Assentamento São Sebastião de Utinga, em Wagner (BA). O tema da Campanha é "Bacia hidrográfica do Paraguaçu: raízes que geram vidas".

Motivado por este e outros problemas registrados na RPGA, conforme ofício CBHP nº 0123/2017, encaminhado à Coordenação de Interação Social (Codis), o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu institui um grupo de trabalho específico para o tema dos conflitos de uso da água, especialmente na sub-bacia do rio Utinga e na região do Alto Paraguaçu, nos municípios de Barra da Estiva, Ibicoara e Mucugê.

É importante destacar também, que a RPGA X possui condições propícias para a instalação de Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), em especial na região do Alto Paraguaçu (CARRERA-FERNANDEZ 2001).

Neste sentido destaca-se a Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo, situada no município de Cachoeira, operada e gerenciada pela empresa Votorantim Cimentos Ltda., que em 19 de novembro de 2001, adquiriu em leilão o direito de uso do bem público para aproveitamento hidrelétrico da barragem.

A região conta com três unidades de conservação ambiental, a Área de Proteção Ambiental (APA) Pedra do Cavalo (Cachoeira); a APA Baía de Todos-os-Santos (entre a BTS e o estuário do rio Paraguaçu); e a Reserva Extrativista (Resex) Marinha da Baía do Iguape (Cachoeira, São Félix e Maragogipe). As populações presentes nas APA vivem dos recursos naturais destas UC, bem como da produção de lavouras permanentes e temporárias, da pecuária, da pesca e da maricultura (SOARES et al, 2009), sendo diretamente afetadas pela vazão remanescente da operação da barragem.

Há registro de iniciativas de negociação destes conflitos, bem como intervenções do Inema tentando regular o conflito e envolvimento dos movimentos sociais, embora não haja, ainda, uma solução positiva. Dentre as ações ressaltam-se aquelas estabelecidas no Pacto pelo uso sustentável das águas do Alto Paraguaçu, firmado em dezembro de 2015, na 14ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraguaçu, o qual estabeleceu:

Ações Imediatas:
- Fiscalização, por parte do Inema, efetiva e democrática, no Alto Paraguaçu;
- Redução da captação, por parte de todos os agricultores que ainda não iniciaram a redução, até o final da crise hídrica;
- Criação de uma página específica com as previsões / prognósticos climáticos para o Alto Paraguaçu e com os dados das Barragens;
- Regularização imediata dos captadores informais, principalmente a jusante da barragem do Apertado.

Ações para Médio-Longo Prazo:
- Atualização do Banco de Dados de Usuários e suas Outorgas;
- Sistematização e divulgação de todas as informações da região, principalmente: clima, barramentos, volumes dos rios e captação;
- Trabalho de Conscientização Social (Educação Ambiental);
- Melhoria da estrutura do Estado para respostas mais rápidas e efetivas às Prefeituras, usuários e organização da sociedade civil;
- Fiscalização constante com equidade de tratamento para todos os agentes envolvidos;
- Rápida finalização do Plano de Bacia;
- Revisão dos processos de construção de barragens que estão embargadas;
- Realização de um estudo específico para o Alto Paraguaçu, para averiguar as necessidades e possibilidades hidrológicas locais;
- Realização estudos sobre as variações climáticas para planejamento e gestão futura na Bacia do Rio Paraguaçu.

Segundo o Mapa dos Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, elaborado pela Neepes/ENSP/Fiocruz[3], eram identificados em abril de 2024 um total de 13 conflitos nos municípios que fazem parte da RPGA envolvendo populações tradicionais e/ou vulneráveis. Sem ser um levantamento exaustivo, trata-se de registros de conflitos que figuraram na imprensa, os

[3] Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/. Acesso em: 22 abr. 2024.

quais foram classificados e organizados, conforme apresentado no Quadro 5.1, onde é possível verificar que a maioria dos conflitos identificados referem impactos em recursos hídricos.

Quadro 5.1: Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde nos municípios que fazem parte da RPGA

Município	Populações	Atividades Geradoras do Conflito	Impactos Socioambientais
Cachoeira	Quilombolas	Barragens e hidrelétricas, Implantação de áreas protegidas, Monoculturas	Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Desmatamento e/ou queimada, Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional
Itaberaba	Trabalhadores rurais sem terra	Especulação imobiliária, Políticas públicas e legislação ambiental	Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional
Lençóis	Quilombolas	Indústria do turismo, Mineração, garimpo e siderurgia, Monoculturas	Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território
Maragogipe	Agricultores familiares, Extrativistas, Marisqueiras, Pescadores artesanais, Quilombolas, Ribeirinhos	Atuação de entidades governamentais, Barragens e hidrelétricas, Estaleiros, Hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/terminais portuários e aeroportos, Monoculturas, Petróleo e gás - transporte, Políticas públicas e legislação ambiental	Alteração no ciclo reprodutivo da fauna, Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Assoreamento de recurso hídrico, Desmatamento e/ou queimada, Falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional, Falta de saneamento básico, Inundações e enchentes, Invasão / dano a área protegida ou unidade de conservação, Poluição de recurso hídrico, Poluição do solo, Precarização/riscos no ambiente de trabalho
Maragogipe	Quilombolas	Atuação de entidades governamentais, Implantação de áreas protegidas, Pecuária	Alteração no ciclo reprodutivo da fauna, Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Assoreamento de recurso hídrico, Falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional, Falta de saneamento básico, Poluição de recurso hídrico
Sapeaçu	Comunidades urbanas	Atuação de entidades governamentais, Termoelétricas	Falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, Mudanças climáticas, Poluição atmosférica, Poluição de recurso hídrico, Poluição do solo

Fonte: Neepes/ENSP/Fiocruz, disponível em https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/. Consulta em 23/04/2024.

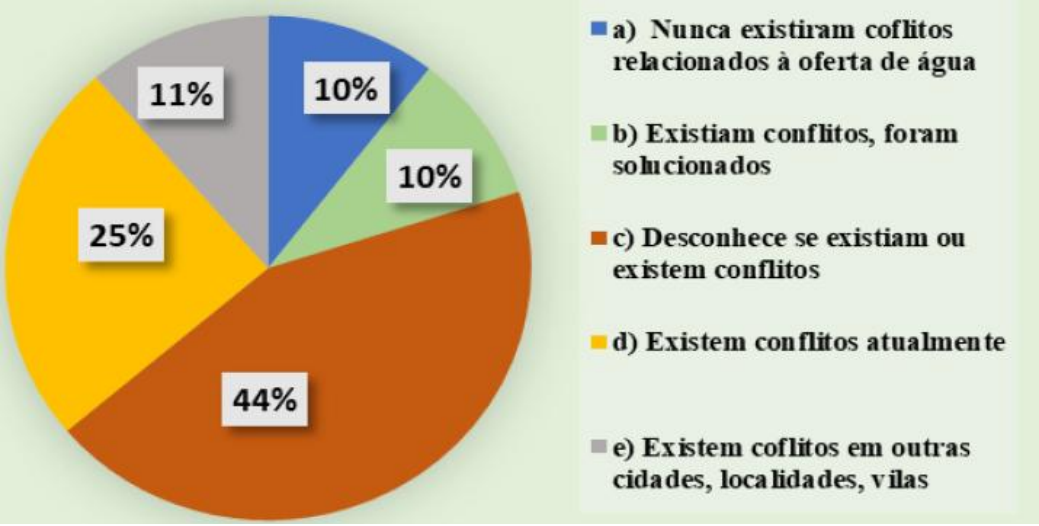
A identificação de conflitos, em grande medida, depende da percepção dos atores envolvidos e nem sempre se apresenta de forma organizada e documentada. Oliveira (2023) realizou ampla pesquisa com foco principais atores institucionais da RPGA, abordando o tema de conflitos. Foram entrevistados 343 representantes em 83 municípios, entre os quais, secretários e secretárias de municípios, presidentes de sindicatos, padres, pastores evangélicos, professores, professoras, membros do Comitê da Bacia do Rio Paraguaçu, atuantes em instituições do Poder Público estadual e municipal, além de usuários e consumidores de águas da RPGA. Trata-se, portanto, de resultados atualizados e abrangentes em termos amostrais.

Segundo Oliveira (2023), o resultado geral do estudo indica que, apesar do Rio Paraguaçu ainda ser perene na sua quase totalidade, "a disponibilidade de água preocupa e já causa conflitos em muitas comunidades". Com a implantação do polo agrícola da Chapada Diamantina na Porção Alta da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu (Ibicoara e Mucugê), a partir de 1998, "muitos pequenos proprietários de terra que produzem ou que produziam para o consumo local e regional sentem-se ameaçados pelos produtores do agronegócio de exportação".

> Na Porção Alta da Bacia, as mobilizações sociais são constantes. Iniciativas populares em defesa das águas e das terras acontecem com frequência, o que, por si, tem despertado interesses em um melhor entendimento sobre tais iniciativas.
>
> As preocupações com o futuro das terras ocupadas atualmente com o agronegócio, bandeira de lutas de vários grupos organizados, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento SOS Águas da Chapada, que se somam a muitos outros grupos que atuam especialmente em cidades da Porção Alta da Bacia, não acontecem por acaso. Os diferentes modos de resistir aos avanços dos interesses dos agroexportadores é uma realidade em diferentes espaços da BHRP; são os movimentos, os interesses coletivos (Oliveira, 2023).

A pesquisa abordou a existência ou não de conflitos pretéritos, presentes, ou mesmo futuros, relacionados à oferta de água na RPGA. Os resultados são apresentados na Figura 5.1, que indica que um quarto (25%) dos entrevistados reconhecem a existência de conflitos atualmente na RPGA, enquanto 10% admitem que existiram conflitos, mas estes foram solucionados. É grande o desconhecimento da existência de conflitos (44%).

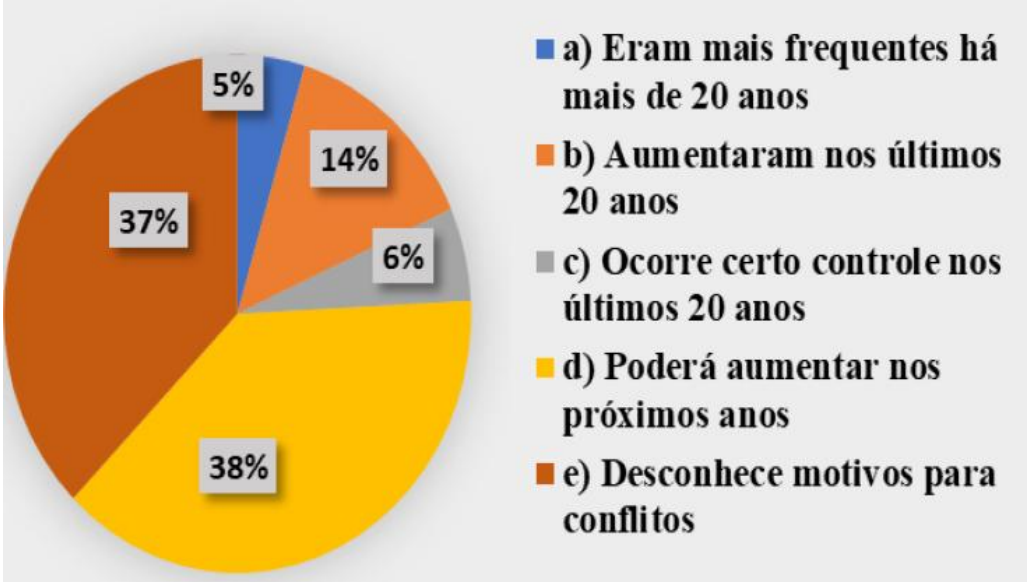
Figura 5.1: Percepção da oferta de água e possíveis conflitos na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu



Fonte: Oliveira, 2023.

Na perspectiva temporal (Figura 5.2), 38% dos entrevistados reconhecem que os conflitos poderão aumentar nos próximos anos, enquanto 14% entendem que os conflitos aumentaram nos últimos 20 anos.

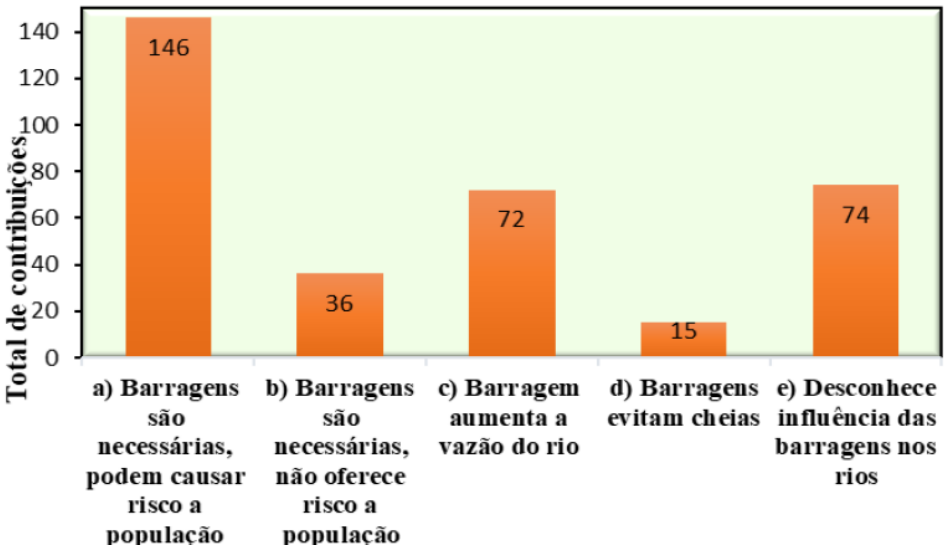
Figura 5.2: Ocorrência de possíveis conflitos na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu no tempo



Fonte: Oliveira, 2023.

A percepção em relação às barragens é, de maneira geral positiva, na medida que são necessárias, aumentam a vazão dos rios e evitam cheias. Uma parcela dos entrevistados, entretanto (146), embora reconheçam a necessidade das barragens, entendem que elas também podem causar riscos à população (Figura 5.3).

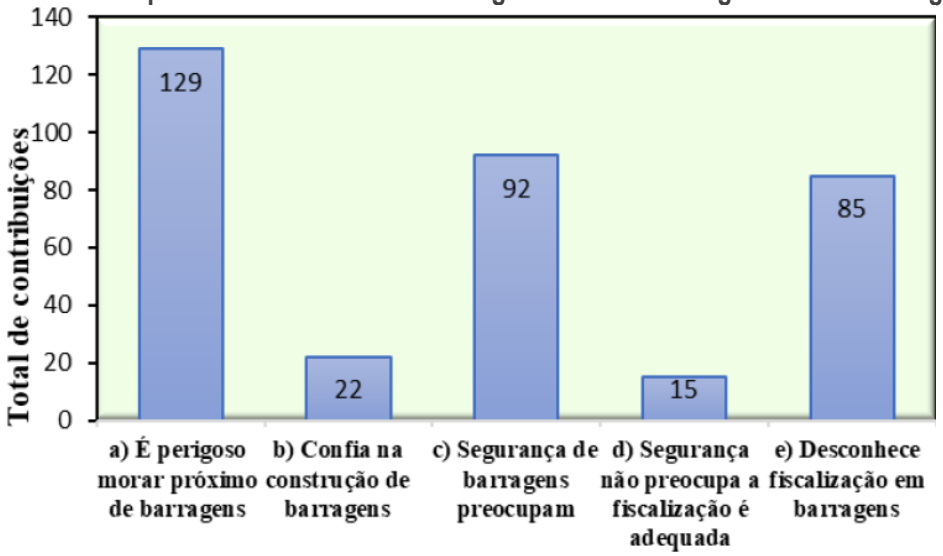
Figura 5.3: Barragens e possíveis riscos à população na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu



Fonte: Oliveira, 2023.

Os danos potenciais associados às barragens se referem ao perigo de residir próximo delas e à preocupação com a segurança de barragens (Figura 5.4).

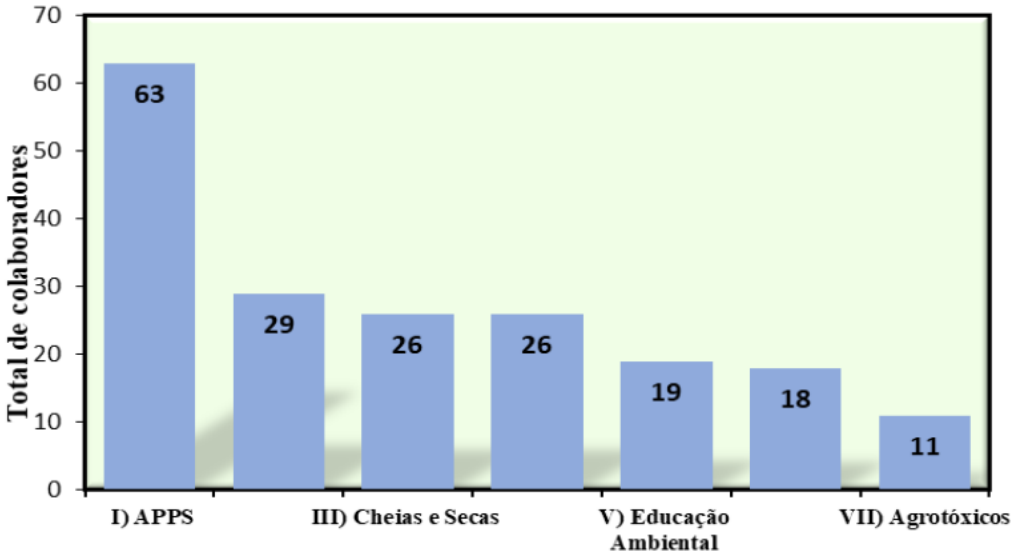
Figura 5.4: Danos potenciais associados a barragens na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu



Fonte: Oliveira, 2023.

Entre os temas que preocupam a população da RPGA, de certa forma, todos estão relacionados à gestão de recursos hídricos, como chama a atenção Oliveira (2023), em função das características da RPGA, com uma parte alta com relativa oferta de água e uma porção média de semiárido (Figura 5.5).

Figura 5.5: Temas que preocupam a população na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu



Fonte: Oliveira, 2023.

Como um resumo geral das contribuições levantadas a partir da pesquisa, Oliveira (2023) elencou os principais temas e o direcionamento principal das abordagens dadas pelos entrevistados, conforme apresentado no Quadro 5.2.

Quadro 5.2: Principais temas e resumo das abordagens da pesquisa

Tema	N° de abordagens	Resumo das abordagens
Áreas de Preservação permanentes	73	Entendem ser uma necessidade urgente. Carece de ações
Barramentos	29	Alguns aprovam, outros entendem não ser necessário
Cheias ou secas	26	Realidades que preocupam Precisa ser tratado
Conflitos por água	26	Enfatizam a ausência do poder público, falta de controle nos modos de consumo
Educação ambiental nas escolas	19	Entendem ser uma necessidade
Esgotamento Sanitário	18	Entendem ser um problema sério
Agrotóxicos	11	Entendem que preocupa e carece de fiscalização

Fonte: Oliveira, 2023.

CAPÍTULO 06: REFERÊNCIAS

6. REFERÊNCIAS

BAHIA, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. **Estratégia Turística da Bahia – O Terceiro Salto 2007/2016**. Salvador: Secretaria de Turismo, 2010.

BAHIA, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. **Estudos de Demanda Turística Atual e Potencial com Foco em Segmentos de Turismo Náutico e Cultural na Zona Turística da Baía de Todos-os-santos (BTS)**. Produto 3 – Estudos de demanda atual. Relatório. Salvador: Secretaria de Turismo, 2017.

BAHIA, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. **Pesquisa dos Impactos da Retomada das Atividades no Setor do Turismo Segmento: Empresarial**. Relatório. Salvador: Secretaria de Turismo, 2022.

BAHIA, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - BTS**. Salvador: Secretaria de Turismo, 2012.

BAHIA, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. **Portal Turismo**. Disponível em: <www.bahia.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BAHIA, SEI Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Territórios de Identidade**. Disponível em: <https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2289&Itemid=265&lang=pt#>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BAHIA. **Balanço Hídrico para a Revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos**. Quarto Produto – Relatório Técnico. Superintendência de Recursos Hídricos – SRH/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Março/2012.

BAHIA. **Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-BA)**. Diagnóstico e Regionalização. Superintendência de Recursos Hídricos. Governo da Bahia. Vol 1, 2004.

BMA/SUDIC. **Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Estaleiro do Paraguaçu**. EIA/RIMA, Governo da Bahia, 2009.

BRITO, M.P.F. **Estudo dos efeitos da Barragem e Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo sobre a produção pesqueira em Maragogipe – BA**: etnoecologia e controle de desembarque como ferramentas metodológicas, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador - BA, 2011.

CALDEIRA, J. et al. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARRERA-FERNANDEZ, J. O custo social da energia elétrica: uma análise a partir da bacia hidrográfica do rio São Francisco. **Economia Aplicada**. São Paulo: v. 5, n.4, 2001.

DIOCESE RUI BARBOSA. **O Colapso Hídrico da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu e o eminente conflito entre os usuários**. Disponível em: <http://diocesederuybarbosa.com.br/o-colapso-hidrico-da-bacia-hidrografica-do-rio-paraguacu-e-o-eminente-conflito-entre-os-usuarios-por-claudio-dourado/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

GANDARA, G.S. **Rio Parnaíba. Cidades Beira. (1850-1950)** Teresina, UFPI, 2010. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/10482/1661/1/2008_GercinairSilverioGandara.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

IMAZON; AMAZÔNIA 2030; FUNDACIÓN AVINA; ANATTÁ PESQUISA E DESENVOLVIMENTO; SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE. **Índice de Progresso Social Brasil 2024. Qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil**. Resumo Executivo. 2024. Disponível em: https://painel.ipsbrasil.org.br/uploads/Resumo_Executivo_IPS_Brasil2024_PT_WEB_e7117ca32a.pdf. Acesso em: 24/07/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 167 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99700.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Base de dados digital. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Base de dados digital. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Regionais**. Produto Interno Bruto dos Municípios. Base de dados digital. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default.shtm>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Pecuária Municipal**. Base de dados digital. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Portal Cidades**. Base de dados digital. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal**. Base de dados digital. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Base de dados digital. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades: 2018**. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Governança Metropolitana no Brasil. Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana (Componente 1). **Relatório de Pesquisa. Região Metropolitana de Salvador**. IPEA, Rio de Janeiro, 2015.

KUHN, E.R.A.; GERMANI, G.I. **Os pescadores e a pesca artesanal em São Francisco do Paraguaçu-Bahia**, Artigo apresentado no I Seminário Sobre Espaços Costeiros, no Eixo Temático 5: Conflitos fundiários em áreas costeiras – diversidade de agentes e territórios. UFBA: Salvador, 2011.

LOUREIRO, L.V. **Desenvolvimento da Atividade Náutica no Estado da Bahia**. Salvador: UFBA, 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Base de dados não identificados da RAIS Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/. Acesso em: 27/03/2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Bahia tem novo mapa turístico, 2017**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6466-bahia-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html>. Acesso em: 27 mar. 2024.

NEVES, J.B.B. **Colonização e Resistência no Paraguaçu - Bahia 1530 - 1678**. 2008. 142 f. Tese (Pós-Graduação) - Curso de História, Universidade Federal da Bahia, Recife, 2008.

OLIVEIRA, Nilton de. **Disponibilidade hídrica, conflitos e experiências de usos da água: o caso da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu na Bahia**. Tese (Doutorado – Geografia), UFBA, Instituto de Geociências. Salvador, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/39892/1/TESE_NILTON_REVISADA_MARÇO-%20Nilton_FINAL_2024_COMTERMO_DEAPROVAÇÃO%20%282%29.pdf

PASCOAL, P.S.J. **Espacialização da dinâmica de utilização da água na Resex Marinha Baía do Iguape, Bahia, Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Modelagem em Ciências da Terra e Ambiente. UEFS, Feira de Santana, 2012.

PEREIRA, E.M.. **Análise de conflitos pelo uso da água relacionados à oferta e à demanda: Bacia do Rio Piracicaba – MG**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2012. Dissertação (Mestrado em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais). Disponível em: <http://csr.ufmg.br/modelagem/dissertacoes/erika_machado.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Base de dados virtual. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>.

PROST, C. Resex marinha versus polo naval na baía do Iguape. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 1, p. 47-70, jul. 2010, ISSN 1516-6481

SANTOS, M. E. P.; SAMPAIO, R.M; ROSSI, R.A. Gestão das águas e participação no Comitê da Bacia do Rio Paraguaçu. **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur)**. Salvador, maio/2005. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/364.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA (SEPLAN). **Plano Plurianual 2004-2007**: Bahia: desenvolvimento humano e competitividade. Salvador, 2007.

SILVA, A.M.C. da. FREITAS, F. de L. Perfil dos pescadores na região do Território de Piemonte do Paraguaçu- Bahia, Brasil. **Revista Ouricuri**, Paulo Afonso, Bahia, v.5, n.2, p.105-116. jul./ago., 2015.

SOARES, L. S. H.; SALLES, A. C. R.; LOPEZ, J. P.; MUTO, E. Y.; GIANNINI, R. Produção Pesqueira. HATJE, Vanessa; de ANDRADE, Jailson Bittencourt. (Org.) **Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 157-206.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **IDEM - Índice da Dinâmica Econômica Municipal**. Arquivo digital. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1645&Itemid=332&lang=pt. Acesso em: 30 abr. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). **PLIRHI-NE - Plano Integrado de Recursos Hídricos do Nordeste do Brasil**. Recife, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Formas de Acesso à Terra.** Geografar/UFBA. Base de dados digital. Disponível em: https://geografar.ufba.br/formas-acesso-terra. Acesso em: 06/09/2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Mapeamento das comunidades de Fundos e Fechos de Pasto no Estado da Bahia.** Sepromi/UFBA. Salvador, 2020. Relatório Produto 8.

CAPÍTULO 07: ANEXOS

7. ANEXOS

Quadro 7.1: Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios que compõem a RPGA X

Municípios	IDHM 1991	IDHM-E 1991	IDHM-L 1991	IDHM-R 1991	IDHM 2000	IDHM-E 2000	IDHM-L 2000	IDHM-R 2000	IDHM 2010	IDHM-E 2010	IDHM-L 2010	IDHM-R 2010
Andaraí	0,279	0,092	0,512	0,462	0,375	0,168	0,641	0,488	0,555	0,415	0,764	0,540
Anguera	0,285	0,104	0,579	0,384	0,427	0,270	0,629	0,457	0,589	0,471	0,766	0,565
Antônio Cardoso	0,249	0,072	0,618	0,348	0,395	0,188	0,694	0,473	0,561	0,422	0,768	0,544
Baixa Grande	0,269	0,084	0,620	0,372	0,422	0,229	0,699	0,469	0,585	0,471	0,775	0,549
Barra da Estiva	0,293	0,097	0,602	0,430	0,412	0,200	0,693	0,506	0,575	0,469	0,717	0,566
Barro Alto	0,279	0,096	0,544	0,418	0,435	0,277	0,627	0,473	0,607	0,550	0,739	0,551
Barrocas	0,284	0,104	0,548	0,401	0,421	0,232	0,664	0,484	0,610	0,503	0,786	0,574
Boa Vista do Tupim	0,230	0,058	0,577	0,365	0,365	0,174	0,643	0,435	0,551	0,447	0,729	0,514
Boninal	0,299	0,099	0,645	0,418	0,436	0,244	0,709	0,479	0,612	0,514	0,789	0,564
Bonito	0,250	0,069	0,508	0,447	0,326	0,134	0,552	0,470	0,561	0,467	0,685	0,552
Cabaceiras do Paraguaçu	0,240	0,072	0,544	0,354	0,389	0,206	0,631	0,452	0,581	0,490	0,763	0,525
Cachoeira	0,399	0,226	0,585	0,481	0,516	0,372	0,675	0,546	0,647	0,577	0,762	0,615
Candeal	0,315	0,137	0,565	0,402	0,453	0,302	0,664	0,464	0,587	0,465	0,787	0,554
Capela do Alto Alegre	0,280	0,083	0,575	0,459	0,456	0,266	0,673	0,529	0,599	0,480	0,770	0,582
Capim Grosso	0,293	0,113	0,502	0,442	0,444	0,267	0,618	0,529	0,621	0,514	0,752	0,620
Castro Alves	0,351	0,150	0,638	0,452	0,451	0,268	0,698	0,489	0,613	0,504	0,774	0,591
Conceição da Feira	0,365	0,179	0,569	0,477	0,496	0,369	0,649	0,510	0,634	0,548	0,766	0,606
Conceição do Coité	0,313	0,130	0,528	0,448	0,446	0,282	0,619	0,507	0,611	0,517	0,752	0,587
Cruz das Almas	0,451	0,275	0,633	0,528	0,574	0,452	0,705	0,592	0,699	0,650	0,796	0,659
Feira de Santana	0,460	0,273	0,603	0,591	0,585	0,440	0,716	0,634	0,712	0,619	0,820	0,710

Municípios	IDHM 1991	IDHM-E 1991	IDHM-L 1991	IDHM-R 1991	IDHM 2000	IDHM-E 2000	IDHM-L 2000	IDHM-R 2000	IDHM 2010	IDHM-E 2010	IDHM-L 2010	IDHM-R 2010
Gavião	0,301	0,093	0,597	0,490	0,422	0,235	0,663	0,482	0,599	0,508	0,747	0,566
Governador Mangabeira	0,359	0,190	0,585	0,416	0,514	0,373	0,715	0,508	0,643	0,594	0,754	0,594
Iaçu	0,281	0,107	0,477	0,433	0,396	0,220	0,570	0,494	0,574	0,461	0,697	0,588
Ibicoara	0,270	0,088	0,567	0,394	0,393	0,176	0,619	0,559	0,591	0,484	0,731	0,583
Ibiquera	0,199	0,041	0,497	0,388	0,368	0,171	0,641	0,453	0,511	0,335	0,771	0,517
Ibitiara	0,288	0,099	0,625	0,388	0,424	0,225	0,692	0,489	0,585	0,490	0,744	0,550
Ichu	0,427	0,295	0,589	0,448	0,516	0,408	0,657	0,513	0,631	0,562	0,771	0,580
Ipecaetá	0,223	0,051	0,533	0,410	0,363	0,163	0,642	0,456	0,550	0,424	0,776	0,506
Ipirá	0,264	0,071	0,581	0,447	0,382	0,182	0,615	0,497	0,549	0,390	0,748	0,568
Iramaia	0,276	0,090	0,605	0,388	0,393	0,198	0,680	0,450	0,571	0,463	0,740	0,543
Iraquara	0,277	0,098	0,544	0,400	0,422	0,260	0,618	0,468	0,599	0,523	0,749	0,548
Itaberaba	0,344	0,165	0,524	0,471	0,472	0,299	0,641	0,550	0,620	0,485	0,769	0,638
Itaetê	0,220	0,052	0,547	0,372	0,373	0,192	0,618	0,436	0,572	0,485	0,719	0,536
Itatim	0,291	0,095	0,608	0,428	0,447	0,264	0,673	0,504	0,582	0,459	0,782	0,550
Lajedinho	0,234	0,070	0,507	0,363	0,341	0,144	0,619	0,444	0,546	0,413	0,753	0,522
Lençóis	0,340	0,153	0,544	0,473	0,478	0,314	0,646	0,538	0,623	0,510	0,775	0,613
Macajuba	0,247	0,068	0,557	0,397	0,374	0,180	0,648	0,447	0,524	0,358	0,780	0,515
Mairi	0,274	0,088	0,546	0,429	0,384	0,200	0,603	0,468	0,572	0,438	0,744	0,575
Maracás	0,289	0,103	0,541	0,435	0,412	0,238	0,629	0,467	0,607	0,519	0,747	0,577
Maragogipe	0,341	0,144	0,638	0,432	0,456	0,277	0,698	0,491	0,621	0,518	0,793	0,582
Marcionílio Souza	0,193	0,039	0,498	0,373	0,408	0,228	0,611	0,487	0,561	0,463	0,737	0,518

Municípios	IDHM 1991	IDHM-E 1991	IDHM-L 1991	IDHM-R 1991	IDHM 2000	IDHM-E 2000	IDHM-L 2000	IDHM-R 2000	IDHM 2010	IDHM-E 2010	IDHM-L 2010	IDHM-R 2010
Miguel Calmon	0,307	0,131	0,499	0,442	0,425	0,251	0,617	0,494	0,586	0,472	0,745	0,571
Milagres	0,332	0,145	0,553	0,456	0,476	0,311	0,664	0,523	0,622	0,518	0,789	0,590
Morro do Chapéu	0,293	0,107	0,512	0,459	0,433	0,245	0,630	0,525	0,588	0,478	0,766	0,554
Mucugê	0,327	0,125	0,609	0,460	0,401	0,198	0,694	0,469	0,606	0,480	0,787	0,589
Mulungu do Morro	0,216	0,049	0,522	0,396	0,362	0,190	0,615	0,407	0,566	0,466	0,753	0,517
Mundo Novo	0,289	0,092	0,617	0,424	0,416	0,215	0,680	0,493	0,590	0,429	0,791	0,606
Muritiba	0,411	0,262	0,551	0,482	0,529	0,403	0,675	0,544	0,660	0,573	0,796	0,629
Nova Fátima	0,291	0,084	0,538	0,545	0,462	0,307	0,597	0,538	0,597	0,501	0,738	0,575
Nova Itarana	0,181	0,032	0,484	0,383	0,351	0,153	0,610	0,464	0,524	0,389	0,729	0,508
Nova Redenção	0,272	0,092	0,546	0,401	0,378	0,193	0,603	0,464	0,567	0,471	0,723	0,534
Palmeiras	0,351	0,151	0,589	0,487	0,511	0,356	0,694	0,540	0,643	0,560	0,782	0,608
Pé de Serra	0,239	0,062	0,578	0,383	0,410	0,233	0,653	0,452	0,587	0,465	0,779	0,558
Piatã	0,250	0,069	0,609	0,370	0,419	0,228	0,687	0,470	0,571	0,447	0,769	0,543
Pintadas	0,254	0,070	0,552	0,425	0,438	0,266	0,641	0,492	0,612	0,525	0,765	0,572
Piritiba	0,303	0,110	0,600	0,423	0,428	0,238	0,666	0,496	0,578	0,449	0,760	0,566
Planaltino	0,241	0,057	0,602	0,407	0,363	0,163	0,635	0,463	0,572	0,462	0,708	0,573
Quixabeira	0,250	0,070	0,542	0,411	0,412	0,249	0,629	0,445	0,578	0,469	0,753	0,547
Rafael Jambeiro	0,243	0,063	0,549	0,413	0,353	0,162	0,641	0,422	0,564	0,435	0,768	0,538
Retirolândia	0,321	0,151	0,528	0,415	0,478	0,322	0,631	0,537	0,636	0,574	0,773	0,579
Riachão do Jacuípe	0,342	0,150	0,563	0,473	0,480	0,338	0,626	0,522	0,628	0,559	0,755	0,588
Ruy Barbosa	0,318	0,103	0,620	0,503	0,447	0,267	0,680	0,492	0,610	0,505	0,770	0,583

Municípios	IDHM 1991	IDHM-E 1991	IDHM-L 1991	IDHM-R 1991	IDHM 2000	IDHM-E 2000	IDHM-L 2000	IDHM-R 2000	IDHM 2010	IDHM-E 2010	IDHM-L 2010	IDHM-R 2010
Santa Bárbara	0,279	0,097	0,522	0,431	0,417	0,239	0,646	0,470	0,583	0,462	0,775	0,554
Santa Teresinha	0,309	0,118	0,540	0,465	0,458	0,277	0,641	0,541	0,598	0,500	0,764	0,559
Santaluz	0,278	0,078	0,637	0,431	0,414	0,214	0,709	0,467	0,587	0,459	0,804	0,549
Santo Estêvão	0,323	0,124	0,578	0,471	0,430	0,231	0,687	0,500	0,626	0,498	0,808	0,611
São Domingos	0,315	0,134	0,528	0,442	0,469	0,335	0,630	0,490	0,640	0,575	0,757	0,601
São Félix	0,388	0,220	0,550	0,483	0,489	0,343	0,637	0,535	0,639	0,583	0,769	0,582
São Gonçalo dos Campos	0,339	0,149	0,561	0,468	0,473	0,310	0,641	0,533	0,627	0,516	0,752	0,636
São José do Jacuípe	0,243	0,064	0,531	0,423	0,377	0,201	0,590	0,451	0,552	0,417	0,726	0,555
Sapeaçu	0,374	0,177	0,638	0,463	0,490	0,319	0,709	0,519	0,614	0,522	0,735	0,602
Saubara	0,352	0,176	0,551	0,450	0,502	0,376	0,646	0,521	0,617	0,565	0,738	0,563
Seabra	0,327	0,130	0,589	0,457	0,458	0,281	0,638	0,535	0,635	0,572	0,761	0,588
Serra Preta	0,230	0,059	0,522	0,397	0,383	0,196	0,617	0,463	0,566	0,459	0,732	0,541
Serrinha	0,388	0,203	0,589	0,490	0,488	0,328	0,663	0,535	0,634	0,532	0,778	0,615
Serrolândia	0,294	0,103	0,594	0,415	0,447	0,275	0,666	0,489	0,590	0,508	0,721	0,560
Souto Soares	0,244	0,073	0,544	0,368	0,397	0,217	0,607	0,474	0,592	0,530	0,734	0,533
Tanquinho	0,351	0,168	0,589	0,437	0,492	0,350	0,641	0,530	0,597	0,488	0,768	0,567
Tapiramutá	0,268	0,085	0,557	0,407	0,395	0,199	0,643	0,483	0,594	0,473	0,752	0,589
Utinga	0,260	0,082	0,481	0,448	0,380	0,196	0,586	0,477	0,590	0,487	0,706	0,597
Valente	0,317	0,136	0,528	0,445	0,490	0,342	0,657	0,523	0,637	0,568	0,729	0,623
Várzea da Roça	0,237	0,069	0,512	0,376	0,370	0,175	0,642	0,450	0,539	0,374	0,775	0,539
Várzea do Poço	0,344	0,155	0,632	0,417	0,461	0,285	0,689	0,498	0,575	0,462	0,707	0,581

Municípios	IDHM 1991	IDHM-E 1991	IDHM-L 1991	IDHM-R 1991	IDHM 2000	IDHM-E 2000	IDHM-L 2000	IDHM-R 2000	IDHM 2010	IDHM-E 2010	IDHM-L 2010	IDHM-R 2010
Wagner	0,323	0,156	0,508	0,426	0,456	0,294	0,613	0,526	0,587	0,479	0,737	0,573

Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Quadro 7.2: Municípios da RPGA X pela presença de sede na RPGA, área total e na RPGA, população por situação, densidade demográfica e taxa de urbanização (2010/2022)

Município	UPGRH da Sede	Área do Município (km²)	Área na RPGA (km²)	% área na RPGA	População Urbana 2010	População Rural 2010	População Total 2010	Taxa de urbanização 2010	População Total 2022	Densidade demográfica (hab/km²) 2022
Andaraí	2	1.590,3	1.590,3	100,0	7.773	6.187	13.960	55,7	13.080	8,2
Anguera	6	187,8	187,7	99,9	4.326	5.916	10.242	42,2	11.031	58,7
Antônio Cardoso	7	293,5	293,3	99,9	3.225	8.329	11.554	27,9	11.146	38,0
Baixa Grande	5	967,5	967,1	100,0	8.338	11.722	20.060	41,6	18.220	18,8
Barra da Estiva	Fora	1.657,4	180,1	10,9	10.404	10.783	21.187	49,1	26.026	15,7
Barro Alto	Fora	414,5	18,2	4,4	6.712	6.900	13.612	49,3	13.453	32,5
Barrocas	Fora	207,3	77,5	37,4	5.695	8.496	14.191	40,1	15.203	73,3
Boa Vista do Tupim	5	2.972,1	2.972,1	100,0	6.593	11.398	17.991	36,6	16.873	5,7
Boninal	3	896,9	865,2	96,5	4.607	9.088	13.695	33,6	13.622	15,2
Bonito	4	791,3	518,4	65,5	6.232	8.602	14.834	42,0	15.844	20,0
Cabaceiras do Paraguaçu	7	222,0	221,9	99,9	4.644	12.683	17.327	26,8	16.559	74,6
Cachoeira	7	394,9	234,5	59,4	16.387	15.639	32.026	51,2	29.250	74,1
Candeal	6	447,6	447,2	99,9	3.476	5.419	8.895	39,1	7.772	17,4
Capela do Alto Alegre	6	629,6	629,2	99,9	5.595	5.932	11.527	48,5	10.744	17,1
Capim Grosso	Fora	464,8	13,7	2,9	21.762	4.815	26.577	81,9	33.235	71,5
Castro Alves	5	713,8	345,1	48,3	15.686	9.722	25.408	61,7	24.712	34,6
Conceição da Feira	7	164,8	101,7	61,7	13.137	7.254	20.391	64,4	20.800	126,2
Conceição do Coité	6	1.015,3	473,3	46,6	36.278	25.762	62.040	58,5	67.825	66,8
Cruz das Almas	7	139,1	98,2	70,6	49.885	8.721	58.606	85,1	60.348	433,8
Feira de Santana	7	1.304,4	788,6	60,5	510.635	46.007	556.642	91,7	616.272	472,5
Gavião	6	384,6	384,3	99,9	2.538	2.023	4.561	55,6	4.360	11,3
Governador Mangabeira	7	106,8	106,8	99,9	7.417	12.401	19.818	37,4	20.605	192,8
Iaçu	5	2.342,5	2.149,7	91,8	20.168	5.568	25.736	78,4	24.607	10,5
Ibicoara	Fora	817,4	684,8	83,8	10.961	6.321	17.282	63,4	20.785	25,4

Município	UPGRH da Sede	Área do Município (km²)	Área na RPGA (km²)	% área na RPGA	População Urbana 2010	População Rural 2010	População Total 2010	Taxa de urbanização 2010	População Total 2022	Densidade demográfica (hab/km²) 2022
Ibiquera	4	698,2	698,2	100,0	2.461	2.405	4.866	50,6	3.725	5,3
Ibitiara	Fora	1.834,0	44,0	2,4	3.437	12.071	15.508	22,2	14.637	8,0
Ichu	6	138,0	137,9	99,9	3.365	1.890	5.255	64,0	6.190	44,9
Ipecaetá	7	372,6	372,3	99,9	2.637	12.694	15.331	17,2	13.709	36,8
Ipirá	5	3.105,3	3.103,4	99,9	29.009	30.334	59.343	48,9	56.876	18,3
Iramaia	4	1.708,1	541,6	31,7	5.404	6.586	11.990	45,1	10.752	6,3
Iraquara	3	991,8	991,8	100,0	6.757	15.844	22.601	29,9	23.879	24,1
Itaberaba	5	2.386,4	2.385,6	100,0	48.485	13.146	61.631	78,7	65.073	27,3
Itaetê	4	1.331,8	1.329,0	99,8	6.209	8.715	14.924	41,6	13.472	10,1
Itatim	5	547,5	420,6	76,8	10.112	4.410	14.522	69,6	15.737	28,7
Lajedinho	5	846,7	846,7	100,0	1.245	2.691	3.936	31,6	3.527	4,2
Lençóis	2	1.283,3	1.283,3	100,0	8.037	2.331	10.368	77,5	10.774	8,4
Macajuba	5	701,2	700,9	100,0	6.871	4.358	11.229	61,2	10.454	14,9
Mairi	5	906,7	906,3	100,0	11.115	8.211	19.326	57,5	17.674	19,5
Maracás	5	2.413,3	576,9	23,9	17.707	6.906	24.613	71,9	27.620	11,5
Maragogipe	7	437,6	398,8	91,1	25.093	17.722	42.815	58,6	35.859	81,9
Marcionílio Souza	5	1.099,3	976,9	88,9	5.312	5.188	10.500	50,6	9.267	8,4
Miguel Calmon	Fora	1.599,7	724,1	45,3	16.066	10.409	26.475	60,7	24.661	15,4
Milagres	5	420,4	110,7	26,3	7.789	2.517	10.306	75,6	11.071	26,3
Morro do Chapéu	6	5.745,0	2.800,7	48,8	20.267	14.897	35.164	57,6	33.594	5,9
Mucugê	2	2.462,2	2.129,2	86,5	4.180	6.365	10.545	39,6	12.137	4,9
Mulungu do Morro	3	646,6	515,3	79,7	5.919	6.330	12.249	48,3	13.152	20,3
Mundo Novo	5	1.492,0	1.491,9	100,0	13.564	10.831	24.395	55,6	17.305	11,6
Muritiba	7	86,3	86,2	99,9	18.040	10.859	28.899	62,4	28.707	332,6
Nova Fátima	6	346,8	346,5	99,9	5.074	2.528	7.602	66,7	7.967	23,0
Nova Itarana	Fora	475,4	15,3	3,2	2.715	4.720	7.435	36,5	7.780	16,4
Nova Redenção	4	565,4	565,4	100,0	5.237	2.797	8.034	65,2	7.538	13,3
Palmeiras	3	737,5	737,5	100,0	5.239	3.171	8.410	62,3	10.339	14,0
Pé de Serra	6	596,8	596,4	99,9	5.174	8.578	13.752	37,6	13.243	22,2
Piatã	Fora	1.825,9	483,5	26,5	7.612	10.370	17.982	42,3	20.086	11,0
Pintadas	5	647,1	646,8	99,9	5.840	4.502	10.342	56,5	10.325	16,0
Piritiba	6	980,3	980,3	100,0	15.162	7.237	22.399	67,7	17.566	17,9
Planaltino	Fora	955,5	305,2	31,9	3.640	5.182	8.822	41,3	8.022	8,4
Quixabeira	Fora	366,4	85,0	23,2	3.663	5.891	9.554	38,3	9.461	25,8

Município	UPGRH da Sede	Área do Município (km²)	Área na RPGA (km²)	% área na RPGA	População Urbana 2010	População Rural 2010	População Total 2010	Taxa de urbanização 2010	População Total 2022	Densidade demográfica (hab/km²) 2022
Rafael Jambeiro	5	1.090,6	1.089,8	99,9	6.850	16.024	22.874	29,9	19.662	18,0
Retirolândia	6	242,3	176,5	72,8	6.722	5.333	12.055	55,8	13.651	56,3
Riachão do Jacuípe	6	1.155,4	1.154,6	99,9	19.860	13.312	33.172	59,9	33.386	28,9
Ruy Barbosa	5	1.991,8	1.991,7	100,0	22.093	7.794	29.887	73,9	28.282	14,2
Santa Bárbara	Fora	347,0	138,5	39,9	8.669	10.395	19.064	45,5	20.952	60,4
Santaluz	Fora	1.623,4	217,3	13,4	20.795	13.043	33.838	61,5	37.834	23,3
Santa Terezinha	5	719,3	494,2	68,7	2.334	7.314	9.648	24,2	10.441	14,5
Santo Estêvão	7	360,3	360,1	99,9	27.690	20.190	47.880	57,8	52.276	145,1
São Domingos	6	290,0	289,8	99,9	5.916	3.310	9.226	64,1	8.426	29,1
São Félix	7	103,2	103,0	99,8	9.265	4.833	14.098	65,7	11.026	106,8
São Gonçalo dos Campos	Fora	294,8	112,1	38,0	16.505	16.778	33.283	49,6	39.513	134,1
São José do Jacuípe	6	362,4	327,3	90,3	6.991	3.189	10.180	68,7	10.187	28,1
Sapeaçu	Fora	131,2	20,3	15,5	8.084	8.501	16.585	48,7	17.963	136,9
Saubara	Fora	166,4	19,1	11,5	10.948	253	11.201	97,7	11.438	68,7
Seabra	3	2.402,2	1.491,9	62,1	20.277	21.521	41.798	48,5	46.160	19,2
Serra Preta	7	595,3	594,8	99,9	6.920	8.481	15.401	44,9	17.996	30,2
Serrinha	6	583,3	233,6	40,0	47.188	29.574	76.762	61,5	80.435	137,9
Serrolândia	Fora	322,0	59,8	18,6	7.279	5.065	12.344	59,0	13.335	41,4
Souto Soares	3	1.026,6	524,3	51,1	6.039	9.860	15.899	38,0	17.054	16,6
Tanquinho	6	243,8	243,6	99,9	5.711	2.297	8.008	71,3	7.717	31,7
Tapiramutá	5	714,7	714,7	100,0	12.784	3.732	16.516	77,4	15.818	22,1
Utinga	4	633,8	633,8	100,0	12.810	5.363	18.173	70,5	16.277	25,7
Valente	6	394,9	196,4	49,7	13.487	11.073	24.560	54,9	24.362	61,7
Várzea da Roça	6	468,4	468,2	100,0	6.481	7.305	13.786	47,0	13.800	29,5
Várzea do Poço	6	206,5	146,8	71,1	5.789	2.872	8.661	66,8	8.101	39,2
Wagner	4	522,4	522,4	100,0	6.482	2.501	8.983	72,2	9.503	18,2
Total	**-**	**76.869,0**	**55.007,5**	**71,6**	**1.444.880**	**768.287**	**2.213.167**	**65,3**	**2.290.146**	**29,8**

Fonte: IBGE; PNUD (2013).

Quadro 7.3: Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA: % a.a.) dos municípios da RPGA X por situação de residência (1991/2022)

Município	UPGRH da sede	TGCA da população 1991/2000			TGCA da população 2000/2010			TGCA da população 2010/2022
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Total
Andaraí	2	2,3	-2,5	-0,3	0,8	-0,6	0,1	0,1
Anguera	6	1,6	0,2	0,8	2,3	1,5	1,8	0,6
Antônio Cardoso	7	12,4	-1,4	0,3	3,4	-1,1	-0,1	-0,3
Baixa Grande	5	1,8	-2,4	-1,0	1,6	0,1	0,7	-0,9
Barra da Estiva	Fora	7,5	2,6	4,2	1,5	-2,8	-0,9	1,3
Barro Alto	Fora	8,7	-3,9	0,1	2,6	1,2	1,9	0,0
Barrocas	Fora	2,7	-0,4	0,7	2,7	1,6	2,0	0,4
Boa Vista do Tupim	5	3,5	-0,7	0,3	1,2	-2,2	-1,1	-0,8
Boninal	3	4,9	-2,5	-0,8	1,9	0,2	0,7	0,2
Bonito	4	2,6	1,1	1,7	1,3	1,5	1,4	0,3
Cabaceiras do Paraguaçu	7	6,7	-0,5	0,5	3,5	-0,9	0,1	-0,4
Cachoeira	7	1,2	0,4	0,8	0,3	0,7	0,5	-0,7
Candeal	6	3,3	-2,5	-0,7	0,2	-0,9	-0,5	-1,1
Capela do Alto Alegre	6	3,2	-6,0	-3,4	2,1	-1,8	-0,1	-0,6
Capim Grosso	Fora	4,1	-0,8	2,7	2,0	-1,0	1,4	1,4
Castro Alves	5	1,2	-2,0	-0,3	0,7	-1,2	-0,1	-0,2
Conceição da Feira	7	3,8	-2,7	1,0	1,6	1,5	1,5	0,2
Conceição do Coité	6	3,8	-1,6	0,7	2,6	-1,0	0,9	0,8
Cruz das Almas	7	2,8	-2,0	1,5	2,3	-3,0	1,3	0,3
Feira de Santana	7	2,4	-1,5	1,9	1,7	-0,8	1,5	0,9
Gavião	6	-1,3	-6,2	-4,4	1,4	-3,5	-1,1	-0,5
Governador Mangabeira	7	2,5	-1,2	0,0	1,0	0,0	0,4	0,3
Iaçu	5	1,6	-0,6	1,0	-0,7	-2,1	-1,0	-0,3
Ibicoara	Fora	13,8	2,0	4,2	10,6	-5,1	1,6	1,6
Ibiquera	4	2,1	-4,8	-1,7	-0,1	1,1	0,5	-0,5
Ibitiara	Fora	-0,8	-2,0	-1,8	2,4	0,3	0,7	-0,4
Ichu	6	-1,8	-5,5	-3,8	2,4	-3,0	0,0	0,3
Ipecaetá	7	4,3	1,0	1,3	2,5	-2,0	-1,4	-1,0
Ipirá	5	2,9	-1,5	-0,1	2,2	-2,6	-0,6	-0,4
Iramaia	4	1,3	-0,6	0,2	-3,5	-4,0	-3,7	-0,7
Iraquara	3	3,0	0,1	0,8	2,4	2,0	2,1	0,6
Itaberaba	5	2,1	-1,7	1,0	0,9	-0,9	0,4	0,5
Itaetê	4	1,7	-1,3	-0,2	1,3	0,2	0,6	-1,0
Itatim	5	3,4	0,6	2,4	1,2	1,0	1,1	1,2

Município	UPGRH da sede	TGCA da população 1991/2000			TGCA da população 2000/2010			TGCA da população 2010/2022
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Total
Lajedinho	5	2,9	-5,5	-3,5	0,8	0,7	0,7	-0,9
Lençóis	2	7,0	-5,1	1,8	2,3	-1,2	1,4	0,4
Macajuba	5	3,5	-0,2	1,2	4,5	-3,4	0,6	-0,6
Mairi	5	3,6	-2,6	-0,3	1,5	-3,5	-1,0	-0,6
Maracás	5	4,7	-1,2	2,3	-0,4	-3,7	-1,5	0,9
Maragogipe	7	0,3	-0,3	0,0	1,8	-0,6	0,7	-1,4
Marcionílio Souza	5	2,9	-5,6	-2,6	0,4	-1,9	-0,8	-1,0
Miguel Calmon	Fora	2,4	-0,4	1,0	0,8	-2,5	-0,6	-0,7
Milagres	5	3,3	-0,5	2,3	-1,5	-0,5	-1,3	-0,2
Morro do Chapéu	6	2,7	-1,3	0,8	0,2	-0,1	0,1	-0,2
Mucugê	2	4,5	4,1	4,2	2,3	-3,3	-1,5	1,2
Mulungu do Morro	3	2,5	0,2	1,1	-0,4	-4,0	-2,4	0,3
Mundo Novo	5	-0,8	-6,7	-4,0	2,0	0,7	1,4	-2,8
Muritiba	7	2,2	3,7	2,7	0,1	1,8	0,7	0,0
Nova Fátima	6	2,8	-8,5	-3,2	1,3	-1,2	0,4	0,4
Nova Itarana	Fora	2,7	-1,5	-0,1	0,8	1,3	1,1	0,3
Nova Redenção	4	2,6	-7,7	-2,4	1,5	1,3	1,5	-1,4
Palmeiras	3	1,2	-0,1	0,6	2,7	-0,7	1,3	1,8
Pé de Serra	6	1,1	-4,2	-2,9	2,3	-1,1	0,0	-0,2
Piatã	Fora	6,4	-1,3	0,3	2,8	-3,9	-1,6	0,9
Pintadas	5	6,5	-2,1	0,4	3,7	-3,5	-0,2	-0,3
Piritiba	6	3,9	-9,3	-2,6	1,8	1,4	1,6	-2,0
Planaltino	Fora	2,6	-4,0	-2,2	2,0	-0,8	0,2	-0,7
Quixabeira	Fora	1,6	-5,6	-3,9	1,6	-1,8	-0,6	0,5
Rafael Jambeiro	5	7,5	-1,4	0,0	3,4	-1,0	0,1	-1,0
Retirolândia	6	3,9	-3,1	0,2	2,1	2,6	2,3	0,3
Riachão do Jacuípe	6	0,7	-3,9	-1,9	2,5	-2,3	0,2	0,2
Ruy Barbosa	5	1,9	-4,4	-0,6	0,9	-1,9	0,1	-0,4
Santa Bárbara	Fora	4,6	-1,3	0,7	1,9	-0,1	0,8	0,6
Santaluz	Fora	3,9	-3,5	0,1	1,5	0,0	0,9	0,7
Santa Terezinha	5	3,4	-1,0	-0,2	2,3	0,7	1,0	0,7
Santo Estêvão	7	5,0	-1,4	1,2	3,5	-0,6	1,5	0,8
São Domingos	6	0,8	-4,1	-2,4	4,8	-5,1	-0,1	-0,3
São Félix	7	1,8	0,4	1,3	0,6	-0,2	0,3	-2,1
São Gonçalo dos Campos	Fora	2,0	0,4	1,2	2,0	2,2	2,1	1,5

Município	UPGRH da sede	TGCA da população 1991/2000			TGCA da população 2000/2010			TGCA da população 2010/2022
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Total
São José do Jacuípe	6	5,1	-11,6	-5,0	2,1	-1,5	0,8	0,3
Sapeaçu	Fora	1,0	-0,7	0,1	0,7	1,6	1,2	0,5
Saubara	Fora	7,0	-29,0	2,7	0,8	8,0	0,9	0,2
Seabra	3	3,4	-1,2	0,5	1,9	-0,4	0,7	0,8
Serra Preta	7	31,4	-3,8	0,1	2,0	-3,7	-1,6	0,8
Serrinha	6	2,1	-0,6	0,9	1,3	0,7	1,1	0,6
Serrolândia	Fora	2,7	-1,5	0,5	1,9	-1,4	0,4	0,4
Souto Soares	3	6,8	-4,8	-2,1	1,7	0,2	0,7	0,6
Tanquinho	6	-1,5	-6,1	-3,4	1,2	-1,5	0,3	0,1
Tapiramutá	5	3,9	-0,6	2,5	0,3	-2,1	-0,3	-0,6
Utinga	4	4,9	-6,2	-0,1	1,1	-0,1	0,7	-0,9
Valente	6	4,4	-1,8	0,7	3,6	0,4	2,0	-0,1
Várzea da Roça	6	4,4	-2,2	0,1	1,0	-0,9	0,0	0,1
Várzea do Poço	6	1,8	-6,3	-1,5	1,4	2,3	1,7	-0,5
Wagner	4	2,5	-0,3	1,5	0,7	-1,6	0,0	0,3
Total		**2,7**	**-2,0**	**0,6**	**1,6**	**-0,9**	**0,7**	**0,3**
Bahia		**2,5**	**-1,3**	**1,1**	**1,4**	**-0,9**	**0,7**	**0,1**

Fonte: IBGE; PNUD (2013).

Quadro 7.4: População dos municípios que fazem parte da RPGA X e estimativa da população residente na RPGA e UPGRH (2022)

Município	UPGRH da Sede	UPGRH 1	UPGRH 2	UPGRH 3	UPGRH 4	UPGRH 5	UPGRH 6	UPGRH 7	RPGA	Fora	Total
Andaraí	2		7.582		5.498				13.080	0	13.080
Anguera	6						7.830	3.201	11.031	0	11.031
Antônio Cardoso	7							11.146	11.146	0	11.146
Baixa Grande	5					18.220			18.220	0	18.220
Barra da Estiva	Fora	1.995			52				2.046	23.980	26.026
Barro Alto	Fora			191					191	13.262	13.453
Barrocas	Fora						4.720		4.720	10.483	15.203
Boa Vista do Tupim	5				1.356	15.517			16.873	0	16.873
Boninal	3			13.476					13.476	146	13.622
Bonito	4			2	11.150	1			11.152	4.692	15.844
Cabaceiras do Paraguaçu	7							16.559	16.559	0	16.559
Cachoeira	7							23.580	23.580	5.670	29.250
Candeal	6						7.772		7.772	0	7.772
Capela do Alto Alegre	6					258	10.486		10.744	0	10.744
Capim Grosso	Fora						111		111	33.124	33.235
Castro Alves	5					3.711		2.173	5.884	18.828	24.712
Conceição da Feira	7							10.090	10.090	10.710	20.800
Conceição do Coité	6						25.919		25.919	41.906	67.825
Cruz das Almas	7							53.074	53.074	7.274	60.348

Município	UPGRH da Sede	UPGRH 1	UPGRH 2	UPGRH 3	UPGRH 4	UPGRH 5	UPGRH 6	UPGRH 7	RPGA	Fora	Total
Feira de Santana	7						9.449	207.391	216.840	399.432	616.272
Gavião	6						4.360		4.360	0	4.360
Governador Mangabeira	7							20.605	20.605	0	20.605
Iaçu	5					24.134			24.134	473	24.607
Ibicoara	Fora	13.726			1.099				14.825	5.960	20.785
Ibiquera	4				2.866	859			3.725	0	3.725
Ibitiara	Fora			172					172	14.465	14.637
Ichu	6						6.190		6.190	0	6.190
Ipecaetá	7					2.218		11.491	13.709	0	13.709
Ipirá	5					56.459	402	15	56.876	0	56.876
Iramaia	4				3.773				3.773	6.979	10.752
Iraquara	3			23.849	30				23.879	0	23.879
Itaberaba	5					65.073			65.073	0	65.073
Itaetê	4		0		13.202	268			13.470	2	13.472
Itatim	5					14.997			14.997	740	15.737
Lajedinho	5				1.520	2.007			3.527	0	3.527
Lençóis	2		6.577	2.055	2.142				10.774	0	10.774
Macajuba	5					10.454			10.454	0	10.454
Mairi	5					12.083	5.591		17.674	0	17.674
Maracás	5					1.121			1.121	26.499	27.620

Município	UPGRH da Sede	UPGRH 1	UPGRH 2	UPGRH 3	UPGRH 4	UPGRH 5	UPGRH 6	UPGRH 7	RPGA	Fora	Total
Maragogipe	7							34.688	34.688	1.171	35.859
Marcionílio Souza	5				1	8.737			8.737	530	9.267
Miguel Calmon	Fora						4.959		4.959	19.702	24.661
Milagres	5					8.388			8.388	2.683	11.071
Morro do Chapéu	6				104	2.426	23.532		26.062	7.532	33.594
Mucugê	2	4.288	4.298	1.474	10				10.070	2.067	12.137
Mulungu do Morro	3			12.212	572				12.784	368	13.152
Mundo Novo	5				0	14.302	3.002		17.305	0	17.305
Muritiba	7							28.707	28.707	0	28.707
Nova Fátima	6						7.967		7.967	0	7.967
Nova Itarana	Fora					92			92	7.688	7.780
Nova Redenção	4				7.538				7.538	0	7.538
Palmeiras	3		0	10.339					10.339	0	10.339
Pé de Serra	6					1.569	11.674		13.243	0	13.243
Piatã	Fora			5.188					5.188	14.898	20.086
Pintadas	5					10.121	204		10.325	0	10.325
Piritiba	6					272	17.294		17.566	0	17.566
Planaltino	Fora					954			954	7.068	8.022
Quixabeira	Fora						2.180		2.180	7.281	9.461
Rafael Jambeiro	5					19.662		0	19.662	0	19.662

Município	UPGRH da Sede	UPGRH 1	UPGRH 2	UPGRH 3	UPGRH 4	UPGRH 5	UPGRH 6	UPGRH 7	RPGA	Fora	Total
Retirolândia	6						11.247		11.247	2.404	13.651
Riachão do Jacuípe	6						33.386		33.386	0	33.386
Ruy Barbosa	5				441	27.841			28.282	0	28.282
Santa Bárbara	Fora						4.265		4.265	16.687	20.952
Santaluz	Fora						1.340		1.340	36.494	37.834
Santa Terezinha	5					8.126			8.126	2.315	10.441
Santo Estêvão	7					2.781		49.495	52.276	0	52.276
São Domingos	6						8.426		8.426	0	8.426
São Félix	7							11.018	11.018	8	11.026
São Gonçalo dos Campos	Fora							10.738	10.738	28.775	39.513
São José do Jacuípe	6						9.350		9.350	837	10.187
Sapeaçu	Fora							2.217	2.217	15.746	17.963
Saubara	Fora							80	80	11.358	11.438
Seabra	3			41.739					41.739	4.421	46.160
Serra Preta	7					6.137	9.055	2.803	17.996	0	17.996
Serrinha	6						30.043		30.043	50.392	80.435
Serrolândia	Fora						1.122		1.122	12.213	13.335
Souto Soares	3			13.283					13.283	3.771	17.054
Tanquinho	6						7.717		7.717	0	7.717
Tapiramutá	5					7.165	8.653		15.818	0	15.818

Município	UPGRH da Sede	UPGRH 1	UPGRH 2	UPGRH 3	UPGRH 4	UPGRH 5	UPGRH 6	UPGRH 7	RPGA	Fora	Total
Utinga	4				16.079	198			16.277	0	16.277
Valente	6						18.233		18.233	6.129	24.362
Várzea da Roça	6					1.516	12.284		13.800	0	13.800
Várzea do Poço	6						3.088		3.088	5.013	8.101
Wagner	4				9.503				9.503	0	9.503
Total		20.009	18.458	123.979	76.935	347.668	311.850	499.070	1.397.968	892.178	2.290.146

Fonte: IBGE; PNUD (2013).

Quadro 7.5: População indígena e quilombola nos municípios da RPGA X (2022)

Município	Indígenas	% de indígenas na pop. total	Quilombolas	% de quilombolas na pop. total	Quilombolas residentes em territórios quilombolas
Andaraí	349	2,7	603	4,6	-
Anguera	9	0,1	-	0,0	-
Antônio Cardoso	149	1,3	3.756	33,7	-
Baixa Grande	141	0,8	-	0,0	-
Barra da Estiva	64	0,2	503	1,9	-
Barro Alto	273	2,0	2.051	15,2	-
Barrocas	239	1,6	100	0,7	-
Boa Vista do Tupim	11	0,1	-	0,0	-
Boninal	8	0,1	3.078	22,6	-
Bonito	281	1,8	7.967	50,3	-
Cabaceiras do Paraguaçu	176	1,1	-	0,0	-
Cachoeira	242	0,8	6.972	23,8	1.410
Candeal	83	1,1	123	1,6	-
Capela do Alto Alegre	16	0,1	-	0,0	-
Capim Grosso	88	0,3	937	2,8	-
Castro Alves	18	0,1	75	0,3	-
Conceição da Feira	206	1,0	55	0,3	-
Conceição do Coité	190	0,3	950	1,4	-
Cruz das Almas	746	1,2	835	1,4	-

Município	Indígenas	% de indígenas na pop. total	Quilombolas	% de quilombolas na pop. total	Quilombolas residentes em territórios quilombolas
Feira de Santana	6.621	1,1	12.190	2,0	-
Gavião	5	0,1	-	0,0	-
Governador Mangabeira	379	1,8	94	0,5	-
Iaçu	41	0,2	39	0,2	-
Ibicoara	173	0,8	164	0,8	-
Ibiquera	5	0,1	-	0,0	-
Ibitiara	14	0,1	1.272	8,7	37
Ichu	2	0,0	180	2,9	-
Ipecaetá	21	0,2	-	0,0	-
Ipirá	514	0,9	316	0,6	-
Iramaia	61	0,6	-	0,0	-
Iraquara	31	0,1	2.295	9,6	-
Itaberaba	159	0,2	208	0,3	-
Itaetê	77	0,6	1.115	8,3	-
Itatim	23	0,1	474	3,0	-
Lajedinho	1	0,0	-	0,0	-
Lençóis	346	3,2	1.073	10,0	111
Macajuba	13	0,1	-	0,0	-
Mairi	14	0,1	-	0,0	-
Maracás	1.580	5,7	-	0,0	-

Município	Indígenas	% de indígenas na pop. total	Quilombolas	% de quilombolas na pop. total	Quilombolas residentes em territórios quilombolas
Maragogipe	312	0,9	5.812	16,2	1.385
Marcionílio Souza	175	1,9	-	0,0	-
Miguel Calmon	30	0,1	950	3,9	-
Milagres	2	0,0	-	0,0	-
Morro do Chapéu	115	0,3	2.526	7,5	-
Mucugê	87	0,7	296	2,4	-
Mulungu do Morro	90	0,7	5.062	38,5	-
Mundo Novo	17	0,1	75	0,4	-
Muritiba	540	1,9	2.006	7,0	-
Nova Fátima	4	0,1	-	0,0	-
Nova Itarana	27	0,3	-	0,0	-
Nova Redenção	9	0,1	6	0,1	-
Palmeiras	132	1,3	980	9,5	-
Pé de Serra	32	0,2	7	0,1	-
Piatã	564	2,8	3.107	15,5	-
Pintadas	3	0,0	-	0,0	-
Piritiba	39	0,2	94	0,5	-
Planaltino	24	0,3	177	2,2	-
Quixabeira	10	0,1	1.430	15,1	-
Rafael Jambeiro	19	0,1	-	0,0	-

Município	Indígenas	% de indígenas na pop. total	Quilombolas	% de quilombolas na pop. total	Quilombolas residentes em territórios quilombolas
Retirolândia	5	0,0	597	4,4	-
Riachão do Jacuípe	26	0,1	349	1,0	-
Ruy Barbosa	54	0,2	1.226	4,3	-
Santa Bárbara	49	0,2	770	3,7	-
Santaluz	141	0,4	71	0,2	-
Santa Terezinha	46	0,4	1.026	9,8	-
Santo Estêvão	147	0,3	105	0,2	-
São Domingos	4	0,0	34	0,4	-
São Félix	213	1,9	1.395	12,7	-
São Gonçalo dos Campos	317	0,8	69	0,2	-
São José do Jacuípe	-	0,0	-	0,0	-
Sapeaçu	18	0,1	-	0,0	-
Saubara	-	0,0	4	0,0	-
Seabra	120	0,3	4.311	9,3	808
Serra Preta	5	0,0	18	0,1	-
Serrinha	1.213	1,5	834	1,0	-
Serrolândia	219	1,6	394	3,0	-
Souto Soares	11	0,1	2.348	13,8	-
Tanquinho	4	0,1	4	0,1	-
Tapiramutá	34	0,2	-	0,0	-

Município	Indígenas	% de indígenas na pop. total	Quilombolas	% de quilombolas na pop. total	Quilombolas residentes em territórios quilombolas
Utinga	91	0,6	122	0,7	-
Valente	130	0,5	2	0,0	-
Várzea da Roça	25	0,2	18	0,1	-
Várzea do Poço	2	0,0	3	0,0	-
Wagner	113	1,2	176	1,9	-
Total	18.587	0,8	83.829	3,7	3.751

Fonte: IBGE Censo Demográfico.

Quadro 7.6: Localidades quilombolas na RPGA X autodeclaradas no censo demográfico (2022)

Comunidade	UPGRH	Município	Aglomerado	Território quilombola	Processo FCP	Latitude	Longitude
CERCA DE PEDRA	UPGRH 1	Ibicoara				-13,45766	-41,473078
FAZENDA VELHA	UPGRH 2	Andaraí			01420.002138/2006-69	-12,793352	-41,329267
GARAPUÁ	UPGRH 2	Andaraí				-12,792111	-41,329602
PAU DE COLHER	UPGRH 2	Andaraí				-12,593969	-41,325167
REMANSO	UPGRH 2	Andaraí				-12,795383	-41,329399
PAU DE COLHER	UPGRH 2	Lençóis				-12,564527	-41,385766
REMANSO	UPGRH 2	Lençóis	COMUNIDADE QUILOMBOLA REMANSO		01420.000501/2005-21	-12,662979	-41,332243
AGRESTE	UPGRH 3	Boninal				-12,700226	-41,841208
BAIXÃO VELHO	UPGRH 3	Boninal				-12,713251	-41,833073
BATEIAS	UPGRH 3	Boninal	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA BATEIAS			-12,77156	-41,894839
CALDEIRÃO	UPGRH 3	Boninal				-12,697125	-41,905597
CAPÃO	UPGRH 3	Boninal				-12,688393	-41,903611
CAPÃO DAS GAMELAS	UPGRH 3	Boninal				-12,712285	-41,835989
CONCEIÇÃO	UPGRH 3	Boninal	COMUNIDADE QUILOMBOLA CONCEIÇÃO		01420.001400/2006-58	-12,782841	-41,893878
CUTIA	UPGRH 3	Boninal	COMUNIDADE QUILOMBOLA CUTIA		01420.000739/2006-37	-12,813753	-41,805991
LAGOA DO BAIXÃO	UPGRH 3	Boninal				-12,700041	-41,842593

Comunidade	UPGRH	Município	Aglomerado	Território quilombola	Processo FCP	Latitude	Longitude
MACHADO	UPGRH 3	Boninal	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA MACHADO		01420.000806/2010-08	-12,802476	-41,850837
MULUNGÚ	UPGRH 3	Boninal	COMUNIDADE QUILOMBOLA MULUNGU		01420.002607/2005-69	-12,727454	-41,866582
NOVA COLINA	UPGRH 3	Boninal				-12,816871	-41,719098
OLHO D'ÁGUA DO BASÍLIO	UPGRH 3	Boninal				-12,700461	-41,83922
OLHO D'ÁGUA	UPGRH 3	Boninal			01420.002820/2007-32	-12,739887	-41,910385
OLHOS DE AGUINHA	UPGRH 3	Boninal	COMUNIDADE QUILOMBOLA OLHOS DE AGUINHA			-12,754219	-41,629794
PALMEIRAS	UPGRH 3	Boninal	COMUNIDADE QUILOMBOLA CUTIA			-12,818392	-41,811293
SERRA DO QUEIMADÃO	UPGRH 3	Boninal				-12,699888	-41,840802
VAZANTE	UPGRH 3	Boninal			01420.002310/2006-84	-12,699611	-41,840805
BAIXA CINZA	UPGRH 3	Ibitiara		MORRO REDONDO		-12,522927	-42,017074
CAPÃO	UPGRH 3	Ibitiara			01420.000452/2009-50	-12,603649	-41,996405
BOA VISTA	UPGRH 3	Iraquara				-12,278311	-41,626812
ESCONSO	UPGRH 3	Iraquara	COMUNIDADE QUILOMBOLA ESCONSO		01420.003817/2016-27	-12,299873	-41,551579
LAPÃO II	UPGRH 3	Iraquara				-12,323879	-41,607935
MATO PRETO	UPGRH 3	Iraquara	COMUNIDADE QUILOMBOLA MATO PRETO		01420.100145/2018-69	-12,271964	-41,556908
MEIO CENTRO	UPGRH 3	Iraquara	COMUNIDADE QUILOMBOLA MEIO CENTRO		01420.003818/2016-71	-12,31106	-41,56711
MULUNGÚ DOS PIRES	UPGRH 3	Iraquara				-12,29162	-41,598122
RENASCIMENTO DOS NEGROS	UPGRH 3	Iraquara	COMUNIDADE QUILOMBOLA MORENOS		01420.003633/2012-33	-12,311634	-41,580639
RIACHO DO MEL	UPGRH 3	Iraquara	COMUNIDADE QUILOMBOLA RIACHO DO MEL		01420.003631/2012-44	-12,335626	-41,492893
SEGREDO	UPGRH 3	Iraquara				-12,238001	-41,615102
IUNA	UPGRH 3	Lençóis			01420.002394/2005-75	-12,498284	-41,294112
IUNA	UPGRH 3	Lençóis		IUNA	01420.002394/2005-75	-12,546542	-41,324733
BARRIGUDA	UPGRH 3	Mucugê	COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRIGUDA		01420.001275/2011-43	-12,717399	-41,571808
ALAGADIÇO	UPGRH 3	Mulungu do Morro	COMUNIDADE QUILOMBOLA ALAGADIÇO			-11,922379	-41,568543
ALAGADIÇO II	UPGRH 3	Mulungu do Morro			01420.006781/2014-71	-11,911202	-41,580898
BAIXA CAINANA E UMBUZEIRO	UPGRH 3	Mulungu do Morro	COMUNIDADE QUILOMBOLA BAIXA DA CAINANA/UMBUZEIRO			-11,964871	-41,674776
BAIXA CAINANA E UMBUZEIRO	UPGRH 3	Mulungu do Morro			01420.006773/2014-25	-11,96902	-41,638312
BARAÚNA	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,95071	-41,573059
BARAÚNA II	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,932996	-41,674593
BOA VISTA	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,973604	-41,591504
CAATINGA DO EGÍDIO	UPGRH 3	Mulungu do Morro	COMUNIDADE QUILOMBOLA CAATINGA DO EGÍDIO		01420.006772/2014-81	-11,925319	-41,503322
CALDEIRÃO	UPGRH 3	Mulungu do Morro	COMUNIDADE QUILOMBOLA CALDEIRÃO		01420.006785/2014-50	-11,989215	-41,612746
CALDEIRÃO E ROSENDO	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,971378	-41,639289
CANUDOS	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,952559	-41,61836

Comunidade	UPGRH	Município	Aglomerado	Território quilombola	Processo FCP	Latitude	Longitude
CASCAVEL	UPGRH 3	Mulungu do Morro	COMUNIDADE QUILOMBOLA CASCAVEL		01420.006775/2014-14	-12,007562	-41,652895
CHICAO	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,964643	-41,651062
ESPIA	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,987976	-41,586783
JOSÉ RAIMUNDO	UPGRH 3	Mulungu do Morro	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA JOSÉ RAIMUNDO			-11,995872	-41,642756
LAGOA DAMASCENO	UPGRH 3	Mulungu do Morro	COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DAMASCENO		01420.006771/2014-36	-11,934763	-41,459549
LAGOA DOS PATOS	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,932025	-41,603943
LAGOA NOVA	UPGRH 3	Mulungu do Morro	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA LAGOA NOVA			-12,011391	-41,611658
LAGOA PRETA	UPGRH 3	Mulungu do Morro	COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA PRETA		01420.006783/2014-61	-11,902443	-41,623047
LAGOA VERMELHA	UPGRH 3	Mulungu do Morro	COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA VERMELHA		01420.006774/2014-70	-11,970288	-41,567078
MULUNGÚ	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,970474	-41,640613
MUNDUBI	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,952977	-41,663292
PEDRA LISA	UPGRH 3	Mulungu do Morro	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA PEDRA LISA			-11,954665	-41,586875
QUEIMADA DA ONÇA	UPGRH 3	Mulungu do Morro	COMUNIDADE QUILOMBOLA QUEIMADA DA ONÇA		01420.006777/2014-11	-11,941179	-41,588416
ROSENDO	UPGRH 3	Mulungu do Morro	COMUNIDADE QUILOMBOLA ROSENDO		01420.006785/2014-50	-11,976697	-41,616195
SEGREDO	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,972227	-41,641517
UMBURANINHA DO DIONÍSIO	UPGRH 3	Mulungu do Morro	COMUNIDADE QUILOMBOLA UMBURANINHA DO DIONÍSIO		01420.006779/2014-01	-11,898681	-41,600454
UMBURANINHA DO DIONÍSIO	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,912658	-41,604785
UMBURANINHA DOS INGOS	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,921966	-41,631248
VILA DA CRUZ	UPGRH 3	Mulungu do Morro				-11,951234	-41,646933
CORCOVADO	UPGRH 3	Palmeiras			01420.001888/2008-85	-12,515809	-41,58395
FUNDÃO	UPGRH 3	Palmeiras	COMUNIDADE QUILOMBOLA FUNDÃO		01420.003948/2016-12	-12,666428	-41,574714
PALMEIRAS	UPGRH 3	Palmeiras				-12,515703	-41,586682
SERRA NEGRA	UPGRH 3	Palmeiras			01420.003820/2016-41	-12,578797	-41,605521
TEJUCO	UPGRH 3	Palmeiras	COMUNIDADE QUILOMBOLA TEJUCO		01420.008877/2014-74	-12,708308	-41,571417
BARRO BRANCO	UPGRH 3	Piatã				-12,820502	-41,819681
VAQUEJADOR	UPGRH 3	Piatã				-12,986011	-41,80839
AGRESTE	UPGRH 3	Seabra		AGRESTE	01420.001533/2005-43	-12,52602	-41,886694
BAIXÃO VELHO	UPGRH 3	Seabra	COMUNIDADE QUILOMBOLA BAIXÃO VELHO		01420.001532/2005-07	-12,554824	-41,905704
BAIXÃOZINHO	UPGRH 3	Seabra	COMUNIDADE QUILOMBOLA BAIXÃOZINHO			-12,648975	-41,861698
CACHOEIRA	UPGRH 3	Seabra	COMUNIDADE QUILOMBOLA CACHOEIRA DA VÁRZEA		01420.001806/2005-50	-12,575576	-41,71448
CAITITU	UPGRH 3	Seabra		AGRESTE		-12,547072	-41,878684
CANARINA	UPGRH 3	Seabra				-12,415059	-41,787414

Comunidade	UPGRH	Município	Aglomerado	Território quilombola	Processo FCP	Latitude	Longitude
CAPÃO DAS GAMELAS	UPGRH 3	Seabra		CAPÃO DAS GAMELAS	01420.001807/2005-02	-12,578872	-41,844297
LAGOA DO BAIXÃO	UPGRH 3	Seabra	COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DO BAIXÃO		01420.001531/2005-54	-12,630578	-41,874158
MOCAMBO DA CACHOEIRA	UPGRH 3	Seabra	COMUNIDADE QUILOMBOLA MOCAMBO DA CACHOEIRA		01420.001806/2005-50	-12,55656	-41,720105
MOCAMBO DA CACHOEIRA	UPGRH 3	Seabra			01420.001806/2005-50	-12,407837	-41,758681
MORRO REDONDO	UPGRH 3	Seabra		MORRO REDONDO	01420.001788/2005-14	-12,522515	-42,000805
OLHOS D'ÁGUA DO BASÍLIO	UPGRH 3	Seabra	COMUNIDADE QUILOMBOLA OLHOS D'ÁGUA DO BASÍLIO	OLHOS D'ÁGUA DO BASÍLIO	01420.001539/2005-11	-12,61456	-41,922884
PRATA DE BAIXO	UPGRH 3	Seabra				-12,401766	-41,740498
PRATA DE CIMA	UPGRH 3	Seabra				-12,383455	-41,74405
PRATA DO MEIO	UPGRH 3	Seabra				-12,387832	-41,745924
QUEIMADA DO RUFINO	UPGRH 3	Seabra				-12,410757	-41,757523
RIACHO DO MEL	UPGRH 3	Seabra				-12,414346	-41,761839
SERRA DO QUEIMADÃO	UPGRH 3	Seabra	COMUNIDADE QUILOMBOLA SERRA DO QUEIMADÃO		01420.001540/2005-45	-12,597677	-41,859321
VÃO DAS PALMEIRAS	UPGRH 3	Seabra	COMUNIDADE QUILOMBOLA VÃO DAS PALMEIRAS		01420.001805/2005-13	-12,561474	-41,831626
BARRIGUDA	UPGRH 3	Souto Soares				-12,045376	-41,701069
BOA SORTE	UPGRH 3	Souto Soares				-12,063474	-41,659856
CAJAZEIRAS	UPGRH 3	Souto Soares	COMUNIDADE QUILOMBOLA CAJAZEIRAS		01420.006742/2013-93	-12,014131	-41,654892
CAMPO NOVO	UPGRH 3	Souto Soares				-12,037288	-41,67631
MATINHA	UPGRH 3	Souto Soares	COMUNIDADE QUILOMBOLA MATINHA		01420.006742/2013-93	-12,017476	-41,647162
NOVO HORIZONTE	UPGRH 3	Souto Soares	COMUNIDADE QUILOMBOLA NOVO HORIZONTE		01420.009539/2014-50	-12,03632	-41,666101
PARAGUAI	UPGRH 3	Souto Soares	PARAGUAI			-12,059855	-41,681054
SEGREDO	UPGRH 3	Souto Soares	COMUNIDADE QUILOMBOLA SEGREDO		01420.002065/2005-24	-12,016236	-41,666648
SÍTIO MUNDO NOVO	UPGRH 3	Souto Soares				-12,016668	-41,627848
ALTO BONITO	UPGRH 4	Bonito				-11,946805	-41,270056
BAIXA BATEIA	UPGRH 4	Bonito				-11,993984	-41,410626
BAIXA VISTOSA	UPGRH 4	Bonito	COMUNIDADE QUILOMBOLA BAIXA VISTOSA		01420.013969/2011-23	-11,976332	-41,407526
BALIZA	UPGRH 4	Bonito	COMUNIDADE QUILOMBOLA BALIZA		01420.011476/2015-82	-11,949843	-41,339819
BOTAFOGO	UPGRH 4	Bonito	COMUNIDADE QUILOMBOLA BOTAFOGO		01420.013971/2011-01	-12,121173	-41,325307
CABECEIRA DO BREJO	UPGRH 4	Bonito	COMUNIDADE QUILOMBOLA CABECEIRA DO BREJO		01420.013972/2011-47	-11,992142	-41,339269
DORCINA PAULA	UPGRH 4	Bonito				-11,997235	-41,317486
EUGENIO LIRA	UPGRH 4	Bonito				-12,000112	-41,345675
GITIRANA	UPGRH 4	Bonito	COMUNIDADE QUILOMBOLA GITIRANA		01420.013975/2011-81	-11,961851	-41,316084
GRAMIAR	UPGRH 4	Bonito	COMUNIDADE QUILOMBOLA GRAMIAR		01420.013976/2011-25	-11,972759	-41,357109

Comunidade	UPGRH	Município	Aglomerado	Território quilombola	Processo FCP	Latitude	Longitude
MATA VERDE	UPGRH 4	Bonito	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA MATA VERDE		01420.100718/2021-50	-12,011124	-41,398982
RIBEIRO	UPGRH 4	Bonito	COMUNIDADE QUILOMBOLA RIBEIRO		01420.013981/2011-38	-12,083928	-41,318541
RIO DAS LAJES	UPGRH 4	Bonito	COMUNIDADE QUILOMBOLA RIO DAS LAJES		01420.013982/2011-82	-12,106101	-41,234347
SANTA HELENA	UPGRH 4	Bonito	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA VILA CRUZINHA			-12,138739	-41,315047
SANTA TEREZINHA	UPGRH 4	Bonito				-12,107197	-41,329319
VILA CRUZINHA	UPGRH 4	Bonito	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA VILA CRUZINHA			-12,138635	-41,316395
VILA NOVA	UPGRH 4	Bonito				-11,973412	-41,324947
VILA PARANÁ	UPGRH 4	Bonito				-12,045358	-41,326813
VILA UNIÃO	UPGRH 4	Bonito				-11,989925	-41,343981
ALECRIM	UPGRH 4	Itaeté	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA ALECRIM		01420.007975/2015-75	-12,897144	-41,109096
BANANEIRAS	UPGRH 4	Itaeté	COMUNIDADE QUILOMBOLA BANANEIRAS		01420.007976/2015-10	-13,189231	-40,948977
MACACO SECO	UPGRH 4	Itaeté	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA MACACO SECO			-12,918872	-41,109552
MACACO SECO	UPGRH 4	Itaeté			01420.007975/2015-75	-12,922392	-41,10796
SÃO JUDAS TADEU	UPGRH 4	Itaeté				-12,920785	-41,124079
LAGOA	UPGRH 4	Wagner	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA LAGOA DOS PRETOS		01420.000138/2006-34	-12,374846	-41,172191
LAGOA DOS PRETOS	UPGRH 4	Wagner				-12,27887	-41,171052
CACHOEIRINHA	UPGRH 5	Ipirá	CACHOEIRINHA		01420.102117/2019-67	-12,219601	-39,499739
ENTRE MORRO	UPGRH 5	Itatim	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA DEPARTAMENTO RIO-BAHIA		01420.100327/2017-59	-12,705863	-39,723723
JEQUITIBA	UPGRH 5	Mundo Novo	COMUNIDADE QUILOMBOLA JEQUITIBÁ		01420.016015/2015-04	-12,055711	-40,497559
BAIRRO DAS FLORES	UPGRH 5	Ruy Barbosa	COMUNIDADE QUILOMBOLA BAIRRO DAS FLORES		01420.012433/2014-33	-12,285924	-40,467019
FLORES	UPGRH 5	Ruy Barbosa				-12,281885	-40,488265
BOQUEIRÃO	UPGRH 5	Santa Terezinha				-12,696594	-39,57257
CAMPO GRANDE	UPGRH 5	Santa Terezinha	COMUNIDADE QUILOMBOLA CAMPO GRANDE			-12,662163	-39,519755
CAMPO GRANDE	UPGRH 5	Santa Terezinha			01420.003418/2006-94	-12,770625	-39,522391
SANTA TEREZINHA	UPGRH 5	Santa Terezinha				-12,770793	-39,525366
MARACUJÁ	UPGRH 6	Conceição do Coité	COMUNIDADE QUILOMBOLA MARACUJÁ		01420.004593/2014-17	-11,665722	-39,336661
LAGOA DA NEGRA	UPGRH 6	Feira de Santana				-12,073658	-39,006326
FLOR ROXA	UPGRH 6	Ichu				-11,716299	-39,095596
PRAIANOS	UPGRH 6	Ichu				-11,717613	-39,094417
MUCAMBO DOS NEGROS	UPGRH 6	Miguel Calmon	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA MUCAMBO DOS NEGROS		01420.013308/2013-60	-11,547526	-40,453455
PALMEIRINHA	UPGRH 6	Miguel Calmon	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA PALMEIRINHA			-11,602925	-40,473723
TAPIRANGA	UPGRH 6	Miguel Calmon				-11,443597	-40,422764

Comunidade	UPGRH	Município	Aglomerado	Território quilombola	Processo FCP	Latitude	Longitude
BARRA	UPGRH 6	Morro do Chapéu				-11,5442	-41,164877
BARRA I	UPGRH 6	Morro do Chapéu				-11,550751	-41,165421
BARRA II	UPGRH 6	Morro do Chapéu			01420.002312/2006-73	-11,546504	-41,163923
BARRA II	UPGRH 6	Morro do Chapéu	COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA II		01420.002312/2006-73	-11,46455	-41,180856
PINHEIRO	UPGRH 6	Morro do Chapéu				-11,540906	-41,171751
VEREDINHA	UPGRH 6	Morro do Chapéu			01420.002313/2006-18	-11,549418	-41,1634
ALTO CAMELO	UPGRH 6	Quixabeira	COMUNIDADE QUILOMBOLA ALTO CAPIM		01420.011974/2011-00	-11,483406	-40,177722
ALTO CAPIM	UPGRH 6	Quixabeira	COMUNIDADE QUILOMBOLA ALTO CAPIM			-11,484297	-40,177779
COVA DO ANJO	UPGRH 6	Quixabeira	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA COVA DO ANJO			-11,469473	-40,160738
ALTO JITAÍ	UPGRH 6	Retirolândia	COMUNIDADE QUILOMBOLA ALTO DO JITAÍ		01420.103599/2018-91	-11,561397	-39,422098
MARACUJÁ	UPGRH 6	Riachão do Jacuípe				-11,667879	-39,377403
VILA ÁFRICA	UPGRH 6	São Domingos	COMUNIDADE QUILOMBOLA VILA ÁFRICA		01420.014778/2011-89	-11,475518	-39,581741
FLOR ROXA	UPGRH 6	Serrinha				-11,71472	-39,093662
NOVO HORIZONTE	UPGRH 6	Serrinha				-11,67433	-39,01307
PRAIANOS	UPGRH 6	Serrinha				-11,718558	-39,091441
ALTO CAPIM	UPGRH 6	Serrolândia				-11,508937	-40,206676
FAZENDA CARAIBA	UPGRH 6	Serrolândia				-11,507351	-40,209744
VÁRZEA D'ÁGUA	UPGRH 6	Serrolândia				-11,506506	-40,208426
CAVACO	UPGRH 7	Antônio Cardoso			01420.003428/2009-72	-12,374225	-39,152771
CRUMATAÍ	UPGRH 7	Antônio Cardoso	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA CRUMATAI			-12,401042	-39,164033
FAZENDA CANDEIAS	UPGRH 7	Antônio Cardoso				-12,312636	-39,237076
GAVIÃO	UPGRH 7	Antônio Cardoso	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA GAVIÃO		01420.003428/2009-72	-12,37915	-39,130445
MANGABEIRA	UPGRH 7	Antônio Cardoso				-12,326551	-39,23159
OROBÓ	UPGRH 7	Antônio Cardoso			01420.101547/2020-03	-12,348884	-39,183876
PAUS ALTOS	UPGRH 7	Antônio Cardoso	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA PAUS ALTOS			-12,345864	-39,161781
PAUS ALTOS	UPGRH 7	Antônio Cardoso			01420.003428/2009-72	-12,352361	-39,16209
PAUS ALTOS E GAVIÃO	UPGRH 7	Antônio Cardoso	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA PAUS ALTOS E GAVIÃO.			-12,379229	-39,160055
POÇO	UPGRH 7	Antônio Cardoso	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA POÇO			-12,298031	-39,197217
POÇO	UPGRH 7	Antônio Cardoso			01420.101488/2022-27	-12,304541	-39,187607
RECREIO	UPGRH 7	Antônio Cardoso				-12,316888	-39,239511
SALGADO	UPGRH 7	Antônio Cardoso				-12,391941	-39,146927
SANTA CRUZ	UPGRH 7	Antônio Cardoso				-12,349179	-39,165289
SANTO ANTÔNIO	UPGRH 7	Antônio Cardoso	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA SANTO ANTÔNIO			-12,31421	-39,168962
SANTO ANTÔNIO	UPGRH 7	Antônio Cardoso			01420.100160/2019-98	-12,313787	-39,166547

Comunidade	UPGRH	Município	Aglomerado	Território quilombola	Processo FCP	Latitude	Longitude
SANTO ESTEVÃO VELHO	UPGRH 7	Antônio Cardoso				-12,399413	-39,145231
SERRA DO OROBÓ	UPGRH 7	Antônio Cardoso				-12,357448	-39,197921
SUBAÉ	UPGRH 7	Antônio Cardoso			01420.103270/2018-21	-12,395932	-39,162723
TOCOS	UPGRH 7	Antônio Cardoso	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA TOCOS			-12,315916	-39,183517
TOCOS	UPGRH 7	Antônio Cardoso				-12,333953	-39,169864
BACIA IGUAPE	UPGRH 7	Cachoeira	COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTIAGO DO IGUAPÊ			-12,68948	-38,853981
BREJO DO ENGENHO DA GUAÍBA	UPGRH 7	Cachoeira			01420.002945/2006-81	-12,665194	-38,920333
CALEMBA	UPGRH 7	Cachoeira		CAONGE/ DENDÊ / ENGENHO DA PONTE E OUTRAS		-12,649737	-38,855885
CAONGE	UPGRH 7	Cachoeira		CAONGE/ DENDÊ / ENGENHO DA PONTE E OUTRAS	01420.000363/2004-07	-12,648597	-38,846006
DENDÊ	UPGRH 7	Cachoeira		CAONGE/ DENDÊ / ENGENHO DA PONTE E OUTRAS	01420.000363/2004-07	-12,657662	-38,851975
EMBIARA	UPGRH 7	Cachoeira	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA EMBIARA			-12,656485	-38,892453
EMBIARA DE CIMA	UPGRH 7	Cachoeira	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA EMBIARA DE CIMA			-12,645753	-38,905759
ENGENHO DA PONTE	UPGRH 7	Cachoeira		CAONGE/ DENDÊ / ENGENHO DA PONTE E OUTRAS	01420.000363/2004-07	-12,643899	-38,863119
ENGENHO DA PRAIA	UPGRH 7	Cachoeira		CAONGE/ DENDÊ / ENGENHO DA PONTE E OUTRAS	01420.000363/2004-07	-12,643408	-38,869923
ENGENHO DA VITÓRIA	UPGRH 7	Cachoeira			01420.000361/2004-18	-12,649279	-38,943968
GUAÍBA	UPGRH 7	Cachoeira	COMUNIDADE QUILOMBOLA BREJO DO ENGENHO DA GUAÍBA			-12,663795	-38,914596
MARIA PRETA	UPGRH 7	Cachoeira				-12,623712	-38,954155
QUEBRA BUNDA	UPGRH 7	Cachoeira				-12,609022	-38,949678
SANTIAGO DO IGUAPE	UPGRH 7	Cachoeira	COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTIAGO DO IGUAPÊ			-12,686508	-38,856882
SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇÚ	UPGRH 7	Cachoeira	COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU	SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU	01420.001070/2005-10	-12,74577	-38,869903
SÃO TIAGO DO IGUAPE	UPGRH 7	Cachoeira			01420.000205/2006-19	-12,60904	-38,959514
TABULEIRO DA VITÓRIA	UPGRH 7	Cachoeira	COMUNIDADE QUILOMBOLA TABULEIRO DA VITÓRIA		01420.009700/2013-12	-12,672067	-38,921958
TERRA VERMELHA	UPGRH 7	Cachoeira	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA TERRA VERMELHA			-12,622849	-38,925827
VALENÇA	UPGRH 7	Cachoeira	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA VALENÇA			-12,661878	-38,908131

Comunidade	UPGRH	Município	Aglomerado	Território quilombola	Processo FCP	Latitude	Longitude
BAIXA DA LINHA	UPGRH 7	Cruz das Almas	COMUNIDADE QUILOMBOLA BAIXA DA LINHA		01420.003090/2010-92	-12,648607	-39,082956
VILA GUAXININ	UPGRH 7	Cruz das Almas	COMUNIDADE QUILOMBOLA VILA GUAXINIM		01420.001419/2012-42	-12,652511	-39,086088
ANTÔNIO CARDOSO	UPGRH 7	Feira de Santana				-12,256898	-38,985532
FEIRA DE SANTANA	UPGRH 7	Feira de Santana				-12,256425	-38,984995
JESUS	UPGRH 7	Feira de Santana				-12,251162	-38,955908
RUA NOVA	UPGRH 7	Feira de Santana				-12,25762	-38,984621
SÃO JOSÉ	UPGRH 7	Feira de Santana				-12,258412	-38,984044
BAIXA GRANDE	UPGRH 7	Governador Mangabeira				-12,592196	-39,14691
ANGOLA	UPGRH 7	Maragogipe	COMUNIDADE QUILOMBOLA ANGOLÁ		01420.100688/2017-03	-12,789979	-38,924063
BAIXÃO DO GUAÍ	UPGRH 7	Maragogipe	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU		01420.001069/2010-52	-12,857749	-38,848986
BURI	UPGRH 7	Maragogipe	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU		01420.000644/2009-66	-12,854749	-38,850346
BURI	UPGRH 7	Maragogipe		BURI	01420.000644/2009-66	-12,847735	-38,872537
COQUEIRO	UPGRH 7	Maragogipe				-12,715689	-38,934942
DENDÊ	UPGRH 7	Maragogipe				-12,779047	-38,91207
ENSEADA PARAGUAÇU	UPGRH 7	Maragogipe	COMUNIDADE QUILOMBOLA ENSEADA PARAGUAÇU		01420.003077/2005-76	-12,866005	-38,825859
GIRAL GRANDE	UPGRH 7	Maragogipe			01420.001408/2005-33	-12,849397	-38,934126
GUAÍ	UPGRH 7	Maragogipe	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU			-12,857933	-38,854019
GUARUÇÚ	UPGRH 7	Maragogipe		GUERÉM BAIXÃO DO GUAÍ, QUIZANGA, TABATINGA, GUARUÇÚ, GIRAL	01420.002633/2006-78	-12,869403	-38,949713
GUARUÇÚ	UPGRH 7	Maragogipe		GUERÉM BAIXÃO DO GUAÍ, QUIZANGA, TABATINGA, GUARUÇÚ, GIRAL	01420.002633/2006-78	-12,879339	-38,955914
GUERÉM	UPGRH 7	Maragogipe	COMUNIDADE QUILOMBOLA GUERÉM	GUERÉM BAIXÃO DO GUAÍ, QUIZANGA, TABATINGA, GUARUÇÚ, GIRAL	01420.001408/2005-33	-12,885245	-38,940289
GUERÉM BAIXÃO DO GUAÍ, QUIZANGA, TABATINGA, GUARUÇÚ, GIRAL	UPGRH 7	Maragogipe		GUERÉM BAIXÃO DO GUAÍ, QUIZANGA, TABATINGA, GUARUÇÚ, GIRAL		-12,886838	-38,935668
LIVRAMENTO	UPGRH 7	Maragogipe				-12,724543	-38,940188

Comunidade	UPGRH	Município	Aglomerado	Território quilombola	Processo FCP	Latitude	Longitude
MUTAMBA	UPGRH 7	Maragogipe		GUERÉM BAIXÃO DO GUAÍ, QUIZANGA, TABATINGA, GUARUÇÚ, GIRAL		-12,859199	-38,908561
NAGÊ	UPGRH 7	Maragogipe				-12,727466	-38,934231
PORTO DA PEDRA	UPGRH 7	Maragogipe		GUERÉM BAIXÃO DO GUAÍ, QUIZANGA, TABATINGA, GUARUÇÚ, GIRAL	01420.001456/2005-21	-12,846564	-38,912296
QUERÉM	UPGRH 7	Maragogipe				-12,849345	-38,93481
QUIZANGA	UPGRH 7	Maragogipe			01420.002560/2006-14	-12,853503	-38,961637
SALAMINAS PUTUMUJU	UPGRH 7	Maragogipe		SALAMINA PUTUMUJU	01420.000509/2004-14	-12,798394	-38,863711
SAMAMBAIA	UPGRH 7	Maragogipe				-12,833231	-38,939312
SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU	UPGRH 7	Maragogipe	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU			-12,856453	-38,8535
SÍTIO DENDÊ	UPGRH 7	Maragogipe			01420.000073/2006-17	-12,834879	-38,929323
TABATINGA	UPGRH 7	Maragogipe		GUERÉM BAIXÃO DO GUAÍ, QUIZANGA, TABATINGA, GUARUÇÚ, GIRAL	01420.001408/2005-33	-12,859828	-38,943023
TAMANCAS	UPGRH 7	Maragogipe				-12,836738	-38,957411
TREVO DE CAPANEMA	UPGRH 7	Maragogipe				-12,85098	-38,951423
ZUMBI DOS PALMARES	UPGRH 7	Maragogipe			01420.000941/2006-69	-12,867773	-38,855406
BAIXA GRANDE	UPGRH 7	Muritiba	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA BAIXA GRANDE		01420.001897/2016-86	-12,599925	-39,138372
BAIXA PEQUENA	UPGRH 7	Muritiba				-12,612112	-39,154243
CAATINGA SECA	UPGRH 7	Muritiba				-12,602267	-39,1209
PALAMES	UPGRH 7	Muritiba				-12,595034	-39,115377
PAU FERRO	UPGRH 7	Muritiba	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA BAIXA GRANDE			-12,610423	-39,135043
SANTO ANTÔNIO	UPGRH 7	Muritiba				-12,631573	-38,990001
CALUMBI	UPGRH 7	São Félix				-12,710141	-39,025587
ENGENHO DE SÃO JOÃO	UPGRH 7	São Félix			01420.016126/2013-41	-12,707905	-39,045655
ENGENHOCA	UPGRH 7	São Félix			01420.001898/2016-21	-12,66768	-38,972928
PAU GRANDE	UPGRH 7	São Félix			01420.001893/2016-06	-12,730269	-39,046313
SANTO ANTÔNIO	UPGRH 7	São Félix	AGRUPAMENTO QUILOMBOLA SANTO ANTÔNIO		01420.016125/2013-04	-12,648394	-38,9801
SANTO ANTÔNIO DA JAQUEIRA	UPGRH 7	São Félix			01420.001893/2016-06	-12,723552	-39,048535
SANTO ANTÔNIO E VIDAL	UPGRH 7	São Félix			01420.016125/2013-04	-12,644946	-38,985131

Comunidade	UPGRH	Município	Aglomerado	Território quilombola	Processo FCP	Latitude	Longitude
SUBAUMA	UPGRH 7	São Félix			01420.001898/2016-21	-12,660365	-38,974484
TERRENO DO GOVERNO	UPGRH 7	São Félix			01420.001894/2016-42	-12,666722	-38,977951

Fonte: IBGE Censo Demográfico.

Quadro 7.7: PIB, PIB per capita, variação em relação ao PIB per capita da Bahia e estrutura setorial do PIB dos municípios da RPGA X (2021)

Municípios	PIB 2021 (R$ milhão)	PIB per capita 2021 (R$)	% PIB per capita da Bahia	Agropecuária %	Indústria %	Serviços Mercantis %	Administração Pública %	Impostos %	Total %
Andaraí	134,6	10.254,4	-129,5	10,6	4,6	33,4	45,1	6,3	100,0
Anguera	78,8	6.927,5	-239,7	6,8	5,2	27,0	55,9	5,0	100,0
Antônio Cardoso	124,2	10.644,2	-121,1	7,1	3,8	35,6	43,6	9,8	100,0
Baixa Grande	194,7	9.527,5	-147,0	12,9	7,1	30,9	44,0	5,1	100,0
Barra da Estiva	377,7	18.698,6	-25,8	32,0	3,9	36,7	21,4	6,0	100,0
Barro Alto	112,9	7.440,8	-216,2	12,3	5,3	26,5	50,9	5,0	100,0
Barrocas	346,1	21.334,1	-10,3	3,6	55,1	21,0	17,5	2,8	100,0
Boa Vista do Tupim	155,3	8.399,6	-180,1	20,1	5,3	23,3	47,1	4,2	100,0
Boninal	118,0	8.127,3	-189,5	8,4	4,6	30,4	50,9	5,8	100,0
Bonito	270,7	15.926,9	-47,7	35,9	9,6	22,4	27,5	4,6	100,0
Cabaceiras do Paraguaçu	141,2	7.427,6	-216,8	15,5	6,3	23,0	51,3	3,9	100,0
Cachoeira	479,3	14.239,3	-65,3	7,6	18,9	37,2	27,2	9,1	100,0
Candeal	67,8	8.360,3	-181,5	18,3	4,9	22,5	51,6	2,7	100,0
Capela do Alto Alegre	129,5	11.169,6	-110,7	19,9	12,7	25,2	36,3	5,9	100,0
Capim Grosso	579,8	18.670,4	-26,0	2,8	5,8	56,2	20,1	15,1	100,0
Castro Alves	317,2	12.030,8	-95,6	7,1	15,5	34,5	34,8	8,1	100,0
Conceição da Feira	376,1	16.398,0	-43,5	12,5	24,9	26,9	25,1	10,6	100,0
Conceição do Coité	884,6	13.126,3	-79,3	4,6	15,1	42,7	28,0	9,6	100,0
Cruz das Almas	1.042,4	16.307,2	-44,3	1,7	10,2	52,6	23,5	12,0	100,0
Feira de Santana	17.282,2	27.691,1	15,0	0,5	21,4	49,7	11,2	17,2	100,0
Gavião	49,9	11.301,6	-108,2	24,9	4,3	23,0	44,3	3,5	100,0
Governador Mangabeira	222,0	10.672,9	-120,5	9,9	6,1	37,5	38,0	8,5	100,0
Iaçu	237,2	9.901,9	-137,6	13,6	6,8	32,7	41,8	5,2	100,0
Ibicoara	443,4	22.178,8	-6,1	46,3	5,4	22,4	20,2	5,7	100,0
Ibiquera	37,3	9.225,1	-155,1	20,0	4,3	22,2	50,1	3,4	100,0
Ibitiara	113,7	6.906,7	-240,7	10,4	4,0	28,6	51,4	5,5	100,0
Ichu	56,4	9.048,6	-160,0	8,1	7,0	26,6	54,1	4,2	100,0

Municípios	PIB 2021 (R$ milhão)	PIB per capita 2021 (R$)	% PIB per capita da Bahia	Agropecuária %	Indústria %	Serviços Mercantis %	Administração Pública %	Impostos %	Total %
Ipecaetá	105,2	7.390,1	-218,4	9,1	5,4	22,4	59,5	3,7	100,0
Ipirá	664,9	11.216,3	-109,8	11,0	12,3	35,9	32,7	8,2	100,0
Iramaia	102,7	13.042,6	-80,4	18,6	4,0	32,9	37,3	7,2	100,0
Iraquara	897,4	34.879,0	32,5	5,6	52,1	20,9	11,1	10,3	100,0
Itaberaba	996,9	15.384,8	-52,9	5,5	10,5	46,9	25,8	11,2	100,0
Itaeté	126,8	7.842,2	-200,1	13,5	5,7	25,1	49,8	5,8	100,0
Itatim	430,1	29.483,1	20,2	1,3	7,2	56,8	15,2	19,5	100,0
Lajedinho	60,9	16.301,4	-44,3	10,7	3,9	42,4	30,5	12,5	100,0
Lençóis	169,6	14.642,3	-60,7	15,1	6,4	42,4	29,6	6,5	100,0
Macajuba	90,8	8.021,6	-193,3	11,7	5,1	27,7	51,3	4,2	100,0
Mairi	158,8	8.568,3	-174,6	14,2	4,2	32,2	43,2	6,2	100,0
Maracás	656,4	32.865,7	28,4	9,4	41,0	28,9	14,9	5,8	100,0
Maragogipe	402,9	8.972,0	-162,3	20,7	4,6	26,4	44,7	3,7	100,0
Marcionílio Souza	94,4	9.115,8	-158,1	21,2	4,5	24,1	46,5	3,8	100,0
Miguel Calmon	273,2	10.599,6	-122,0	11,8	7,1	37,5	37,6	5,9	100,0
Milagres	144,0	13.287,9	-77,1	1,9	4,7	47,9	33,1	12,5	100,0
Morro do Chapéu	625,9	17.648,9	-33,3	7,7	41,8	22,2	21,7	6,6	100,0
Mucugê	774,9	88.818,4	73,5	73,0	4,9	12,9	6,1	3,1	100,0
Mulungu do Morro	212,9	20.336,4	-15,7	5,8	50,4	13,0	24,2	6,6	100,0
Mundo Novo	199,2	7.337,4	-220,7	17,5	4,4	26,8	47,7	3,7	100,0
Muritiba	276,8	9.407,8	-150,1	4,8	9,3	38,6	40,4	6,9	100,0
Nova Fátima	95,2	12.158,1	-93,5	14,3	5,2	35,8	36,6	8,1	100,0
Nova Itarana	73,3	8.800,0	-167,4	9,0	5,6	26,9	52,5	6,0	100,0
Nova Redenção	75,6	8.283,7	-184,1	15,0	4,9	24,8	51,5	3,8	100,0
Palmeiras	107,8	11.814,7	-99,2	7,6	16,8	35,7	34,3	5,6	100,0
Pé de Serra	131,5	9.712,2	-142,3	18,4	6,9	24,7	46,4	3,6	100,0
Piatã	242,8	14.405,1	-63,4	8,2	27,1	31,1	28,3	5,3	100,0
Pintadas	109,3	10.561,2	-122,8	19,2	4,6	25,0	40,2	10,9	100,0
Piritiba	187,9	7.467,8	-215,1	14,0	4,8	31,6	43,6	6,0	100,0
Planaltino	79,2	8.412,6	-179,7	16,4	4,3	25,4	49,4	4,5	100,0
Quixabeira	77,1	8.623,2	-172,9	10,7	6,0	29,6	49,7	4,0	100,0
Rafael Jambeiro	396,2	17.496,9	-34,5	4,5	3,6	52,9	23,1	16,0	100,0
Retirolândia	149,9	10.276,4	-129,0	8,7	14,2	29,9	39,7	7,5	100,0
Riachão do Jacuípe	410,3	12.249,9	-92,1	8,6	9,9	42,8	30,1	8,5	100,0
Ruy Barbosa	392,8	12.712,3	-85,1	6,3	14,5	40,9	30,6	7,8	100,0
Santa Bárbara	180,6	8.610,8	-173,3	6,7	8,3	34,3	45,1	5,6	100,0

Municípios	PIB 2021 (R$ milhão)	PIB per capita 2021 (R$)	% PIB per capita da Bahia	Agropecuária %	Indústria %	Serviços Mercantis %	Administração Pública %	Impostos %	Total %
Santaluz	522,3	13.851,5	-69,9	7,1	21,9	33,3	29,7	7,9	100,0
Santa Terezinha	101,4	9.640,5	-144,1	8,1	12,4	26,0	45,8	7,6	100,0
Santo Estêvão	914,1	17.032,6	-38,2	1,9	18,9	42,2	23,3	13,8	100,0
São Domingos	88,5	9.739,3	-141,6	14,4	7,2	30,4	42,1	5,9	100,0
São Félix	172,9	11.695,6	-101,2	22,2	7,9	30,1	36,3	3,5	100,0
São Gonçalo dos Campos	1.155,4	30.154,1	22,0	2,8	22,7	40,7	13,5	20,4	100,0
São José do Jacuípe	126,7	12.014,8	-95,8	17,0	8,8	31,6	34,0	8,6	100,0
Sapeaçu	213,4	12.247,1	-92,1	11,8	9,5	31,9	41,3	5,6	100,0
Saubara	146,3	12.032,0	-95,6	18,3	8,2	30,4	39,2	3,9	100,0
Seabra	625,8	14.103,9	-66,8	4,2	5,6	50,8	27,8	11,6	100,0
Serra Preta	138,1	9.506,3	-147,5	13,4	6,2	30,4	44,9	5,0	100,0
Serrinha	1.086,8	13.303,2	-76,9	2,3	8,7	48,2	30,4	10,4	100,0
Serrolândia	118,5	8.781,8	-168,0	6,6	7,8	32,2	48,1	5,4	100,0
Souto Soares	136,0	7.944,5	-196,2	5,1	4,5	32,2	52,4	5,8	100,0
Tanquinho	66,7	8.402,9	-180,0	12,0	5,5	32,1	46,2	4,3	100,0
Tapiramutá	148,9	8.790,0	-167,7	17,7	6,2	23,0	50,1	3,1	100,0
Utinga	186,0	9.620,6	-144,6	16,1	5,0	33,1	39,5	6,3	100,0
Valente	268,9	9.237,3	-154,7	5,0	7,8	35,5	41,3	10,3	100,0
Várzea da Roça	112,2	7.937,8	-196,4	12,2	5,6	28,2	49,1	4,9	100,0
Várzea do Poço	116,2	12.564,8	-87,3	6,8	4,1	44,8	30,3	14,1	100,0
Wagner	89,6	9.591,7	-145,3	16,3	6,2	28,9	42,5	6,2	100,0
Total	41.081,6	17.438,0	-34,9	6,8	17,5	41,6	21,7	12,4	100,0

Fonte: IBGE Contas Regionais.

Quadro 7.8: Municípios da RPGA X pelo Índice da Dinâmica Econômica dos Municípios Baianos (IDEM) (2003=base 100/2021 – anos selecionados)

Municípios	2003	2006	2010	2015	2019	2020	2021
Andaraí	118,3	173,5	228,9	315,3	303,0	359,0	363,8
Anguera	105,9	105,1	136,2	150,9	485,2	448,1	408,1
Antônio Cardoso	125,1	132,5	199,4	198,4	187,8	181,7	200,7
Baixa Grande	99,8	141,3	178,9	260,4	287,0	278,0	318,6
Barra da Estiva	97,8	163,4	210,4	348,4	362,4	413,0	420,1
Barro Alto	102,2	236,8	257,6	373,6	448,7	439,4	445,0
Barrocas	155,2	197,9	271,0	301,3	336,1	354,9	351,9
Boa Vista do Tupim	105,8	128,2	178,3	163,4	158,5	169,9	168,9
Boninal	112,3	132,7	155,0	206,3	224,6	242,5	253,0
Bonito	91,6	113,4	265,9	341,8	658,3	769,9	762,2
Cabaceiras do Paraguaçu	104,6	143,8	189,0	302,0	257,9	257,7	237,8
Cachoeira	120,0	198,1	256,6	420,7	345,1	382,2	370,1
Candeal	110,8	171,9	128,7	202,0	264,3	266,4	263,4
Capela do Alto Alegre	100,3	104,4	144,5	215,0	217,9	296,0	271,2
Capim Grosso	107,6	231,5	308,1	437,6	515,0	586,4	614,6
Castro Alves	115,0	176,5	254,7	325,2	323,8	331,4	361,6
Conceição da Feira	81,7	99,1	151,7	294,1	308,8	317,6	336,2
Conceição do Coité	119,0	174,0	207,5	276,8	240,4	273,5	302,2
Cruz das Almas	99,1	134,9	175,8	238,5	240,7	232,7	238,3
Feira de Santana	100,5	150,1	212,7	253,5	255,8	275,5	253,5
Gavião	110,6	162,2	192,0	259,3	286,5	292,0	263,7
Governador Mangabeira	103,9	124,7	172,4	210,1	194,6	193,5	195,6
Iaçu	111,1	138,8	235,1	235,2	210,7	220,6	209,9
Ibicoara	104,9	194,5	266,5	301,2	264,8	300,3	315,7
Ibiquera	106,6	125,7	128,1	168,0	168,7	184,3	183,5
Ibitiara	100,4	131,1	191,9	257,5	242,1	238,3	236,1
Ichu	111,2	121,3	131,4	177,2	224,4	250,4	259,5
Ipecaetá	111,1	175,1	236,5	277,1	236,5	277,2	265,8
Ipirá	104,9	188,4	282,7	402,1	350,4	365,1	395,1
Iramaia	108,8	159,9	166,3	255,0	241,3	249,1	237,1
Iraquara	110,3	168,6	169,0	313,9	452,9	508,4	527,6
Itaberaba	112,1	140,7	172,5	250,0	305,8	319,4	324,1
Itaeté	108,6	124,6	164,9	190,5	200,0	210,2	224,6
Itatim	101,3	160,7	236,4	322,1	340,6	356,0	396,2
Lajedinho	108,2	132,5	125,8	217,7	261,0	246,3	226,3

Municípios	2003	2006	2010	2015	2019	2020	2021
Lençóis	108,9	123,3	123,6	198,7	213,1	237,7	256,1
Macajuba	96,2	123,9	144,8	173,0	185,0	208,7	187,0
Mairi	89,5	122,1	152,2	204,0	212,0	235,2	683,5
Maracás	102,4	134,2	164,6	189,6	209,9	218,8	225,7
Maragogipe	87,9	312,7	602,2	2.204,3	1.459,0	1.600,9	1.733,0
Marcionílio Souza	93,8	128,4	174,3	211,8	211,5	220,4	197,7
Miguel Calmon	109,0	154,8	194,5	375,0	346,3	366,1	352,1
Milagres	123,3	148,5	193,1	246,5	254,0	300,1	319,9
Morro do Chapéu	114,7	149,2	195,5	367,8	6.803,6	5.640,0	6.653,2
Mucugê	116,4	111,7	277,1	391,4	376,5	414,9	480,4
Mulungu do Morro	98,4	107,2	191,0	301,1	2.742,0	3.057,1	2.919,5
Mundo Novo	102,9	159,0	193,5	192,4	266,0	278,6	293,5
Muritiba	146,5	229,4	277,4	395,5	315,1	339,9	330,2
Nova Fátima	95,8	109,4	151,7	262,1	346,8	334,0	317,8
Nova Itarana	101,7	156,7	167,9	310,8	322,8	338,2	383,7
Nova Redenção	105,0	130,2	155,4	219,3	240,3	269,9	307,5
Palmeiras	116,0	290,6	351,3	498,2	561,0	606,9	614,9
Pé de Serra	99,1	107,4	156,5	212,7	206,9	248,1	259,3
Piatã	107,5	129,8	133,4	161,5	181,5	211,9	218,7
Pintadas	90,2	118,2	160,7	198,6	180,8	214,1	211,2
Piritiba	104,7	151,7	186,7	234,2	241,0	248,2	261,1
Planaltino	114,6	148,6	181,9	208,3	228,2	231,9	246,6
Quixabeira	111,9	153,6	175,4	242,4	238,3	231,1	233,9
Rafael Jambeiro	109,6	124,4	184,5	210,4	307,6	302,9	313,3
Retirolândia	117,6	167,7	214,3	287,4	300,5	351,3	352,8
Riachão do Jacuípe	88,8	129,4	183,4	285,2	288,3	315,2	357,8
Ruy Barbosa	491,1	642,5	851,4	2.280,5	2.327,2	2.439,4	2.499,9
Santa Bárbara	124,4	263,2	332,5	416,8	410,3	418,5	427,0
Santaluz	101,1	151,1	182,1	308,8	346,5	379,4	438,1
Santa Teresinha	106,7	137,2	179,4	291,8	311,6	328,3	366,9
Santo Estêvão	126,5	170,5	260,8	342,9	388,4	404,2	505,8
São Domingos	109,1	125,8	187,0	285,9	415,4	427,6	384,7
São Félix	105,9	184,9	180,7	223,7	170,9	177,9	192,8
São Gonçalo dos Campos	202,1	419,1	540,0	1.740,0	2.424,7	2.469,5	2.755,3
São José do Jacuípe	106,2	127,2	174,1	196,8	296,8	299,8	443,7
Sapeaçu	92,7	142,6	165,6	193,6	187,6	208,9	295,8

Municípios	2003	2006	2010	2015	2019	2020	2021
Saubara	104,8	421,7	524,8	1.142,2	1.252,3	1.146,6	569,5
Seabra	113,1	142,4	211,9	270,8	310,0	331,8	393,7
Serra Preta	98,6	149,6	163,1	204,6	241,3	248,6	295,2
Serrinha	114,6	159,1	255,2	271,2	261,7	293,2	313,5
Serrolândia	110,0	130,5	180,4	213,5	231,4	234,9	242,4
Souto Soares	92,8	131,1	242,9	272,7	416,3	400,0	406,6
Tanquinho	101,7	118,3	160,8	179,3	205,4	200,3	224,0
Tapiramutá	109,8	130,3	175,9	170,8	177,8	191,7	222,4
Utinga	113,6	146,4	329,4	1.511,7	1.217,8	1.318,1	1.235,9
Valente	114,7	130,9	173,2	221,1	227,1	253,3	258,9
Várzea da Roça	102,8	133,4	145,5	224,2	192,9	203,0	214,4
Várzea do Poço	106,0	147,0	164,2	192,1	219,1	221,9	224,9
Wagner	100,4	141,8	172,9	254,5	324,5	336,8	359,6

Fonte: SEI/IDEM.

Quadro 7.9: Municípios da RPGA X pelo total de ocupados e a distribuição (%) segundo o setor de atividade econômica e as taxas de ocupação e desocupação (2010)

Municípios	Total de ocupados	Agropecuária	Indústria	Serviços mercantis	Administração pública	Taxa de ocupação	Taxa de desocupação
Andaraí	4.328	49,6	7,7	30,9	11,8	52,9	17,3
Anguera	3.354	39,1	16,2	36,8	7,9	48,4	13,6
Antônio Cardoso	5.870	64,0	9,9	23,9	2,2	67,8	4,6
Baixa Grande	7.978	58,1	8,1	30,1	3,7	58,2	7,3
Barra da Estiva	9.799	65,0	5,2	25,3	4,5	67,1	5,0
Barro Alto	6.489	67,1	7,9	21,5	3,5	65,9	3,8
Barrocas	6.964	49,2	22,9	24,9	3,0	69,1	6,4
Boa Vista do Tupim	5.787	52,8	9,1	33,7	4,4	51,3	13,5
Boninal	4.752	51,1	15,2	29,3	4,4	51,4	8,7
Bonito	6.865	67,3	4,4	21,1	7,3	69,6	7,3
Cabaceiras do Paraguaçu	8.580	75,4	3,9	17,4	3,3	68,6	5,1
Cachoeira	12.844	29,6	13,7	51,0	5,6	59,9	11,5
Candeal	3.918	64,0	7,5	23,2	5,3	60,9	5,4
Capela do Alto Alegre	4.901	51,6	13,2	30,2	5,0	57,5	6,5
Capim Grosso	12.029	22,4	13,3	59,6	4,7	66,7	10,0
Castro Alves	9.980	42,2	14,3	36,8	6,7	56,5	8,8
Conceição da Feira	7.232	38,1	17,4	39,9	4,7	58,6	17,6

Municípios	Total de ocupados	Agropecuária	Indústria	Serviços mercantis	Administração pública	Taxa de ocupação	Taxa de desocupação
Conceição do Coité	29.367	37,3	20,6	39,4	2,7	66,9	6,5
Cruz das Almas	22.269	15,7	21,5	57,1	5,7	58,6	15,6
Feira de Santana	246.092	7,7	23,1	65,0	4,2	67,0	10,5
Gavião	2.065	49,9	10,7	30,0	9,4	62,7	8,0
Governador Mangabeira	9.228	56,2	11,7	27,3	4,8	64,8	5,9
Iaçu	7.959	37,5	15,8	42,6	4,1	49,5	12,2
Ibicoara	6.974	60,6	8,6	25,7	5,0	62,2	6,7
Ibiquera	1.622	67,5	5,4	18,2	8,9	48,8	9,6
Ibitiara	4.830	48,7	15,6	29,2	6,5	42,3	4,6
Ichu	2.187	39,2	13,8	37,8	9,3	57,2	6,8
Ipecaetá	5.877	67,8	9,0	19,4	3,8	55,5	10,6
Ipirá	22.273	42,0	19,6	35,2	3,3	55,3	9,0
Iramaia	4.160	43,9	8,2	37,6	10,3	51,2	7,2
Iraquara	8.012	61,6	9,6	24,9	3,9	54,2	9,0
Itaberaba	24.040	25,3	18,7	49,7	6,2	61,1	12,7
Itaetê	4.669	45,9	11,9	36,2	6,0	48,7	10,4
Itatim	5.088	20,1	15,0	58,4	6,5	56,8	11,5
Lajedinho	1.370	67,7	4,5	15,0	12,9	52,9	12,2
Lençóis	4.204	23,5	14,6	55,1	6,8	63,7	9,4
Macajuba	3.456	59,5	6,5	30,9	3,1	48,8	12,7
Mairi	8.165	53,6	7,9	31,6	6,9	59,6	6,2
Maracás	10.016	45,0	13,7	35,4	5,9	59,2	8,3
Maragogipe	17.620	55,8	9,7	28,5	6,1	59,1	10,3
Marcionílio Souza	2.934	50,3	8,2	35,4	6,1	47,9	19,4
Miguel Calmon	10.800	55,0	7,9	32,0	5,2	59,6	9,4
Milagres	3.487	29,3	12,4	52,0	6,3	56,1	14,0
Morro do Chapéu	13.568	54,5	7,6	33,0	4,9	58,3	8,5
Mucugê	4.134	52,6	7,7	33,2	6,5	59,9	10,6
Mulungu do Morro	5.138	66,3	9,6	21,7	2,5	62,6	7,6
Mundo Novo	8.564	53,9	7,2	33,9	5,0	55,1	9,1
Muritiba	10.580	37,3	18,6	38,7	5,3	57,4	16,7
Nova Fátima	3.127	41,9	16,7	35,2	6,1	58,1	8,1
Nova Itarana	1.968	46,2	13,5	30,7	9,5	44,9	19,1
Nova Redenção	2.891	53,5	8,8	33,4	4,3	57,1	16,3
Palmeiras	3.278	34,8	15,0	44,9	5,2	61,9	9,2
Pé de Serra	5.896	51,0	12,4	30,3	6,3	59,8	7,8
Piatã	6.400	66,6	6,8	22,0	4,5	51,4	6,6

Municípios	Total de ocupados	Agropecuária	Indústria	Serviços mercantis	Administração pública	Taxa de ocupação	Taxa de desocupação
Pintadas	4.095	48,5	17,4	27,2	6,9	58,0	7,5
Piritiba	8.177	52,4	7,9	34,7	5,0	53,4	9,1
Planaltino	3.915	60,1	9,8	23,1	6,9	61,2	6,6
Quixabeira	4.137	60,0	7,5	25,9	6,6	60,0	5,4
Rafael Jambeiro	9.060	62,6	8,1	24,2	5,1	56,3	7,8
Retirolândia	5.254	36,8	17,3	38,8	7,1	61,8	8,9
Riachão do Jacuípe	13.304	34,5	16,1	43,8	5,6	58,1	10,2
Ruy Barbosa	10.530	35,8	17,1	42,8	4,3	56,3	13,7
Santa Bárbara	6.911	50,8	11,7	32,3	5,2	54,6	10,2
Santa Teresinha	13.654	40,8	18,0	37,0	4,2	60,3	10,2
Santaluz	3.231	60,8	6,4	22,7	10,2	49,5	11,1
Santo Estêvão	20.891	37,8	20,1	38,4	3,7	64,7	10,8
São Domingos	4.427	44,1	13,7	35,3	6,9	67,4	7,9
São Félix	5.901	37,8	15,3	40,2	6,8	60,5	13,2
São Gonçalo dos Campos	13.462	33,4	26,5	37,7	2,4	63,1	12,8
São José do Jacuípe	4.162	50,8	13,0	30,2	6,0	59,3	8,4
Sapeaçu	6.374	47,2	10,3	39,6	2,8	58,6	10,7
Saubara	4.578	44,4	12,5	34,5	8,6	59,1	9,7
Seabra	18.280	44,3	13,5	38,7	3,5	62,8	7,2
Serra Preta	5.636	51,9	12,4	31,6	4,1	53,9	9,9
Serrinha	32.470	27,5	20,8	44,7	6,9	61,9	10,0
Serrolândia	5.348	43,9	18,0	27,9	10,3	62,4	8,8
Souto Soares	6.727	70,8	7,2	18,8	3,2	58,3	3,6
Tanquinho	2.671	33,0	13,6	44,4	9,0	47,6	8,6
Tapiramutá	5.291	49,6	7,7	36,6	6,1	53,2	14,0
Utinga	7.214	46,4	9,5	37,7	6,4	61,0	7,7
Valente	11.707	31,8	24,8	40,1	3,3	66,5	6,9
Várzea da Roça	5.891	60,0	6,7	27,9	5,4	60,7	9,4
Várzea do Poço	3.514	47,9	10,1	32,6	9,4	56,5	8,5
Wagner	3.477	54,5	7,4	32,4	5,7	59,7	9,0
Total	**906.267**	**34,5**	**16,5**	**44,0**	**4,9**	**61,1**	**10,0**

Fonte: IBGE Contas Regionais.

Quadro 7.10: Municípios da RPGA X pela área plantada (hectares) dos principais cultivos temporários e permanentes (2022)

Municípios	Milho	Feijão	Sisal ou agave	Café	Mandioca	Mamona	Outros	Total
Andaraí	550	674	-	-	335	70	94	1.723
Anguera	600	600	-	-	-	-	0	1.200
Antônio Cardoso	1.100	800	-	-	50	-	108	2.058
Baixa Grande	2.500	2.500	-	-	-	-	0	5.000
Barra da Estiva	100	1.000	-	8.342	400	-	1.600	11.442
Barro Alto	800	145	85	-	40	3.800	329	5.199
Barrocas	1.500	1.015	1.140	-	30	-	12	3.697
Boa Vista do Tupim	300	300	-	-	150	70	208	1.028
Boninal	500	500	-	5	250	-	101	1.356
Bonito	100	400	-	7.000	90	20	292	7.902
Cabaceiras do Paraguaçu	700	700	-	-	200	-	1.053	2.653
Cachoeira	130	80	-	-	650	-	196	1.056
Candeal	410	410	-	-	20	-	0	840
Capela do Alto Alegre	599	599	70	-	15	-	0	1.283
Capim Grosso	125	160	12	-	50	10	2	359
Castro Alves	100	55	-	-	800	-	368	1.323
Conceição da Feira	50	60	-	-	300	-	70	480
Conceição do Coité	2.700	2.400	10.300	-	170	-	48	15.618
Cruz das Almas	100	170	-	-	680	-	1.448	2.398
Feira de Santana	5.200	4.800	-	-	500	-	30	10.530
Gavião	235	235	75	-	8	-	0	553
Governador Mangabeira	250	250	-	-	350	-	1.458	2.308
Iaçu	5	230	-	-	50	-	403	688
Ibicoara	400	1.000	-	6.000	80	-	5.470	12.950
Ibiquera	100	35	-	-	100	5	6	246
Ibitiara	200	300	-	4	100	5	34	643
Ichu	280	280	-	-	8	-	0	568
Ipecaetá	2.260	2.600	-	-	20	-	35	4.915
Ipirá	1.600	1.600	-	-	-	-	0	3.200
Iramaia	60	320	-	220	250	12	184	1.046
Iraquara	719	135	670	1.058	430	1.670	638	5.320
Itaberaba	200	300	-	-	70	10	1.853	2.433
Itaetê	300	200	-	-	200	400	125	1.225
Itatim	150	120	13	-	5	-	84	372

Municípios	Milho	Feijão	Sisal ou agave	Café	Mandioca	Mamona	Outros	Total
Lajedinho	30	10	-	-	60	50	14	164
Lençóis	80	330	-	860	140	15	179	1.604
Macajuba	220	500	-	-	60	-	21	801
Mairi	2.000	2.000	-	-	-	-	0	4.000
Maracás	275	200	3	350	600	8	2.227	3.663
Maragogipe	10	20	-	-	2.000	-	811	2.841
Marcionílio Souza	20	30	-	-	2	3	32	87
Miguel Calmon	1.000	1.400	35	150	200	150	100	3.035
Milagres	5	8	2	-	10	-	15	40
Morro do Chapéu	250	250	1.320	450	320	1.800	631	5.021
Mucugê	210	1.080	-	1.440	40	-	8.105	10.875
Mulungu do Morro	3.000	230	960	1.000	250	2.800	120	8.360
Mundo Novo	600	1.500	-	50	400	-	100	2.650
Muritiba	50	200	-	-	250	-	1.063	1.563
Nova Fátima	345	345	420	-	7	-	0	1.117
Nova Itarana	25	25	10	285	150	-	54	549
Nova Redenção	800	420	-	-	11	1.000	88	2.319
Palmeiras	250	192	-	8	25	15	143	633
Pé de Serra	467	467	-	-	6	-	0	940
Piatã	200	350	-	1.040	150	-	152	1.892
Pintadas	350	350	-	-	-	-	0	700
Piritiba	180	900	4	-	200	-	41	1.325
Planaltino	8	8	-	2	35	40	242	335
Quixabeira	400	400	-	-	50	10	0	860
Rafael Jambeiro	1.600	1.600	-	-	-	-	0	3.200
Retirolândia	500	500	4.000	-	60	-	0	5.060
Riachão do Jacuípe	333	333	350	-	1	-	0	1.017
Ruy Barbosa	240	220	-	10	85	-	36	591
Santa Bárbara	500	800	-	-	30	-	0	1.330
Santa Teresinha	1.152	1.152	12.700	-	12	-	0	15.016
Santaluz	90	98	-	-	150	-	20	358
Santo Estêvão	3.200	3.450	-	-	100	-	60	6.810
São Domingos	152	152	2.700	-	-	-	0	3.004
São Félix	10	10	-	-	300	-	149	469
São Gonçalo dos Campos	500	500	-	-	400	-	0	1.400
São José do Jacuípe	-	60	-	-	50	-	0	110
Sapeaçu	35	64	-	-	200	-	2.213	2.512

Municípios	Milho	Feijão	Sisal ou agave	Café	Mandioca	Mamona	Outros	Total
Saubara	30	7	-	-	50	-	21	108
Seabra	600	563	-	1.400	450	55	387	3.455
Serra Preta	776	776	-	-	-	-	0	1.552
Serrinha	2.500	2.055	-	-	167	-	50	4.772
Serrolândia	400	200	-	-	100	50	0	750
Souto Soares	2.160	446	150	100	850	2.020	72	5.798
Tanquinho	990	990	-	-	1	-	0	1.981
Tapiramutá	500	920	-	410	170	20	192	2.212
Utinga	-	60	-	300	350	-	1.054	1.764
Valente	600	600	3.400	-	25	-	0	4.625
Várzea da Roça	1.500	1.504	-	-	-	-	128	3.132
Várzea do Poço	900	800	-	-	100	-	0	1.800
Wagner	200	60	-	38	60	15	724	1.097
Total	**55.166**	**54.108**	**38.419**	**30.522**	**15.078**	**14.123**	**35.493**	**242.909**

Fonte: IBGE Contas Regionais.

Quadro 7.11: Municípios da RPGA X pelo efetivo (cabeças) dos rebanhos da pecuária (2022)

Municípios	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Codornas
Andaraí	22.461	-	1.275	1.158	1.460	2.500	14.663	-
Anguera	9.069	-	541	764	294	1.547	13.824	-
Antônio Cardoso	15.631	23	887	1.010	1.048	5.201	23.530	-
Baixa Grande	39.848	2	1.510	2.080	980	7.167	61.278	-
Barra da Estiva	17.651	11	2.301	1.631	7.095	2.722	51.932	-
Barro Alto	8.963	-	665	5.270	2.402	5.572	19.801	-
Barrocas	6.646	10	912	1.706	1.672	6.729	28.400	1.370
Boa Vista do Tupim	68.046	-	2.751	5.391	4.269	16.206	19.358	-
Boninal	9.782	-	550	690	755	432	8.300	-
Bonito	7.314	-	258	923	870	1.830	90.000	-
Cabaceiras do Paraguaçu	6.537	-	884	1.799	936	3.793	576.534	-
Cachoeira	12.570	-	1.118	967	940	856	1.402.790	-
Candeal	20.699	-	573	1.016	1.024	3.418	15.218	-
Capela do Alto Alegre	32.925	14	434	716	1.716	7.691	12.698	-
Capim Grosso	18.986	-	437	660	4.001	5.988	20.433	-
Castro Alves	43.280	16	524	121	901	1.950	9.116	-

Municípios	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Codornas
Conceição da Feira	7.674	104	639	3.020	128	415	3.921.880	20.223
Conceição do Coité	29.484	-	765	7.450	12.458	38.741	94.500	12.000
Cruz das Almas	6.281	-	332	164	160	296	55.650	108
Feira de Santana	62.778	44	3.578	9.414	6.935	20.100	2.119.328	1.135
Gavião	17.697	26	270	199	7.430	19.863	5.176	-
Governador Mangabeira	1.718	59	304	1.241	467	353	703.738	-
Iaçu	53.828	-	2.142	1.851	8.241	13.641	23.358	-
Ibicoara	10.452	-	722	434	413	776	11.894	-
Ibiquera	18.134	-	1.114	861	830	685	9.643	-
Ibitiara	14.919	-	870	3.960	13.000	10.000	20.800	-
Ichu	3.998	-	161	711	112	1.515	8.193	-
Ipecaetá	14.918	-	792	915	2.519	6.710	43.064	-
Ipirá	111.609	6	2.497	8.446	12.630	31.518	93.849	-
Iramaia	33.372	54	1.044	221	2.025	1.184	13.157	-
Iraquara	8.243	-	694	5.000	1.074	1.632	45.000	-
Itaberaba	63.831	32	3.081	10.344	6.463	18.931	59.787	-
Itaetê	29.660	-	1.788	1.699	1.341	1.789	15.847	-
Itatim	8.310	-	506	1.662	3.979	3.922	14.107	-
Lajedinho	15.620	-	833	1.609	1.662	1.583	5.752	-
Lençóis	4.726	-	188	104	192	58	7.282	-
Macajuba	21.709	-	1.402	3.791	1.169	6.888	14.973	-
Mairi	38.810	-	1.840	1.829	683	3.755	39.894	-
Maracás	52.815	66	1.030	686	2.299	3.318	18.530	-
Maragogipe	5.880	8	457	1.347	101	374	27.893	-
Marcionílio Souza	46.097	5	1.069	929	4.251	6.232	8.779	-
Miguel Calmon	42.110	-	1.059	291	1.811	4.777	21.334	-
Milagres	5.598	17	117	147	1.016	1.125	5.166	-
Morro do Chapéu	45.734	2	422	501	1.719	4.756	25.833	-
Mucugê	7.415	-	443	580	156	676	9.467	-
Mulungu do Morro	4.508	-	346	772	1.026	1.444	28.122	-
Mundo Novo	64.218	-	2.485	1.573	697	1.743	24.700	-
Muritiba	4.346	-	151	8	125	147	149.386	-
Nova Fátima	17.127	-	696	1.201	2.754	14.163	8.333	-
Nova Itarana	10.186	10	179	186	1.630	1.468	8.379	-
Nova Redenção	17.307	-	1.000	1.000	496	1.000	8.200	-
Palmeiras	3.334	-	275	535	86	384	12.100	271
Pé de Serra	32.591	-	836	4.019	1.889	10.122	26.459	-

Municípios	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Codornas
Piatã	6.619	-	116	1.796	297	710	33.854	-
Pintadas	31.426	-	871	539	1.756	15.379	20.994	-
Piritiba	39.720	9	1.061	1.647	545	1.157	30.488	20
Planaltino	22.595	-	271	207	96	734	13.950	-
Quixabeira	10.570	-	548	964	1.310	5.301	15.404	-
Rafael Jambeiro	38.940	-	1.337	1.957	8.018	11.618	32.065	-
Retirolândia	5.263	-	326	1.630	12.700	26.500	24.589	90
Riachão do Jacuípe	50.688	134	1.674	4.797	5.298	24.404	35.441	-
Ruy Barbosa	53.807	-	3.485	5.024	1.415	4.639	45.154	-
Santa Bárbara	17.448	10	1.610	1.318	4.607	12.053	170.336	-
Santa Teresinha	38.670	-	810	1.098	24.185	50.584	33.856	275
Santaluz	23.042	23	274	192	1.800	2.468	11.305	-
Santo Estêvão	12.420	-	800	3.237	3.280	8.622	121.571	1.033
São Domingos	8.390	-	268	589	6.400	14.235	8.753	-
São Félix	4.409	-	425	28	62	341	40.846	-
São Gonçalo dos Campos	15.734	10	1.627	2.106	1.141	2.100	1.989.537	3.050
São José do Jacuípe	16.818	-	306	680	1.758	5.010	12.932	-
Sapeaçu	7.992	-	324	40	4	473	275.000	-
Saubara	304	4	43	67	12	56	1.118	-
Seabra	16.723	-	512	2.809	800	1.173	46.609	5.000
Serra Preta	33.004	-	910	323	1.900	7.249	30.188	-
Serrinha	19.909	75	2.163	2.904	3.096	10.780	484.800	10.300
Serrolândia	12.477	-	288	1.186	310	1.432	25.576	-
Souto Soares	3.613	-	850	3.181	2.200	2.300	15.000	100
Tanquinho	8.294	75	243	374	2.760	3.948	6.991	-
Tapiramutá	24.682	-	616	537	419	683	7.315	33
Utinga	21.331	-	856	1.051	406	724	10.599	-
Valente	7.214	-	326	1.040	19.560	45.870	24.520	250
Várzea da Roça	19.033	-	1.493	3.166	1.843	5.010	12.643	-
Várzea do Poço	12.213	-	580	760	280	1.294	17.600	-
Wagner	3.838	-	453	271	186	1.402	15.800	-
Total	**1.864.631**	**849**	**77.213**	**150.120**	**242.774**	**577.935**	**13.692.262**	**55.258**

Fonte: IBGE Pesquisa Pecuária Municipal.

Quadro 7.12: Municípios da RPGA X pelo número de estabelecimentos agropecuários e área segundo os grupos de atividade econômica predominante (2017)

Municípios	Número de estabelecimentos agropecuários					Área (hectares)			
	Produção de lavouras	Pecuária	Produção florestal	Pesca, aquicultura	Total	Produção de lavouras	Pecuária	Outras e não informado	Total
Andaraí	454	441	59	0	954	11.160	56.224	6.731	74.115
Anguera	307	532	0	0	839	606	10.142	19	10.767
Antônio Cardoso	1.150	879	13	22	2.064	2.282	19.563	102	21.947
Baixa Grande	825	1.740	77	0	2.642	5.641	77.979	549	84.169
Barra da Estiva	2.997	474	302	1	3.774	35.357	47.057	4.407	86.821
Barro Alto	1.326	539	1	0	1.866	13.789	16.366	395	30.550
Barrocas	500	1.088	1	0	1.589	3.355	7.835	35	11.225
Boa Vista do Tupim	631	1.865	39	1	2.536	16.449	180.583	5.199	202.231
Boninal	351	684	77	2	1.114	5.259	13.489	1.437	20.185
Bonito	1.450	216	12	0	1.678	32.645	12.770	705	46.120
Cabaceiras do Paraguaçu	2.282	820	2	14	3.118	4.333	8.970	256	13.559
Cachoeira	1.439	534	2	14	1.989	4.399	11.954	127	16.480
Candeal	120	770	1	0	891	425	29.345	84	29.854
Capela do Alto Alegre	161	1.070	6	0	1.237	2.526	39.305	174	42.005
Capim Grosso	279	789	16	3	1.087	3.763	22.298	162	26.223
Castro Alves	1.180	481	1	0	1.662	5.255	28.598	62	33.915
Conceição da Feira	332	471	0	4	807	1.138	5.642	38	6.818
Conceição do Coité	1.925	3.498	180	0	5.603	20.388	34.892	1.619	56.899
Cruz das Almas	1.259	177	0	0	1.436	3.385	2.546	139	6.070
Feira de Santana	3.318	5.633	236	4	9.191	7.477	59.195	641	67.313
Gavião	64	526	2	0	592	1.179	20.845	60	22.084
Governador Mangabeira	1.730	409	4	1	2.144	2.973	1.961	5	4.939
Iaçu	404	1.182	86	3	1.675	14.855	151.655	13.258	179.768
Ibicoara	1.497	148	77	0	1.722	63.058	2.219	679	65.956
Ibiquera	264	316	2	0	582	4.796	45.968	38	50.802
Ibitiara	474	1.530	174	0	2.178	7.440	41.313	3.126	51.879
Ichu	116	397	1	0	514	255	9.041	18	9.314
Ipecaetá	1.547	1.936	1	0	3.484	5.504	23.718	11	29.233
Ipirá	1.213	4.968	17	1	6.199	17.260	171.975	265	189.500
Iramaia	357	561	27	0	945	11.452	86.950	923	99.325
Iraquara	2.065	895	27	0	2.987	21.617	14.411	1.395	37.423

Municípios	Número de estabelecimentos agropecuários					Área (hectares)			
	Produção de lavouras	Pecuária	Produção florestal	Pesca, aquicultura	Total	Produção de lavouras	Pecuária	Outras e não informado	Total
Itaberaba	1.091	1.832	72	1	2.996	27.256	145.664	3.135	176.055
Itaetê	705	709	22	1	1.437	14.063	82.212	2.377	98.652
Itatim	112	575	21	0	708	2.055	19.763	913	22.731
Lajedinho	147	346	6	0	499	5.635	53.295	1.001	59.931
Lençóis	279	157	59	2	497	12.225	23.540	3.973	39.738
Macajuba	228	530	114	1	873	2.340	32.633	1.072	36.045
Mairi	556	1.431	329	0	2.316	7.948	60.596	5.107	73.651
Maracás	734	686	42	3	1.465	30.220	90.260	11.550	132.030
Maragogipe	3.280	614	77	73	4.044	14.217	4.751	328	19.296
Marcionílio Souza	138	650	15	1	804	4.171	78.307	3.509	85.987
Miguel Calmon	625	1.353	96	0	2.074	9.592	71.322	3.631	84.545
Milagres	52	207	8	0	267	3.656	18.588	910	23.154
Morro do Chapéu	1.206	1.192	73	0	2.471	43.916	110.685	7.355	161.956
Mucugê	531	274	9	0	814	65.186	8.484	205	73.875
Mulungu do Morro	2.234	823	58	1	3.116	15.997	8.917	2.223	27.137
Mundo Novo	437	1.267	6	0	1.710	10.896	115.203	1.094	127.193
Muritiba	1.632	302	0	0	1.934	2.350	1.354	9	3.713
Nova Fátima	132	988	4	0	1.124	2.322	26.575	64	28.961
Nova Itarana	240	383	24	0	647	3.331	28.027	1.665	33.023
Nova Redenção	428	567	74	0	1.069	9.089	32.603	3.864	45.556
Palmeiras	242	216	2	2	462	3.487	4.735	274	8.496
Pé de Serra	217	1.247	213	0	1.677	2.882	34.800	6.361	44.043
Piatã	791	1.190	10	0	1.991	10.452	17.005	53	27.510
Pintadas	261	947	275	0	1.483	4.404	42.814	6.271	53.489
Piritiba	560	1.021	1	0	1.582	6.279	59.099	181	65.559
Planaltino	411	507	43	0	961	8.252	63.011	5.851	77.114
Quixabeira	185	752	43	0	980	2.265	16.687	759	19.711
Rafael Jambeiro	689	2.390	3	3	3.085	4.917	64.731	579	70.227
Retirolândia	489	785	36	0	1.310	7.469	8.660	272	16.401
Riachão do Jacuípe	236	2.033	237	3	2.509	3.753	77.815	5.374	86.942
Ruy Barbosa	434	1.326	12	3	1.775	9.328	122.746	4	132.078
Santa Bárbara	239	1.165	7	0	1.411	953	14.951	14	15.918
Santa Teresinha	1.087	1.502	0	0	2.589	33.444	74.561	0	108.005
Santaluz	222	392	2	0	616	2.378	24.350	971	27.699
Santo Estêvão	2.467	2.494	6	6	4.973	3.796	14.636	68	18.500

Municípios	Número de estabelecimentos agropecuários					Área (hectares)			
	Produção de lavouras	Pecuária	Produção florestal	Pesca, aquicultura	Total	Produção de lavouras	Pecuária	Outras e não informado	Total
São Domingos	291	544	7	0	842	5.784	15.947	114	21.845
São Félix	648	319	1	19	987	2.785	3.154	33	5.972
São Gonçalo dos Campos	1.234	1.035	0	10	2.279	3.716	14.555	14	18.285
São José do Jacuípe	161	653	10	2	826	3.225	21.165	215	24.605
Sapeaçu	1.462	295	3	0	1.760	3.772	6.188	41	10.001
Saubara	74	20	0	0	94	282	0	1.809	2.091
Seabra	1.585	1.189	479	0	3.253	19.433	23.479	6.458	49.370
Serra Preta	137	1.623	0	0	1.760	1.189	38.662	21	39.872
Serrinha	2.086	3.169	585	1	5.841	5.865	27.048	2.093	35.006
Serrolândia	127	771	182	0	1.080	2.298	16.571	247	19.116
Souto Soares	1.943	496	18	1	2.458	16.372	9.452	1.234	27.058
Tanquinho	113	455	0	0	568	1.431	15.008	1	16.440
Tapiramutá	380	424	2	0	806	8.869	44.684	497	54.050
Utinga	620	392	34	3	1.049	13.341	13.931	1.289	28.561
Valente	595	893	23	0	1.511	18.681	13.270	771	32.722
Várzea da Roça	798	1.360	111	3	2.272	5.556	27.520	845	33.921
Várzea do Poço	73	496	17	0	586	798	12.834	88	13.720
Wagner	392	330	1	1	724	11.103	16.623	592	28.318
Total	68.053	82.886	4.915	210	156.064	845.045	3.228.280	140.038	4.213.363

Fonte: IBGE Censo Agropecuário.

Quadro 7.13: Municípios da RPGA X pelo número de estabelecimentos agropecuários com irrigação e área irrigada segundo o método de irrigação (2017)

Municípios	Número de estabelecimentos agropecuários					Área (hectares)					
	Localizada	Superfície	Aspersão	Outros	Total	Localizada	Superfície	Aspersão	Outros	Não informado	Total
Andaraí	160	1	8	46	160	160	0	20	16	95	291
Anguera	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Antônio Cardoso	3	1	2	16	21	3	0	0	8	1	12
Baixa Grande	6	0	1	130	137	8	0	0	19	3	30
Barra da Estiva	1.036	3	52	71	1.111	1.318	5	92	40	1	1.456
Barro Alto	469	1	6	11	428	993	0	0	1	49	1.043
Barrocas	7	0	0	52	55	2	0	0	13	1	16
Boa Vista do Tupim	117	0	28	33	174	149	0	299	15	0	463
Boninal	354	3	1	54	339	274	1	0	20	2	297
Bonito	87	1	21	8	107	620	0	1.404	0	9	2.033
Cabaceiras do Paraguaçu	32	2	29	46	101	68	0	168	25	11	272
Cachoeira	3	1	1	70	72	0	0	0	19	6	25
Candeal	2	0	0	11	13	0	0	0	2	5	7
Capela do Alto Alegre	6	2	6	65	75	1	0	4	14	1	20
Capim Grosso	30	36	3	18	80	23	21	0	15	10	69
Castro Alves	0	0	2	4	6	0	0	0	0	40	40
Conceição da Feira	4	1	5	58	67	56	0	6	15	1	78
Conceição do Coité	26	1	5	747	776	15	0	1	163	4	183
Cruz das Almas	15	1	0	17	32	9	0	0	6	103	118
Feira de Santana	93	2	32	324	435	75	0	21	158	8	262
Gavião	5	0	0	1	5	0	0	0	0	12	12
Governador Mangabeira	11	0	5	84	95	250	0	5	22	0	277
Iaçu	113	1	25	44	166	522	0	185	12	364	1.083
Ibicoara	355	1	21	15	377	870	0	20	2	1.509	2.401
Ibiquera	3	1	0	13	16	0	0	0	4	2	6
Ibitiara	38	6	4	38	81	83	5	0	21	5	114
Ichu	8	1	3	47	55	2	0	0	20	6	28
Ipecaetá	1	0	4	5	10	0	0	0	4	6	10
Ipirá	24	5	8	62	88	16	9	25	35	6	91
Iramaia	80	0	17	59	150	81	0	58	36	23	198
Iraquara	279	2	4	28	296	1.034	0	3	7	17	1.061
Itaberaba	98	1	38	60	163	799	0	522	19	2	1.342
Itaetê	179	1	16	144	306	175	0	225	34	28	462
Itatim	14	0	6	18	35	19	0	0	6	75	100
Lajedinho	19	0	1	69	84	13	0	0	28	5	46

Municípios	Número de estabelecimentos agropecuários					Área (hectares)					
	Localizada	Superfície	Aspersão	Outros	Total	Localizada	Superfície	Aspersão	Outros	Não informado	Total
Lençóis	128	0	7	13	136	235	0	10	3	141	389
Macajuba	1	0	0	26	27	0	0	0	4	3	7
Mairi	25	0	1	177	195	23	0	0	36	2	61
Maracás	375	4	13	176	548	829	0	153	126	13	1.121
Maragogipe	14	0	9	50	69	8	0	18	16	0	42
Marcionílio Souza	40	0	2	17	55	55	0	0	3	8	66
Miguel Calmon	234	1	32	103	317	329	0	37	33	10	409
Milagres	0	0	0	13	13	0	0	0	4	0	4
Morro do Chapéu	534	1	14	28	543	1.535	0	41	14	59	1.649
Mucugê	371	20	26	25	355	848	24	4.689	36	3	5.600
Mulungu do Morro	287	0	8	161	441	513	0	13	29	11	566
Mundo Novo	25	0	3	34	59	26	0	2	18	3	49
Muritiba	3	0	4	11	15	0	0	1	6	7	14
Nova Fátima	6	2	1	11	18	5	0	0	6	4	15
Nova Itarana	11	0	0	30	41	0	0	0	11	9	20
Nova Redenção	81	3	12	131	204	69	0	303	22	0	394
Palmeiras	61	2	3	87	128	108	0	0	40	14	162
Pé de Serra	4	0	3	52	59	0	0	2	11	2	15
Piatã	205	27	15	74	288	308	40	16	58	9	431
Pintadas	40	0	3	117	152	26	0	2	53	2	83
Piritiba	114	0	6	44	156	153	0	0	18	71	242
Planaltino	14	0	1	248	260	39	0	0	246	7	292
Quixabeira	39	0	0	13	52	30	0	0	4	0	34
Rafael Jambeiro	6	1	12	4	20	8	0	79	0	36	123
Retirolândia	6	0	0	97	101	0	0	0	25	5	30
Riachão do Jacuípe	24	1	1	310	333	14	0	0	77	2	93
Ruy Barbosa	5	0	1	59	65	93	0	0	18	10	121
Santa Bárbara	3	0	0	87	90	0	0	0	19	4	23
Santa Teresinha	14	0	3	95	106	7	0	0	40	4	51
Santaluz	30	2	7	11	44	61	0	32	9	13	115
Santo Estêvão	29	2	24	159	207	52	0	22	44	6	124
São Domingos	27	4	7	9	43	16	2	9	3	0	30
São Félix	13	0	0	6	19	9	0	0	4	0	13
São Gonçalo dos Campos	12	0	7	11	22	13	0	24	2	5	44
São José do Jacuípe	24	6	0	10	39	25	0	0	5	5	35
Sapeaçu	3	0	1	5	9	0	0	0	0	73	73

Municípios	Número de estabelecimentos agropecuários					Área (hectares)					
	Localizada	Superfície	Aspersão	Outros	Total	Localizada	Superfície	Aspersão	Outros	Não informado	Total
Saubara	0	0	0	145	91	0	0	0	66	0	66
Seabra	391	3	3	50	396	689	0	0	27	43	759
Serra Preta	6	0	4	16	25	2	0	0	6	5	13
Serrinha	36	0	24	320	372	14	0	43	52	0	109
Serrolândia	16	1	1	35	49	45	0	0	15	2	62
Souto Soares	141	0	1	21	156	306	0	0	3	3	312
Tanquinho	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Tapiramutá	40	2	8	8	57	53	0	14	3	36	106
Utinga	333	3	6	23	296	962	0	23	21	1	1.007
Valente	14	1	3	95	111	9	0	0	25	2	36
Várzea da Roça	132	2	0	26	135	277	0	0	5	1	283
Várzea do Poço	32	0	4	19	48	20	0	4	4	0	28
Wagner	283	3	6	5	255	782	0	28	3	25	838
Total	**7.909**	**166**	**640**	**5.737**	**13.336**	**16.234**	**107**	**8.623**	**2.072**	**3.069**	**30.105**

Fonte: IBGE Censo Agropecuário.